UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

José Gustavo Viégas Carneiro

A Violência no Espaço Urbano: Uma Crítica Benjaminiana. Estudo de Caso da Cidade de Rio Claro

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia, Área de Concentração Organização do Espaço.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Maria Pintaudi

Rio Claro (SP)
2013

José Gustavo Viégas Carneiro

A Violência no Espaço Urbano: Uma Crítica Benjaminiana. Estudo de Caso da Cidade de Rio Claro

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia, Área de Concentração Organização do Espaço.

Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Silvana Maria Pintaudi (orientadora)
Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos
Profa. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira
Prof. Dr. José Silvio Govone
Prof. Dr. Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez

Rio Claro/SP, 10 de abril de 2013.

Dedico, com muito carinho e amor,

à minha esposa Cecília,
aos meus filhos Marília e João,
que sempre compreenderam a minha difícil missão de ser policial e lutar por um mundo mais justo e solidário.

Aos meus pais José Carneiro (in memorium) e Áurea Viégas Carneiro e ao meu sogro Cleso Ferreira Saenz (in memorium) e a minha sogra Teresa Aparecida Vecchiato Saenz que sempre com amor me acolheram em todos os momentos da minha vida.

Agradecimentos

Criar espaços fraternos sempre foi e continua a ser a missão da Profa. Dra. Silvana Maria Pintaudi. Orientou-me a refletir, criticamente, a segurança pública com olhares no espaço urbano. Enriqueceu-me com sua inteligência, cultura e amizade sincera.

As Profas. Dras. Ana Fani A. Carlos e Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira pelas suas valiosas e enriquecedoras contribuições por ocasião da prova de qualificação, instigando-me a ousar e a criar uma reflexão critica sobre as relações entre espaço e criminalidade.

Ao amigo Prof. Dr. Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez, mentor por conduzir-me pela pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Metodista de Piracicaba.

Aos amigos do GestaFUV/DEMAC/IGCE/UNESP de Rio Claro/SP, pela possibilidade em realizar pesquisas academicamente sobre as questões da segurança pública. Em especial agradeço aos Profs. Drs. José Sílvio Govone e Farid Nourani, pelo apoio e critica às minhas atividades acadêmicas e profissionais. A querida Profa. Dra. Maria Cecilia Vecchiato Saenz Carneiro, integrante do grupo, minha razão de viver e acreditar sempre num mundo melhor.

Aos amigos Palminio Altimari Filho e Olga Salomão, Prefeito e Vice-Prefeita de Rio Claro/SP, que me confiaram à valiosa experiência a frente da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Civil de Rio Claro, além do apoio incondicional para que levássemos avante a presente tese.

Ao geógrafo Jorge Gustavo Falcão e a bacharelanda em Arquitetura Juliene Christofoletti Maluf pelas suas valiosíssimas contribuições na confecção da cartografia da criminalidade do espaço urbano rio-clarense.

Aos amigos Heliane Furquim e Amauri Carvalho, policiais civis, pelas suas contribuições na cessão de informações de dados criminais.

Aos amigos Athiê José Fuzaro, Cmt. GCM José Sepulveda, Danilo Almeida Kuroishi, Marcelo Campos, Rosilda Soares Ribeiro e Elis Regina de Farias,

parceiros na gestão da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Civil, que em nossa caminhada profissional diária, comprovam ser possível construir um novo paradigma – a segurança social com cidadania.

Aos funcionários da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Civil pelo trabalho profícuo e honesto em prol da sociedade rio-clarense.

Aos docentes e funcionários do Programa de Pós-graduação em Geografia do IGCE/UNESP, pela fraterna convivência durante a nossa permanência naquele Programa.

Aos Policiais Civis que dedicam as suas vidas na defesa da dignidade e dos direitos fundamentais das pessoas, intervindo nos momentos críticos da sociedade quando a violência sobrepõe à vida, a paz e a liberdade.

PROLEGÔMENOS

Na noite da véspera de Natal, de um dos anos da década de 1990, encontrava-me em serviço no Plantão Policial da Delegacia Seccional quando recebi a notícia de que um homicídio havia acontecido num bairro da região do *Chervezon.* A noite de celebração do nascimento do Salvador, para os cristãos, se transformaria para nós em noite de dor e sofrimento, afastando de nós qualquer alegria ou vontade de se celebrar, mesmo que fosse o Salvador. Qual a salvação?

Nossa reduzida equipe – eu e um investigador de polícia, dirigimo-nos ao local de crime e lá encontramos um jovem pai de família barbaramente trucidado por instrumento contundente. Nossa noite se encheu de sofrimento moral. Deparamo-nos com uma cena dantesca, um local todo ensanguentado. Era o local do calvário contemporâneo em que jazia mais um jovem, em que a família sagrada em pranto velava o corpo do seu amado morto em decorrência da barbárie. É o calvário que se repete a todo instante e em todos os lugares do mundo, com milhões de pessoas sofrendo a dor da violência urbana.

Por dever de ofício, reunimos nossas forças para colher as provas daquele crime como determina o Código de Processo Penal Brasileiro.

O motivo do crime foi fútil, a vítima havia se recusou a entregar o dinheiro *"solicitado"* por três jovens que desejavam comprar "pinga", quem sabe, para comemorar aquela data natalina. Como aqueles pedintes já estavam "endemoniados" pela droga, sem qualquer compaixão ao próximo, levaram a cabo aquela bárbara crueldade, tudo na presença da esposa da vítima e de seus dois filhos, ainda crianças.

A família enlutada foi desnecessariamente encaminhada ao Plantão Policial para formalizar os registros burocráticos da ocorrência policial, desconsiderando os milicianos que já havíamos comparecido naquele local de crime e já realizadas as providências preliminares.

Não acreditando no pior, os filhos da vítima daquele hediondo crime, aos prantos, nos indagavam se o seu genitor retornaria para sua casa para lhes entregar os presentes de natal. Que natal! O presente que lhes restou foi à desgraça e o infortúnio. Covardemente, não tive coragem de dizer aos infantes que o corpo de seu pai jazia na mesa de necropsia do Posto do Instituto Médico Legal de Rio Claro.

Diligenciamos, posteriormente, pelas ruas daquele bairro e com "sucesso" (no jargão policial) conseguimos capturar aqueles homicidas – que ao serem presos não esboçaram qualquer sentimento de arrependimento pelo infame ato de trucidar um ser

humano. Estavam anestesiados pela droga e pela miséria humana daqueles que vivem nas periferias urbanas.

Dispensamos aquela família para que providenciasse as exéquias daquele pobre jovem trabalhador, precocemente morto. Quanto aos criminosos, após a lavratura do auto de prisão em flagrante, foram recolhidos ao cárcere.

Por volta das 04h00min da madrugada do dia de Natal, rapidamente fui até a minha casa com o firme propósito de entregar os presentes natalinos aos meus filhos Marília e João, porém já estavam ambos dormindo pelo avançado da hora. Sem transparecer qualquer tristeza à Cecília – sendo injusto levar-lhe tamanho sofrimento daquela família enlutada, restou-me apenas um breve abraço e beijos, agradecendo ao nosso Deus por estarmos vivos num mundo de tantas barbaridades.

Encerrado o plantão – já na manhã de Natal, imediatamente retornei-me para a minha casa e sou recebido por Marília que, sem o menor piscar de olhos, questionou-me qual o real motivo da minha ausência na festa da véspera do Natal e completou indagando-me se haverá celebração de "todos juntos da véspera do Natal". Não lhe soube responder. O policial não tem como planejar o seu presente e muito menos o seu futuro, somente lhe resta atender as convocações para socorrer e servir a sociedade nos seus momentos mais caóticos.

Aquela atrocidade ocorrida numa data natalina é parte do cotidiano da minha vida e carreira profissional como "chefe de polícia". Esse dia-dia da nossa vida profissional já me custou inumeráveis sessões de análises psiquiátricas e que foram fundamentais para superar a *síndrome do pânico* que me acometeu por longos anos agravada com profunda depressão. Venci a dor e a impotência de ser um "salvador" ou paladino da justiça. Qual justiça?

Todo este sofrimento nos impulsionou a construir novas utopias e desafios que me permitisse compreender e conviver com a multifacetária violência para muito além do contexto policial. São formas terapêuticas que encontramos para vencer a ignorância, o medo e ao mesmo tempo fortalecer nossa crença por um mundo sempre melhor.

Esta nossa postura questionador que avança para além das trivialidades e do pensamento decorrente da *mass media* foram decisivos para que retornasse à Academia buscando aprofundar os nossos conhecimentos científicos e culturais. Nova fase acadêmica, caminhamos pelos programas de pós-graduação na perspectiva de participar e contribuir no processo reflexivo sobre a criminalidade e a violência, bem como na aplicação desses conhecimentos na gestão pública.

Nossa primeira busca foi no mestrado em Direito na Universidade Metodista

de Piracicaba (UNIMEP), área de concentração Filosofia do Direito. O positivismo jurídico não mais me seduzia como também não mais me visualizava como um mero aplicador do Direito. Queria trilhar por novos caminhos em que o Direito fosse uma forma de caminhar ao encontro da libertação e da emancipação das *"periferias"*, ou melhor, *"dos vencidos da história"* – aqueles que não são vistos e nem tem vozes para elaborar seus discursos jurídicos. Simpatizei-me então pela Escola de Frankfurt, em especial, por um de seus pensadores - Walter Benjamin. Enveredo-me pela teoria critica do direito para constatar que o direito positivado estatal não é suficiente para resolver as principais questões da humanidade nestes tempos de crise. É necessário refletir outros discursos – a linguística da *"resistência"* dos oprimidos e cujas histórias foram apagadas pela historiografia oficial como estratégia de se manter sempre o mesmo *status quo.*

O Direito, isoladamente, já não era suficiente para responder as minhas principais angustias decorrentes deste mundo contemporâneo. Encontro-me também com a Geografia que amplia as minhas perspectivas criticas para se pensar com maior amplitude os fenômenos sociais circunscritos num contexto temporal e espacial, permitindo-me reflexões sobre a criminalidade e a violência que atendam o meu atual contexto profissional, o de gestor público responsável por uma secretaria municipal do setor da "segurança pública".

Percebo que o termo "segurança pública" está puído pelo tempo – como sendo um instrumento de Estado para controle social. Avanço para a "segurança social" que não são restringe as questões de "ordem pública". A segurança é pensada para a sociedade e não como expressão ideológica de dominação e controle social.

Esta tese foi elaborada sem que afastássemos de nossas funções públicas e sem o apoio ou fomento de instituições de pesquisa, restando-me apenas a motivação de minha orientadora e minha dedicação e dobrar jornadas, avançando madrugadas afora. A recompensa era vencer o desafio de se pensar a segurança pública com olhares no espaço urbano. Como o espaço urbano é condição para os fenômenos sociais da violência e da criminalidade e como estes fenômenos interagem na produção deste espaço.

As pesquisas realizadas durante o nosso doutorado nos trás imagens dialéticas – números, pontos, mapas, dados, imagens – relacionadas com a criminalidade, que traduzem a barbárie do cotidiano citadino em que incontáveis vidas são ceifadas (a vida não se traduz por números, é muito mais), vidas marcadas por traumas e medos, violências físicas e mentais que vitimam todo ano – somente na cidade de Rio Claro/SP – milhares de pessoas. Esta caótica contabilidade da morbidade violenta e das inúmeras vitimizações decorrente da criminalidade, todo ano, superam milhões de pessoas violentadas.

O importante não é apenas olhar os números e os mapas elaborados durante esta pesquisa – deve-se, sobretudo, refletir de como a violência e a criminalidade atua nos espaços citadinos e em nosso cotidiano. Será que os humanos são todos seres violentos – quer por ação ou omissão?

Os criminosos barbaramente aniquilam física ou moralmente as pessoas como também o faz a violência urbana nas suas infinitas e sutis maneiras, inclusive, perpassando pela disputa da terra, pela ignorância crônica imposta a grande parcela de pessoas, as diversas misérias humanas, pela indiferença, pela segregação, pela discriminação, pelos preconceitos, pelo individualismo exacerbado, pelas exclusões espaciais, pelas doenças endêmicas, pelo abandono e ausência do Poder Público para com os desvalidos... A co-culpabilidade[1] dos Estados-nacionais que descuram com as politicas sociais e priorizam os negócios econômico-financeiros. O Estado que recusa o bem-estar social para enveredar-se na ciranda do lucro – curando-se as imposições do mercado até na elaboração das regras de convivência social.

A cidade como mercadoria, se dissolve para integrar essa engrenagem da reprodução do capital. *Urbi* e *civitas* deixam de existir no espaço citadino.

As pesquisas científicas, como as que resultaram na presente tese, possibilitam-me distanciar do *"super-homem"* (questionado por Nietzsche) que acredita o "ser" policial, preso num mundo dualista em que só existe o acertar ou errar, o legal ou ilegal. O "ser" policial não lhe é permitido errar, tem que acerta em todas as suas decisões e ações – mesmo aquelas que colocam em risco a sua própria vida – considerando que não passa do cumprimento do dever. Quando o "ser" policial erra recebe as pejas de *"*abuso de poder*",* "prevaricador", "arbitrário", "incompetente", etc., mesmo quando não lhe seja disponibilizados os recursos mínimos para desempenhar a sua função pública. Esta possibilidade que a pesquisa nos permite, não é fuga este nosso novo viver – é renascer para revolucionar as ideias conservadoras das organizações policiais por meio da reflexão crítica. É – primeiramente – saber questionar e, posteriormente, contribuir no planejamento e gestão de políticas públicas com viés interdisciplinar – considerando que o crime é apenas um dos tentáculos de uma caótica modernidade.

Sou um ser essencialmente utópico que desde jovem participou ativamente do processo que resultou no Congresso Nacional de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes – UNE, nos idos anos de 1979, na Bahia, marco histórico do processo de redemocratização do Brasil. Nossa utopia foi lutar nas entranhas do Poder estatal – no interior

[1] Esta *teoria da co-culpabilidade estatal* nos foi trazida pelo Prof. Dr. Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez por ocasião da defesa da tese.

das organizações policiais, para compreender o poder/violência estatal, sem que jamais contrariássemos nossa alma libertária e democrática. Esta minha luta impôs-me sacrifícios, punições e incontáveis prejuízos das mais diversas ordens. Sempre indago se valeu apena esta luta – o de levar outros olhares aos colegas policiais que não se restringisse ao direito positivo e ao direito positivado como controle social.

A resposta encontro na poesia de Fernando Pessoa:

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

Compreendi também que a ciência não é o único caminho para todas as minhas respostas. É necessário viver com poesia, com fé, com amor, com fraternidade, com caridade, com respeito ao outro. Essa busca para além da razão cientifica levou-me a enveredar pelo Curso de Teologia (por mais de cinco anos) que fortaleceu a minha fé num Criador e de que o Paraíso pode ser realizado aqui e agora. Fez-me compreender que no exercício da autoridade policial devo sempre ter em minha mente que *"mais vale o homem do que o pecado que cometeu"*[2]e, esse ensinamento não se leciona nas escolas. O que se leciona é ser *"operário padrão"* que rotinizadamente vive a gerar lucros e que jamais irá usufruir ou ser beneficiário daquela riqueza.

Na Academia da Polícia Civil de São Paulo (ACADEPOL) tenho verificado que seus olhares ainda são maniqueístas com ênfase na "ordem pública" e não na segurança social. Jamais nos satisfizeram esse maniqueísmo científico[3] da ACADEPOL/SP. Direito, criminalística, criminologia devem ser completadas por outros saberes.

As respostas das organizações de segurança quando inquiridas sobre o aumento da criminalidade não ultrapassaram as justificativas relacionadas com o desemprego, a pobreza, as *"brandas legislações penais",* o crime organizado e o tráfico de entorpecente. Assentam-se as *teorias sobre etiquetagem* de pessoas ou grupos, apontando-os,

[2] Esta frase decorreu de um debate entre eu e o frei franciscano (já falecido) Augusto Girotto. Aquelas suas colocações foram fundamentais para refletir e corrigir rumos na minha carreira de delegado de polícia.

[3] O questionamento sobre o maniqueísmo foi introduzido por São Tomás de Aquino – em sua obra Confissões (Conversões) – não aceitando reflexões simplistas que ficam circunscritos apenas em juízos do que seja *certo* ou *errado*. Segundo Aquino: *"o primeiro degrau para a sabedoria é a humildade"* e, avança – *"tenho medo do homem de um só livro".* E necessário converter (diante das novas realidades) todo o dia para que possamos manter nossa essência.

simploriamente, como pessoas suspeitas (justificativa para as abordagens policiais ilegais) ou perigosas. O planejamento e a gestão pública não são matérias curriculares como também não o são a interdisciplinaridade dos saberes, visto que a "geografia da violência" jamais foi realçada como conhecimento científico capaz a contribuir nas investigações dos crimes e na prevenção da criminalidade.

Portanto, descrente da exacerbação da razão como única forma de se fazer ciência, muitas vezes calcado num positivismo científico comtiano e, diante da nossa formação teológica, optamos por enveredar pela critica frankfurtiana, em especial, a de Walter Benjamin, nosso preferencial referencial teórico às nossas pesquisas sobre violência e criminalidade. Benjamin foi capaz de relacionar o marxismo e psicologia, além da teologia quando realça a importância das tradições judaicas como forma de se pensar e refletir a história dos vencidos, resgatando-lhes suas ideias e suas vozes, emprestando-lhes força no pensar e agir no momento presente, rompendo com alienações e sonos oníricos para lhes conferir poderosa força revolucionária que resgata os valores sociais e humanos que foram esquecidos pela modernidade.

Estimulado pelos acadêmicos – diante da minha aguçada persistência em estudar e pesquisar os fenômenos relacionados com a violência e a criminalidade, ingressamos em alguns grupos de pesquisa da UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", destacando-se o GestaFUV – Grupo de Estudo e Análise dos Fenômeno da Violência Urbana e o LEVS – Laboratório de Estudo da Violência e da Segurança Pública da UNESP/Marília, sendo que neste também pertencemos ao corpo editorial da sua revista eletrônica.

Importante lembrar que no início da década de 2000, fui coordenado e orientado em algumas pesquisas que eram desenvolvidas pela Professora Dra. Silvana Maria Pintaudi no Observatório Territorial da CEA/UNESP/Rio Claro – quando analisávamos os resultados dos trabalhos institucionais das cidades da América Latina com as cidades da Europa, o que me estimulou, pela primeira vez, a enveredar pela Geografia Humana.

A nossa história pessoal, profissional (agora como gestor municipal de políticas publicas de segurança) e acadêmica, levou-me a Geografia, que doravante norteia e sistematiza as nossas pesquisas científicas para uma reflexão critica capaz de construir soluções exequíveis à gestão pública, executando políticas públicas que sejam democráticas de valorização da cidadania como estratégia basilar à redução da violência e da criminalidade. O nosso desafio é também estimular que outros profissionais da segurança pública enveredem por outros saberes e olhares, rompendo com a exclusividade do *direito positivo* e o direito

posto que privilegie – na segurança pública – o controle social pela repressão.

A Geografia pode e deve colaborar na discussão sobre a produção e organização dos espaços urbanos e como se correlacionam com a violência e a criminalidade, propondo novos paradigmas que qualifiquem a cidade como espaço de convivência, integração e solidariedade entre os seus moradores, evitando transformar os espaços em mercadorias cujas fantasmagorias se expressam através de *guetos* e das arquiteturas urbanas *"militarizadas"*, cujo resultado é a exacerbação do individualismo e o perecimento da vida na cidade.

O desafio está lançado!

Resumo

Pensar e planejar a segurança pública brasileira exige reflexões criticas que passem também pelos aportes científicos da Geografia, em especial, do espaço urbano. A cidade é condição e local dos acontecimentos sociais e, portanto, não há crime ou violência que não esteja circunscrito num tempo e território. Os *geógrafos da violência* circunscreveram seus estudos, basicamente, nas dinâmicas espaciais relacionadas com a pobreza, o desemprego e as segregações sócio-espaciais. São estudos que analisados de forma isolada são insuficientes para, geograficamente, conceituar e verificar se um espaço urbano é violento. A relação espaço urbano com a violência e a criminalidade perpassa por interdisciplinaridade de saberes e, considerando que o conhecimento é processo dinâmico, foi adotado os aportes teóricos do pensamento de Walter Benjamin como catalisador para elaborar uma critica científica da barbárie contemporânea que acontece no cotidiano urbano. A releitura do pensamento benjaminiano, com seu *método de montagem* de recortes temporais e espaciais, permitiu releituras e reflexões dialéticas do espaço urbano rio-clarense e da sua violência urbana, cujo resultado foi revelar as suas *fisiognomias* e as *fantasmagorias*. O perambular pelos locais do crime pode apontar indícios ou elementos geográficos e históricos que os relacionem ao espaço/tempo, suas dinâmicas e redes (sociais, econômicas, políticas, etc.). O flanar pela cidade de Rio Claro contribuiu também para evidenciar que o poder/violência, nas suas formas multidimensionais, na concepção benjaminana, é necessário para instituir/manter a (des)organização do espaço urbano, geralmente, adotando um *urbanismo militar* que prioriza a exclusão socioambiental. Neste contexto, sistematizamos aportes teóricos geográficos que, no processo do conhecimento, sirvam para demonstrar se uma cidade é violenta (em seu aspecto negativo), principalmente, quando o crime é consumado a todo instante e, fantasmagoricamente, se transforma num elemento naturalizado no seu cotidiano. Estas reflexões permitiram-nos a construir o conceito de *cidade constelar de crime*, cuja paisagem urbana adquire uma *fisiognomia* com feições da *racionalidade da guerra*, com predominância das arquiteturas fortificadas distribuídas por todo o seu espaço urbano. Este processo de militarizar o espaço urbano e os discursos totalitários somente retroalimenta a violência urbana, sem que efetivas políticas públicas multisetoriais sejam adotadas na segurança pública, desde o planejamento dos espaços urbanos inclusivos, perpassando pela educação e saúde, culminando com as ações próprias de prevenção e repressão das organizações policiais. O *mote* da presente tese foi o olhar critico multidisciplinar para que pudéssemos elaborar uma sistêmica reflexão crítica, tendo por centralidade a Geografia, com objetivo de verificar se uma cidade é ou não violenta. Não é possível pensar a segurança pública brasileira sem que se volte para as questões do espaço urbano.

Palavras-Chaves: geografia da violência, Walter Benjamin, arquitetura militarizada, criminalidade, violência urbana.

Abstract

Thinking and planning the Brazilian public security require critical reflections passing by scientific contributions of the geography, specially the urban space. The city is condition and place of social events and, therefore, there is not crime or violence that is not circumscribed in one time and territory. Geographers of the violence have supported their studies, basically, in the spatial dynamics related to poverty, unemployment and the socio-spatial segregations. They are studies, which analyzed in isolation, are insufficient to geographically conceptualize and verify wheather an urban space is violent. The urban space relationship with urban violence and with criminality pervades by the interdisciplinarity of knowledge, and since knowledge is a dynamic process, it were adopted the theoretical contributions of Walter Benjamin's thought as catalyst to elaborate a scientific critique of contemporary barbarism that happens in everyday urban life. The rereading of Benjaminian's thought, with his method of mounting cutouts temporal and spatial, permitted rereading and dialectical reflections of urban space of Rio Claro city and of its urban violence, which the result was to reveal their fisiognomias and phantasmagoria. The prowl by places of the crime may point geographical and historical indicia or elements that relate them to space / time, their dynamics and networks (social, economic, political, etc.). The stroll through the Rio Claro city contributed also to show that the power/violence in its multidimensional forms, in benjaminian's conception, it is necessary to institute/ maintain the (un) organization of urban space generally adopting a military urbanism that prioritizes socioenvironmental exclusion. In this context, we systematize theoretical geographic contributions that in the process of the knowledge, serve to demonstrate whether a city is violent (in its negative aspect), especially when the crime is consummated at any moment and, ghostly (eerily), becomes an element naturalized in everyday life. These reflections allowed us to build the concept of constelar city of crime, whose urban landscape acquires a fisiognomia with features of the rationality of war, with predominance of the fortified architectures distributed throughout its urban space. This process of militarizing the urban space and totalitarian speeches only feeds back to urban violence, without that effective public multisectoral policies are adopted on public safety, from the planning of inclusive urban spaces , passing through the education and health, culminating with the own shares of prevention and repression of police organizations. The mote of this thesis was to the look critical multidisciplinary so we could develop a systemically critical reflection, and having the Geography as center, aiming to verify if a city is violent or not. It is no possible to think the Brazilian public security without going back to the questions of urban space.

Keywords: geography of violence, Walter Benjamin, architecture militarized, criminality, urban violence.

Índice de Figuras

Figura 1 - Homicídios em Rio Claro – ano 2000 46
Figura 2 – Taxas anuais de homicídios por 100 mil habitantes 53
Figura 3 – Comparativo das taxas anuais dos homicídios por 100 mil habitantes nos municípios paulistas 56
Figura 4 – Taxa de homicídios por tamanho de município em São Paulo 57
Figura 5 – Taxas anuais de homicídios por 100 mil habitantes em cidades do interior paulista 57
Figura 6 – Homicídios consumados na cidade de Rio Claro de 2001 a 2011.....58
Figura 7 – Taxas mensais de homicídios consumados na cidade de Rio Claro 59
Figura 8 – Taxa anual de roubo por 100 mil habitantes em cidades paulistas 62
Figura 9 – Taxa anual de roubos por 100 mil habitantes em cidades do interior paulista 63
Figura 10 – Taxa anual de roubo na cidade de Rio Claro 64
Figura 11 – Taxa mensal de roubos na cidade de Rio Claro 64
Figura 12 – Taxa anual de roubo/furto de veículos em Rio Claro 65
Figura 13 – Taxa mensal de roubo de veículos em Rio Claro por 100 mil habitantes 66
Figura 14 – Taxa mensal de furto de veículos em Rio Claro 66
Figura 15 – Taxa anual de roubo/furto de veículos por 100 mil habitantes 67
Figura 16 – Taxa anual de roubo/furto veículos por 100 mil habitantes em municípios paulistas 67
Figura 17 - Taxa anual de crimes de roubo, homicídio, roubo/furto de veículos, furto por 100 mil habitantes na cidade de Rio Claro 68
Figura 18 – Taxa anual de prisões por entorpecentes na cidade de Rio Claro 69
Figura 19 – Taxa anual de prisões por tráfico de entorpecentes em Rio Claro 70
Figura 20 – Taxa anual de crimes de tráfico de entorpecentes em cidades do interior paulista 70
Figura 21 – Fotografia aérea dos bairros adjacentes do Jd. Palmeiras 87
Figura 22 – Fotografia área dos Bairros Novo Jardim Wenzel e Bom Sucesso 88
Figura 23 – Fotografia aérea dos bairros com incidências de homicídios 89
Figura 24 – Conjunto de fotografias de locais de homicídios 91
Figura 25 – Conjunto de fotografias de locais de roubos 95
Figura 26 – Conjunto de fotografias de locais de tráfico de entorpecente 101
Figura 27 – Fotografia aérea de barreiras naturais e artificiais 109
Figura 28 – Fotografia aérea das barreiras artificiais 117
Figura 29 – Fotografia aérea da barreira artificial da via férrea 117
Figura 30 – Fotografia área das barreiras artificiais de acesso Bairro Novo Jardim Wenzel 118
Figura 31 – Fotografia aérea da barreira artificial no Bairro Chervezon e região 118
Figura 32 – Gráfico comparativo da população urbana e rural 137
Figura 33 – Relação da taxa anual de furto/roubo entre rural/urbano por 1000 habitantes 138
Figura 34 – Relação da taxa anual de furto/roubo por 1000 propriedades – jun./ 2009 a maio/2010.....138
Figura 35 – Gráfico da frota de veículo da cidade de Rio Claro 140
Figura 36 – Gráfico de acidentalidade no trânsito na cidade de Rio Claro.....141
Figura 37 – Gráfico do horário de incidência de acidentes trânsito cidade de Rio Claro no ano de 2010.....142
Figura 38 – Fotografia de outdoor da cidade de Rio Claro 152
Figura 39 – Gráfico de taxa de pesquisa de opinião pública sobre segurança pública em Rio Claro 153
Figura 40 – Coeficiente anual mortalidade geral por 100 mil habitantes em Rio Claro/SP – 2004 a 2008.....166
Figura 41 – Gráfico dos tipos de necropsias realizadas pelo IML de Rio Claro – ano de 2008 e 2009.....167
Figura 42 - Indicadores mortalidade por causas externas em Rio Claro – 2002 a 2008.....167
Figura 43 – Conjunto de fotografias do remanecente da Casa do Barão de Grão Mogol 179
Figura 44 – Fotografia da Praça da Liberdade 218
Figura 45 – Fotografia da Praça Siqueira Campos e seu obelisco.....219
Figura 46 – Fotografia da Antiga Estação Ferroviária e da Praça Siqueira Campos.....220
Figura 47 – Fotografia aérea do município de Rio Claro.....221
Figura 48 – Fotografia aérea da região central da cidade de Rio Claro 221
Figura 49 – Conjunto de fotografias do entorno da antiga Cia Paulista de Estradas de Ferro.....222
Figura 50 – Fotografia aérea de vagões ferroviários abandonados na região central de Rio Claro 222
Figura 51 – Conjunto de fotografias de imóveis abandonados na região central de Rio Claro.....223
Figura 52 – Fotografias do Shopping Rio Claro.....223
Figura 53 – Fotografia aérea do entorno do Jardim Público de Rio Claro.....224
Figura 54 – Fotografia do Jardim Público de Rio Claro.....225
Figura 55 – Fotografia aérea da Praça da Liberdade.....225

Figura 56 – Fotografia da Igreja Matriz de São João Batista de Rio Claro.....226
Figura 57 – Fotografia da Residência de D. Luísa Botão (1890).....226
Figura 58 – Fotografia Residência do Dr. José Elias Pacheco Jordão (sec. XIX).....227
Figura 59 – Fotografia da Residência que pertenceu à família do Dr. Ulysses S. Guimarães.....227
Figura 60 – Fotografia do Fórum de Rio Claro.....227
Figura 61 – Gráfico de valor rendimento médio mensal por etnia em Rio Claro.....229
Figura 62 – Porcentual de analfabetismo por etnia em Rio Claro 230
Figura 63 – Fotografia do Bairro Novo Jardim Wenzel.....232
Figura 64 – Fotografia do Bairro Jardim Progresso 232
Figura 65 – Fotografia de deposição de lixo em local impróprio em Rio Claro.....233
Figura 66 – Fotografia de lixo depositado irregularmente na região central de Rio Claro.....234
Figura 67 – Fotografia aérea do Bairro Orestes A. Giovanni.....234
Figura 68 – Fotografias do Bairro Orestes Armando Giovanni.....235
Figura 69 - Fotografia do Bairro Jardim Santa Eliza.....235
Figura 70 – Fotografia do Bairro Jardim Progresso.....236
Figura 71 – Fotografia aérea do Bairro Jardim Conduta.....236
Figura 72 – Fotografia do Bairro Jardim Conduta.....237
Figura 73 – Fotografias aéreas da cidade de Rio Claro.....237
Figura 74 – Fotografia de bairro periférico de Rio Claro.....238
Figura 75 – Fotografia de patrimônio histórico danificado (pichado).....238
Figura 76 – Fotografias de patrimônios públicos danificados.....239
Figura 77 – Fotografia do Edifício Padula.....239
Figura 78 – Fotografia do Condomínio Parque Residencial das Américas.....240
Figura 79 – Fotografia aérea do Condomínio Jardim Europa.....240
Figura 80 – Fotografia aérea do Residencial Florença e Águas Claras.....241
Figura 81 – Fotografia aérea do Jardim Santa Eliza e CDHU Santa Eliza.....242
Figura 82 – Fotografias do CDHU Santa Elisa.....242
Figura 83 – Fotografia do CDHU Santa Elisa.....243
Figura 84 – Fotografia Interior de Penitenciária Estadunidense 243
Figura 85 – Fotografia de condomínio horizontal na cidade de Rio Claro.....244
Figura 86 – Fotografias de Condomínios horizontais da cidade de Rio Claro.....244
Figura 87 – Fotografias de condomínios horizontais e verticais em Rio Claro.....245
Figura 88 – Fotografias do Condomínio Morada do Sol.....246
Figura 89 – Fotografia do Bairro Jardim Novo II/Terra Nova.....247
Figura 90 – Fotografia de bairros da periferia de Rio Claro marcados pela miséria.....248
Figura 91 – Fotografia da Avenida "Marginal" do Bairro Bom Sucesso.....249
Figura 92 – Fotografias das extremidades do espaço urbano rio-clarense.....249
Figura 93 – Fotografias do Residencial Quirino.....251
Figura 94 – Fotografia aérea localização condomínios elevado padrão construtivo.....253
Figura 95 – Fotografia aérea barreiras artificiais entorno condomínios elevado padrão construtivo.....254
Figura 96 – Fotografia do Condomínio Tilápias.....254
Figura 97 – Fotografias condomínios horizontais alto padrão construtivo Bairro Cidade Jardim 255
Figura 98 – Portaria de Condomínio em Rio Claro.....256
Figura 99 – Portaria da Penitenciária "Nelson Hungria" /MG.....256
Figura 100 – Fotografia de portarias de condomínios de Rio Claro.....256
Figura 101 – Fotografias da Rua João Polastri.....257
Figura 102 – Fotografia da Penitenciária "Estevão Pinto"/MG.....257
Figura 103 – Fotografia aérea dos Bairros Cidade Claret e Jardim São Paulo.....258
Figura 104 - Fotografia de Condomínios de alto padrão nos Bairros Cidade Claret e Jardim São Paulo.....258
Figura 105 – Fotografia área com localização de cavas de exploração minerária.....260
Figura 106 – Fotografias aéreas de cavas de exploração de argila em Rio Claro.....260
Figura 107 – Fotografia aérea de mineradora no distrito de Ajapi.....261
Figura 108 – Bandeira da cidade de Rio Claro.....262
Figura 109 – Brasão de Armas da Cidade de Rio Claro 263

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Resumo das atividades de policia judiciária de Rio Claro.....49
Tabela 2 – Homicídios por população dos municípios paulistas de 2000-2010.....56
Tabela 3 - Quantidade de entorpecentes apreendidos 72
Tabela 4 - Comparativo de distribuição dos locais de crimes dos anos de 2007 a 2011.....129
Tabela 5 - Riqueza agropecuária e nº de presos, São Paulo, 1995-2003.....136
Tabela 6 - Evolução dos atendimentos do CAPS III.....160
Tabela 7 - Atendimentos CESM em 2009.....160
Tabela 8 - Evolução dos atendimentos do CAPS ad.....161
Tabela 9 - Principais Procedimentos Realizados – CRIARI – 2009.....161
Tabela 10 - Medicamentos controlados/saúde mental fornecidos pela FMSRC.....163
Tabela 11 Principais causas de óbitos por faixa etária de residentes em Rio Claro – ano 2008.....165

Índice de Mapas

Mapa 1 – Distribuição espacial de eventos homicídios dolosos.....86
Mapa 2 – Concentração de locais de homicídios 89
Mapa 3 – Distribuição espacial de eventos roubos 92
Mapa 4 – Concentração de locais de roubo 93
Mapa 5 – Distribuição espacial de eventos roubos veículos 96
Mapa 6 – Distribuição espacial de eventos roubos e roubos de veículos 98
Mapa 7 – Distribuição espacial por bairros de eventos roubos e roubos de veículos 100
Mapa 8 – Distribuição espacial de eventos tráfico de entorpecente 102
Mapa 9 – Distribuição espacial por bairro de eventos de tráfico de entorpecente.....104
Mapa 10 – Expansão da malha urbana 106
Mapa 11 – Distribuição espacial das famílias rio-clarenses por renda – Censo 2000.....108
Mapa 12 – Expansão espacial da pobreza – maio de 2010.....111
Mapa 13 – Expansão espacial da pobreza – março de 2011.....112
Mapa 14 – Expansão espacial da pobreza – julho de 2011.....113
Mapa 15 – Localização das barreiras artificiais no espaço urbano rio-clarense.....115
Mapa 16 – Dinâmica espacial da criminalidade violenta.....120
Mapa 17 – Dinâmica espacial da criminalidade violenta correlacionada com as rodovias.....122
Mapa 18 – Distribuição espacial das concentrações de roubo/furto de veículos.....123
Mapa 19 – Distribuição espacial das concentrações de roubo e roubo/furto de veículos.....124
Mapa 20 – Distribuição espacial das concentrações de crimes de entorpecentes.....125
Mapa 21 – Distribuição espacial concentrações crimes homicídio, roubo, furto/roubo veículos e tráfico de entorpecente.....126
Mapa 22 – Distribuição espacial por bairro de crimes de homicídio, roubo, furto/roubo de veículos e tráfico de entorpecente.....127
Mapa 23 – Distribuição espacial dos eventos de crimes de homicídio, roubo, furto/roubo de veículos e tráfico de entorpecente.....130
Mapa 24 - Distribuição de acidentes de trânsito em Rio Claro, com ou sem vítima.....143
Mapa 25 - Distribuição espacial notificações casos dengue em 2011 município de Rio Claro/SP.....169

Abreviações e Siglas

UNIMEP – UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JULIO DE MESQUITA FILHO"
UNE – UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES
ACADEPOL/SP – Academia da Polícia Civil "Dr. Coriolano Nogueira Cobra" do Estado de São Paulo
GestaFUV – Grupo de Estudo e Análise dos Fenômenos da Violência Urbana
LEVS – Laboratório de Estudos sobre Violência e Segurança Pública
IGCE – Instituto de Geociência e Ciências Exatas
SIG – Sistema de Informação Geográfica
CRISP - Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG
DEMAC – Departamento de Estatística Matemática Aplicada e Computação
SMSDC – Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Civil de Rio Claro
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública Cidadã
GGIM – Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Cidadã
PCC – Primeiro Comando da Capital (facção criminosa)
INFOCRIM – Sistema de Informações Criminais
Seade - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SSP/SP – Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo
RBRAS – Região Brasileira da Sociedade Internacional de Biometria
SEAGRO - Simpósio de Estatística Aplicada a Experimentação Agronômica
IML – Instituto Médico Legal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
DELSECPOL – Delegacia Seccional de Polícia Civil
CAP – Coordenaria de Análise e Planejamento da SSP/SP
DIG – Delegacia de Polícia de Investigações Gerais
DISE – Delegacia de Polícia de Investigações sobre Entorpecentes
SIM – Informações sobre Mortalidade
SVS – Secretaria de Vigilância em Saúde
MS – Ministério da Saúde
EPTV – Empresa Paulista de Televisões
SMSA – Secretaria Municipal de Assistência Social de Rio Claro
ORNA – Ocupação - não agrícola
PIB – Produto Interno Bruto
IEA - Instituto de Economia Agrícola
LUPA - Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo
UPA – Unidade de Produção Agrícola
APTA - Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio
SAA – Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento
SMMSV - Secretário Municipal de Mobilidade e Sistema Viário de Rio Claro
DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito
BPMI – Batalhão da Polícia Militar do Interior
DATASUS – Banco de Dados do Sistema Único de Saúde
Cipa - Comissão de Investigação e Prevenção de Acidentes
UN-Habitat - Relatório Global sobre Assentamentos Humanos, do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos
ONU – Organização das Nações Unidas
IPTU - Imposto predial territorial urbano
CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial para álcool e outras drogas
CESM – Centro de Especialidades em Saúde Mental
CAPS III - Centro de Atenção Psicossocial
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
UBS – Unidade Básica de Saúde
CRIARI – Centro de Referência da Infância e Adolescência
FMSRC - Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro
TABNET – Programa de Informações de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **21**

1. GEOGRAFIA DO CRIME OU GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA – QUESTÃO CONCEITUAL **28**

2. A ESTATÍSTICA DA CRIMINALIDADE: COMO ANALISÁ-LAS? **44**

2.1 As estatísticas sobre homicídios **52**

2.2 As estatísticas dos crimes de roubo **61**

3. A ESPACIALIZAÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA: IMAGENS FANTASMAGÓRICAS **73**

3.1 As cidades constelares de criminalidade **80**

3.2 A modernidade na cidade de Rio Claro: a fantasmagoria da criminalidade **85**

3.3 As dinâmicas socioespacias da violência na cidade de Rio Claro/SP **105**

3.4 A criminalidade na zona rural de Rio Claro **132**

3.5 A violência no trânsito: a falta de urbanidade e civilidade em Rio Claro **139**

4 - DO MEDO E DO SENTIMENTO DE INSEGURANÇA– O PÂNICO EM RIO CLARO .. **145**

4.1 Os meios de comunicação e informação: o processo de subjetivação e de inculcar o medo e do sentimento de insegurança no subconsciente coletivo rio-clarense **150**

4.2 O sentimento de insegurança e medo: pesquisa qualitativa sobre a segurança pública em Rio Claro **152**

4.3 O medo e o sentimento de insegurança: desencadeantes de doença psíquicas na sociedade rio-clarense **158**

5. VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE NA HISTÓRIA E NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE RIO CLARO/SP. **170**

5.1 Outros olhares sobre a violência e a criminalidade – o cotidiano rio-clarenses **182**

6. A FLANERIE BENJAMINIANA: AS FISIOGNOMIAS DAS CIDADES E AS SUAS FANTASMAGORIAS **194**

6.1 **A estética do caos ou estética da violência – reflexões benjaminianas sobre poder/violência** **201**

6.2 A cidade benjaminiana **208**

6.3 A *flanerie* benjaminiana pela cidade de Rio Claro/SP **218**

CONCLUSÃO **265**

REFERENCIAS BIOBLIOGRÁFICAS **282**

ANEXO I - Da metodologia **292**

INTRODUÇÃO

Quem nunca sofreu um ato de violência?

A resposta para a referida questão acompanha a historia da humanidade, considerando que a violência, em suas inúmeras formas de se expressar e agir, sempre fez parte do cotidiano das pessoas. Atualmente, é na cidade que estes fenômenos sociais encontram terreno fértil para acontecer. Não há crime ou violência que não esteja circunscrito num tempo e território. Será que a violência da criminalidade já se encontra enraizada no cotidiano citadino?

Esta tese, na perspectiva interdisciplinar com ênfase na Geografia, tem por finalidade contribuir com o processo de conhecimento sobre a relação entre violência e criminalidade com o espaço urbano.

O principal objetivo desta tese é sistematizar as teorias geográficas que respondam aquelas indagações, além de apresentar um método geográfico capaz de apontar e verificar se uma cidade é violenta no viés da criminalidade, ressaltando-se que esta não deve ser vista como um fenômeno social destacado de uma contextualidade mais ampla – quer despido de um espaço/território ou que não se insira numa territorialidade, tão próprios da reflexão geográfica.

Delimitamos o conceito de criminalidade como sendo o conjunto de crimes cometidos em um dado meio histórico e geográfico. Embora, no Brasil existam escassos estudos geográficos correlacionados com a violência e a criminalidade, não deparamos com estudos que se debruçassem na construção de um arcabouço teórico capaz de conceituar e verificar se uma cidade é violenta e como o espaço é condição para a materialização da criminalidade e como esta interfere na produção do espação urbano.

ADORNO (2011, 9-11) ao analisar o campo de estudo sobre violência e segurança, no Brasil, afirmou que *"é recente se comparada com a tradição de estudos europeus, norte-americanos e canadenses",* embora ressalte que há um *"diálogo entre acadêmicos e operadores técnicos da lei penal [...]",* além da colaboração dos operadores das agências de segurança pública, recentemente, preocupados em apoiar o incremento das pesquisas acadêmicas, construindo novas praticas dialógicas que não fiquem limitadas aos discursos repressivos.

O objeto de pesquisa da Geografia não é – *de per si* – estudar com

exclusividade os fenômenos da violência e da criminalidade, mas também não deve deixá-los de estudar por ser resultante de relações sociais que se materializam num espaço territorial e num determinado momento histórico. A Geografia deve participar dessa reflexão crítica e dos processos que possam gerar conhecimento sobre a violência e a criminalidade, contribuindo na analise sobre as suas causas e determinando como o espaço (lugar/território) pode ser a condição daqueles acontecimentos sociais e como estes atuam na produção e organização espacial das cidades, como também o de auxiliar na busca de soluções consentâneas para minorar os efeitos negativos da violência e da criminalidade.

Corrêa (2001) afirmou que a Geografia tem por um de seus objetos de estudo a ação humana que acaba modelando a superfície terrestre: paisagem, espaço, lugar e território. Consequentemente, a violência e a criminalidade são fenômenos sociais que se realizam num determinado espaço(s) ou território(s), portanto, é uma das facetas da interação homem/espaço que repercute diretamente na produção e organização espacial.

O recorte espacial da Cidade de Rio Claro, analisando suas dinâmicas espaciais, serviu de sustentação para que pudéssemos elaborar uma reflexão teórico-geográfico para conceituar e verificar se uma cidade é violenta sob o viés da criminalidade. Primeiramente, foi necessário responder a duas perguntas fundamentais: A cidade de Rio Claro é ou não uma cidade violenta? Como comensurar – no olhar geográfico – se a cidade de Rio Claro é ou não violenta?

Considerando que o conhecimento é um processo dinâmico, fundamentar-se-á os aportes teóricos desta pesquisa com ênfase na releitura do pensamento de Walter Benjamin[4] que é estruturado na critica interdisciplinar, na presente tese, com opção principal pela análise geográfica.

A estética de Walter Benjamin é feita de narrativas, imagens e citações que iluminam, entre alamedas sombrias, as figuras do herói, do poeta, do passante. E a cidade é o grande palco onde se desenrola o drama de sua modernidade alegórica (SALGADO, 2012, p. 25).

Benjamin com seu consistente método científico foi capaz de revelar as *fisiognomias* e as fantasmagorias das cidades, também moldadas pela violência e a

[4]Entendemos oportunas algumas considerações sobre a obra benjaminiana. No Brasil, a partir dos anos de 1985, seus ensaios e livros são traduzidos para o português e editados. Pesquisas em sistemas acadêmicos comprovam que Walter Benjamin é o pensador frankfurtiano mais divulgado – *pós-morte* – e as suas teorias vem estimulando infindáveis reflexões e reinterpretações que se amoldam perfeitamente aos tempos atuais. Sua extensa obra – interdisciplinar – no ano de 2006, alcançou maior visibilidade no Brasil com a publicação da sua principal obra – *Passagens.* Esta obra benjaminiana foi estruturada no método da montagem de citações, com reinterpretações de Benjamin. Segundo Seligmann-Silva (2007, p. 103), *Passagens* é *"como uma constelação em constante movimento"*, que possibilita ao leitor infindáveis reinterpretações de um mesmo fato ou fenômeno.

criminalidade. Dialeticamente, a violência e a criminalidade são fenômenos sociais circunscritos num contexto histórico e geográfico que não devem ser vistos como totalidades em si. Somente é possível compreende-los de forma crítica se os inserirmos num recorte pertencente a um processo mais abrangente, composto de todas as relações sociais existentes numa sociedade e que ocorrem num espaço/tempo. A totalidade é "a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto" (LÖWY, 1985, p.16).

O olhar reflexivo benjaminiano sobre a cidade moderna foi elaborada por intermédio de um personagem - *o flâneur*, que descompromissado e distante dos acontecimentos foi capaz de contracenar com as representações: da história, da cultura, da mercadoria, do progresso, da multidão e da cidade surrealista. A rua é a moradia do *flâneur*[5].

Benjamim (1994, p. 188-94) afirmou que "a cidade é o autêntico chão sagrado da *flanerie*", e que o fenômeno da banalização do espaço foi percebido e denunciado pelo *flâneur*.

São dos pequenos detalhes *fisiognomicos*, considerados irrelevantes, que Benjamin revelou os fatos cotidianos que estão impregnados dos perigos da Modernidade. Sua candente critica da cidade foi elaborada a partir das imagens dialéticas e dos fragmentos de citações de outros autores, cuja técnica de montagem foi capaz de revelar as fantasmagorias da Modernidade. "Não tenho nada a dizer [...]. Só mostrar. Não rejeitarei nada de valioso, não usarei nenhuma formulação engenhosa" (BENJAMIN, 1982, p. 674). Seu método de montagem foi "extraindo citações e montando essas citações" (ROUANET, 1992, p. 51) e reinterpretando-as com sua aguçada lucidez.

A missão desta tese é avançar além do olhar do fenômeno da violência circunscrito numa simples entidade topográfica – a cidade de Rio Claro. É necessário inter-relacionar a violência e a criminalidade com todas as dimensões possíveis da paisagem rio-clarense para desvendar as suas relações sociais também presentes na sua arquitetura e urbanística (seu sistema viário e construções), na sua história e, principalmente, "o solo de sua mitologia".

Benjamin, a exemplo de Baudelaire, soube ver Paris com o olhar do alegorista[6], "o primeiro a enfrentar a modernidade urbana, a fazer do choque urbano a

[5]Em Poe o *flâneur* é o homem da multidão. A *flanerie* como meio de apreensão e representação desse novo espaço. Charles Baudelaire, a *flanerie* é o ato de deliberadamente e descompromissadamente vagar pelo espaço urbano, em busca de detalhes escondidos ou imperceptíveis aos olhos mais apressados.

[6] Do grego *allegoria*, significa dizer o outro; é antes um modo de interpretar que vai além das coisas e fatos. Discorreu Benjamin que *"as alegorias estão para o reino do pensamento assim como as ruínas estão para o*

armação estrutural de sua poesia, a absorver em sua obra a pulsação convulsionada das massas, a compreender a dimensão enigmática da cidade" (ROUANET, 1992, p. 51).

A Modernidade, para Benjamin, é uma época dramática, irônica, produtiva ou destruidora em que "os poetas encontram na rua o lixo da sociedade e a partir dele fazem sua crítica heroica" (BENJAMIN, 1975, p.15). São nos detalhes desses lixos materiais: sobras, restos, dejetos, todos encontrados nas ruas, é que Benjamin construiu a *montagem do quebra-cabeça* capaz de revelar todos os demais lixos materiais e morais; reunidos todas as suas peças permitem decifrar os enigmas da modernidade.

Nos lixos morais é que num processo mais amplo, a criminalidade permite revelar suas imbricações com o medo e o sentimento de insegurança, com consequências e mudanças nas relações sócio-espaciais das cidades contemporâneas ao reproduzir inúmeras formas de segregação e discriminações sociais. São fenômenos sociais globalizados e que acontecem em Rio Claro/SP, São Paulo, Los Angeles, Johannesburgo, Buenos Aires, Budapeste, Cidade do México e Miami, como justificativas às novas tecnologias de exclusão social (CALDEIRA, 2003, p. 9) para atender uma economia capitalista de mercado.

Esta montagem de citações nos levou a também refletir sobre a complexidade do ordenamento jurídico brasileiro – com seu poderoso discurso de controle social. Sua correlação com o espaço urbano – diante de sua extensa criminalização de ações e omissões do cotidiano – obrigou-nos a analisar a criminalidade pelo recorte de alguns poucos tipos penais que em sua estrutura contemplasse a elementar da violência física ou moral. Neste contexto, restringimos aos crimes de homicídio (interrupção da vida de uma pessoa por outra) e roubo (subtração de coisa alheia móvel mediante uso de violência ou grave ameaça), com repercussões diretas no medo e no sentimento de insegurança das pessoas e, em muitos casos, acarretam em doenças psíquicas em grande parcela dos citadinos e com implicações também na (re)produção dos espaços urbanos.

Os crimes relacionados com os acidentes de trânsito mereceram atenção especial, que além de crimes são também atos de incivilidades – descumprimento de normas de conduta à convivência em sociedade. O tráfico de entorpecente foi analisado por ser um ilícito penal que depende de uma estrutura ou de uma organização criminosa que impõe mudanças nos hábitos dos moradores dos bairros (territórios) e nas suas espacializações territoriais. Institui territorialidades nos espaços urbanos e impõe práticas discursivas e de convivência social.

---

reino das coisas". In: ***A modernidade e os modernos***, Editora Tempo Brasileiro, 1975; ***Magia e técnica, arte e política***, Editora Brasiliense, 1987.

Deste intrincado processo de produção espacial correlacionados com a violência e a criminalidade é que podemos – num viés critico-analítico, perceber a sutiliza dos embates das restrições impostas pela segurança com a liberdade e vice-versa. O espaço e a violência – como mercadorias – impuseram a vida em comunidade restrições ou até mesmo a privação da liberdade. A tensão entre liberdade e segurança, como também entre comunidade e individualidade – dificilmente será desfeito. Este é o grande desafio das comunidades contemporâneas (BAUMAN, 2003).

Na reflexão critica sobre a produção do espaço urbano como condição de violência e criminalidade e estes com suas implicações com a produção e organização espacial, levaram-nos a utilizar de análises estatísticas e do uso de sistemas de informações geográficas – SIG, fundamentais à confecção de mapas digitais (série histórica de 2007 a 2011). Dialeticamente aquelas imagens (mapas) foram ferramentais importantes que nos permitiu compreender aqueles fenômenos sociais no contexto da (re)produção dos espaços urbanos de Rio Claro e as suas demais implicações de interesse geográfico.

Entendemos oportuno delimitar o conceito de critica que será doravante utilizado no transcorrer desta tese. Bolle (2000, p. 199) defendeu que a crítica é *"uma causa moral"*, justificando que "[...] o compromisso do crítico, em última instância, é com as 'ideais'.[...] Em suma, a arte do crítico seria: tomar partido – sem trair as ideias"[7].

A metodologia adotada nesta tese foi o materialismo histórico marxista. Como a historia é pensada e refletida numa concepção de classes sociais, o nosso olhar será pela ótica dos vencidos, aqueles que foram relegados e condenados ao esquecimento da historiografia oficial, geralmente, os expropriados das terras que nos espaços urbanos foram e são expulsos para os seus bairros periféricos ou as suas extremidades. São violências sutis que refletem direta ou indiretamente na criminalidade urbana, como se verificará adiante.

Neste sentido é que optamos pelo olhar reflexivo de Walter Benjamin que avançou para além da dialética marxista – superando a visada econômica para acrescentar também os olhares: da cultura, da teologia, do urbanismo, como também a visada geografia ao interpretar as *fisignomias* e as *fantasmagorias*, sempre ocultas ou ocultadas, das cidades modernas.

No Capítulo I, apresentamos a discussão conceitual sobre o papel de geografia nas reflexões criticas sobre a violência e a criminalidade, especialmente, a violência urbana na des(organização) do espaço urbano.

[7] Vide: Teses sobre História (Teses VI e XII) de Walter Benjamin.

No Capítulo II, analisamos as estatísticas da criminalidade como ferramenta ideológica de controle social e como correlacioná-las com outras disciplinas científicas, com objetivo de verificar se um espaço urbano é ou não violento.

A espacialização da criminalidade, o "endereço" dos ilícitos penais em Rio Claro/SP, com olhar preferencial da Geografia, foi analisado durante o Capítulo III, servindo de apontamento teórico capaz de indicar e verificar se uma cidade é um constelar de criminalidade, com alta incidência de ilícitos penais, correlacionando-os diretamente com a organização espacial de uma cidade. Mereceu atenção especial às dinâmicas sócio-espaciais do crime no espaço urbano rio-clarense. A violência urbana vai além dos centros urbanos e acaba repercutindo também no campo, merecendo atenção à relação campo-cidade. Neste capitulo, foram analisadas também as outras formas de violência, como as incivilidades e a falta de urbanidade das pessoas.

É importante verificar como o sentimento de insegurança e o medo atua nos processos urbanísticos e na arquitetura dos espaços urbanos. Estas reflexões foram apresentadas no Capítulo IV, bem como o papel das mídias sociais e das tecnologias da informação no processo de subjetivá-los no subconsciente coletivo da sociedade e que, muitas vezes, desencadeiam endêmicas doenças psíquicas, majoritariamente, no espaço urbano.

A formação cultural de uma cidade tem implicações diretas na produção do seu espaço geográfico e a leitura da cidade através das obras culturais são relevantes como releitura possível de todo o seu processo histórico. No capítulo V, a leitura de pequenos detalhes do cotidiano citadino permite (na técnica da montagem benjaminiana) refletir sobre a totalidade de todos os fenômenos sociais que institui, contribui ou se relacionam com a violência urbana.

A teoria benjaminiana da estética do caos e o seu método de recortes de pequenos detalhes (instantes) de um espaço/tempo são aportes teóricos capazes de revelar/traduzir as *fisiognomias* e as fantasmagorias das cidades contemporâneas, portanto, no Capítulo VI, apresentamos a *flanerie* pela cidade de Rio Claro.

Na conclusão, apresentamos os resultados sobre as hipóteses propostas, basicamente, se numa leitura geográfica poder-se-á considerar a cidade de Rio Claro como sendo violenta. Ao final, apresentamos um método geográfico estruturado em critérios teórico-conceituais que deve ser adotado – basicamente, para verificar se uma cidade é violenta, em especial, no tocante a criminalidade.

Esta tese é um novo referencial para aqueles que desejam refletir criticamente a segurança pública ao acrescentar também o olhar geográfico, ampliando a compreensão de

que a produção e a (des)organização do espaço se inter-relaciona com a violência, consequentemente, a criminalidade é apenas uma das fantasmagorias urbanas.

1. GEOGRAFIA DO CRIME OU GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA – QUESTÃO CONCEITUAL

A Geografia – nas últimas décadas, enveredou-se pelas pesquisas científicas correlacionadas com as questões da violência e da criminalidade. Santos (2004) afirmou que a Geografia deve ser compreendida como um ramo da ciência que se ocupa, preferencialmente, pela *espaciologia*, visto que toda a produção humana acontece no espaço e que o espaço geográfico é também produto dos homens ao longo de seu processo de desenvolvimento histórico-material. Consequentemente, as violências e os crimes acontecem num espaço geográfico produzido pelo homem e contextualizado num processo histórico-material.

No Brasil, as pesquisas geográficas cujos objetos foram às reflexões sobre as a criminalidade e a violência, receberam dos geógrafos inúmeras denominações para este específico campo de estudo, a exemplo citamos: *geografia do crime* (FELIX, 2002), *geografia do medo* (DINIZ, 2003), *geografia do atrito* (MELGAÇO, 2005) e a *geografia da violência* (SALLES, 1957; GONÇALVES, 2006). Resta saber qual a denominação mais adequada a ser adotada pelos geógrafos quando o objeto de estudo são aqueles fenômenos sociais.

Santos (1998, p. 40) defendeu que os conceitos jamais fossem substituídos por metáforas. *"*A míngua de explicações simples, a imaginação às vezes se encolhe. Daí a atração pelas metáforas". Avançando em suas considerações, Santos (1997, p. 10) entedeu que a história é um cemitério de conceitos, considerando que "sendo histórico, todo conceito se esgota no tempo". Por mais que queiramos conceituar alguns fenômenos ou ramos do saber científico estarão eles inseridos num processo – portanto, dinâmico e mutável do conhecimento humano. Para evitar o perecimento precoce os conceitos não podem ser extremamente rígidos, assim sendo, não devem tratar a realidade como uma totalidade fechada (KONDER, 1981, p. 51).

Na literatura científica brasileira não encontramos qualquer conceituação elaborada do que seja geografia do crime, geografia do medo, geografia do atrito, geografia da violência ou qualquer outra terminologia assemelhada. São apenas mencionados num contexto amplo quando se estuda os fenômenos sociais relacionados com a violência e a criminalidade. O olhar geográfico, comumente, se prende a espacialização dos fenômenos sociais da violência e da criminalidade, denotando importância prioritária para o local em que aconteceram aqueles fenômenos sociais.

Felix (2002) entende que a geografia do crime deve ser estruturada em saberes

interdisciplinar e para tanto, ao trabalhar com as questões geográficas imbrica suas reflexões para as tipologias criminais, a criminalização dos excluídos, o controle social, a dimensão demográfica do crime, a dimensão espacial do crime (ecologia do crime, urbanização, criminalidade rural e geografia do suicídio), as políticas públicas de segurança, a indústria do crime, a incivilidade e o crime e a desvalorização imobiliária. Porém, não conceitua o que seja a *geografia do crime*.

As teorias estruturadas num viés sociocultural, no entender de Felix (1996, p. 149) são oportunas para explicar que quando o sucesso econômico se torna busca incessante das pessoas, "a privação é frustrante e pode levar à tentativa de aquisição de bens, não importando por que meios". Decorre que o consumo de mercadorias e bens pode ser um dos fatores desencadeantes da violência.

Segundo Felix (2002) é nas regiões com maior desenvolvimento econômico, onde estão situadas as maiores aglomerações populacionais, sobretudo de imigrantes que procuram por melhores condições, são nestes locais em que a vida adquire um caráter anônimo que resulta por desestruturar os mecanismos de controle social informal. A exemplo, a deterioração das estruturas físicas dos centros urbanos, como indicador de vulnerabilidade ambiental, somadas com a intensa mobilidade espacial da população são todos fatores que enfraquecem a coesão social, cujo resultado é o embate entre valores culturais que contribui para com o incremento da criminalidade.

Destacamos algumas das principais abordagens teóricas sobre as causas da violência, enumerando-as: a) *das patologias individuais,* centrada na criminologia advinda das teses lambrosianas que se apegam a natureza biológica, psicológica ou psiquiatra; b) *da desorganização social,* o crime possui relação negativa com a coesão social, ou seja, onde é maior a desorganização social a criminalidade é também mais elevada); c) *do estilo de vida,* estilo de vida relaciona-se com a vitimização (vitimologia); d) *da associação diferencial,* advém das interações pessoais com a família, grupos de amizade e comunidade; e) *teoria do controle social,* quanto maior for o elo dos cidadãos com a sociedade e a concordância com os valores e norma vigentes, menores serão as chances das pessoas praticarem um crime; f) *do autocontrole*, de caráter essencialmente criminológico, diz respeito às condutas desviantes das pessoas que não desenvolvem mecanismos psicológicos de autocontrole na fase da primeira infância até a pré-adolescência; g) *da anomia,* a motivação para a criminalidade advém de metas planejadas pelo indivíduo e que não foram atingidas; h) *interacional*, a criminalidade deve ser compreendida através de relações recíprocas desenvolvidas entre o indivíduo e os grupos sociais em que ele está envolvido e, finalmente, i) *econômica da escolha racional,* o

ato criminoso decorre de uma análise dos benefícios e custos advindos da atividade criminosa, comparados com os resultados da alocação do tempo na atividade legal. Todas estas abordagens teóricas têm um enfoque preponderante na criminologia[8], servindo como base as reflexões para inúmeros geógrafos quando relacionam os fenômenos sociais da violência num contexto de espaço/tempo.

Outros pesquisadores como Battela, Diniz e Teixeira (2008), utilizam a estatística para analisar e estudar as determinantes do crime e sua distribuição espacial. Esses pesquisadores também trabalham com as questões que são referentes ao processo de urbanização e a produção do espaço da violência decorrente da exclusão social, da pobreza, da periferização e da segregação sócio-espacial.

Alguns pesquisadores brasileiros de forma sistêmica fazem uso dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG) para georreferenciar os locais de crime, como instrumento de análise espacial, a exemplo do CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte. Na pagina digital[9]do CRISP consta:

> Neste sentido, um dos instrumentos mais importantes desenvolvidos e colocados à disposição dos policiais foi o Mapeamento de Crimes. A utilização de mapas para a análise e formulação de estratégias de controle da violência tem sido crescentemente praticada pelas organizações policiais em todo o mundo, revelando-se como um dos instrumentos de ação mais eficazes e compreensivos na análise do fenômeno da criminalidade. Mapas têm sido utilizados tanto no planejamento e gerenciamento das atividades policiais, como no desenvolvimento de estratégias e programas de controle em nível local. A construção de geoarquivos, que congregam informações de diferentes agências, tem sido uma atividade constante. Na medida em que proporciona acesso a tecnologias capazes de introduzir novas perspectivas no gerenciamento da segurança pública.

Estudos estatísticos, de sistemas de informação para apoio à decisão, de sistemas de informação geográfica, além de elaborar diagnósticos sobre violência urbana foram e são realizados, no Estado de São Paulo, pelo GestaFUV[10] – Grupo de Estudo e

---

[8] Não há comprovação científica de que as biotipologias são determinantes para identificar pessoas ou grupos de pessoas propensas às práticas delitivas. Esses estudos criminológicos – iniciados por Cesare Lombroso, que buscava identificar um *"criminoso nato"* foram criticados e afastados pelos estudos científicos recentes. No Brasil, uma das principais críticas da criminologia – enquanto ciência – é Ana Lúcia Sabadell, enquanto socióloga jurídica.

[9]Vide: www.crisp.ufmg.br

[10] O GestaFUV publicou inúmeros artigos em congressos, simpósios e workshops sobre as questões da violência e criminalidade. Foi responsável pelo diagnóstico da violência e criminalidade, além das organizações policiais de Rio Claro/SP apresentado à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça que resultou no passado num Convênio Federativo para reaparelhamento da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Civil de Rio Claro (SMSDC) e na qualificação de seus funcionários na cultura dos Direitos Humanos e no Policiamento Comunitário. Em 2009 foi realizado outro diagnóstico que resultou num segundo Convênio Federativo com o Ministério da Justiça junto ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). O referido convênio federativo permitiu a construção e os equipamentos do Gabinete de Gestão

Análise dos Fenômenos da Violência Urbana do Departamento de Matemática Aplicada, Estatística e Computação (DEMAC) do IGCE/UNESP de Rio Claro. São contribuições para a critica da produção do espaço e sua correlação com a criminalidade.

A violência e a criminalidade têm imbricações simbólicas sobre a paisagem, nas diversas formas em que se manifestam. São raros os espaços urbanos que não sejam dotados de inúmeros simbolismos, merecendo todas elas acurada atenção para compreender as diversas interações entre os espaços reais, virtuais, fictícios, etc. No pensamento geográfico existe uma corrente teórica que defende que a paisagem é cultura antes de ser natureza, a exemplo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha (SCHAMA, 1996, p. 20). Toda a concepção de um determinado espaço passa pela percepção do homem em relação ao seu referente, o que inevitavelmente, já está sujeito à cultura (BONATO, 2010, p. 224-5). Neste contexto teórico-científico é que concebemos a paisagem da cidade de Rio Claro, com suas violências e criminalidades, ou seja, circunscrito na cultura ocidental capitalista. Avançando, podemos dizer:

> [...] é parte de um processo, que passa pela cultura e civilidade humana, pelos sistemas interpretativos de cada um, a *representação* da paisagem, mais ainda, pode ser considerada como parte desse processo. A representação da paisagem remonta ao problema amplamente discutido no interior das ciências humanas sobre a *totalidade* de reconstrução do objeto de estudo, seja qual for. Uma história, assim como uma geografia ou uma ciência qualquer que se pretenda total, é irrealizável do ponto de vista metodológico e mesmo prático (BONATO, 2010, p. 225-6).

A paisagem de uma cidade deve ser refletida no contexto de um processo, cujos olhares transpõem a sua dimensão espacial ou da singela interpretação de um mapa, obrigando o geógrafo outras tantas leituras: históricas, ambientais, sociais, econômicas, políticas, etc.. Portanto, a produção do espaço não deixa de ser uma produção cultural, um processo dinâmico e dialético.

> O conhecimento, enquanto processo dinâmico, constitui-se de modo contraditório numa necessidade imposta por determinações histórias concretas, num determinismo tempo e lugar. Assim a geografia como saber, um modo de pensar a época, movendo-se no contexto da produção do

---

Integrada Municipal de Segurança Cidadã (GGIM), composto dos seguintes módulos: Centro de Operações (Monitoramento Digital da Cidade e Centro de Telecomunicações), Sala de Gestão de Crise, Sala do Pleno (integração de todas as organizações de segurança pública com atuação no município e nas três esferas de governo com as Secretarias Municipais que atuam direta ou indiretamente nas questões de prevenção da criminalidade e violência), Observatório de Políticas Públicas, Secretaria Executiva e Ouvidoria. As questões da criminalidade e violência passam a ser discutidas e solucionadas com olhares multidisciplinares e sempre qualificando as ações preventivas, rompendo o município com o paradigma reativo para ser proativo, não mais centrando as ações somente na repressão ao crime. O GestaFUV também colaborou na execução do projeto técnico do referido programa no município de Rio Claro/SP. Participamos como coordenador e como gestor executivo do projeto que já está operando regularmente no município de Rio Claro. O GGIM é constantemente visitado por outras Secretarias Municipais como referencia a ser seguido como inserção do município como protagonista ativo nas questões da segurança pública.

> conhecimento, que é dinâmico e ininterrupto. [...] a análise espacial pode contribuir para o entendimento do mundo e seu processo de transformação, recriando constantemente a necessidade de se pensar o papel explicativo da geografia (CARLOS, 2010, p. 7-8).

É neste contexto que a espacialização da criminalidade da cidade de Rio Claro, referente ao período de 2007 a 2011, servirá como um dos olhares à compreensão da sua paisagem, todavia, sem prescindir de outras visões, fundamentais para compreender a *totalidade* daqueles fenômenos sociais (violência e criminalidade) no território rio-clarense.

Doravante, resta-nos apresentar a concepção de Oliveira (2010, p. 74), de território como aquele:

> [...] apreendido como síntese contraditória, como totalidade e concreto do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) com que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietário de terra.

Como exemplo, citamos a história do povoado de São João Batista de Rio Claro, sua colonização inicial foi no período das sesmarias e foi elevado ao *status* de cidade de Rio Claro no período do sistema capitalista de grandes agriculturas, com implicações diretas na formação da sua paisagem. A então burguesia rio-clarense e os proprietários de terra sempre fizeram uso da violência – nas suas inúmeras formas – para lhes garantir a posse e propriedade dos meios de produção. Primeiramente, foram as forças produtivas do sistema capitalista de grandes lavouras que moldaram o território e o desenho urbano rio-clarense. "Em síntese, é a unidade dialética, portanto, contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve" (OLIVEIRA, 2010, P. 74).

O conceito de território, em geografia, foi primeiramente utilizado por Ratzel[11] (1888; 1891; 1906; 1909; 1914) para explicar o objetivo científico da geografia política por ele elaborado. Friedrich Ratzel conceituou o território como sendo a "expressão legal e moral do Estado, as conjunções do solo e do povo, na qual se organiza a sociedade" (GALVÃO et al, 2009, p. 33). Avançou Raffestin (1993, p. 17-22) ao apresentar a sua reflexão critica de que a Geografia, até o século XX, não deixou de ser uma geografia do Estado, limitando-se a ver no fato político apenas uma expressão do Estado. "O poder político é congruente a toda a

[11] Das obras de Friedrich RATZEL destacam-se: *Antropogeographie, Die Geographie Verbreitung desMenschen*(Zweiter Teil). Stuttgart: J. Engelhorn, 1891; *Antropogeographie/ Grundzüge der Anwendung der Erdkunde auf die Geschichte*. Stuttgart: J. Engelhorn, 1909; *Geografia Dell'Uomo*. Turim: Fratelli Bocca. 596 p, 1914; *Las Razas Humanas* (Vol. I). Barcelona: Montaner y Simon, 1888; *Über Naturschilderung*. München und Berlin: R. Oldenbourg, 1906.

forma de organização. Ora, a geografia política, no sentido estrito do termo, deveria levar em consideração as organizações que se desenvolvem num quadro espaço-temporal que contribuem para organizar ou [...] para desorganizar" (RAFFESTIN, 1993, p. 18).

Com aportes teóricos de Foucault, relacionou Raffestin (1993) o poder para muito além do Estado, cujas dimensões são multidimensionais que incluem também as práticas e relações cotidianas da sociedade. Doravante, para Raffestin o território deve ser estudado sob o viés da abordagem relacional, considerando que é ele também formado pelas relações de poder multidimensionais e, consequentemente, a territorialidade seria um produto dessas relações (GALVÃO *et al*, 2009, p. 34). Está sua reflexão critica permitiu compreender que em cada unidade espacial analisada (território) não é mais possível encontrar uma homogeneidade do espaço, mas uma heterogeneidade de tempo e espaço.

> No processo de apropriação e produção do espaço geográfico, onde as partes relacionam-se desigualmente entre si e com o todo, dá-se o desenvolvimento desigual entre lugares, atividades e pessoas, no interior de uma sociedade cada vez mais mundializada. Os tempos são múltiplos. O novo não chega a todos os lugares no mesmo momento histórico. Aliás, é das desigualdades socioeconômicas e político-culturais, no espaço, que o capitalismo se renova cada vez mais forte (SAQUET, 2000, p. 152).

A ideia central das reflexões de Raffestin (1993) é que em cada espaço podemos encontrar ritmos diferenciados de tempo, consequentemente, o "desenvolvimento" não atinge instantaneamente a todos os lugares. São embasamentos teóricos que nos permite verificar que num bairro existem realidades diametralmente opostas, com maior ou menor incidência de criminalidade ou mesmo deparamos com situações econômicas dispares, etc.. A multidimensionalidade do poder, exercida por intermédio de inúmeras organizações (financeiras, comerciais, educacionais...), estrategicamente, atua no sentido de canalizar, bloquear, domesticar as relações que acontecem num determinado espaço, e *"criam um espaço de visibilidade no qual o poder vê, sem ser visto"* (RAFFESTIN, 1993, p. 39).

Raffestin (1993, p. 60), com está sua reflexão critica concluiu que "o território é o espaço político por excelência, o campo de ação do poder", portanto, o espaço "é como se fosse uma matéria-prima, anterior ao território, a partir dele e de ações de apropriações, conduzidas por atores ocorre a territorialização do espaço, o espaço é tornado produto" (GALVÃO et al, 2009, p. 42). Consequentemente, para Raffestin (1993) são as relações sociais exercidas pelos atores que geram a territorialidade que não se circunscreve apenas num modelo do espaço, mas também as características dos indivíduos e dos grupos que constituem um território. Portanto, "as escalas sociais e espaciais representam uma

territorialidade, que se manifesta no conjunto da produção, da troca e do consumo das coisas, e, portanto, cada território possui sua territorialidade única" (GALVÃO et al, 2009, p. 43).

O pensamento geográfico elaborado por Raffestin (1993) sobre o território resultou na sua teoria sobre o *sistema territorial* em que as dinâmicas territoriais são instituídas pelos diversos atores ao repartir suas superfícies em malhas/nós que estruturam as redes econômicas, políticas e culturais entre os territórios, consequentemente, permitindo que as "tessituras, nós e redes que podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes" (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

São esses *"sistemas territoriais"* que nos permite verificar e compreender as diferenças que ocorrem entre os diversos espaços urbanos de uma mesma cidade. Verificar como são elaboradas as tessituras, os nós e as redes de um território marcado por fenômenos sociais da violência e da criminalidade, às vezes de forma discrepantes, nas diversas territorialidades de uma cidade.

> Assim, Raffestin (1993) apresenta o sistema territorial tanto como meio quanto fim, submetendo o território tal qual uma organização, territorial detentora de uma ideologia. Toda combinação territorial cristaliza energia e informação, estruturadas por códigos. O sistema territorial, portanto, pode ser decifrado, a partir das combinações estratégicas realizadas entre os atores, ao mesmo tempo produto e meio de produção (GALVÃO et al, 2009, p. 45).

Para Sack (1986, p. 19) o território é o resultado das relações sociais, enquanto que a territorialidade "é uma estratégia para estabelecer graus diferentes de acesso às pessoas, coisas e relações". Para ele a territorialidade possui três características que são interligadas: a) *classificação ou definição de áreas*; b) *comunicação*; c) *forma de coação ou controle*. A *classificação por área* diz respeito ao seu limite, como exemplo, a quem pertence um determinado espaço, no aspecto de domínio. Já a *comunicação* se relaciona a uma marca ou sinal, a exemplo, de uma fronteira territorial que se constitui numa forma simbólica de declaração sobre a posse ou exclusão. Finalmente, é necessário *controlar* o seu acesso ou as coisas que estão inseridas dentro dela, ou às coisas fora dela por restringi-las de dentro. Conclusivamente, as territorialidades são uma "estratégia geográfica potente para controlar as pessoas e as coisas, pelo controle de área. [...] As territorialidades assim como território, acontecem tanto em situações complexas ou cotidianas, ocorrem em inúmeros contextos sociais, situações e relações" (SACK, 1986, p. 5-21).

Plein *et al* (2009, p. 54-6) utilizaram-se da teoria de Sack – sobre território e territorialidade, para demonstrar como esses conceitos podem ser aplicados quando se analisa a complexidade de ações de controle territorial, com as delimitadas pelas facções criminosas.

Citam, como exemplo, as ações do Primeiro Comando da Capital – PCC[12], organização criminosa que atua em São Paulo e com ramificações em outros Estados-membros e em Estados-nacionais circunvizinhos. Demonstraram que os chefes daquelas organizações criminosas exercem autoridade, com uso da violência, para controlar atividades e indivíduos em territorialidades por eles subjugados e estas "normas" impostas moldam comportamentos sociais (lei do silêncio, fechamento de escolas, comércio,...) e transformam os moradores dos territórios por eles dominados, numa sociedade *"obediente"*, enfraquecendo as relações comunitárias daquela comunidade.

Levando como referencial a cidade do Rio de Janeiro, com suas redes complexas de territorialidades, inclusive as impostas pelas facções criminosas nos territórios por eles "dominados", as disputas pelo poder é uma constante – quer entre as inúmeras organizações criminosas ou quando o Estado brasileiro se depara na contingência de retomá-los em decorrência de uma calamidade pública ou mesmo da cobrança política de parte da sociedade civil organizada, o resultado é o incremento da violência – mesmo a institucional (das forças de segurança).

> Se a territorialidade é uma estratégia para controlar as pessoas, conceito fundamental na acepção de Sack (1986), uma facção criminosa se torna uma opção oportuna para entender e argumentar sobre a relação da territorialidade, por exemplo, desenvolvida numa favela. [...] o poder de controlar pelas armas, violência, disciplinando rigidamente uma territorialidade em um determinado espaço geográfico. [...] utilizando da territorialidade como estratégica geográfica (como na acepção de Sack, 1986), de controlar a mobilidade dos indivíduos e suas relações sociais estabelecidas em uma parcela do espaço (Plein et al, 2009, p. 54-5).

Do embate entre o poder das organizações criminosas com o poder estatal, o resultado são sobreposições de poderes com reflexos diretos na conformação de territórios e territorialidades (Plein et al, 2009, p. 56).

---

[12] O Jornal O Globo, do Rio de Janeiro, na sua edição de 23 de maio de 2006, reproduziu a entrevista do traficante Marcola, um dos líderes do PCC, oportunidade em que afirmou: - "[...] não há solução, cara [...] A própria ideia de "solução" (se referia a criminalidade) já é um erro". Já olhou o tamanho das 560 favelas do Rio? Já andou de helicóptero por cima da periferia de São Paulo? Solução como? Só viria com muitos bilhões de dólares gastos organizadamente, com um governante de alto nível, uma imensa vontade política, crescimento econômico, revolução na educação, urbanização geral. [...] Vocês é que tem medo de morrer, eu não. Aliás, aqui na cadeia vocês não podem entrar e me matar. Mas eu posso mandar matar vocês lá fora... Nós somos homens-bomba. Na favela tem cem mil homens-bomba... Estamos no centro do Insolúvel, mesmo... Vocês no bem e eu no mal e, no meio, a fronteira da morte, a única fronteira. [...] A morte para vocês é um drama cristão numa cama, no ataque do coração... A morte para nós é um presunto diário, desovado numa vala... Vocês, intelectuais, não falam em luta de classes, em "seja marginal, seja herói"? [...] Mas meus soldados todos são estranhas anomalias do desenvolvimento torto desse País. Não há mais proletários ou infelizes ou explorados. Há uma terceira coisa crescendo ai fora, cultivado na lama, se educando no absoluto analfabetismo, se diplomando nas cadeias, como um mostro *Alien* escondidos nas brechas da cidade. Já surgiu uma nova linguagem. Estamos diante de uma espécie de pós-miséria. Isso. A pós-miséria gera uma nova cultura assassina, ajudada pela tecnologia, satélites, celulares, internet, armas modernas. É a merda com chips, com megabytes. "Meus comandados são uma mutação da espécie social, são fungos de um grande erro sujo".

Becker (1993) concluiu que é no espaço que se processa a reprodução social, ou seja, essa reprodução social é constituinte de uma realidade social por ser a sua dimensão material concreta das relações sociais. Este autor apresentou o argumento teórico de que o território "passa a ser um produto 'produzido' pela prática social e também um produto 'consumido' vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto, a prática social (PICINATTO *et al*, 2009, p. 69)".

> O processo de produção do território é determinado pela infraestrutura econômica, mas regulado pelo jogo político. Implica na apropriação do espaço pelo ator que então territorializa esse espaço. Implica também na noção de limite: a forma do território e a malha territorial são manifestações de relações de poder (BECKER, 1983, p. 8).

Becker (1983), resumidamente, conceituou que a territorialidade "se expressa pelo consumo do território e é também a face vivida do poder; uma significação do quotidiano em uma malha territorial" (PICINATTO et al, 2009, p. 70). As referidas reflexões levam-nos a conclusão de que o processo de ocupação do território produz a construção de raízes e identidade num grupo social (sociocultural) que se ligam, inevitavelmente, aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, paisagem, etc.). Portanto, as diferentes territorialidades urbanas formadas numa cidade de forma dinâmica operam na construção de identidades que ligam sua população aos interesses prevalecentes ou não daquele grupo de habitantes. Esses interesses podem estar relacionados com os interesses do crime organizado que se apresenta nos bairros periféricos diante da ausência do poder estatal ou mesmo nos condomínios fechados de alto padrão construtivo, apropriados para os crimes do "colarinho branco", dificultando o acesso do poder estatal. Territorializar-se-á nessas áreas uma cultura marcada pela violência/crime que se reproduzirá nas diversas formas de manifestações culturais. Consequentemente, a violência integra os processos de territorializações, fixando também os espaços de interesses da criminalidade organizada o que, inevitavelmente, acaba por realimentá-la. A criminalidade não deixa de ser apenas uma das inúmeras formas *fisiognomica* em que se expressa à violência urbana.

O conceito de violência urbana, para muitos, é um termo genérico e de difícil conceituação diante das inúmeras disciplinas da ciência, com seus inúmeros enfoques. Contudo, a violência decorrente do crime jamais poderá prescindir do contexto legal-jurídico, por uma construção ideológica regrada por normas jurídicas.

Se o crime é uma construção ideológica que o tipifica, por outro lado, não foi capaz o ordenamento legal brasileiro e sua doutrina jurídica conceituar o que seja violência urbana. Esta por sua vez também não se circunscreve somente no contexto do crime, muitas

vezes, suas causas estão vinculadas nos atos de incivilidade, o desrespeito as elementares normas de convivência social, aquelas normas de ordem ético-moral (*furar fila*).

A violência deve ser refletida no contexto de um processo histórico-cultural, o que já dificulta conceituar a violência urbana, visto que um ato violento de outrora pode não ser atualmente considerado como tal, diante da dinâmica das normas e dos valores próprios de cada organização social[13].

Se ampliadas as reflexões sobre a violência e a criminalidade é possível verificar até como aqueles fenômenos sociais se inter-relacionam com o medo e o sentimento de insegurança que trazem implicações diretas para o enfraquecimento dos laços sociais e interpessoais, além de serem utilizados estrategicamente no processo de segregação sócio-espacial.

O medo do crime (*fear of crime*) recalca a percepção do sentimento de insegurança e, somado com as formas sensacionalistas utilizadas pela mídia como mais produto capaz de estimular o seu consumo, acaba inculcando o *pânico moral* que nos leva a ter *"medo do outro"*, recalcando o individualismo. O medo do crime e do sentimento de insegurança acarretam efeitos psicológicos negativos sobre as pessoas, causando-lhes ansiedade, desconfiança, alienação, insatisfação com o bairro, com a comunidade e com a vida. Em situações extremistas, como acontece nos grandes centros urbanos brasileiro, sobrepõe uma *ideologia de insegurança* que promove entre as pessoas a exclusão e o isolamento social, o racismo e a xenofobia, etc. (Miceli; Roccato; Rosato, 2004).

> O *apartheid* carioca impede o bairro, espaço onde diferentes subjetividades e classes sociais circulam e atravessam suas ruas e esquinas, desprotegendo e inquietando o nirvânico equilíbrio burguês [...] A vida condomizada, vendida no mercado como prazer, conforto e segurança, tem sauna, piscina, amigos iguais, proteção para crianças, vizinhos iguais, corpos iguais, computador, necessidades iguais [...] (Baptista, 1999, p. 38).

A *ideologia de insegurança* é estratégia global que se associa com o "medo líquido" [14], fundamentais para atender a economia de mercado. Esta ideologia, atualmente,

---

[13] No passado, o Brasil considerou contravenção penal a vadiagem, a mendicância e a embriaguez. O adultério já foi considerado crime e punia preferencialmente as mulheres. Como até a pouco tempo a legislação brasileira adjetivava negativamente alguns grupos de mulheres, citando no seu vocabulário jurídico expressões como: mulher honesta, mulher virgem, etc.. Essas expressões jamais foram utilizadas para adjetivar os homens. Outras formas sutis de violência ainda são consumadas contra as mulheres, a exemplo, de vencimentos salariais menores dos que são pagos aos homens, etc.. São algumas das formas multifacetárias da violência que encontram terreno fértil nas cidades, consequentemente, sutis formas de violência urbana.

[14] O medo pela insegurança de que não haverá um futuro *"próspero",* agora é global. Bauman (2008) conceitua como sendo o *"medo líquido",* aquele medo de perder o emprego, da violência urbana, do terrorismo, de ficar sem o amor do parceiro, da exclusão, de desastres naturais e tecnológicos, etc.. A barbárie da modernidade capitalista.

vem encontrando resistências e opositores, a exemplo da "Primavera Árabe", os movimentos populares na Europa Ocidental (Londres, Paris, Lisboa, Madri, Atenas, etc.) e até mesmo os acampamentos no Central Park em New York, protestando contra o desemprego e a pobreza imposta pelo "estratosférico capitalismo".

Neste burburinho de acontecimentos e que segundo Carlos (1994, p.34):

> As cidades são "produto, meio e condição" das lutas e conflitos sociais e espaciais que se formam ao longo da história. Nesse sentido, no espaço urbano encontramos, de um lado, os espaços da elite que representa a classe dominante. E, de outro, os espaços periféricos das classes populares e as hiperperiferias da população excluída, ou os espaços considerados por alguns de **exclusão social ou inclusão precária**, formando-se dentro das cidades um tecido urbano fragmentado, segmentado e contraditório, no entanto, extremamente articulado.

Para Bauman o medo é uma das marcas do nosso tempo. O pânico social em se ter *"medo do outro",* neutraliza a convivência em comunidade e as questões sociais quase sempre são transformadas em questões policiais com a finalidade oculta de garantir o *"direito de consumir"*.

Wacquant (2001, p.7) denominou de "Estado policial" os Estados-nacionais em que as suas ações são priorizadas para reprimir os "inimigos" da ordem quando ousa eles transpor as fronteiras do consumo, o que os leva a exposição à violência policial, cujo objetivo é controlar a miséria e os opositores do regime político por meio do uso da violência. E neste sentido, podemos completar: "as novas imagens da cidade não estão mais associadas à utopia liberal da liberdade e da segurança, seja no Rio de Janeiro ou em São Paulo, e as pessoas estão perdendo as velhas virtudes cívicas - civilidade, segurança, tato e confiança" (ZALUAR, 2000, p.251).

Podemos refletir criticamente que as contradições sociais (fundamentais à sobrevivência do sistema capitalista) – promovem processos de integração e de segregação no espaço interurbano e têm suas centralidades nos conflitos entre *"riqueza-poder"* e as periferias. Decorre esta reflexão quando percebemos que "as contradições não se situam mais entre a cidade e o campo. A contradição principal se desloca e se situa no interior do fenômeno urbano: entre a centralidade do poder e as outras formas de centralidade, entre o centro 'riqueza-poder' e as periferias, entre a integração e a segregação" (Lefebvre 1999, p.155).

Nas cidades as populações de excluídos habitam por todos os seus espaços, contudo, há lugares em que aquelas pessoas são mais perceptíveis. Via de regra, são eles empurrados para os bairros periféricos e desprovidos de infraestrutura e de serviços públicos.

> A população pobre está em toda a parte nas grandes cidades. Habita cortiços e casas de cômodos, apropria-se das zonas deterioradas e subsiste como enclaves nos interstícios dos bairros mais ricos. Mas há um lugar onde se concentra um espaço que lhe é próprio e onde se constitui a expressão mais clara de seu modo de vida, é a chamada periferia. A chamada 'periferia' é formada pelos bairros mais distantes, mais pobres, menos serviços por transportes e serviços públicos (DURHAM, 1988, p. 178).

Estes processos de segregação ou de inclusão precária são uma das faces da violência urbana, o que levou Sampaio (2011)[15] a defender uma concepção teórica de que a violência urbana tem relações diretas com a (re)produção do espaço urbano não devendo sua leitura se prender tão somente num contexto único e muito menos vincular a sua noção somente na identidade da criminalidade, considerando que a violência urbana tem raízes na produção capitalista do espaço, por meio dos processos de urbanização. Com este olhar, Sampaio (2011, p. 139-40) expôs:

> Por isso, a busca por um sentido da barbárie, mesmo que escondida sob a máscara da democracia burguesa, não poderia residir ou resumir-se na noção de criminalidade. [...] Se o processo de urbanização permitiu melhoras concretas na vida individual e social, no entanto, acreditamos que a sua admissão enquanto progresso esconde que ele só pode se realizar dialeticamente, a partir de e colocando contradições profundas. Nesse sentido, desvendar o que se coloca contraditoriamente ao progresso, assim como desvendar o que se coloca contraditoriamente a um processo que parece pacífico, mas que, em essência, também é violento [...]. Se, o urbano como lugar da realização de um estado verdadeiramente humano está virtualmente colocado na realidade, tal como diz Lefebvre, acreditamos que sua possibilidade de vir a tomar forma também reside no esforço coletivo de se desvelar teoricamente os conteúdos e processos que o impedem de se concretizar. Acreditamos que a violência imanente ao processo de urbanização que incorpora a racionalidade irracional e destruidora do capital é um desses conteúdos e, por isso, invocou nossa atenção.

A inversão critica do olhar teórico para focar na segregação sócio-espacial e na expropriação da terra como sendo exitosas táticas utilizadas pelo processo capitalista, Sampaio (2011) revelou que o planejamento do espaço urbano é uma extensão das relações de troca capitalista com o seu componente intrínseco - a violência. Portanto, Sampaio (2011) durante todo o processo de sua pesquisa nunca abandou a violência como sendo um elemento constitutivo das relações sociais capitalistas[16].

---

[15] A reflexão crítica sobre a violência urbana, na forma proposta por Sampaio (2011), por meio de uma inversão teórica que prioriza a reprodução do espaço urbano, pode ser realizada através de três possibilidades: a) o papel da propriedade no processo capitalista; b) o papel do Estado; c) o cotidiano. As criticas de Sampaio (2011) suscita-nos perquirir se com outra matriz político-econômica os processos de urbanização estariam imunes da violência urbana, em especial, com a criminalidade. Contudo, esta perquirição não é objeto desta tese e poderá no futuro demandar outra pesquisa.

[16] No Rio de Janeiro, as territorialidades das favelas, recentemente, foram concebidas e estruturadas para impor os interesses *"capitalistas"* do tráfico de entorpecentes ou pelas milícias, ambas ávidas pelos lucros de seus rentáveis *"negócios",* contudo, foram instituídas ao *"arrepio"* do Estado e se transformam no *"alvo"* da repressão policial por contrariar – em muitas vezes – os interesses estatais e/ou de *"setores".* É justamente neste

A critica que apresentamos às contribuições de Sampaio (2011) é no sentido de que a violência urbana pertence também à linguística jurídica e mesmo quando deparamos com dificuldades conceituais não podemos – a pretexto de inversões – descontextualizá-la de ampla abordagem cultural, visto que todo espaço urbano é produto de uma cultura, além do que as relações que nele ocorrem sempre estarão inseridas num referencial jurídico-ideológico. Assim sendo, embora os meios de produção capitalista do espaço urbano são cruciais como condição para materializar a violência urbana, não resta dúvida que as diferenças culturais existentes nos territórios urbanos são também impactantes na produção da violência e da criminalidade.

É neste contexto amplo – imposto pelo "capitalismo global", o planejamento do espaço urbano rio-clarense adotará processos seletivos que também levará em conta os rendimentos *per capita* das famílias, além de instituir um modelo de urbanização centrado em condomínios *"militarizados"* horizontais ou verticais, independentemente do seu padrão construtivo. A consequência: é banida a convivência entre as diversas classes social.

Sampaio (2011) trouxe ao debate acadêmico-científico uma reflexão critica de que os fenômenos da violência urbana não devem e não pode se restringir tão somente como um produto das relações existentes nas cidades, avança com proposta de uma critica das relações capitalistas. O âmago de sua pesquisa é a estrutura da critica reflexiva na qual aponta a troca mercantil como sendo uma relação capitalista violenta e, portanto, a violência se faz presente em todas as operações urbanas.

Por sua vez, as operações urbanísticas – regulamentadas pelo arcabouço legal, instituem e impõem padrões urbanísticos, com seus gabaritos e posturas urbanas, parcelando o solo urbano e selecionando seus proprietários para atender os interesses político-econômicos locais. Atualmente, estes padrões urbanísticos adotaram também vieses na segurança e no embelezamento de bairros/condomínios, com objetivo de agregar valorizações comerciais.

Estes processos urbanísticos capitalistas podem ser analisados também sob uma ótica da *dialética negativa*[17], ao promover o rebaixamento das pessoas quando se

---

contexto e em outros que a segregação espacial é excelente tática de negócio (comercial ou financeiro), a exemplo do que acontece com os programas habitacionais de *interesse social* do programa público habitacional *"Minha Casa, Minha Vida"*, financiado pelo poder público federal. Este programa habitacional, sob o falso pretexto de *interesse social*, estrategicamente foi inserindo no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, para se transformar num lucrativo negócio para a indústria da construção civil. Negativamente, aquele programa habitacional promoveu e promove as segregações sócio-espaciais nas cidades brasileiras e acentua um processo de *hiperguetização* das periferias urbanas quando classifica e distribui os moradores *"contemplados"* numa hierarquia socioeconômica.

[17] Por ocasião da defesa da tese, o Prof. Dr. Everaldo T. Q. Gonzalez questionou sobre a *dialética negativa* com o seu caráter pessimista, inclusive na solução dos problemas decorrentes dos processos violentos de urbanização.

naturaliza as desigualdades, outra face da violência urbana.

Fazendo um recorte, a conceituação de violência urbana é difícil missão para os teóricos e pesquisadores, doravante, avançar-se-á na sua critica através de uma reflexão interdisciplinar que avance para além do direito ou da economia.

Se adotarmos as reflexões de Benjamin, o poder e a violência são advindos da mesma origem e se entrelaçam numa simbiose no qual um não pode prescindir do outro. O poder é instituído e mantido pela violência. Não há poder sem violência e violência sem poder - "a pura e simples promoção do controle – o controle dos seres humanos sobre o mundo e de seres humanos individuais sobre outros" (BORRADORI, 2004, p. 81)[18]. É evidente que para controlar é necessário ter poder que é instituído e mantido por meio da violência.

O argumento da critica benjaminiana sobre a violência decorre da análise semântica da palavra alemã *gewalt* (violência/poder)[19], portanto, "a tarefa de uma crítica da violência pode ser definida como a apresentação de suas relações com o Direito (*Recht*) e Justiça (*Gerechtigkeit*). Pois, qualquer que seja o efeito de uma determinada causa, ela só se transforma em violência, no sentido forte da palavra, quando interfere em relações éticas" (BENJAMIN, 1986, p.160). Decorre, portanto, que a violência nem sempre possui um conteúdo de negatividade. Walter Benjamin defendeu que a violência urbana pode apresentar um caráter positivo quando revestida de um direito de resistência, com legitimidade popular, com força capaz de promover transformações emancipatórias (revolucionárias) e que afaste a opressão ilegítima imposta a grupo de pessoas ou da maioria da população de uma nação ou

---

Realmente, a melancolia é um dos traços dos frankfurtianos, em especial, Theodor Adorno, em sua obra: "A Dialética Negativa". O questionamento pertinente nos levou a justificar que a nossa menção à dialética negativa foi no sentido de contrapor e, ao mesmo tempo, reconhecer o rebaixamento do homem diante do processo capitalista. Devemos refutar a totalidade inautêntica do mundo mercantil e a "dialética negativa" pode ser uma reflexão critica que contraponha ao sentido de uma realidade vazia e extenuada imposta pela "economia de mercado" que liquida a autêntica experiência de singularidade individual.

[18] As Universidades brasileiras se transformaram em ensandecidas fabricas que produzem – em série -saberes vazios, cuja estratégia capitalista é promover – violentamente – o controle dos seres *"humanos"* sobre a natureza, a alienação e o exército de seres *"robotizados".* A violência em forma de alienação e massificação do saber instrumental.

[19] A crítica da violência apresentada por Walter Benjamin pode ser encontrado na tradução de Willi Bolle em *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos.* São Paulo: Edusp/Cultrix, 1995, pp. 160-75). Há também a tradução de João Barrento em Walter Benjamin, *O anjo da história.* Lisboa: Assírio & Alvim, 2008, pp. 49-71. Tradução mais recente de Susana Kampff Lages e Ernani Chaves em Walter Benjamin, *Escritos sobre mito e linguagem.* São Paulo: Ed. 34; Duas Cidades, 2011, pp. 121-156. Nesta última tradução, em nota de rodapé 51, em fls. 121, os autores esclarecem que o conceito de *Kritik* deve ser compreendido no sentido Kantiano de "delimitação dos limites". Para estes autores Benjamin não escreveu um ensaio pacifista, porém, delimitou os vários domínios nos quais Gewalt (a "violência", o "poder") se exerce. Segundo os autores Benjamin refletiu sobre a oposição entre o "poder-como-violência" do direito e do Estado, e a "violência-como-poder" da greve revolucionária. Embora *Bolle* traduzisse o título do ensaio como *"Critica da violência – Critica do poder",* enquanto que *Barrento* como sendo *"Para uma critica do poder como violência"*, o importante para Lages & Chaves é *"ressaltar a dupla acepção do termo Gewalt, que indica, em si mesmo, a imbricação entre poder político e violência que constitui o pano de fundo da reflexão de Benjamin. Cabe observar ainda que, no plural, Gewalten, costuma ser traduzido também como forças".*

povo[20].

Apoiado na crítica marxista, Walter Benjamin defendeu que a violência nem sempre é uma negatividade ou deve ser vista de maneira pejorativa. Para Marx (1996, p. 370) "a violência é parteira de toda velha sociedade que está prenha de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica". Portanto, a violência adquire um caráter revolucionário contra uma ordem pré-estabelecida – com força transformadora de uma sociedade. Se a força legítima decorre de atos revolucionários está por sua vez institui uma nova ordem política e/ou econômica, desde que respeitado os valores previsto nos direitos humanos multiculturais[21]. Neste contexto, o geógrafo deve considerar em suas reflexão criticas que os "padrões" impostos pelo poder/violência[22] acabam atuando diretamente na (re)produção do espaço.

No contexto benjaminiano, os preceitos legais (principal manifestação cultural da ideologia de qualquer Estado-nação ou de um grupo de pessoas) somente se sustentam por uma dimensão de *força* – poder e violência. A violência instauradora da lei é o divisor entre o que pode ser considerado como legal ou ilegal, conferindo-lhe um caráter mítico para servir – quase que exclusivamente, os interesses dos detentores do poder (econômico, político, militar, religioso, etc.). Ao mesmo tempo, o poder não pode prescindir da violência que o mantem, consequentemente, a violência protrai ao longo do tempo para garantir o *status quo*. A violência mantenedora também não pode prescindir de formas extralegais, comumente exercidas pela polícia (não a única). Contudo, a violência extralegal tem as suas raízes na estrutura do preceito legal e avança para além dele, permitindo que muitas ações praticadas num contexto "fora-da-lei"[23] sejam tolerados e incentivados pelo Estado como eficiente e eficaz ferramenta de controle social.

Como já comentado anteriormente, a critica benjaminiana sobre a violência avançou no sentido de apresentar a distinção entre o *uso autorizado* e o *não-autorizado* da força (violência) como também apresentou um aporte teórico para sua conceituação.

---

[20] A primavera árabe, eclodida em 2011, espalhou a violência urbana por diversos países árabes – sendo considerada uma ação popular positiva que afastou tiranias opressoras que barbarizavam os povos árabes.

[21]Os Direitos Humanos – atualmente – recebem a critica por se assentarem em valores do Ocidente, que em muitas vezes, aniquilam os valores do Oriente. O viés capitalista ocidental dos Direito Humanos nem sempre respeita a multiculturalidade dos povos, suas tradições culturais e religiosas.

[22] A essência da critica benjaminiana sobre a relação entre poder /violência encontra-se no ensaio "*Zurkritik der Gewalt" (Para uma Crítica da Violência* ou traduzido também como *Critica da Violência. Critica do Poder)*. Benjamin sustentou a critica embasado no aspecto léxico da palavra alemã *gewalt*, que apresenta ambiguidade no seu significado, podendo ser utilizado como sinônimo das palavras violência ou poder. Na semântica alemã a palavra *gewalt* oscila entre dois polos: violência e poder.

[23] Esse controle social *"fora da lei",* como exemplo, citamos as *"abordagens policiais para averiguação de suspeitos",* elencando como público alvo preferencial os excluídos socialmente. São abordagens despidas do requisito legal, cuja exigência é a "fundada suspeita" de alguém ocultar instrumentos de crimes ou objetos havidos pela prática delitiva.

Benjamin constatou que a violência "pertence à ordem simbólica da lei, da política e da moral" (BORRADORI, 2004, p. 173-4). O conceito benjaminiano de "violência pura" permitiu que a reflexão rompesse com o contínuo histórico dos vencedores, através do materialismo histórico, bem como também interrompeu com a compreensão de que o progresso é um processo linear e homogêneo. Com seu aporte metodológico, Benjamin alertou que somente o espírito dialético é capaz de "escovar a história a contrapelo".

Os processos de urbanização do sistema capitalista devem ser criticados, "escovando-os a contrapelo", considerando que qualificam a estética em que as formas espaciais acentuam a segregação, a homogeneidade e a monotonia (CALDEIRA, 2000). São ingredientes sutis da barbárie contemporânea. Marx escreveu em 1847 que "a barbárie reapareceu, mas desta vez ela é engendrada no próprio seio da civilização e é parte integrante dela. É a barbárie leprosa, a barbárie como lepra da civilização" (LÖWY, 2000, p. 46).

A manutenção da "ordem pública" é uma das táticas utilizadas para o "adestramento" social, que não abdica dos processos de dominação/alienação das classes dos trabalhadores. Esta "ordem pública" sutilmente inculca a estética do caos ou da destruição para a eliminação dos "antigos". Como exemplo, citamos os processos de gentrificação dos espaços públicos, com políticas higienistas contra os pobres, expulsando-os para outros espaços urbanos e transformando aqueles espaços embelezados em mercadorias valorizadas. Portanto, a "ordem capitalista" é desocupar espaços para o novo. A estética da destruição e da violência e os processos de alienação devem, estrategicamente, ser levado para o espaço cultural, colaborando para a conclusão de Benjamin que *"todo documento de cultura é também um documento de barbárie"* por trazer um conteúdo ideológico e por expressar uma visão de mundo ou uma visão de história sob a ótica de quem o elabora.

No âmbito da *geografia política* concebida por Ratzer, suas ideias receberam a critica de Raffestin que avançou para o conceito de *geografia do poder* quando agregou na dimensão da geografia política os aportes teóricos de Foucault, em especial, sobre os micros-poderes estruturados num sistema de rede num único território, fundamentais para analisar as diversas territorialidades de uma cidade. Doravante, com a nossa leitura benjaminiana sobre a critica da violência que a considerou da mesma essência do poder, concluímos que os termos conceituais utilizados para designar *geografia da criminalidade, geografia do atrito,* dentre outros, são restritivos para a critica da violência urbana.

Adotar-se-á, nesta tese, ao se formular a critica da violência na perspectiva geográfica, à denominação de *geografia da violência.*

2. A ESTATÍSTICA DA CRIMINALIDADE: COMO ANALISÁ-LAS?

As estatísticas policiais[24] sempre foram criticadas pelos especialistas diante de sua falta de rigor cientifico, contudo, às pesquisas nacionais sobre o tema não foram estimuladas.

No âmbito das organizações policiais brasileiras a estatística é restrita somente no contar dos eventos ilícitos e transformá-los, quanto muito, em gráficos. No Brasil, a assinalação criminal ainda permanece arcaica, visto que as organizações policiais apenas cravejam com percevejos os ilícitos penais nos mapas físicos. A cartografia digital sobre criminalidade é praticamente inexistente naquelas organizações, considerando que sistemas computacionais do tipo INFOCRIM (Informações Criminais) não são utilizados todos os seus recursos diante da falta de mapas digitais georreferenciados elaborados ou disponibilizados pelos municípios brasileiros, como também é notório a falta de profissionais qualificados a operar os sistemas de informações geográficas – SIG. A Academia da Polícia Civil de São Paulo[25] sequer disponibiliza curso de formação ou qualificação na área de georreferenciamento ou geoestatística da criminalidade.

Esta realidade brasileira nos levou nos idos anos de 2001, em parceria com outros pesquisadores, primeiramente, analisar os conflitos de coleta de dados sobre homicídios realizados pelos órgãos públicos. Naquela época já constatávamos que a coleta e análise de dados referentes aos homicídios não eram sistematizados entre os órgãos públicos, com conflitos entre os registros públicos elaborados pelas organizações policiais, Cartório de Registro Civil, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), Ministério da Saúde, dentre outras instituições públicas. Observou-se também que não havia qualquer integração entre os referidos bancos de dados, dificultando em muito a análise criminal. Se o homicídio é classificado com um crime de extrema gravidade em nosso ordenamento jurídico brasileiro, com problemas nas coletas e análises estatísticas daquele ilícito penal, pode-se inferir a precariedade da coleta e análise dos demais crimes.

---

[24] Deve-se entender por estatística policial no presente capitulo a coleta de dados por parte das organizações policiais brasileiras, despidas de quaisquer análises. A SSP/SP disponibiliza em seu site as "estatísticas policiais" que resumem apenas na tabulação dos números das ocorrências de alguns tipos de crimes. É neste contexto que deve ser compreendido o termo - "estatística policial". Os gráficos elaborados no presente capítulo decorrem daquelas coletas numéricas e foram por nós elaborados para facilitar a compreensão dos fenômenos sociais da criminalidade.

[25] Acumulamos a docência naquela ACADEPOL/SP, por concurso público de provas e título, e não constamos qualquer disciplina com viés geográfico para o planejamento e gestão da segurança pública paulista, salvo elementar curso de estatística (como se verifica da emenda da disciplina) que distancia por completo das análises estatísticas mínimas exigidas ao gestor público e ao policial.

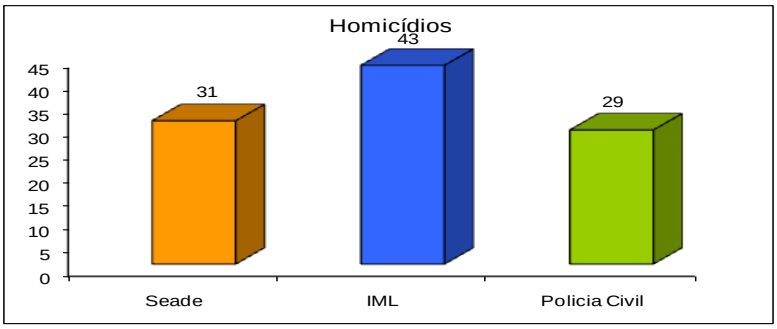
Foi neste contexto de dificuldades sobre a coleta e analise estatística da criminalidade, despertou o interesse de um grupo de docentes e pesquisadores na ampliação das pesquisas para contribuir com o planejamento das políticas públicas para o setor da segurança pública. Surgiu então o GestaFUV/DEMAC/UNESP[26]- Grupo de Estudo e Análise dos Fenômenos da Violência Urbana do Departamento de Matemática Aplicada, Estatística e Computação, campus Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", cuja missão é desenvolver pesquisas em estatísticas criminais, contribuindo para sistematizar a coleta, o tratamento e análise daqueles dados, além de realizar pesquisas na área computacional para desenvolver sistemas computacionais de apoio às decisões públicas no setor de segurança.

Govone *et al* (2001) e Carneiro et al (2002) desenvolveram inúmeras pesquisas que demonstrou as discrepâncias das coletas de dados entre os entes públicos envolvidos com a questão da mortalidade. É de atribuição do Ministério da Saúde a elaboração de estatísticas e de análises dos dados sobre as morbidades no Brasil e que se destinam às políticas públicas

[26] Citamos algumas pesquisas sobre estatísticas policiais desenvolvidas pelo GestaFUV, a saber: CARNEIRO, J.G.V.; LOMBARDO, M.A.; CARNEIRO, M.C.V. ***Georreferenciamento e Inteligência Policial - construindo políticas públicas de segurança.*** In: VII SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNESP, 2007, RIO CLARO. Anais do VII Seminário de Pós-Graduação em Geografia UNESP/Rio Claro, 2007. GOVONE, J.S; PIÃO, A.C.S.; SIQUEIRA, T.L.L.; NOURANI, F.; CARNEIRO, M.C.V. S.; CARNEIRO, J.G.V. ***Sistema de Apoio à Decisão para Monitoramento de Eventos de Mortes Violentas.*** In: 51ª REUNIÃO ANUAL DA REGIÃO BRASILEIRA DA SOCIEDADE INTERNACIONAL DE BIOMETRIA (51ªRBRAS), 2006, Botucatu. Programas e Resumos da 51ª RBRAS, 2006. CARNEIRO, J.G.V.; GOVONE, J.S; CARNEIRO, M.C.V.S.; COELHO, A.C.S. ***Estudo da Distribuição das Mortes Violentas em Rio Claro-SP.*** In: 46a. Reunião Anual da RBRAS / 9o. SEAGRO - Simpósio de Estatística Aplicada a Experimentação Agronômica, 2001, Piracicaba. Anais da 46ª Reunião Anual de Região Brasileira da Sociedade Internacional de Biometria e 9º Simpósio de Estatística Aplicada a Experimentação Agronômica, 2001. v. 1. p. 447-450. SILVA, R.Z.; PIÃO, A.C.S.; CARNEIRO, M.C.V.S.; GOVONE, J.S.; NOURANI, F.; CARNEIRO, J.G.V. ***Implantação de um Sistema de Informação Geográfica e padronização de dados estatísticos para o estudo de mortes violentas em Rio Claro***. In: XVIII Congresso de Iniciação Científica da UNESP, 2006, Bauru. Resumos do XVIII Congresso de Iniciação Científica da UNESP, 2006. PIÃO, A.C.S.; GOVONE, J.S.; CARNEIRO, M.C.V.S.; NOURANI, F.; CARNEIRO, J.G.V.; CORREIA, V.H.O ; PETRONI, V.H. O.; BUICIOLI, P. ***Proposta de Sistema Computacional de apoio à coleta, registro e análise de dados de mortes violentas em municípios de médio porte, como ferramenta de apoio a políticas de controle social.*** In: I Congresso de Estatística e Investigação Operacional de G aliza e Norte de Portugal, VII Congresso Galego de Estatística e Investigación de Operacións, 2005, Guimarães. Actas do I CONGRESSO DE ESTATÍSTICA E INVESTIGAÇÃO OPERACIONAL DA GALIZIA E NORTE DE PORTUGAL E VII CONGRESSO GALEGO DE ESTATÍSTICA E INVESTIGACIÓN DE OPERACIÓNS, 2005. MANFRIN, A L P; ANJOS, K F; CARNEIRO, J.G.V.; PIÃO, A.C.S.; CARNEIRO, M.C.V.S.; GOVONE, J.S. ***Tabelas de Vida para Vítimas de Mortes Violentas (Acidentes, Homicídios, Suicídios), Dados de 2001 e 2002, na Cidade de Rio Claro, SP.*** In: 49ª Reunião Anual da Região Brasileira da Sociedade Internacional de Biometria, 2004, Uberlândia. Anais da 49ª Reunião Anual da Região Brasileira da Sociedade Internacional de Biometria, 2004. CARNEIRO, J.G.V.; CARNEIRO, M.C.V.S.; COELHO, A.C.S.; GOVONE, J.S. ***Estudo Estatístico das Mortes Violentas na Cidade de Rio Claro-SP***. In: SBMAC-DINCON 1o. Congresso de Dinâmica, Controle e Aplicações, 2002, São José do Rio Preto. Anais do 1o. Congresso de Dinâmica, Controle e Aplicações, 2002. v. 1. p. 999-1004. PIÃO, A.C. S.; GOVONE, J.S.; CARNEIRO, M.C.V.S.; NOURANI, F.; CARNEIRO, J.G.V.; SIQUEIRA, T.L.L. ***Sistema de Apoio à Decisão para Monitoramento de Eventos de Mortes Violentas.*** In: 30 Anos do Curso de Bacharelado em Estatística da UFSCAR, 2006, São Carlos, 2006. CARNEIRO, J. G. V. ***Proposta de Georreferenciamento de Dados sobre Mortes Violentas***. In: VII Congresso de Iniciação Científica da UNESP, 2005, Rio Claro, 2005.

relacionadas com a qualidade da saúde e com a longevidade dos brasileiros. Os pesquisadores do GestaFUV/IGCE/UNESP coletaram dados em centenas de inquéritos policiais, livros de registros de boletins de ocorrências policiais, livros de registros de inquéritos policiais, todos da Polícia Civil de Rio Claro/SP e, avançaram para realizar o cruzamento daquelas informações com os dados coletados junto aos livros de registros e laudos médico-legais do Instituto Médico Legal de Rio Claro/SP. Findo está etapa, as pesquisas cruzaram os dados da Secretaria Estadual da Segurança Pública de São Paulo com os registros de óbito do Cartório Civil da Comarca de Rio Claro, sendo então possível constatar que os eventos homicídios apresentavam dados totalmente discrepantes **(Figura 1).**

Figura 1 - Homicídios em Rio Claro/SP – ano 2000



Fonte: Seade/IML – Posto Rio Claro/Del.Sec.Pol. Rio Claro/SP

Aquelas pesquisas de Govone *et al* (2001) e de Carneiro *et al* (2002) comprovaram que os organismos públicos de segurança não dispunham de qualquer formação em geoprocessamento e estatística, dificultando, sobremaneira a gestão da segurança pública. Esta triste realidade ainda permanece até os tempos atuais no Estado de São Paulo[27]

Outro aspecto prejudicial às análises espaciais da criminalidade é que as estatísticas não consideram as zonas obscuras decorrente da subnotificação dos crimes. A pesquisa sobre vitimização produzida pelo IBGE/PNAD, no ano de 1988, já apontava que 61,72% das pessoas que foram roubadas ou furtadas na região metropolitana de São Paulo, não relataram às policias. Em Rio Claro também ocorre a subnotificação de crimes, conforme pesquisa qualitativa realizada durante a 1ª Conferência Municipal de Segurança Púbica de Rio Claro, em 2009, que posteriormente será analisada.

A subnotificação de crimes decorre de outros inúmeros fatores, desde a recusa

[27] A Profa. Dra. Sueli A. Felix, responsável pela Coordenadoria de Análise e Planejamento da SSP/SP, no início de agosto de 2012, convidou o GestaFUV/IGCE/UNESP – RIO CLARO a apresentar um projeto de curso de qualificação em geoestatística e sistema de informações para os profissionais daquela Secretaria Estadual.

dos policiais em registrá-las até a desconfiança e o descrédito das organizações policiais em resolver os crimes. Nas comunidades compostas por grupos raciais minoritários também ocorrerem subnotificações de crimes em decorrência dos traumas históricos que foram consolidados durante o longo processo repressivo perpetrados contra as minorias, levados avante, principalmente, pelas organizações policiais.

A subnotificação de crimes de natureza patrimonial apresenta menor incidência nas comunidades que melhor se relacionam com as organizações policiais, geralmente, as elites sociais.

Outras dificuldades que constatamos na coleta e analise dos dados criminais perpassam desde o armazenamento dos registros policiais até a dificuldade que a autoridade policial tem em amoldar uma ação delituosa num tipo penal, por não se tratar de mera operação matemática, diante da complexa subjetividade de se interpretar as ações/omissões humana no amplo contexto legal, doutrinário e jurisprudencial. Consequentemente a tipificação criminal é uma construção ideológica da autoridade que poder levar em casos semelhantes a inúmeras e diversas soluções, até antagônicas[28].

Caldeira (2003, p. 101-2) apresentou as seguintes considerações sobre as estatísticas policiais:

> Foucault (1977) nos ensinou a entender as estatísticas como parte do poder disciplinar e como elemento central da tecnologia de poder dos Estados Modernos. Informações criminais – sempre registros oficiais – têm estado entre as características mais antigas e mais cuidadosamente produzidas. Elas fornecem dados não só sobre crimes, ou comportamento anormal, mas também sobre como uma sociedade funciona normalmente. Supostamente, as estatísticas seriam um instrumento neutro [...] Estatísticas criminais não são exceção. Elas constroem imagens de padrões de crime e comportamento criminoso. Hoje, é difícil sustentar a ideia de que seja representação do crime "real" [...] As estatísticas criminais de São Paulo podem não representar o crime "real", mas uma análise de suas peculiaridades contribui para um entendimento das instituições da ordem e da falta de respeito pelo estado de direito.

[28] As "estatísticas policiais" divulgadas pela SSP/SP, em seu site, nos chamou a atenção o crime de estupro, registrados em Rio Claro no ano de 2009, perfazendo o total absoluto de 15 crimes daquela natureza, enquanto que no ano 2010 saltaram os registros para 28 crimes de estupro e, finalmente, no ano de 2011 subiu para 49 crimes daquele tipo penal. Numa leitura simplista poder-se-ia inferir que ocorreu um aumento considerável daqueles crimes na cidade de Rio Claro. Na realidade, os tipos penais constantes do capitulo dos crimes contra os costumes (contra a liberdade sexual) foram substancialmente modificados e as suas penas agravadas, com a edição da Lei nº 12.015 de 10 de agosto de 2009. Até então o crime de estupro apresentava como agente passivo (vítima) exclusivamente as mulheres submetidas – por meio de violência ou graves ameaça – a conjunção carnal. Com o advento da novel lei a vítima também pode ser qualquer pessoa do sexo masculino e todos os atos libidinosos foram incorporados na figura delitiva do estupro. As constantes alterações legais promovem alterações ou falseamentos nas leituras estatísticas, podendo inferir muitas vezes interpretação equivocada de que houve aumento de uma determinada modalidade criminosa. Analisar as estatísticas policiais – quer as quantitativas ou qualitativas exige redobrada atenção por ocasião das reformas legais e nas interpretações doutrinárias e jurisprudências dos crimes, evitando-se, assim, equívocos ou distorções.

A repressão aos crimes não são uniformes nos territórios de uma cidade. A cultura policial é agir com mais "rigor" nos bairros periféricos das cidades, *hiperguetos* de pobreza material e intelectual, além dos locais habitados preponderantemente por etnias de afrodescendentes. Raramente, os bairros que concentram a riqueza econômica – em especial, os condomínios fechados de elevadíssimos padrões construtivos são importunados pelas organizações policiais com ações repressivas, reforçando as criticas de Foucault e de Caldeira, de que as estatísticas são utilizadas – nesses casos - como tecnologia de poder.

São considerações preliminares oportunas para uma reflexão critica das estatísticas policiais oficiais. Neste contexto, é que as estatísticas policiais e os mapas da espacialização do crime e da violência na cidade de Rio Claro/SP, por nós elaborados devem ser interpretados e analisados, cautelosamente.

Optamos, num primeiro momento, na confecção de mapas da criminalidade violenta pelo recorte jurídico dos crimes de roubo[29] e homicídios[30]. São ilícitos penais que

[29]Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade: I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma; II - se há o concurso de duas ou mais pessoas; III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância; IV - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior; (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996) Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90 Extorsão. Os latrocínios (art. 157, § 3º) para efeitos de georreferenciamento dos locais foram inseridos nos mapas de homicídios (morte violenta) e não nos de roubo. Esta decisão foi mais pelo viés da morte da vítima no espaço urbano do que sob o viés jurídico.

[30] O Código Penal Brasileiro assim ***tipifica o homicídio***: **Art. 121** - Matar alguém: **Pena** - reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos. **§ 1º** - Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço. **I** - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; **II** - por motivo fútil; **III** - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; **IV** - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; **V** - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime. **Pena** - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos. **§ 3º** - Se o homicídio é culposo: **Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos. **§ 4º** - No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos. **§ 5º** - Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária. O crime de ***roubo é tipificado***: **Art. 157** - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: **Pena** - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa. **§ 1º** - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro. **§ 2º** - A pena aumenta-se de um terço até metade: **I** - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma; **II** - se há o concurso de duas ou mais pessoas; **III** - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância; **IV** - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou

acarretam graves traumas pessoais e sociais, com repercussão direta no medo e no sentimento de insegurança de uma sociedade.

A **Tabela 1** apresenta um resumo das atividades desenvolvidas pela Policia Civil de Rio Claro nos últimos três anos.

TABELA 1 – Síntese das atividades de policia judiciária de Rio Claro/SP

ITEM/ANO	2009	2010	2011
BOS. ELABORADOS	15884	16546	18420
TCS. ELABORADOS	813	784	1029
IPS INSTAURADOS	1638	1622	1772
IPS RELATADOS	1611	1647	1360
FLAGRANTES LAVRADOS	364	364	361
AUTOS APREENSÃO (ART 173 ECA)	0	8	12
PRISÕES EFETUADAS	690	641	665
PESSOAS PRESAS EM FLAGRANTE	462	458	452
PESSSOAS PRESAS POR MANDADO	326	277	304
INFRATORES APREENDIDOS EM FLAGRANTE	10	10	17
INFRATORES APREENDIDOS POR MANDADO	13	14	10
ARMAS APREENDIDAS	139	91	104

Fonte: Delegacia Seccional de Polícia de Rio Claro/SP.

A estatística policial[31] foi a nossa opção inicial para verificar se a cidade de Rio Claro/SP é violenta no aspecto da criminalidade. Durante o período compreendido entre os anos de 2009 a 2011, contabilizou a Policia Civil de Rio Claro o total de 53.504 registros de ocorrências policiais. Deste total de ocorrências policiais (registros) resultou em 5.032 inquéritos policiais e outros 2.626 termos circunstanciados (crimes de menor potencial ofensivo), além de 20 autos de apreensão de menores (em flagrância delitiva). Consequentemente, apenas 14,35% do total de registros resultaram numa investigação policial que foram levadas ao conhecimento do Poder Judiciário. No mesmo período foram presas

---

para o exterior; **V** - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.**§ 3º** - Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de 7 (sete) a 15 (quinze) anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, sem prejuízo da multa. A título de esclarecimento, está ultima modalidade é denominada de latrocínio.

[31] A estatística policial difere da criminal, está última é produzida pelo Poder Judiciário durante o trâmite do processo crime que pode dar outra tipificação ao crime, portanto, diverso da preliminarmente apresentada pela Polícia Judiciária. A estatística criminal é mais restrita que a policial porque inúmeras ocorrências policiais sequer se transformaram em inquérito policial e muito menos em processos criminais. Por outro lado, a sistemática de coleta de dados policiais e seu tratamento para posterior análise são despidos de qualquer cientificidade.

2279 pessoas e apreendidos 74 menores infratores.

Estes dados são ainda mais caóticos se contabilizarmos que, de forma direta ou indireta, cada ocorrência envolve tantas outras pessoas (vitimas, infratores, testemunhas, policiais, peritos, imprensa, etc.), o que nos leva a projeção trienal de que um contingente de pessoas semelhante à população rio-clarense se envolve com a polícia, naquele lapso temporal.

No ano de 2011, foram registradas aproximadamente 19.500 ocorrências policiais (boletins de ocorrência, termos circunstanciados e autos de apreensão de menores infratores), 756 pessoas foram presas (452 em flagrante e 304 por mandado de prisão) e 27 menores apreendidos. No mínimo, 20.283 pessoas tiveram algum contato direto com a Polícia Civil. Se a média das ocorrências policiais envolve quatro pessoas, no ano de 2011 e, aproximadamente 80 mil pessoas tiveram algum contato – direto ou indireto, com a Policia Judiciária o que corresponde a quase 50% da população rio-clarense. O crescimento do número de ocorrência apresenta um crescimento em progressão, sendo que de 2009 para 2010 o crescimento de boletins de ocorrência foi de 5% e já de 2010 para 2011 apresentou crescimento de 11,32%.

O envolvimento do rio-clarense com a Polícia cresce em progressão aritmética ou até geométrica, demonstrando a situação endêmica da criminalidade. São dados significativos que comprovam que os habitantes das cidades estão se relacionando cada vez mais – direta ou indiretamente, com as ocorrências de natureza policial.

As autoridades policiais diante das parcas estruturas estatais disponibilizadas para as atividades de investigação criminal aplicam critérios seletivos, moldados por ideologias institucionais ou até mesmo pessoais. São todos critérios que não podem ser desprezados pelos pesquisadores quando das suas análises e reflexões, especialmente na leitura das estatísticas e mapas envolvendo fenômenos sociais relacionados com a criminalidade.

No Estado de São Paulo as estatísticas policiais são disciplinadas atualmente pela Resolução Secretarial SSP 160/2001, com as alterações da Resolução SSP 40, de 29 de março de 2011, que determina à Delegacia Geral de Polícia e ao Comando Geral da Polícia Militar a remessa, até o décimo dia do mês seguinte, da coleta de dados referentes a criminalidade para a Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP) do Gabinete da Secretaria da Segurança Pública[32]. A Resolução 160/2001 criou o Sistema Estadual de Coleta

[32] As notas explicativas emitidas pela Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP) da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, que podem ser consultadas no site daquela Secretaria[32], embora

de Estatísticas Criminais do Estado de São Paulo. Em janeiro de 2002 foi disponibilizada pela SSP/SP, em seu portal na internet, uma série histórica de dados compreendida entre os anos de 1999 a 2001. Posteriormente, as informações foram disponibilizadas mensalmente permitindo a comparação de um período em relação a outros períodos anteriores.

Podemos concluir que aquelas resoluções atribuem às próprias organizações policiais a responsabilidade pela coleta de dados policiais e sua posterior revisão, consequentemente, as estatísticas policiais representam a ideologia das organizações policiais estatais. Defendemos que outro órgão público ou mesmo auditoria externa deveriam coletar e analisar dos dados policiais, conferindo às estatísticas policiais melhor isenção. Ouvidorias independentes das organizações policiais desempenhariam melhor esta missão de coletar e analisar os dados estatísticos policiais, garantindo ao Estado Democrático de Direito Brasileiro a transparência e o controle do uso da força por parte dos órgãos policiais estatais.

Outro aspecto fundamental é que o sistema de coleta e análise de dados estatísticos sobre a criminalidade jamais foi amplamente discutido com a sociedade, além de que a sua regulamentação deveria ser por meio de lei amplamente discutida e aprovada pelo Poder Legislativo, retirando a exclusividade daquela normatização do Poder Executivo, gestor do controle social.

Oportuno consignarmos que os responsáveis pelas coletas de dados criminais que alimenta o Sistema Estadual, pela Polícia Civil ou pela Polícia Militar, são executados por policiais sem qualquer formação em estatística. São importantes considerações preliminares, visto que o banco de dados das organizações foram os utilizados à confecção dos mapas digitais sobre as espacializações da criminalidade no espaço urbano rio-clarense.

A análise dos dados referentes aos homicídios também considerou os de natureza culposa (despidos de intencionalidade por seus agentes ativos, decorrentes das modalidades imprudência, negligência e imperícia). Citamos como exemplo, os acidentes de trânsito com vitimas fatais. Esta modalidade delitiva se correlaciona com os meios de produção e de consumo de produtos das cidades. As relações de consumo, acentuadas nas economias capitalistas, será analisada sobe o viés dos crimes envolvendo as drogas (entorpecentes), com eventuais correlações com os crimes de homicídio e roubo.

Os crimes envolvendo “drogas ilícitas” têm peculiaridades próprias, exigindo,

---

represente um pioneirismo nacional na divulgação de dados estatísticos sobre a criminalidade, possui nítido caráter ideológico partidário e servem também como propaganda e divulgação das informações que interessam aos governantes, embora em algumas ocasiões sejam incapazes de ocultar eventuais retrocessos do setor da segurança pública.

via de rega, o concurso de pessoas ou mesmo estruturas criminosas, além de produzir territorialidades no espaço urbano.

As relações de consumo estão presentes também no crime de roubo. Nesta modalidade específica, a subtração violenta ou não de veículos automotores, objeto do desejo das sociedades capitalistas e símbolo de ascensão social, serão também analisados.

Estatisticamente, verificar se a cidade de Rio Claro é violenta no viés da criminalidade, exige que se façamos a comparação de parâmetros com outras cidades semelhantes ou não. As estatísticas policiais são importantes como indicativos para verificar as modalidades delitivas nos diversas regiões de uma cidade e sua intensidade, com o objetivo de colaborar na análise das suas dinâmicas espaciais.

2.1 As estatísticas sobre homicídios

No Brasil, no período de 1980 a 2010 (30 anos) foram vitimas de homicídios 1.091.125 pessoas, perfazendo a média anual de 36.371 crimes desta natureza. Se compararmos com os conflitos armados da Chechênia/Rússia (25 mil mortes/ano), Etiópia-Eritreia (25 mil/ano), Guerra do Golfo (10 mil/ano), Angola (20.370/ano), Israel/Palestina (2.358/ano), Curdos (3.076/ano), estatisticamente, demonstra que o território brasileiro pode ser considerado como uma região conflagrada pela criminalidade urbana, com elevada letalidade em comparação com aqueles países.

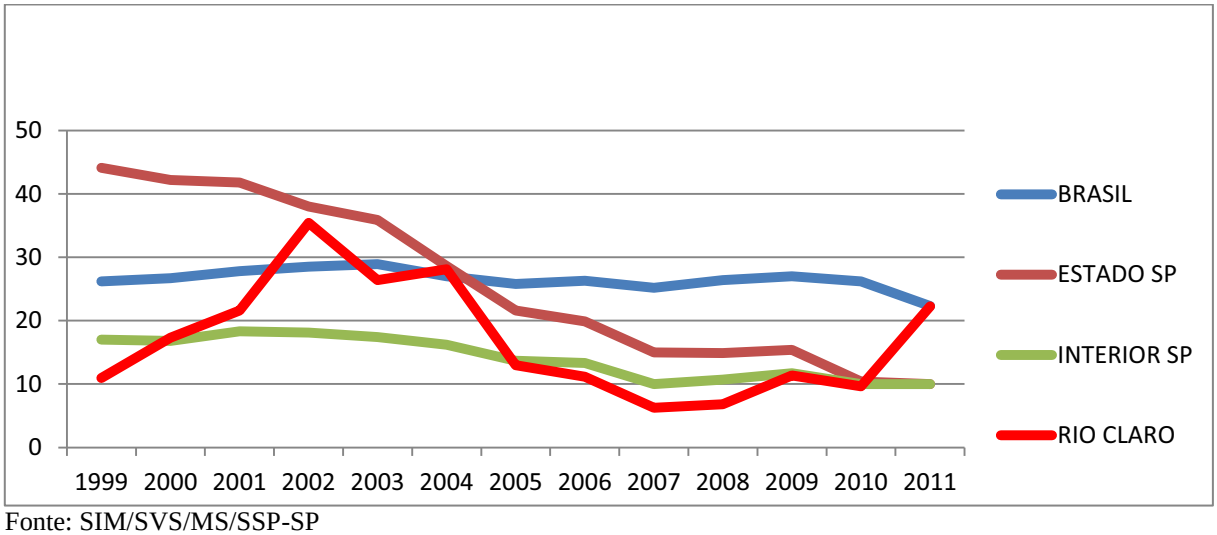
Estatisticamente, uma série histórica de cinco anos, permite ao analista verificar a tendência da criminalidade com razoável precisão. A figura 2, referente a uma série histórica do período entre os anos de 1999 até 2011, cotejou os dados sobre homicídios acontecidos no Brasil. Apresentou aquela figura as insignificantes oscilações na média daquele crime no referido lapso temporal, contudo, não se pode inferir decréscimo substancial daquela modalidade delitiva (homicídios). No ano de 2000 foi consumada a média nacional de 26,7 homicídios/100 mil habitantes, enquanto que no ano de 2011 esta média nacional foi de 22,3 homicídios/100 mil habitantes. O ápice dos crimes de homicídios no Brasil aconteceu no ano de 2003 com a média de 28,9 homicídios/100 mil habitantes. Durante o período compreendido entre os anos 1999 até 2010, os homicídios no Brasil apontaram a média de 25 homicídios/100 mil habitantes, portanto, a pequena redução da média nacional ocorrida no ano de 2011, diante das anteriores oscilações insignificantes, não nos permite inferir qualquer tendência de redução desta modalidade delitiva.

O Estado de São Paulo, num contexto geral, apresentou significativa linha de

tendência decrescente de homicídios. No ano 2000, foi consumada a média de 42,2 homicídios/100 mil habitantes, enquanto que no ano de 2011 foram reduzidos para 10 homicídios/100 mil habitantes, comprovando a tendência de redução daquele tipo de crime. Nestes últimos três anos (2009 a 2011), a média estadual de homicídios permaneceu estabilizada em 10 homicídios/100 mil habitantes, no limiar de uma situação endêmica. O interior paulista também apresenta constante tendência decrescente de homicídios, sendo que no ano de 2000, a média foi de 16,8 homicídios/100 mil habitantes e a partir do ano de 2011 a média do interior foi reduzida para 10 homicídios/100 mil habitantes.

A cidade de Rio Claro/SP **(Figura 2)** sempre apresentou incidência de homicídios consumados abaixo da média estadual, excetuado o ano de 2011. Exceções aos anos de 2002 (35,44 homicídios/100 mil hab.) e 2004 (28,09 homicídios/100 mil hab.), visto que os homicídios no município superou a média nacional, fato que novamente se repetiu no ano de 2011. No período compreendido entre os anos de 2005 a 2010, o município de Rio Claro/SP registrou média de homicídios inferior a nacional, a estadual e do interior paulista. Desde então os índices tem sido decrescentes e, nos anos de 2007 e 2008, respectivamente, foram de 6,28 e 6,8 homicídios/100 mil habitantes, enquanto que no ano de 2010 houve aumento da média para 9,66/100 mil habitantes. Estas médias estatísticas de homicídios dos últimos seis anos, excetuado o ano de 2001, retirou a cidade a cidade de Rio Claro/SP, momentaneamente, de uma situação considerada endêmica daquela modalidade delitiva, segundo os padrões preconizados pela ONU - Organização das Nações Unidas (somente acima de 10 homicídios/100 mil habitantes).

Figura 2 – Taxas anuais de homicídios por 100 mil habitantes



Fonte: SIM/SVS/MS/SSP-SP

No ano de 2011, novamente o município de Rio Claro/SP apresentou aumento na média dos homicídios, elevando para o indesejável patamar de 22,25 crimes/100 mil habitantes, considerado atípico pelas polícias paulistas[33]. A justificativa então apresentada pelas organizações policiais foi em decorrência da disputa pelas lideranças dos territórios urbanos do tráfico de entorpecente no município de Rio Claro/SP, ocasionada pela prisão e morte dos lideres locais pertencentes às facções criminosas.

Apresentamos outro comparativo sobre homicídios na **figura 3**. Utilizamos uma série histórica referente aos anos de 1999 até 2011, de algumas cidades paulista que são sedes regionais de comandos das organizações policiais, consequentemente, em tese, com melhor infraestrutura operacional, a exemplo das cidades de São Paulo (Capital), Campinas, Sorocaba, Bauru, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Santos, Ribeirão Preto, além das cidades de Diadema e Guarulhos. As cidades de Guarulhos e Diadema foram escolhidas por integrar a Região Metropolitana de São Paulo. A cidade de Diadema já foi considerada como referência nacional na redução da criminalidade, em especial, os homicídios. Ressaltamos, para efeitos comparativos, que a cidade de Rio Claro/SP, não é sede regional de comando de organizações policiais estaduais e não dispõe de organizações policiais federais lotadas em seu município, embora possua uma estruturada Secretaria Municipal de Segurança

---

[33]Em matéria jornalística: ***Delegado Seccional avalia 2011 como ano atípico***, veiculada no Jornal Cidade de Rio Claro no dia 08/01/2012. O mesmo jornal, no dia 01/02/2012 estampou a seguinte matéria:***Rio Claro está entre as cidades "campeãs do crime" no ano de 2011***, informando que segundo a Coordenadoria de Análise e Planejamento da SSP/SP, o município apresentou 21,72 homicídios por 100 mil habitantes, ficando na 8ª posição das cidades do Estado de São Paulo que ocorreram mais homicídios. Prosseguindo aquela matéria jornalística apresenta as seguintes considerações: "*Em recente entrevista ao Jornal Cidade, o delegado seccional da Polícia Civil de Rio Claro, Roberto José Daher, avaliou 2011 como um ano atípico em termos de violência. Frente aos índices de criminalidade e ao déficit de policiais civis, foi necessário otimizar a estrutura e centralizar as operações de segurança. "Na Delegacia de Investigações Gerais (DIG), por exemplo, foi criado um setor específico para cuidar dos casos de homicídio", comentou Daher. Consequentemente, houve aumento da produtividade a partir de uma reengenharia para sanar a falta de recursos no momento.Com relação às investigações da Polícia Civil, a maioria dos crimes registrados no ano passado decorre de acerto de contas entre criminosos, principalmente pela disputa do território do tráfico de drogas e por dívidas. Porém, esse tipo de situação desfavorece a solução do delito em decorrência da omissão de informações por parte de familiares da vítima".* A justificativa para o aumento dos homicídios no ano de 2011, novamente é reforçado pelo Delegado Daher em matéria jornalística do mesmo jornal em 25/07/2012, ao afirmar: *"Vingança e disputa pelo tráfico teriam motivado muitas das mortes".* Corroborando com esse entendimento em 25/07/2012, o Jornal Cidade de Rio Claro, em sua última página, apresenta matéria jornalística intitulada: ***Rio Claro e região formam maior fonte de arrecadação do PCC.*** Em entrevista pessoal com o Dr. Daher fomos informados que tramita pela Delegacia de Investigações de Rio Claro inquérito policial sobre *"tribunal do tráfico"* sob ordem do Primeiro Comando da Capital que julgava e sentenciava a morte pessoas ligadas ao tráfico de entorpecentes que afrontavam aquela organização criminosa. Segundo aquela autoridade policial, as principais lideranças do tráfico de entorpecentes em Rio Claro foram presas no ano de 2010 e início de 2011, o que resultou na disputa pelos territórios e lideranças do tráfico no município de Rio Claro.

e Defesa Civil, em sua estrutura organizacional com a Guarda Civil Municipal, a Vigilância Patrimonial Municipal e a Defesa Civil com seus agentes.

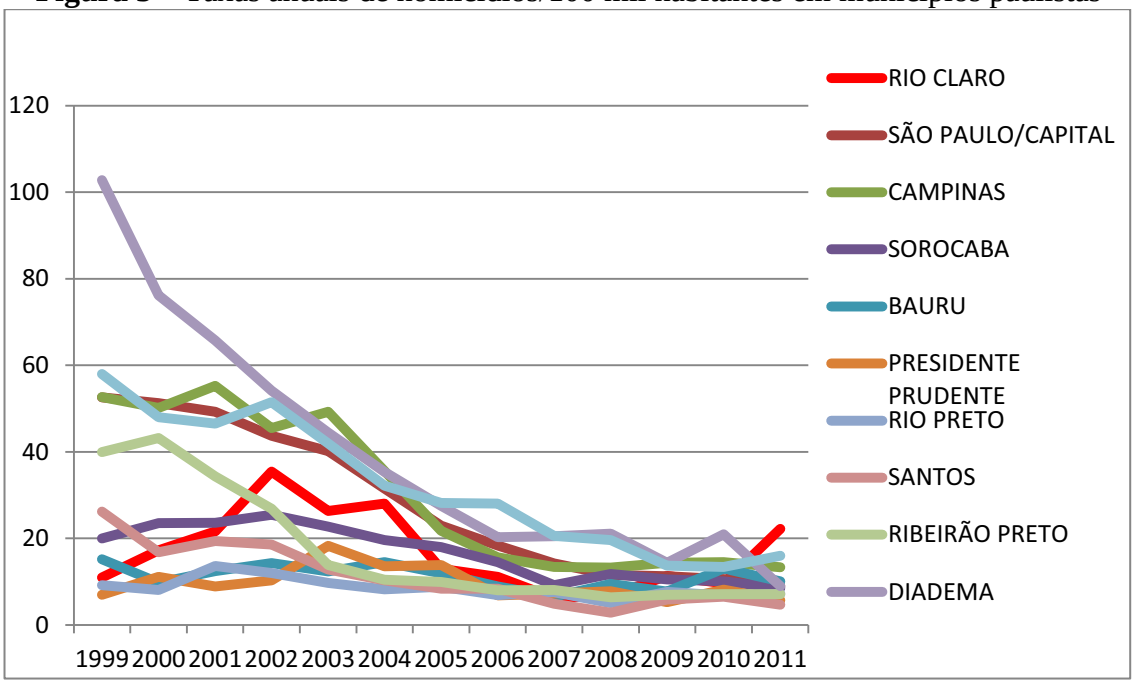
Constamos que os dados estatísticos policiais sobre homicídios sempre colocou a cidade de Rio Claro/SP com índices médios *per capta* inferior aos apresentados pelas cidades de Diadema (referencia nacional na redução dessa modalidade delitiva), São Paulo (capital), Campinas e Guarulhos. A cidade de Sorocaba, excetuado os anos de 2002 a 2004, manteve índices de homicídios superiores ou próximos aos ocorridos em Rio Claro/SP. Em sentido contrário, as cidades de Santos, Ribeirão Preto, Bauru e Presidente Prudente, durante os anos de 2000 a 2011, apresentaram comparativamente índices médios de homicídios inferiores ao município rio-clarense. Excepcionalmente, no ano de 2011, a cidade de Rio Claro/SP superou todas as mencionadas cidades, inclusive, as metrópoles de São Paulo (capital) e Campinas.

Porém, no período compreendido entre os anos de 2005 a 2010, a cidade de São Paulo e sua região metropolitana – incluindo Diadema e Guarulhos, além da cidade de Campinas, apresentou incidência média de homicídios bem superiores aos registrados na cidade de Rio Claro/SP. A cidade de Santos, por ser portuária, com grande movimentação de estrangeiros e de cargas, com todas essas suas características peculiares, sempre registrou incidência média de homicídios inferior aos registrados na cidade de Rio Claro, no mesmo período acima mencionado.

Do observado, somente a cidade de São Paulo e a sua região metropolitana (representada por Diadema e Guarulhos) suplantam os índices de homicídios de Rio Claro. A cidade de Sorocaba apresentou oscilações e índices médios de homicídios próximos aos registrados no município de Rio Claro, embora com maior população. No que diz respeito às demais cidades do interior paulista com populações superiores, a cidade de Rio Claro esteve sempre à frente nos índices médios de homicídios.

Por outro lado, se considerarmos a média da série histórica entre período referente aos anos de 1999 a 2011, a cidade de Rio Claro registrou índices médios de homicídios abaixo dos índices médios registrados no mesmo período no Brasil, em São Paulo e no interior paulista.

Figura 3 – Taxas anuais de homicídios/100 mil habitantes em municípios paulistas



Fonte: SSP/SP

Na **tabela 2**, relativa aos índices de homicídios por faixa de população de municípios paulistas, as cidades com população entre 100 mil a 200 mil habitantes, no ano de 2000, apresentou a média de 26,9 homicídios/100 mil hab., enquanto que decorridos uma década, no ano de 2010, a média foi reduzida para 15,9 homicídios/100 mil hab..

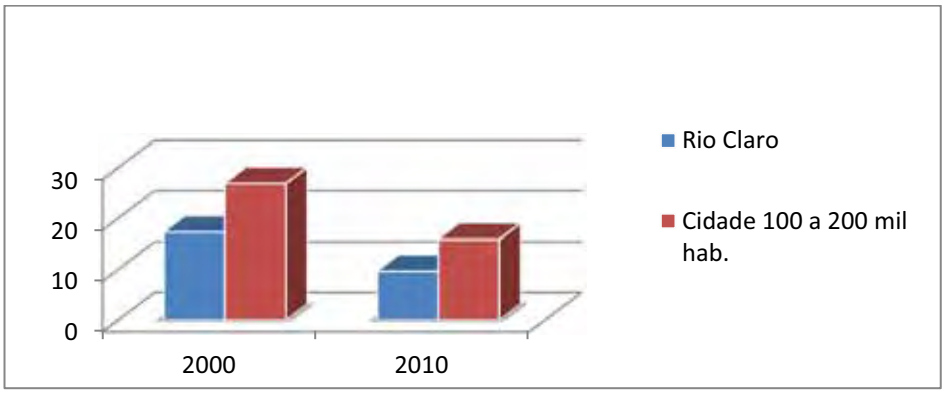
Tabela 2 - Homicídios por população do município em São Paulo: 2000-2010
crimes/100 mil hab.

Tamanho do município	Homicídios 2000			Homicídios 2010*			Δ % Taxas	N municípios
	N	Taxas	%	N	Taxas	%		
Até 5 mil habitantes	33	6,9	0,2	32	6,3	0,6	-9,0	157
De 5 a -10 mil	60	7,6	0,4	74	8,6	1,3	12,2	122
De 10 a -20 mil	143	9,0	0,9	137	7,8	2,4	-12,8	122
De 20 a -50 mil	505	14,6	3,2	443	11,3	7,7	-22,4	120
De 50 a -100 mil	581	19,2	3,7	437	12,8	7,6	-33,0	49
De 100 a -200 mil	1097	26,9	7,0	744	15,9	13,0	-40,9	36
De 200 a -500 mil	3137	41,3	20,1	1423	16,4	24,8	-60,2	30
500 mil e mais.	10075	62,9	64,5	2455	14,0	42,7	-77,7	9
TOTAL	15631	42,2	100,0	5745	13,9	100,0	-67,0	645

Fonte: SIM/SVS/MS. *2010: Dados Preliminares

Considerando as populações das cidades paulistas, foi elaborado o gráfico comparativo **(Figura 4)**. Entre as cidades paulistas com população entre 100 a 200 mil habitantes, referente aos anos de 2000 a 2010, os homicídios registrados no município de Rio Claro/SP apresentaram índices médios abaixo dos municípios paulistas com populações compreendidas naquela faixa de habitantes.

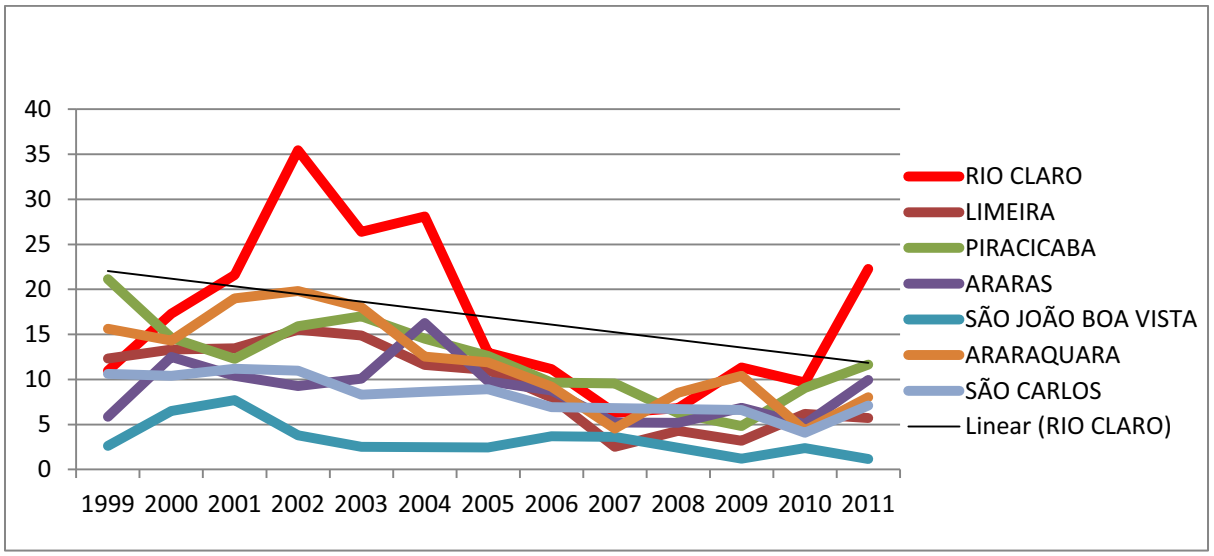
Figura 4 – Taxa de homicídios por tamanho de município em São Paulo



Fonte: SSP-SP/SIM/SVS/MS

Analisando a regionalidade territorial do município de Rio Claro/SP, elaboramos um gráfico comparativo **(Figura 5)** entre as cidades circunvizinhas ou próximas ao município de Rio Claro. No período compreendido entre os anos de 2002 a 2004, a cidade de Rio Claro/SP apresentou índice médio de homicídio superior aos registradas nas cidades circunvizinhas ou próximas. Entre os anos de 2007 até 2011, o município manteve alinha ascendente da tendência de crimes de homicídios. No ano de 2011, a cidade de Rio Claro registrou média de homicídios equivalente ao dobro de homicídios da média das cidades circunvizinhas e próximas, chegando a ser dez vezes superior a media de homicídios registrados na cidade de São João da Boa Vista.

Figura 5 – Taxas anuais de homicídios por 100 mil habitantes em cidades do interior paulista

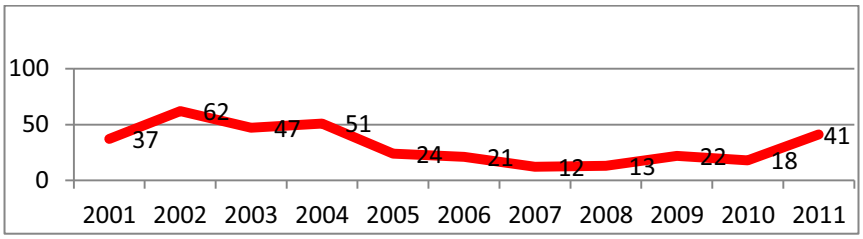


Fonte: SSP/SP

No quinquênio compreendido entre os anos 2001 a 2005 registrou a cidade de Rio Claro o total absoluto de 221 homicídios, enquanto que no quinquênio entre os anos de 2006 a 2010 apresentou redução para 86 registros de homicídios. Atipicamente, no ano de 2011, foi registrado em Rio Claro o total absoluto de 41 homicídios o que correspondeu a 47,67% de todos os homicídios registrados no anterior quinquênio. Nestes onze anos foram registrados 348 homicídios na cidade de Rio Claro, números esses subnotificados, visto que os dados coletados foram obtidos nas Delegacias de Polícia[34]. Anota-se que os homicídios culposos, considerando a natureza jurídica de não intencionalidade do agente, não foram inseridos nos referidos gráficos, inevitavelmente, se acrescidos haveria um aumento substancial das mortes cujas causas foram também externas (violentas).

O gráfico da **figura 6** apontou tendência decrescente dos crimes de homicídios na cidade de Rio Claro, salvo a exceção do ano de 2011.

Figura 6 – Homicídios consumados na cidade de Rio Claro de 2001 a 2011

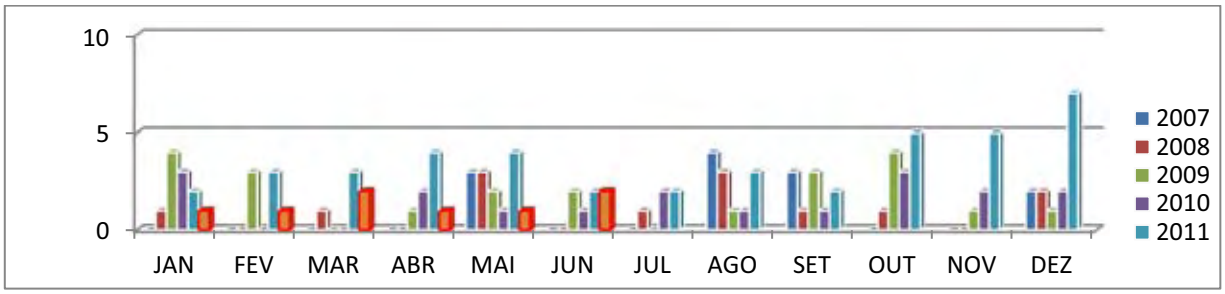


Fonte: SSP/SP

Infere-se que a letalidade em Rio Claro/SP, por referencial a década de 2000, apresentou substancial redução dos homicídios do primeiro para o segundo quinquênio, porem, no ano de 2011 os eventos homicídios apresentaram crescimento substancial. As justificadas apresentada pelos órgãos policiais foi a *"guerra do tráfico"*. Se analisada a serie histórica compreendida entre janeiro de 2007 até o junho de 2012 (primeiro semestre), o parâmetro aponta média de 02 homicídios por mês, oscilando entre 01 a 03 eventos. No ano de 2007, fugindo do parâmetro, o mês de agosto apresentou 04 homicídios, enquanto que no ano de 2009, os meses de janeiro e outubro apontaram também 04 homicídios. No ano de 2011, os meses de abril e maio com quatro homicídios e os meses de outubro e novembro com 05 homicídios e, finalmente, o mês de dezembro contabilizou o total de 07 homicídios **(Figura 7)**.

[34]Relembramos que as pesquisas realizadas pelo GestaFUV apontou o conflito de métodos existentes entre as organizações pertencentes a SSP/SP. Apontou aquele grupo de pesquisa que as estatísticas policiais somente contabilizam os eventos ou as vitimas em que a primeira *causa mortis* constou *causa externa*. São fatores preponderantes que acarretam em subnotificações.

Figura 7 – Taxas mensais de homicídios consumados na cidade de Rio Claro



Fonte: SSP/SP

No primeiro semestre de 2012, retornou a média dos anos anteriores (02 homicídios/mês), com o total de oito homicídios registrados pela Polícia Civil de Rio Claro.

Aspecto interessante é que a Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo incluiu, no ano de 2011, o "homicídio doloso decorrente de acidente de trânsito", modificando a política criminal de repressão aos crimes cometidos no trânsito, principalmente, contra os condutores de veículos surpreendidos sob o efeito de álcool ou drogadição.

Embora a média dos homicídios registrados em Rio Claro sempre foram inferiores que a médias nacionais e estaduais, porém superior às médias dos homicídios registrados nas cidades circunvizinhas ou próximas, está situação regional acarretou em acalorada discussão na mídia local e regional, em especial pela EPTV/Rede Globo.

As cidades de São João da Boa Vista, São Carlos e Araraquara, segundo os dados oficiais divulgados por aquela empresa televisiva, apresentavam índices médios de homicídios e roubos, no ano de 2011, que somados os dados estatísticos daquelas três cidades eram os índices médios dos crimes de homicídios e roubos registrados inferiores aos consumados na cidade de Rio Claro. Aquelas estatísticas foram propaladas pelo 5º Promotor de Justiça da Comarca de Rio Claro[35], como tática de afastamento de sua responsabilidade

[35]Reproduzimos o texto da jornalista Daniela Zigante Bertocco da EPTV/Central de São Carlos, postado em 28 de outubro de 2011 e transmitido para inúmeras pessoas, via internet, pelo então Promotor de Justiça – Gilberto Porto Camargo. *"Levantamento utiliza como base os registros oficiais da Secretaria de janeiro a setembro deste ano.* ***Homicídios****: Araraquara 11, São Carlos (13) = juntas as duas cidades tem 24 homicídios. No mesmo período Rio Claro registro 25.* ***Roubos (inclui gerais, de veículo, banco e carga):*** *Araraquara (416), São Carlos (586) = juntas as duas cidades somam 1,002 casos. No mesmo período sozinha, Rio Claro contabilizou 1.128 crimes desta natureza. Isso equivale a doze por cento a mais a mais do que os dois municípios da região.* ***Furtos de veículos:*** *Araraquara (261), São Carlos (330) = juntas as duas cidades somam 591 casos. Sozinha Rio Claro teve 753. Aumento de 27% em relação as outras duas cidades da região. Obs. é importante destacar que comparando os nove meses deste ano nota-se que a situação já foi pior. Em Rio Claro, por exemplo, o ano começou com dois homicídios, chegou a quatro em abril e maio e fechou setembro novamente com duas mortes. Já os roubos partiram dos 118 em janeiro, chegaram a 137 em julho e voltou a 106 em setembro. Os furtos de veículos, por sua vez, partiram de 56 em janeiro, chegaram a 125 em julho e terminaram com 67 em setembro. Os números criminais de Rio Claro são muito acima da média regional. É possível incluir uma outra cidade*

funcional, como se não integrasse a sua instituição ao sistema de segurança pública, até como fiscal externo das atividades policiais.

Ressalta-se que as cidades de Araraquara, São Carlos e São João da Boa Vista não pertencem à mesma circunscrição policial da cidade de Rio Claro, portanto, aquelas cidades estão inseridas na região policial de Ribeirão Preto e Campinas, respectivamente, com outras características socioeconômicas, viárias, culturais, etc..

A comparação da estatística policial, no ano (2012), perdeu interesse da mídia regional, em especial, da EPTV/Rede Globo. Observamos que as cidades de São João da Boa Vista, São Carlos e Araraquara, no período de janeiro a setembro de 2011, foram registrados pela Polícia Civil o total absoluto de 25 homicídios, igual ao total de registro de homicídios ocorridos em Rio Claro/SP. No período do primeiro semestre de 2012, aquelas três cidades (São Carlos, Araraquara e São João da Boa Vista) somadas já registraram o total absoluto de 34 homicídios, contra os 08 homicídios registrados naquele lapso temporal no município rio-clarense.

Os nichos principais dos negócios da EPTV Central são as cidades de São Carlos e Araraquara, consequentemente, para o perfil daquela empresa midiática, a criminalidade pode afugentar investimentos naquelas cidades com reflexos econômicos diretos àquela emissora, afugentando investimentos e negócios.

---

para chegar ao total de casos. São João da Boa Vista registrou no período de nove meses: um homicídio, 61 roubos e 65 furtos de veículos. Resumindo: Araraquara + São Carlos + São João da Boa Vista = 25 homicídios. Rio Claro = 25 homicídios. Araraquara + São Carlos + São João da Boa Vista = 1063 roubos. Rio Claro = 1.128 roubos. Araraquara + São Carlos + São João da Boa Vista = 656 furtos de veículos. Rio Claro = 753 furtos de veículos. Levantamento do Censo do IBGE de 2010 apontou o número de habitantes nas três cidades. Araraquara: 208.662 habitantes. São Carlos – 221.950 habitantes. Rio Claro – 186.253 habitantes. Obs: precisamos questionar como uma cidade menor do que as outras duas tem muito mais crimes?".

O e-mail resultou posteriormente em matéria jornalística veiculada pela EPTV de São Carlos. Resultou que representamos ao referido Promotor de Justiça para instauração de inquérito civil público que não foi aceito. Juntamente com o Prefeito Municipal de Rio Claro representamos junto a SSP/SP e obtivemos sucesso na recomposição dos efetivos da Policia Militar de Rio Claro que estavam defasados. A criminalidade no primeiro semestre de 2012, em relação ao ano anterior, apresenta redução. Já as cidades de São Carlos e Araraquara vem apresentando aumento da criminalidade em 2012. O Ministério Público de São Carlos ajuizou ação civil pública contra o Estado de São Paulo para adotar providências no sentido de aumentar os efetivos das policias estaduais.

Fazendo o mesmo comparativo da jornalista sobre a criminalidade das cidades de Rio Claro com as de São João da Boa Vista, São Carlos e Araraquara, referente ao primeiro semestre de 2012, com dados oficiais da SSP/SP, observa-se: ***Homicídios***: São Carlos (16) + Araraquara (17) + São João da Boa Vista (1) = 34 homicídios. Rio Claro = 8 homicídios. ***Roubo (inclui gerais, de veículo, banco e carga)****: São Carlos (411) + Araraquara (333) + São João da Boa Vista (76) = 776 roubo. Rio Claro = 647 roubo.* ***Furtos de Veículos****:* São Carlos (273) + Araraquara (208) + São João da Boa Vista (46) =527 furtos de veículos. Rio Claro = 383 furtos de veículos.

Se utilizado a metodologia da referida jornalista constata-se que no primeiro semestre de 2012 apresenta tendência decrescente da criminalidade de Rio Claro e acentuada tendência crescente da criminalidade em São Carlos e Araraquara. A cidade de São João da Boa Vista possui criminalidade reduzida, porém também demonstra crescente criminalidade no referido semestre de 2012 se comparado ao primeiro semestre do anterior ano.

Em curto lapso temporal ocorreu substancial alteração nos índices de criminalidades entre as cidades de Rio Claro, São Carlos, Araraquara e São João da Boa Vista, evidenciando a dificuldade de se fazer simplistas comparações estatísticas, desprezando-se acurados métodos estatísticos.

2.2 As estatísticas dos crimes de roubo

A tipificação do crime de roubo depende também da interpretação jurídica do fato ilícito por quem faz o registro da ocorrência policial, repercutindo diretamente nas estatísticas policiais. É comum um ilícito penal transitar do roubo para o furto e vice-versa.

No ano de 2011, a média de roubo (outros/carro/banco/carga + furto carro) no território paulista foi de 755 crimes/100 mil habitantes. No mesmo período, o estado do Rio de Janeiro contabilizou a média de 660 roubos/100 mil habitantes. Somados aos crimes de roubos os crimes de furtos, no ano de 2011, essas taxas sobem espantosamente: em São Paulo com 2310 crimes (roubo + furto)/100 mil habitantes, no Rio de Janeiro registrou 1755 crimes/100 mil habitantes e, no Espírito Santo foi registrado 1.006 crimes/100 mil habitantes, conforme dados divulgados pelas Secretarias Estaduais[36]. Comparativamente, nos Estados Unidos da América do Norte, no ano de 2009, foi registrada a média de 533 roubos/100 mil habitantes.

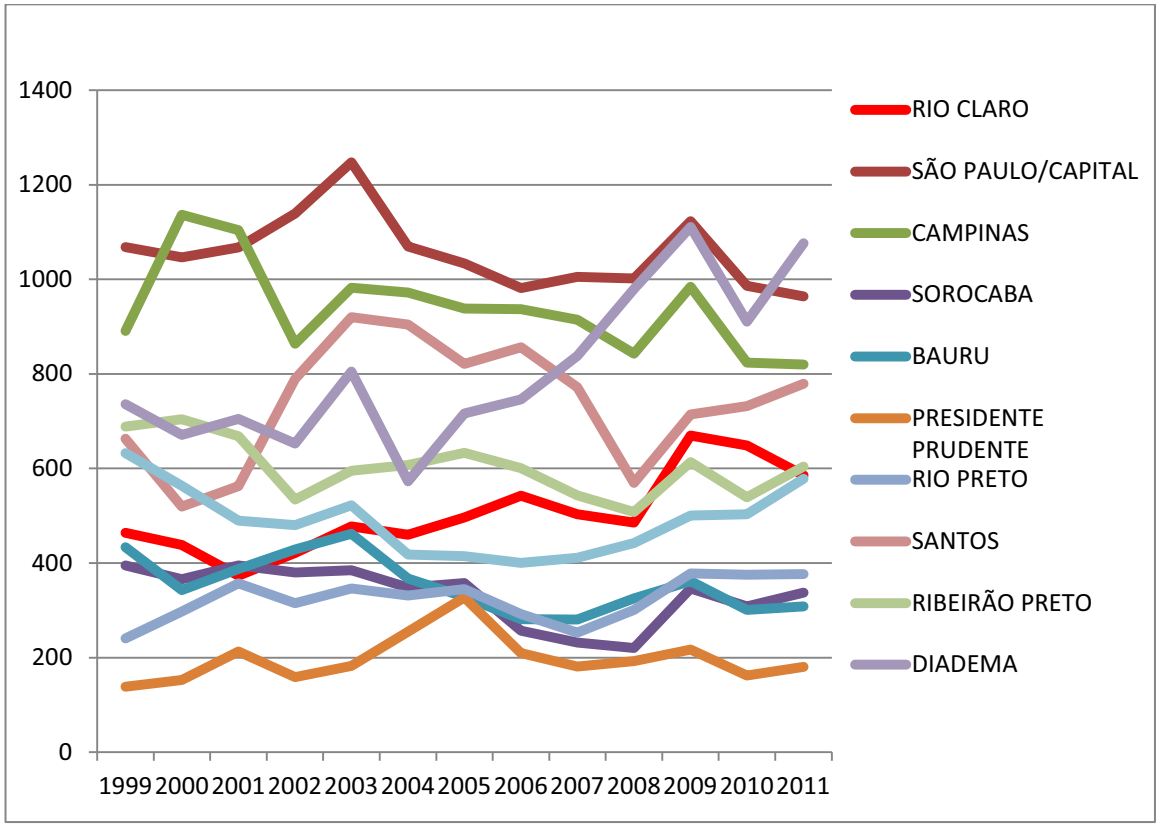
Fazendo outro comparativo com a cidade de Rio Claro/SP, no ano de 2011, registrou a media de roubo (outros/carro/banco/carga + fruto de veículos) de 1268 crimes/100 mil habitantes. Se somados os furtos salta para 2.596 crimes/100 mil habitantes. Se considerado apenas essas modalidades delitivas, a cidade de Rio Claro é mais violenta que a média dos Estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Portanto, se os métodos estatísticos adotados pelas respectivas secretarias estaduais de segurança são assemelhados, podemos concluir que ocorrem mais roubos e furtos na cidade de Rio Claro que a média das cidades paulistas, fluminenses e capixabas.

Adotando os mesmos critérios que foram utilizados para os crimes de homicídios para os crimes de roubo para compararmos suas médias de incidência com outras cidades paulistas **(Figura 8)**. As cidades de São Paulo, Santos, Diadema, Campinas e Ribeirão Preto registram, na média, mais roubos que os consumados na cidade de Rio Claro.

[36]Matérias jornalísticas divulgadas: BENITES, A. e JOZINO, J. ***São Paulo supera Rio em índice de roubos.*** São Paulo: Jornal Agora, edição de 03/04/2012. ***Governo contesta ranking de assaltos no Estado.*** Vitória: Jornal Gazeta, edição de 04/04/2012.

Ribeirão Preto somente apresentou índices menores de roubos que Rio Claro nos anos de 2009 e 2010. As cidades de Guarulhos, Bauru, Rio Preto, Presidente Prudente e Sorocaba registraram, na média, entre os anos de 2002 a 2011, índices menores de crimes de roubos que os consumados na cidade de Rio Claro.

Figura 8 – Taxa anual de roubo por 100 mil habitantes em cidades paulistas

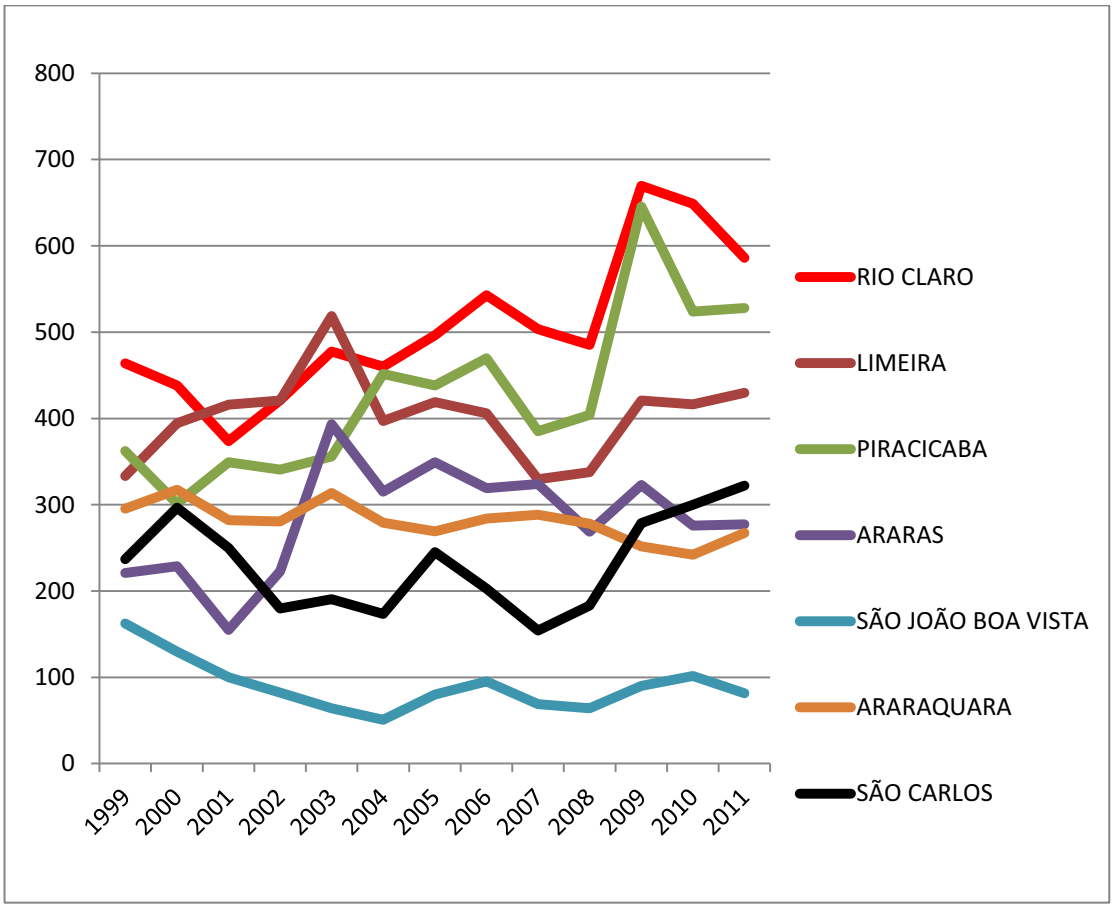


Fonte: SSP/SP

Analisando a figura 9, concluímos que na cidade de Rio Claro sempre foi registrado média de roubos superior que as cidades circunvizinhas ou próximas, ou seja, Limeira, Piracicaba, Araras, São João da Boa Vista, Araraquara e São Carlos. A única exceção foi o ano de 2003, quando a cidade de Rio Claro/SP foi suplantada em roubos registrados na cidade de Limeira.

Comparando as estatísticas policiais infere-se que a cidade de Rio Claro apresente incidência média de crime de roubo superior a nacional e do Estado de São Paulo. Na sua região geográfica, desde o ano de 1999 (início da coleta de dados sobre estatísticas policiais) sempre permaneceu com taxas de roubo superior em relação às cidades circunvizinhas ou próximas **(Figura 9)**.

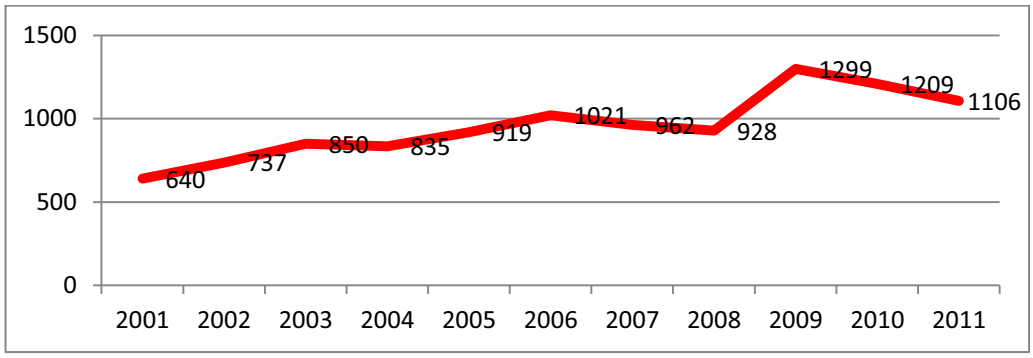
Figura 9 – Taxa anual de roubos/100 mil habitantes em cidades do interior paulista



Fonte: SSP/SP

Nas últimas três décadas a cidade de Rio Claro vem apresentando linha ascendente da tendência de crimes de roubo. Observa-se, claramente, que a linha ascendente apresenta a forma de uma tênue escada, acentuada no ano de 2009, quando foi registrado em números absolutos o total de 1299 roubos **(figura 10)**. Nos últimos dois anos (2010 e 2011), a linha sempre ascendente de crimes de roubo foi interrompida e apresentou tênue linha decrescente desta modalidade delitiva. Considerando a reduzida série histórica de apenas dois anos, não é ainda possível afirmar que se trata de uma tendência que aponta à redução dos roubos na cidade de Rio Claro/SP.

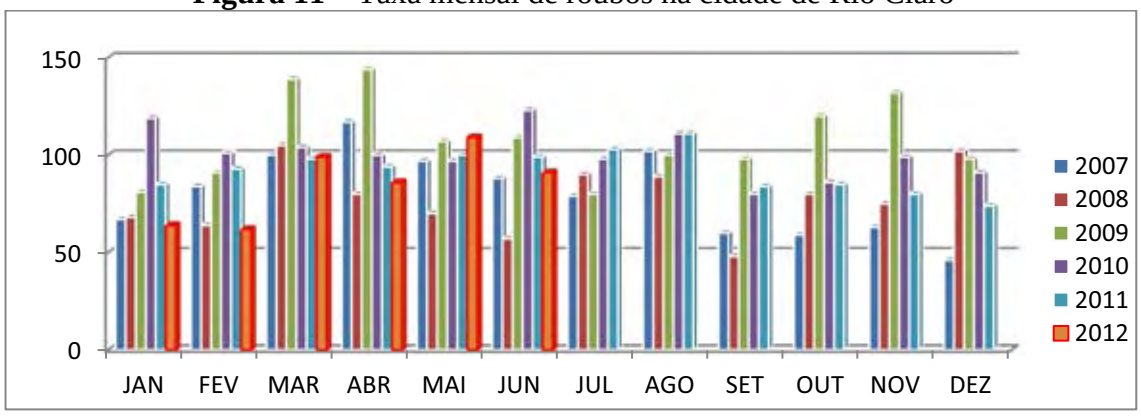
Figura 10 – Taxa anual de roubo na cidade de Rio Claro



Fonte: SSP/SP

Na cidade de Rio Claro os gráficos elaborados apontam para uma uniformidade do padrão mensal de registro de crimes de roubo **(Figura 11)**, considerando a média da série histórica analisada. Porém, no primeiro semestre de 2012, apresentou também tendência de redução de registros de roubos em relação ao mesmo período do anterior ano (2011).

Figura 11 – Taxa mensal de roubos na cidade de Rio Claro



Fonte: SSP/SP

No aspecto dos crimes de roubo a cidade de Rio Claro/SP, considerando as estatísticas policiais, sempre apresentou violência superior que a média das cidades regionais, estaduais e nacional. Podemos afirmar que estatisticamente, a cidade de Rio Claro/SP é violenta no viés do crime de roubo.

2.3 As estatísticas sobre furto e roubo de veículos automotores

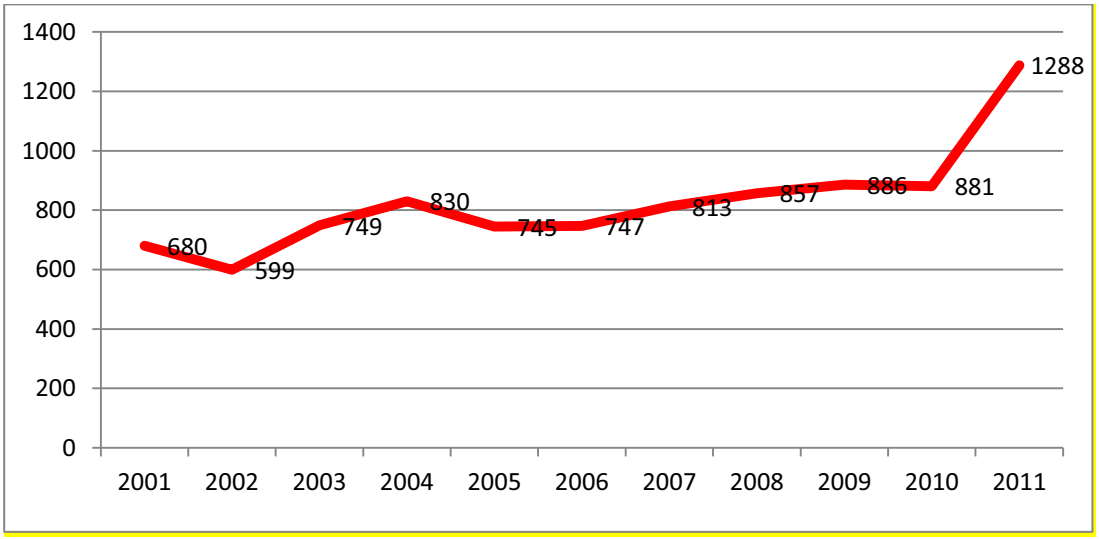
No sistema capitalista, os veículos automotores simbolizam a ascensão social das pessoas, bem como a indústria automobilística é apontada como a *"matriz"* do desenvolvimento econômico das nações desenvolvidas ou emergentes, bem como a *"matriz"*

do transporte brasileiro de carga e de passageiros. Considerando a *importância* do veículo automotor no cenário capitalista, em especial o brasileiro, as organizações policiais adotam atenções especificas para a repressão aos ilícitos penais relacionados com o furto/roubo daqueles veículos. Existe nas estatísticas policiais um campo específico sobre os crimes envolvendo furto e roubo de veículos e de cargas.

Os furtos e roubos de veículos e de carga têm por caracteristica a profissionalização dos seus agentes criminosos e, quase sempre, estão inseridos numa estrutura criminosa (crime organizado), considerando que tanto o furto/roubo de veículos e de carga depende de uma estrutura organizacional que vai desde a *logística* da preparação e execução da ação criminosa até a comercialização dos veículos e cargas subtraídos.

Analisada a série histórica dos dados referente aos anos de 2001 até 2011 **(Figura 12)**, os crimes de furto e roubo de veículos sempre foram crescentes na cidade de Rio Claro, ocorrendo expressivo aumento no ano de 2011, aproximadamente, 50 % a mais em relação ao ano anterior (2010). Na cidade de Rio Claro no ano de 2011, em números absolutos, foi registrado o total de 1.288 roubos ou furtos de veículos, segundo as estatísticas policiais oficiais.

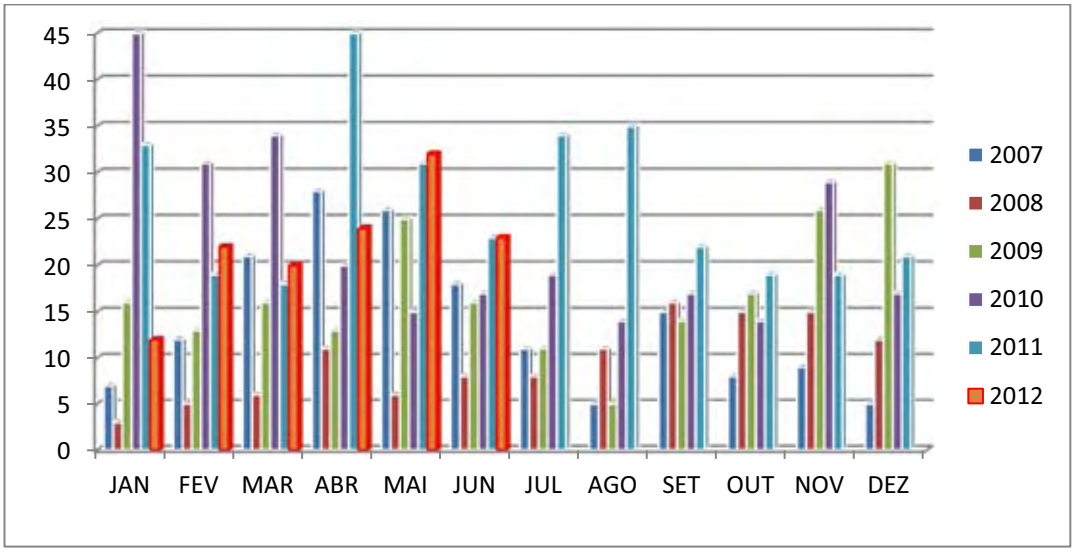
Figura 12 – Taxa anual de roubo/furto de veículos em Rio Claro



Fonte: SSP/SP

O primeiro semestre de 2012, não apontou redução substancial nos registros de roubo de veículos na cidade de Rio Claro **(figura 13)**. Porém, não se pode inferir aprioristicamente qualquer tendência de diminuição daqueles ilícitos penais.

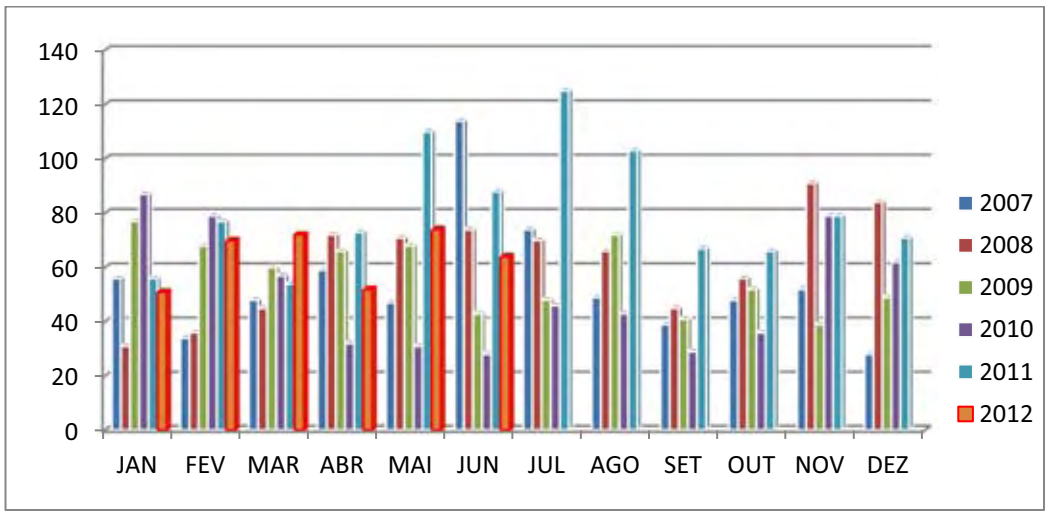
Figura 13 – Taxa mensal de roubo de veículos em Rio Claro por 100 mil habitantes



Fonte: SSP/SP

O furto de veículo, no primeiro semestre de 2012 também apresentou leve tendência de redução em relação ao anterior ano **(figura 14)**, porem superior aos registrados no período dos anos compreendidos entre 2007 a 2010.

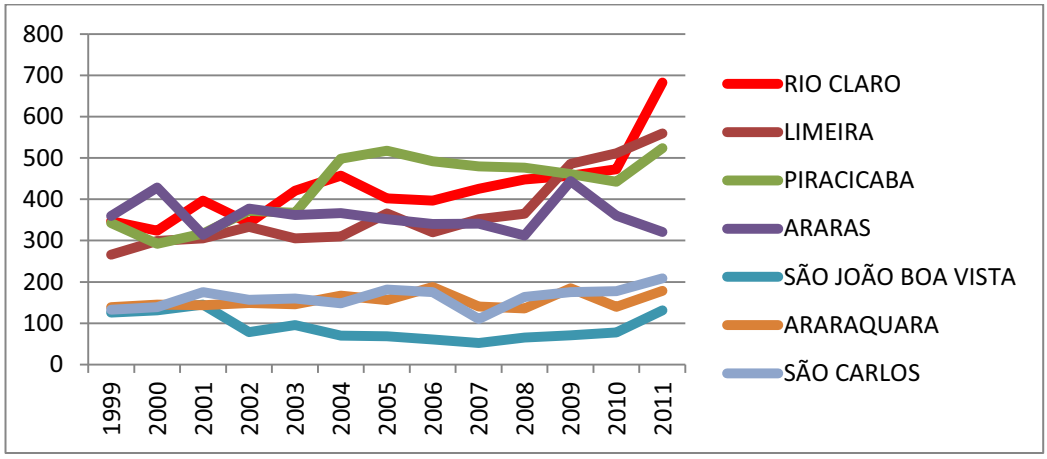
Figura 14 – Taxa mensal de furto de veículos em Rio Claro



Fonte: SSP/SP

No contexto regional, e considerando a média dos anos de 1999 a 2011, a cidade de Rio Claro sempre registrou incidência maior de furtos e de roubo de veículos, em relação às cidades de Limeira, Araras, São Carlos, Araraquara e São João da Boa Vista. Considerando aquela série histórica, a cidade de Piracicaba apresentou média superior de roubos e furtos de veículos em relação a estas cidades **(figura 15)**.

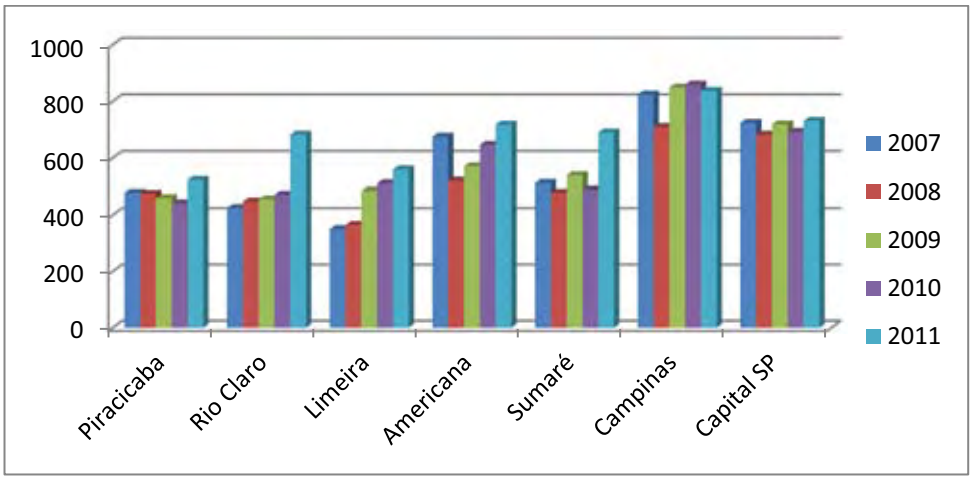
Figura 15 – Taxa anual de roubo/furto de veículos por 100 mil habitantes



Fonte: SSP/SP

A estrutura organizacional dos crimes de furto e roubo de veículos está vinculado a uma rede criminosa com base operacional na cidade de Campinas, considerando que é a cidade com a maior incidência dessas modalidades delitivas em todo o Estado de São Paulo **(figura 16)**, além do que muitos veículos subtraídos no município rio-clarense são apreendidos naquela região metropolitana, consequentemente as cidades de Piracicaba, Rio Claro/SP, Limeira, Americana e Sumaré, considerando os aspectos geográficos, integram aquela rede criminosa[37].

Figura 16 – Taxa anual de roubo/furto veículos/100 mil habitantes em municípios paulistas



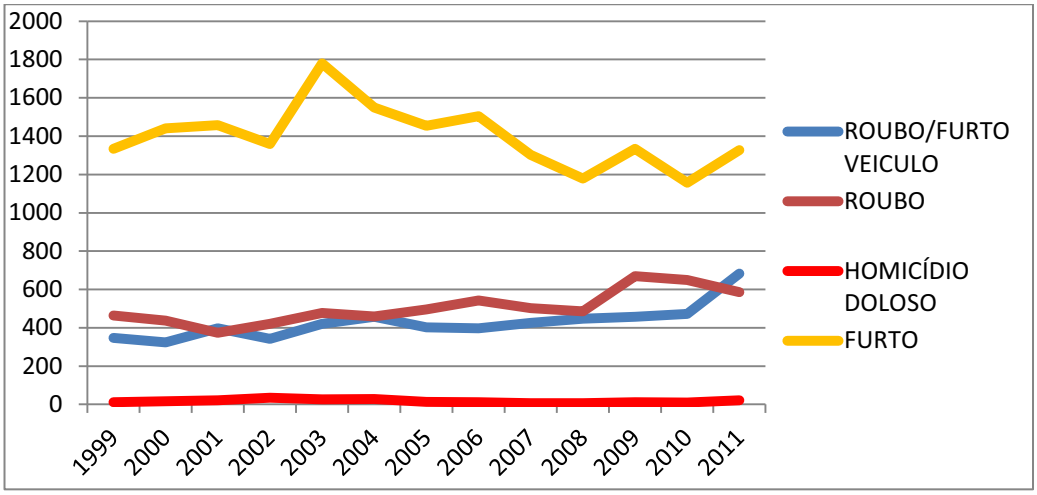
Fonte: SSP/SP

[37]A cidade de Campinas e sua região (Sumaré, Santa Barbara do Oeste, Hortolândia) abrigam número expressivo de comércio de sucatas que facilita o desmanche de veículos. Também naquela cidade foram fechadas inúmeras oficinas clandestinas que adulteravam chassi de veículos e de *escritórios* que atuam na falsificação de documentos de veículos. Na cidade de Campinas foram recuperados inúmeros veículos automotores subtraídos na cidade de Rio Claro, conforme informações obtidas na unidade de inteligência policial da Delegacia Seccional de Polícia de Rio Claro.

O crime de furto e roubo de veículos, na cidade de Rio Claro/SP, relativo a série histórica dos anos de 2007 a 2011, sempre apresentou tendência constante de crescimento, com sobressaltos em forma de escada, seguindo a mesma tendência dos outros roubos. Analisando aquela série histórica é possível comprovar a alta incidência daqueles ilícitos penais (aproximadamente 1300 crimes em 2011) no município rio-clarense.

O gráfico geral **(figura 17)** dos crimes (homicídios, roubo, roubo e furto de veiculo, além do crime de furto) comprova de *per si* a elevada incidência crescente de crimes violentos anualmente registrados na cidade de Rio Claro/SP. Nestes últimos cinco anos, a cidade de Rio Claro/SP apresentou a média anual de 1000 roubos, 1200 roubos e furtos de veículos, 2700 furtos e de 20 homicídios.

Figura 17 - Taxa anual de crimes de roubo, homicídio, roubo/furto de veículos, furto/100 mil habitantes na cidade de Rio Claro/SP



Fonte: SSP/SP

São dados alarmantes que comprovam o esgarçamento do tecido social rio-clarense diante da criminalidade violenta.

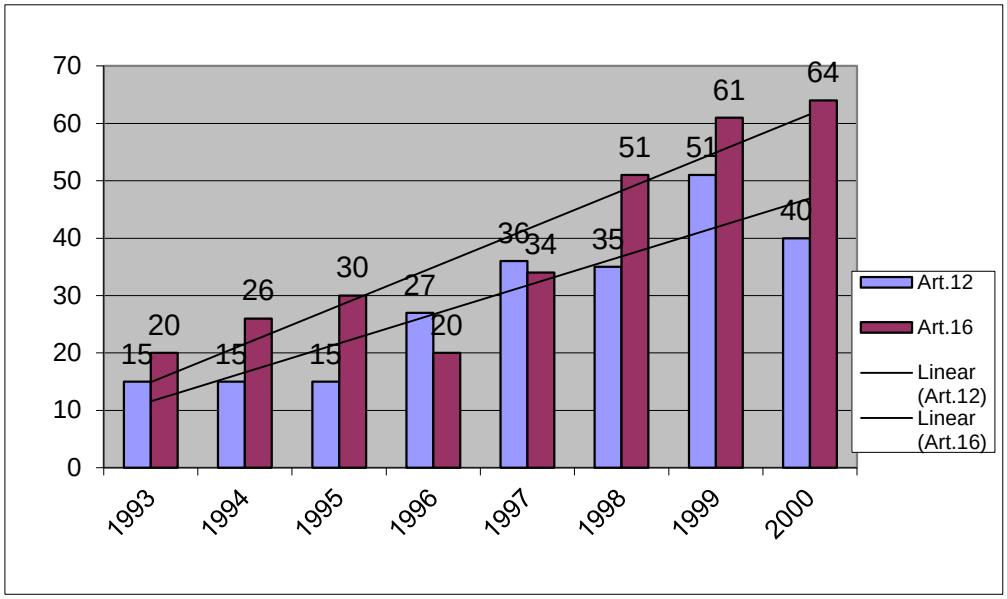
2.4 As estatísticas dos crimes de entorpecentes

As coletas de dados obtidas junto a Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes - DISE **(figura 18)** apontam o crescimento do tráfico e do consumo de entorpecentes no município de Rio Claro. No ano de 1993 foram registrados 15 autos de prisão em flagrante por tráfico de entorpecentes e no ano de 2000 esses números saltaram para 40 autos de prisão. Correlatamente, o aumento do tráfico, segundo as estatísticas, impulsionou geometricamente o consumo de entorpecentes. No ano de 1993 foram lavrados 20 autos de

prisão em flagrante por consumo de entorpecente, enquanto que no ano de 2000 foram triplicadas as autuações chegando ao total de 64 autos de prisão em flagrante.

O tráfico de entorpecentes exige a associação de várias pessoas ou de organizações criminosas, considerando sua natureza mercantil transnacional, além da sua estrutura operacional que exige uma hierarquia e divisão de tarefas e atividades. Esta estrutura operacional e com suas organizações criminosas impõe territorialidades a inúmeras cidades brasileiras como também se inserem num contexto global.

Figura 18 – Taxa anual de prisões por entorpecentes na cidade de Rio Claro/SP



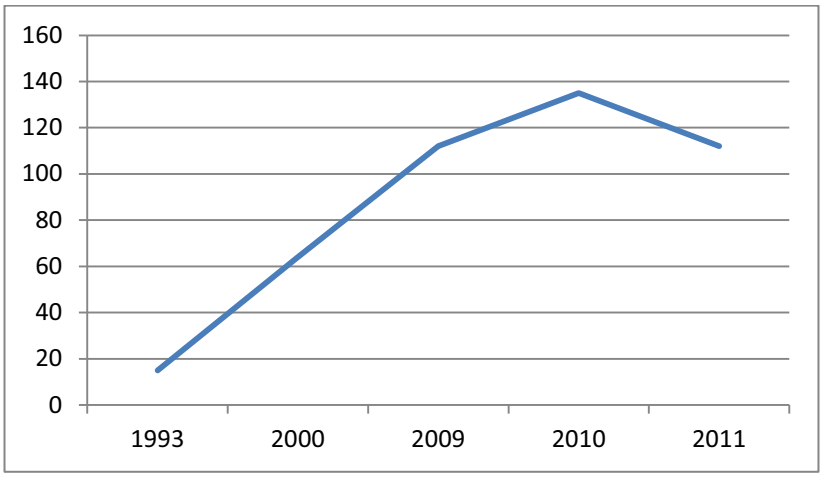
Fonte: SSP/SP

No período compreendido entre os anos de 1993 a 2011, as prisões por tráfico[38]

[38]Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa. § 1º Nas mesmas penas incorre quem: I - importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas; II - semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas; III - utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas. § 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga: (Vide ADI 4274) Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa. § 3º Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28. § 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, ~~vedada a conversão em penas restritivas de direitos~~, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa. (Vide Resolução

de entorpecentes aumentaram em quase dez vezes **(figura 19)**.

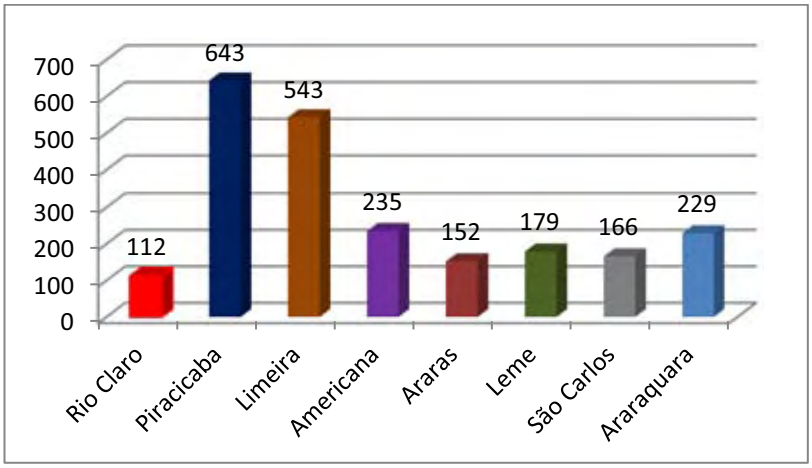
Figura 19 – Taxa anual de prisões por tráfico de entorpecentes em Rio Claro/SP



Fonte: DISE de Rio Claro/SP

No biênio 2011/2012 houve um arrefecimento na repressão ao tráfico de entorpecentes, comparando-se com as cidades circunvizinhas ou próximas. As organizações policias estaduais existentes no município de Rio Claro/SP, no ano de 2011, apresentaram resultados inferiores na repressão ao tráfico de entorpecentes **(figura 20)**, considerando que as cidades como Araras/SP e Leme/SP, com populações menores, registraram maior número de procedimentos de polícia judiciária, fato semelhante ocorreu em todas as cidades da região. A título de comparação, observamos que na cidade de Piracicaba foi registrado o total de seis vezes mais ocorrências policiais relacionadas com entorpecentes enquanto que a sua população é de aproximadamente o dobro da rio-clarense.

Figura 20 – Taxa anual de crimes de tráfico de entorpecentes em cidades do interior paulista



Fonte: SSP/SP, DISE de Rio Claro/SP

---

nº 5, de 2012).

Contradizendo, as organizações policiais estaduais existentes em Rio Claro/SP relacionaram o substancial crescimento do número de homicídios, no ano de 2011, com a disputa territorial dos pontos de tráfico e pelo comando local do tráfico de entorpecentes, sob o jugo do Primeiro Comando da Capital – PCC.

Estas "opções" das organizações policiais trazem reflexos diretos nas estatísticas policiais e, consequentemente, na confecção das bases cartográficas daquelas modalidades de crimes. Porém, os dados coletados nos permitirá ao menos uma leitura circunstancial daquele fenômeno social - tráfico de entorpecentes no município rio-clarense.

No transcorrer da pesquisa, elaboramos um recorte temporal do ano de 2009, que nos serviu para coletar dados estatísticos junto aos livros de registro de ocorrências e de inquéritos policiais da Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes de Rio Claro/SP, viabilizando verificar que a substância entorpecente mais apreendida ainda é a maconha, porem, muito próximo da apreensão do *crack*. Por sua vez, a cocaína representou comparativamente a metade da quantidade apreendida de maconha ou de *crack.* Também foram apreendidas quantidades insignificantes de outras drogas. A maior incidência de crimes relacionados aos entorpecentes, em Rio Claro/SP, acontece das 12 às 18 horas, representando quase 50% do total. Aquele período deve ser analisado com muita cautela, visto que os efetivos policiais estão em maior número em serviço. Após, as 18h00min a Policia Civil atende em regime de plantão. Não significa que o entorpecente é mais comercializado naquele período, porém, não se pode desprezar a possibilidade da circulação de entorpecentes acontecerem com maior intensidade na calada da noite ou durante a madrugada, períodos em a repressão policial não dispõe de efetivo suficiente. São considerações que devem ser observadas pelo analista criminal.

A média mensal de registros policiais relacionados aos crimes de entorpecente, no ano de 2009, oscilou entre 15 a 20 ocorrências. O mês de maio daquele ano foi o que mais registrou - 25 ocorrências, enquanto que no mês de março foi o que menos registrou - 10 ocorrências. Naquele ano, o perfil das pessoas envolvidas com entorpecentes foi majoritariamente do sexo masculino, com faixa etária entre os 18 e 25 anos, seguida pela faixa dos 26 a 35 anos. A terceira faixa foi dos adolescentes até 18 anos. As demais faixas etárias são insignificantes se comparadas com aquelas. Após os 55 ano de idade é insignificante a quantidade de pessoas surpreendidas com entorpecentes.

As pessoas de cor branca representou a grande maioria daqueles que se envolvem com as drogas, seguida dos pardos e negros. As profissões declaradas pelas pessoas

envolvidas com os entorpecentes são majoritariamente os desempregados, seguido dos profissionais da construção civil, prestadores de serviços, estudantes, industriários, comerciários, autônomos e profissionais que atuam na área de transporte.

O total de entorpecentes apreendidos nos anos de 2009, 2010 e 2011, respectivamente, foi de 32,6 Kg, 37,4 Kg e 31,8 Kg. A média mensal apreendida no ano de 2011 foi de 2,7 kg, enquanto que no ano de 2010 foi de 3 Kg, conforme **tabela 3**. São dados importantes que comprovam que a quantidade de drogas apreendidas por ocorrência policial é insignificante, evidenciando que a repressão policial em Rio Claro ainda permanece circunscrita aos pequenos pontos de venda ("biqueiras") ou com os usuários.

Tabela 3 - Quantidade de entorpecentes apreendidos

	2009	2010	2011
MACONHA APREENDIDA (em gramas)	20631	20933	18466
COCAINA APREENDIDA (em gramas)	9698	10210	8431
CRACK APREENDIDO (em gramas)	2214	6292	4933
OUTROS ENTORPEC APREENDIDOS (em gramas)	58	8	19
TOTAL DE ENTORPECENTES APREENDIDOS (gram	**32601**	**37443**	**31849**

Fonte: Delegacia Seccional de Polícia de Rio Claro

São considerações que não podem ser desprezadas quando da reflexão sobre as espacializações dessas modalidades delitivas.

3. A ESPACIALIZAÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA: IMAGENS FANTASMAGÓRICAS.

A confecção das cartografias digitais da criminalidade da cidade de Rio Claro/SP, levou-nos a fazer algumas reflexões criticas, inclusive, qual a linguagem ideológica contida naquelas cartografias?

Mallarmé[39] quebrou, com suas poesias, as regras de linguagem até então existentes e criou novas possibilidades interpretativas para um texto, sem desprezar o valor da estética. A linguagem de um texto traz em seu conteúdo inúmeras possibilidades de significados, dependendo simplesmente do olhar interpretativo de quem faz a sua leitura. O mesmo acontece nas linguísticas geográficas. A linguagem de um mapa representam as informações ideológicas de quem o confeccionou como também possibilita ao seu interprete inúmeras leituras, até mesmo interpretações antagônicas ou mesmo conflitantes.

A linguística interpretativa dos mapas vai além da leitura estanque das suas representações cartográficas, consequentemente, podem transformá-los em retratos inacabados de único instante temporal de determinadas espacialidades. No viés de quem os interpreta as suas leituras adquirem significâncias dinâmicas e reflexivas se inseridos num contexto multidisciplinar que amplia a compreensão de um fenômeno materializado num espaço/tempo.

Na poesia, Mallarmé foi o idealizador do "movimento constelar", que subverteu a poética para que se transformasse num novo espaço em que a linguagem avance para "um sistema de relações espaciais infinitamente complexas" (BLANCHOT, 1987, p. 247).

A nossa proposta é que a leitura cartográfica das cartas seja ampliada com bases interpretativas do "movimento constelar" [40]. Num mapa, como em todas as imagens,

---

[39]Poeta francês (18/3/1842 a 9/9/1898). Stéphane Mallarmé é um importante nome do simbolismo na poesia francesa. Influenciado por Charles Baudelaire, valorizou o artifício de inverter a sintaxe das frases para ressaltar a dificuldade como elemento principal. Em 1897 publicou na revista *Cosmopolis* o poema *Um Lance de Dados Jamais Abolirá o Acaso*, considerado seu trabalho mais importante, que ocupa espaço de uma página dupla e é composto de caracteres e tamanho de letras diferentes, podendo ser lido de inúmeras formas simultaneamente. A obra é uma metáfora da consciência e suas dúvidas e indagações.

[40] Constelar origina-se do latim – *"cum + stellare*". O sinônimo de constelar, na língua portuguesa (verbo transitivo regular), é de cobrir de estrelas, reunir em constelação. Em sentido figurativo, é cobrir, ornar de objetos brilhantes como estrelas[40]. Outros sinônimos que encontramos para constelar são: adornar, brilhar, **crivar, cravejar**, encher, furar, transpassar (grifos nossos). No sentido de cravejar, pode ser entendido como o ato de crivar, furar, pregar. No sentido de crivar pode ser sinônimo também de encher, abarrotar, preencher, perfurar. No inglês, a palavra constelar advém do verbo *to constellate, constellated, constellated*, cujo significado é dispersão ou espalhar como pontos de pregos. Relaciona-se com a ideia de *cluster* que é um grupo de coisas ou de atividades semelhantes que se desenvolvem conjuntamente. Significa também agregação e integração. A palavra inglesa *cluster* foi utilizada originalmente para definir um aglomerado de computadores que utilizava um tipo especial de sistema operacional classificado como sistema distribuído.

devemos interpretar as suas leituras como sendo "sistemas de relações espaciais complexas", a exemplo de quando buscamos interpretar as dinâmicas espaciais da criminalidade e suas redes num território urbano. Neste contexto, o "movimento constelar" se aplica perfeitamente na cartografia digital quando referenciamos grupo(s) de fenômeno(s) ou de atividades assemelhadas ou semelhantes que acontecem conjuntamente num determinado espaço. As leituras destas cartas geográficas – no contexto do "movimento constelar", permite-nos uma compreensão melhor sobre a totalidade daquilo que é referenciado.

Alegoricamente, nos moldes do método benjaminiano, as cidades que apresentam elevada incidência criminal no seu espaço urbano são aquelas cravejadas na sua cartografia com grande quantidade de pontos de locais de crimes e, doravante, conceituaremos como sendo *cidades constelares de criminalidade.* Este nosso conceito é concebido quando utilizamos a interpretação léxica da palavra constelar, cujo sinônimo é de brilhar/cravejar/crivar. A cartografia[41] já adotou o *hot point* (ponto quente) para referenciar no espaço geográfico de um local de crime, convencionando-os nas cores quentes.

A cartografia das *cidades constelares de criminalidade* quando a sua leitura é interpretada no contexto de um *sistema de relações espaciais complexas,* as reflexões criticas decorrentes avançará para decifrar aquilo que está obscurecido na dinâmica das redes sociais, na leitura da paisagem daqueles locais, na territorialidade dos grupos existentes naqueles espaços, etc..

Benjamin apresentou a sua releitura do - *pequeno mundo parisiense* – e, percebeu que "também existem encruzilhadas, nas quais sinais fantasmagóricos cintilam através do tráfico" (BENJAMIN, 1994, p. 27), bem como "as ideias se relacionam com as coisas como as constelações com as estrelas", consequentemente, cada estrela está localiza em um ponto em relação ao traçado do conjunto e a constelação apresenta o ponto em que "o extremo se encontra com o extremo" (BENJAMIN, 1984, pp. 56-57). Esta forma de olhar e interpretar o ponto que se encontra com outros extremos, permite-nos fazer a síntese sobre a totalidade de um constelar quando visualizamos em cada evento social sua articulação a

---

[41] A assinalação criminal, nos seus primórdios, era realizada somente pelas organizações policiais. Utilizavam mapas impressos que eram fixados sobre uma base de madeira ou cortiça, no qual eram cravejados percevejos que representavam os locais da cidade em que foi consumado um crime. Diversas cores de percevejos eram utilizadas como a única forma para identificar os tipos de crime consumado, enquanto que a intensidade daqueles eventos criminosos somente era observada pela quantidade dos percevejos cravejados nos mapas, sempre delimitados num espaço e num determinado lapso temporal. Os avanços tecnológicos repercutiram diretamente na cartografia e, com o apoio de sistemas de informação avançou para a recente cartografia digital, facilitando as interpretações cartográficas com o recurso dos *layers* (camadas), permitindo sobreposições de imagens.

outros e que, por sua vez, se relacionam ao traçado do conjunto é quando "o extremo se encontra com o extremo". Somente o olhar crítico do pesquisador é que lhe permite por meio das imagens dialéticas fazer outras releituras espaciais muito além das simples leituras cartográficas.

> A ideia de mapa, então, nos parece de grande valia para que possamos mobilizar todo esse aspecto relacionado ao imaginário urbano, pois o mapa nos remete ao olhar que preza pelas demarcações, as distinções, os contrastes, que, com a ajuda da técnica, dá um sentido macro ao espaço micro que é percorrido pelos cidadãos no cotidiano. Além disso, pelos significados que carrega, o mapa é ferramenta de conhecimento, algo que privilegia a visão em detrimento da prática do espaço (CORRÊA, 2010, p. 90).

No Brasil, as organizações policiais[42] sequer fazem uso da cartografia digital e, se esporádica e isoladamente algum setor policial se socorre daquelas tecnologias cartográficas para de forma restritiva, focar tão somente na repressão aos crimes, desprezando interpretações holísticas que permitam conhecer melhor os mecanismos dos fenômenos sociais, além de contribuir no planejamento de políticas sociais preventivas.

A interpretação cartográfica digital avança para refletir sobre os limiares espaciais e temporais, como anteviu Benjamin, na arte cinematográfica com as sobreposições de imagens, com o pioneirismo do cineasta russo Sergei Eisenstein. As imagens digitais aprimoram e estimulam as percepções dialéticas dos fenômenos sociais quando nos permitem avançar para outros mapas (mentais), facilitado pela dinâmica dos layers (camadas). A percepção sensorial com a sobreposição de mapas ampliou em muito a percepção do analista sobre o conjunto dos fenômenos estudados, além da percepção dos limiares de espaço/tempo daqueles fenômenos. Essas novas percepções sensoriais estimuladas pela cartografia digital aguçam o nosso olhar para os pontos cintilantes dos locais de crimes e, a semelhança das estrelas que pulsam num espaço cósmico, nos impele a outras leituras, até poéticas, muito além da singela leitura visual.

Cartograficamente, o ponto cintilante de um crime nos remetem à outras indagações: quem são os autores e as vitimas daquele crime? Qual foi a causa daquele crime? Como era o local daquele crime? O que aconteceu com as pessoas que se envolveram com aquele crime? Como ficou a paisagem/local daquele crime? São infinitas indagações que

[42]Nossa experiência profissional permite afirmar que no Estado de São Paulo até a presente data não dispõe de profissionais qualificados nas organizações policiais para elaborar mapas georreferenciados sobre criminalidade e interpretá-los criticamente, na acepção benjaminiana. Os sistemas computacionais de apoio às decisões às políticas públicas para o setor de segurança, como o *Infocrim* (Informações Criminais),depende o sistema que os municípios forneçam mapas digitalizados e georreferenciados dos seus territórios como base operacional. Considerando que a maioria dos municípios paulistas as suas Administrações Públicas não dispõe daquelas bases cartográficas, o *INFOCRIM* é inoperante, além da ausência de profissionais qualificados para utilizá-lo como ferramenta de apoio a gestão da segurança pública.

poderão advir daquela representação cartográfica.

Como se observará adiante, os mapas digitais dos crimes consumados no município de Rio Claro/SP, com milhares de *pontos quentes* de crimes, formando constelares por todos os espaços da cidade, são imagens dialéticas que poderão estimular o despertar do sono onírico pelo *Chok* – os rio-clarenses ou todas as pessoas que sofrem com a violência urbana além do município rio-clarense. É um aviso de incêndio global.

Neste contexto, avançamos nossas reflexões para conceituar a *cidade constelar de criminalidade,* como sendo a cidade que apresenta incidência elevada de crimes, durante uma série histórica, que se espalham por todos os seus espaços urbanos ou por alguns dos seus territórios, cuja criminalidade é capaz de modificar a paisagem urbana, além de ocasionar reflexos negativos à qualidade de vida dos seus habitantes. Consequentemente, a cidade constelar de criminalidade é uma cidade violenta (em seu aspecto negativo) e os fenômenos sociais decorrentes do crime são materializados em profusão pelo seu território e a todo instante, transformando o crime num elementar do cotidiano daquela cidade.

A violência negativa[43] traz reflexos direto na qualidade de vida das pessoas, exacerbando o medo e o sentimento de insegurança, com implicações na (des)organização espacial das cidades por meio das exclusões sócio-espaciais. Estas circunstâncias impostas pela criminalidade levou Souza (2008) a cunhar a expressão *"fobópole"*, que são cidades em que o medo é generalizado e também adotam a militarização nas suas gestões. Entendemos que o conceito de *cidade constelar de crimes* já abrange as questões do medo generalizado e da militarização da questão urbana, visto que o crime violento é fato social reprovável pela sociedade, ocasionando a repulsa social e beligerância entre grupos/segmentos sociais.

A opção pela militarização da gestão urbana tem resultado na desqualificação da convivência social e acentua o individualismo, consequentemente, a produção dos espaços urbanizados em que a escolha é pelas arquiteturas fortificadas (muralhas, cercas, videomonitoramento, etc.) somente tem servido para inculcar nas pessoas de que os espaços públicos são lugares perigosos e de latente risco às suas integridades.

"Na antiga Paris, havia execuções (por exemplo, pela forca) em plena rua" (Benjamin, 2006, p. 125). Hoje em Rio Claro, ocorrem execuções (por arma de fogo) nas suas ruas, como outrora aconteceu em Paris, muitas vezes, por determinação dos tribunais ilegais

[43]**Preço da luz. "**Aprenda com a pedra/ a lição do fogo:/sem profunda fricção/não irrompe das entranhas/a luz!" In: Mil Razões para Viver. D. Helder Câmara. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 26. Com se observa do atrito pode irromper novas luzes para o saber. Para Benjamin, a revolução levada avante pela classe trabalhadora é legitima como violência libertadora da opressão e da carestia que é imposta a sua maioria. Nesse caso, a violência tem caráter de positividade.

de exceção instituídos pelas organizações criminosas. Não há interesse político-econômico para modificar está política pública ao transformar a violência e a criminalidade como fantasmagorias urbanas que interessa ao mercado imobiliário e a "indústria da segurança".

Como as desigualdades, em sua diversas formas de manifestações, é vista como estratégia fundamental para a sobrevivência do capitalismo, está lógica também influência na distribuição espacial da criminalidade no espaço urbano, ocorrendo com intensidade variada e heterogênea, nos seus territórios. São inúmeros fatores que produz estas desigualdades na distribuição de forma variada e heterogênea pelo espaço urbano, porém, destacamos alguns: tipo penal (discurso ideológico), segregação sócio-espacial, concentração de riqueza, territorialidades e as atividades econômicas, sociais, culturais, etc. Portanto, a incidência criminal de determinados ilícitos penais em alguns bairros vincula-se diretamente as suas territorialidades, muitas vezes, ocupados pelas organizações criminosas (tráfico de entorpecente, milícias, etc.) ou pelo processo de produção de seus espaços, além de outros fatores.

> Apenas na aparência a cidade é homogênea. Até mesmo seu nome assume um tom diferente nos diferentes lugares[44]. Em parte alguma, a não ser em sonhos, é ainda possível experienciar o fenômeno do limite de maneira mais original do que nas cidades. Entender esse fenômeno significa saber onde passam aquelas linhas que servem de demarcação, ao longo do viaduto dos trens, atrás de casas, por dentro do parque, à margem do rio; significa conhecer estas fronteiras, bem como os enclaves dos diferentes territórios. Como limiar, a fronteira atravessa as ruas; um novo distrito inicia-se como um passo vazio; como se estivéssemos pisado num degrau mais abaixo que não tínhamos visto (BENJAMIN, 2006, p. 127).

Salientamos também que a criminalidade obedece às dinâmicas espaciais das relações sociais de uma cidade, como a expropriação da terra dos pobres, dinâmica espacial das relações sociais, com implicações na dinâmica da violência.

Preponderantemente, em Rio Claro/SP o homicídio acontece nos espaços de miséria[45] e pobreza. Excepcionalissimamente, o crime ocorre em condomínios habitacionais

---

[44]O Ribeirão Claro deu origem ao nome da cidade de Rio Claro. As suas margens se formaram as paradas de tropeiros com destino as minas de ouro mato-grossenses, sendo que o abastecimento de água era proveniente daquele ribeirão. Atualmente, a cidade se abastece também do Ribeirão Claro, com capitação de água na Floresta Estadual Navarro de Andrade. O Ribeirão Claro em grande parte do transcurso do seu leito recebeu poluição, basicamente, de esgotos domésticos e industriais. Encontra-se em fase de despoluição. Será que este ribeirão é claro para os moradores para os moradores de Rio Claro? Será que os moradores do Jardim Conduta do Projeto Pé-no-chão cujas casas foram construídas na região de várzea daquele ribeirão, constantemente, inundadas na época de cheia, olham para aquele ribeirão como sendo claro? Os pobres rio-clarenses foram empurrados para habitarem áreas de preservação permanente – como os projetos Pé-no-chão, pela violência da expropriação da terra para atender os interesses imobiliários da cidade.

[45]Os crimes do *"colarinho branco"* acontecem nos espaços da luxuria, de altos padrões construtivos e com arquitetura militarizada, até para não despertar a atenção e afastar agentes *abnegados e honestos* do Estado, dificultando-lhes o acesso livre e imediato.

ou comerciais de médio ou alto padrão construtivo.

A repressão policial é basicamente seletiva e faz uso de critérios sócio-espaciais. Em contrapartida, os crimes patrimoniais (roubo/furto) são consumados na região central da cidade ou em locais com concentração ou circulação de mercadorias ou valores financeiros.

A cidade possui territorialidades que são instituídas ou recebem influência da criminalidade e quando as suas fronteiras não estão bem definidas, se constituem em limiares espaciais com sobreposições de poder acentuam os níveis crescentes de criminalidade em decorrência da disputa por aqueles territórios pelos grupos ou organizações criminosos, a exemplo do que ocorre nas favelas cariocas e paulistanas, com as violentas disputas territoriais entre facções ou organizações criminosas ou estes com o Estado. Semelhante situação também ocorre nos *bairros de passagem*, aqueles que de anteparo entre os bairros *nobres* e os bairros *pobres*, em Rio Claro/SP, são os bairros predominantemente de classe média e que circundam a região central.

Neste ambiente conflituoso, a cidade perde seu caráter de *Civita* e o *modus vivendi* no espaço urbano é marcado pela desconfiança e beligerância entre os citadinos. Nos embates do cotidiano citadino é que a *fisiognomia* urbana adquire a sua feição, melhor desvendada através dos detalhes da urbanística e dos interesses dos diversos segmentos sociais. A *"narrativa científica"* da cidade permite ao geógrafo, dialeticamente, visualizar os aspectos mais ameaçadores e perigosos do espaço urbano, como os lugares do crime. Portanto, a finalidade da *fisiognomia* – como acontece com a radiografia – é decifrar na cidade moderna a sua "figura oculta" ou "escrita secreta" (BOLLE, 2000, p. 80).

Os *hotspots* são imagens dialéticas dos locais de crime e que permite ao critico uma percepção que vai muito além das suas representações cartográficas, aguçando à reflexão critica para decifrar "as figuras ocultas" e as "escritas secretas" daqueles fenômenos sociais materializados no espaço urbano. São também os mapas as montagens *teatrais* contrastivas da "atmosfera" da cidade, "mostrando-a, como uma encenação num palco, sob iluminações diferentes"[46]. A encenação ideológica dos mapas deve escancarar – sem medo – as suas fontes, confrontando-as com outras cenas imagéticas. "A Modernidade deve se colocar sob o signo do suicídio, chancelada de um querer heroico que nada concede à ideologia que lhe é hostil" [47].

O contrapor é violento – como a revolução também o é. A cidade moderna é

[46] Cit. GS, I, 552-555; FK, 78-80; OE, III, 47-49.
[47]Cit. GS, I, 578; FK, 99; OE, III, 74s.

tableaux de miséria e violência, que necessita ser relida e revista. Para decifrar o oculto da violência no processo de produção do espaço urbano e como esta também interfere na produção espacial, procuramos fazer uso da técnica da montagem proposta pelo pensamento benjaminiano. Portanto, "[...] as partículas de realidade como elementos constitutivos da montagem; a moldura que separa o espaço da arte da práxis da vida, e que pode ser rompida, e com isso, *in nuce*: a imagem dialética; o estilhaço a estilhaçar; o indicio da violência" [48].

O conjunto de mapas dos crimes consumados na cidade de Rio Claro/SP pode ser refletido na ótica de "imagens dialéticas", capaz de estilhaçar a silhueta da barbárie, ao desvelar suas obscuridades. Este método, a técnica de montagem benjaminiano, foi referencial teórico que norteou as confecções de cartografias e suas consequentes interpretações, possibilitando as superposições daqueles mapas e transformando-as numa *"radiografar panorâmico"* em que as suas imagens dialéticas levassem à compreensão de totalidade, ou mais próximo, daqueles fenômenos sociais. As cartografias confeccionadas nesta pesquisa servem para revelar com melhor nitidez a silhueta e os contornos territoriais e as territorialidades dos locais dos crimes (nas diversas tipologias propostas) no espaço urbano rio-clarense. Esta técnica de montagem é importante para decifrar o espaço imagético político-social - "um individuo abandonado" ou "um que tem o seu preço no meio da multidão"[49].

Esta cartografia rio-clarense, num contexto mais amplo, não deixa de ser fragmento de uma totalidade - das cidades e das metrópoles contemporâneas que estão espalhadas pelos continentes. "Os fragmentos da Metrópole são reunidos como provas num dossiê sobre a história social da Modernidade, por um historiador que se comporta como um detetive que desconfia de que a história está mal contada" (BOLLE, 2000, p. 103).

Benjamin compreendeu que apoderar-se da imagem dialética de uma cidade significa também flagrar a sua própria imagem – a leitura do seu tempo/espaço em qualquer época. "O mapa da memória do eu e o mapa da cidade se sobrepõem, não é possível desenhar um sem o outro" (BOLLE, 2000, p. 318).

Os mapas digitais sobre os crimes ocorridos na cidade de Rio Claro/SP, circunscritos num lapso temporal, são frutos da nossa cognocidade que num único instante nos inseriu na imanência daquela imagem fantasmagórica, como também paciente daqueles fenômenos sociais, e no mesmo instante também nos transforma como autor daquelas relações sociais. No espaço urbano e como ator histórico, qual é o nosso personagem principal ou

[48]Cit. GS, II, 692s.
[49]Cit. GS, I, 557; FK, 82; OE, III, 51.

aquele que pretendemos assumir?[50]

3.1 As cidades constelares de criminalidade

A cartografia sempre fez parte do cotidiano do geógrafo. Segundo Lacoste (1988) a geografia serve em primeiro lugar para fazer a guerra[51], ou seja, uma ciência que prima pela estratégia de como utilizar o espaço geográfico para fins político-militares. Se a origem da geografia, segundo Lacoste, foi voltada às praticas estatais e militares por se constituir num saber estratégico, não deixou de ser também um instrumento de poder. Portanto, para Lacoste o âmago da geografia é a geopolítica.

Com viés marxista, Lacoste e Benjamin – rompem com a neutralidade da ciência o que levou Vesentini (2011)[52] a declarar que Lacoste optou pela "geopolítica dos dominados", ou seja, pensar o espaço numa "perspectiva de resistência popular contra a dominação".

> A despeito das aparências cuidadosamente mantidas, de que os problemas da geografia só dizem respeito aos geógrafos, eles interessam em última análise, a todos os cidadãos. Pois, esse discurso pedagógico [...] dissimula, aos olhos de todos, o temível instrumento de poderio que é a geografia para aqueles que detêm o poder (LACOSTE, 1988, p.22).

Lacoste defendeu que o processo social-histórico atua diretamente no espacial e o papel da geografia "seria a de melhor compreender o mundo para transformá-lo, a de pensar o espaço para que nele se possa lutar de forma mais eficaz" (Vesentini, 2011).

> Muito mais que uma série de estatísticas ou que um conjunto de escritos, a carta é a forma de representação geográfica por excelência: é sobre a carta que devem ser colocadas todas as informações necessárias para elaboração de táticas e de estratégias. Tal formalização do espaço, que é a carta, não é nem gratuita, nem desinteressada: meio de dominação indispensável, de domínio do espaço, a carta foi, de início, criada por oficiais e para os oficiais. A produção de uma carta, isto é, a conversão de um concreto mal conhecido em uma representação abstrata, eficaz, confiável, é uma operação difícil, longa e onerosa, que só pode ser realizada pelo aparelho de Estado e para ele. A confecção de uma carta implica certo domínio político e matemático do espaço representado, e é um instrumento de poder sobre o espaço e sobre as pessoas que ali vivem (LACOSTE, 1988, p. 23).

---

[50]Oportuno relembrar o poema de D. Helder Câmara: **Que os geógrafos aprendam**/Os desertos mais amplos/mais sem-fim,/sem oásis,/sem sombra/-embora não sem silêncio/e sem mistério -/são criados/em nós e fora de nós/pelo desamor.

[51]Nesse sentido, Lacoste (1988, p. 37): "Em contrapartida, em numerosos Estados, a geografia é claramente percebida como um saber estratégico e os mapas, assim como a documentação estatística, que dá uma representação precisa do país, são reservados à minoria dirigente".

[52]A interpretação do pensamento lacostiano por José William Vesentini, com a proposta de uma "geopolítica dos dominados", encontra-se na Apresentação da 19ª Edição brasileira (2011) do livro – A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.

A desmistificação sobre a neutralidade dos discursos geográficos é o primeiro momento de reflexão critica do geógrafo, impondo-lhe fazer opções ideológicas. Garantindo a transparência da pesquisa, ao inicia-la o geografo de apresentar a seguinte auto-indagação: vou pensar a geografia para os dominantes ou para os dominados?

Optamos nesta tese, preferencialmente, pela interpretação dos mapas com olhar para os dominados e vencidos da história, até para garantir os princípios metodológicos de Walter Benjamin, o materialismo histórico. Portanto, nossa reflexão se coaduna ao pensamento geográfico de Lacoste (1988, p. 29) "a guerra geográfica, com métodos diferentes segundo os locais, pode ser executada em todos os países".

Neste contexto, criticamos os abundantes discursos geográficos sobre como "rearranjar" o território – *"aménagement do território"* cuja tática é sempre *remar a favor da correnteza*, mascarando outras realidades e releituras, para atender tão somente os arranjos produtivos capitalistas.

> Em nossos dias, a abundância de discursos que se referem ao *aménagement* do território em termos de harmonia, de melhores equilíbrios a serem encontrados, serve, sobretudo, para mascarar as medidas que permite às empresas capitalistas, principalmente às mais poderosas, aumentar seus benefícios. É preciso perceber que o *aménagement* do território não tem como único objetivo o de maximizar o lucro, mas também o de organizar estrategicamente o espaço econômico, social e político, de tal forma que o aparelho de Estado possa estar em condições de abafar os movimentos populares. Se isso é bem pouco nítido nos países há muito industrializados, os planos de organização do espaço manifestamente bastante influenciado pelas preocupações policiais e militares nos Estados em que a industrialização é um fenômeno recente e rápido (LACOSTE, 1988, p. 30).

Ler e interpretar uma carta geográfica (mapa), segundo Lacoste, foi um saber sempre negado ao público, evitando-se que a "soberania" estatal corresse algum risco diante do possível despertar daqueles que foram/são alienados pelo poder estatal.

> A necessidade de saber ler uma carta se coloca também nas manifestações urbanas, a guerrilha urbana, a guerra de rua; em certos países (comunistas ou não), o público não pode conseguir um plano da cidade, mas somente os croquis dos locais frequentados pelos turistas; essa medida permite à polícia montar um esquema, tanto mais eficaz quanto mais difícil for para outros conseguir representá-lo espacialmente. [...] No entanto, na maioria dos países de regime democrático, a difusão de cartas, em qualquer escala, é completamente livre, assim como a dos planos da cidade. As autoridades perceberam que poderiam colocá-las em circulação, sem inconveniente. Caras, para quem não aprendeu lê-las ou utilizá-las, sem dúvida, não tem qualquer sentido, como não teria uma página escrita para quem não aprendeu a ler (LACOSTE, 1988, p. 38).

Lacoste (1988, p. 39) apresentou a critica de que "a análise dos marxistas, que é fundamentalmente de tipo histórico, negligencia quase totalmente a repartição no espaço dos fenômenos que ela aprende teoricamente".

> O que choca não é a falta de interesse de Marx para com os problemas geográficos: é a disjunção entre seus textos teóricos mais elaborados, *O capital* em primeiro lugar, e seus textos mais circunstanciais, militares ou político-estratégicos. O que choca no próprio bojo dos textos mais elaborados não é tanto a falta de interesse para com os problemas geográficos do que a irrupção, numa problemática globalmente *aespacial*, de raciocínios geográficos grosseiramente deterministas (LACOSTE, 1988, p. 135).

Ainda sobre o marxismo, Lacoste (1988, p. 140) ponderou:

> De outro lado, os geógrafos de influência marxista não são os únicos a estudar os problemas urbanos. Outros geógrafos, como outros sociólogos, outros economistas, que não se incluem absolutamente no marxismo e que não procuram sequer parecer *"de esquerda"*, empreendem também essa análise das diversas formas da crise urbana, sem se referirem sistematicamente às contradições do sistema capitalista, sem apelar para sua destruição, falam também eles de "dominação", de segregação social, etc.. Desses geógrafos, os marxistas dirão que são *"inconsequentes"...*O que quer que seja, é claro que a análise dos problemas urbanos procede, numa larga escala, de um instrumental conceitual marxista ou marxiano.

A crítica lacostiana sobre a ignorância popular em ler e interpretar um mapa em que estão assinalados os fenômenos sociais[53] é tática importante de alienação, levando Lacoste (1988, p. 40) a fazer as seguintes considerações:

> Numa outra escala, a dos problemas que se colocam na cidade, surpreendente constatar a que ponto os habitantes (e mesmo os mais preparados politicamente) se acham incapacitados de prever as consequências desastrosas que acarretarão tal plano de urbanismo, tal empresa de renovação, que, no entanto, lhes concerne diretamente. A municipalidade, os promotores estão agora tão conscientes dessa incapacidade que eles não hesitam mais em praticar o "acordo" e de apresentar os planos dos futuros trabalhos, pois as objeções são raras e fáceis de iludir. Deveras, as representações espaciais só têm verdadeiro significado para aqueles que a sabem ler, e esses são raros; dessa forma, as pessoas não irão perceber até que ponto foram enganadas, senão após o término dos trabalhos, quando as modificações se tornarem irreversíveis, em boa parte.

A espacialização da criminalidade numa carta geográfica permitiu-nos desvendar as dinâmicas espaciais, revelando as "figuras ocultas" do urbanismo excludente e a

[53]Sobre a ignorância popular em interpretar um mapa é relevante o processo de rotinização imposta pelo capitalismo, através dos meios de produção (o fazer o sempre igual e de maneira continuada) nos deslocamentos nos espaços urbanos. Lacoste (1988, p. 43-4) acentua sua crítica quando afirma que "hoje, é sobre distâncias bem mais consideráveis que, a cada dia, as pessoas se deslocam; seria melhor dizer que elas são deslocadas passivamente, seja por transportes comunitários, seja por meios individuais de circulação, mas sobre eixos canalizados, assinalados por flechas, que atravessam espaços ignorados. Nesses deslocamentos cotidianos de massa, cada qual vai, mais ou menos solidariamente, em direção ao seu destino particular. Só se conhecem bem dois lugares, dois bairros (aquele onde se dorme e aquele onde se trabalha); entre os dois existe, para as pessoas não exatamente todo um espaço (ele permanece desconhecido, sobretudo se atravessado dentro de um túnel de metrô), mas, melhor dizendo, um tempo, o tempo de um percurso, pontuado pela enumeração dos nomes de estações". São reflexões importantes para verificar que essa automação nos deslocamentos em massa de pessoas (do trabalho para casa e vice-versa), resulta que os acidentes de transportes estão circunscritos às principais artérias de trânsito das cidades. Portanto, os acidentes de transportes estão inseridos num modelo capitalista que rotiniza e aliena o agir e o pensar das pessoas, que muitas vezes inconscientes ou estressados, acabam se envolvendo em desastres num "tempo de um percurso". Embora, possam esse "tempo de um percurso" receber intervenções públicas para que não seja mais uma fantasmagoria urbana e, faz do humano um andróide que se locomove num tempo de rotinizações.

homogeneização da produção de habitações "enclausuradas". Interpretar estas imagens dialéticas são fundamentais para despertar e interromper o torpor do sono onírico as pessoas, fazendo-lhes exigir que a produção do espaço urbano não deva servir apenas ao interesse de um mercado de consumo.

As relações entre as estruturas de poder e as formas de organização do espaço, para Lacoste (1988, p. 49), acabam sendo massacrantes para aqueles que não estão no poder. Romper essas relações de dominação exige o despertar do sono onírico às classes sociais excluídas de informações (mesmo as confusas e a parciais), dotando-as de conhecimento que lhes permitirão também a ler e interpretar uma carta (não só a geográfica).

Como interpretar um mapa e suas diversas escalas[54]?

A resposta é lacostiana:

> A anexação do adjetivo espacial à palavra conjunto tem por objetivo destacar que nesse procedimento de análise, que é fundamental no verdadeiro raciocínio geográfico, a maior atenção deve ser dada, na carta, ao traçado dos limites dos diversos conjuntos levados em consideração, à configuração particular de cada um deles. Não se trata de interseções de conjuntos teóricos (o entrecruzamento das célebres "batatas" do diagrama de Venn que serve de rudimento à teoria dos conjuntos), mas de conjuntos definidos, cada qual, não somente por elementos e por suas relações, mas também pelo traçado preciso de seus contornos geográficos particulares (LACOSTE, 1988, p. 67).

Os contornos geográficos particulares de um território urbano, na opinião de Lacoste, devem também ser analisados num contexto mais amplo, até não desprezando os efeitos das barreiras artificiais ou naturais[55], na produção e na organização espacial. Por vezes, estas barreiras artificiais ou naturais servem sutilmente para delimitar as fronteiras territoriais num processos de segregação sócio-espacial.

> Cada disciplina, cada maneira de apreender uma realidade, destaca as características espaciais da categoria de fenômenos que ela privilegia e traça os contornos sobre a carta: conjuntos topográficos, climáticos, vegetais, conjuntos urbanos, conjuntos étnicos, religiosos, conjuntos políticos, circunscrições administrativas, etc. (LACOSTE, 1988, P. 67).

Sobre as escalas de uma carta, Lacoste (1988, p. 73) recomendou que as suas "exigências da prática" apontou que não se deve fazer uso das mesmas cartas para decidir a

---

[55] Para Sousa (2008): o processo de estruturação de barreiras naturais e sociais (artificiais), observado por meio da morfologia urbana, está aliado à expansão do tecido urbano e proporciona um distanciamento cada vez maior entre área central e periferias, gerando diferentes espacializações dos equipamentos urbanos, o que agrava e fortalece ainda mais as desigualdades sócio-espaciais no interior das urbes. O efeito barreira resulta das características do tráfego e das vias de determinada área da cidade, das atitudes e comportamento das diferentes classes populacionais e do ambiente no qual estão inseridos. A amplitude do efeito barreira está relacionada às atividades possíveis de serem realizadas pela população residente em determinado bairro.

“estratégia de conjunto” e as de “diversas operações táticas”. “A estratégia se elabora em escala bem menor que a tática”.

> Certos raciocínios não podem se formar se não forem examinados os diferentes aspectos de um fenômeno sobre o conjunto do planeta (é, por exemplo, o caso de certos fenômenos climáticos ou econômicos). Em contrapartida, outros fenômenos tais como os processos de erosão, não podem ser convenientemente observados senão em escala bem grande, sobre uma vertente [...] (LACOSTE, 1988, p. 73).

Se a geografia é um conhecimento ideológico-estratégico de poder, resta-nos também indagar: como devem reger as relações do geógrafo com o poder estatal?

Defendemos a posição de que o geógrafo jamais deve ser servil com o poder estatal, em muitas ocasiões - “elas podem ser contraditórias e, para certas pessoas, antagônicas” (LACOSTE, 1988, p. 155).

A cartografia digital da criminalidade da cidade de Rio Claro/SP – na presente tese, apresentar-se-á contraditório e antagônico com a historiografia e a geografia “oficial” que perpassam a falsa ideia de que a cidade não é violenta, raramente, apresentada aos seus habitantes. Como alertou Lacoste (1988, p. 165), toda a pesquisa geográfica pode permitir “ao poder, melhor controlar esses homens e essas mulheres que foram o objeto de suas investigações, melhor dominá-los, espoliá-los e, em certos casos, arrasá-los”. Romper com os processos de alienação exige que o “saber pensar o espaço para saber nele se organizar, para saber ali combater” (Lacoste, 1988, p. 177), a luta emancipatória dos vencidos da história e dos excluídos dos básicos direitos fundamentais da pessoa humana.

Consubstanciado no pensamento de Lacoste:

> É preciso para começar a fazer compreender a espacialidade diferencial, imaginar que o que daria a superposição de um grande número de quebra-cabeças de tamanho desigual, recortados bem diferentemente uns dos outros, em folhas transparentes. A cada quebra-cabeça corresponde uma série de conjuntos espaciais cujo recorte é diferente daquele de outras séries. As diferenças de tamanho entre os quebra-cabeças correspondem aos diferentes níveis de análise (LACOSTE, 1988, p. 181).

Os mapas **(Anexo I)**, doravante apresentados são imagens dialéticas que poderão se transformar em conhecimentos libertários àqueles que almejam refletir a produção do espaço urbano rio-clarense com opção ideológica dos “vencidos da história”, porém são também imagens que representam os constelares da violência e da destruição de uma cidade - Rio Claro/SP.

3.2 A modernidade na cidade de Rio Claro: a fantasmagoria da criminalidade

Ao estilo da *flanerie* de Baudelaire, Poe e Benjamin optamos também pelo perambular descompromissado pelos locais onde ocorreram crimes violentos na cidade de Rio Claro/SP, nos últimos cinco anos, com a missão de decifrá-los. Quais seriam as fantasmagorias destes locais fatídicos? Como o crime se especializa na cidade de Rio Claro/SP? Como são estes territórios e suas territorialidades? Onde acontece o crime na cidade de Rio Claro/SP? Qual é a *fisiognomia* dos espaços urbanos do crime em Rio Claro/SP?

O perambular descompromissado pelos locais do crime é o primeiro passo capaz de apontar indícios ou elementos histórico-geográficos que possam decifrar as leituras ocultas de seu espaço.

Onde sucumbem as pessoas vítimas de homicídios em Rio Claro?

A cidade de Rio Claro, nas últimas quatro décadas, experimentou um processo acelerado de fragmentação do espaço urbano que foi produzido em decorrência da aprovação e execução de inúmeros loteamentos (muitos irregulares) e condomínios.

Com aproximadamente 148 bairros, no período compreendido entre os anos de 2008 a 2011, o município de Rio Claro/SP registrou homicídios em apenas 21% do total daqueles bairros (mapa 1), a saber: Jardim Novo I e II (7 homicídios), Jardim Bom Sucesso (4), Jardim Palmeiras (3), Chervezon (3), Consolação (1), Vila Martins (2), Jardim Guanabara (4), Jardim Ipanema (1), Jardim Terra Nova (1), Cidade Jardim (2), Jardim Novo Wenzel (3), Jardim São José (2), Jardim Progresso (1), Vila Operária (1), Jardim Residencial, Jardim Centenário (1), Vila Olinda (1), Jardim Flórida (1), Jardim Wenzel (1), Jardim Anhanguera (1), Vila Alemã (1), Jardim Mirassol (1), Alto de Santana (2), Jardim Residencial São Jorge (2), Jardim Panorama (1), Jardim das Paineiras (1), Jardim Boa Vista (1), Jardim Floridiana (2), Jardim Ipanema (1) e Jardim Santa Clara (1). São 31 bairros, além do Centro (5) e as Rodovias (4)[56].

Como são e onde estão localizados os locais (endereços) dos homicídios em Rio Claro?[57].

[56] São tanto as rodovias estaduais como as municipais (vicinais). A cidade não é servida por rodovia federal.

[57]São dados que foram possíveis de ser tabulado na tabela Excel, representando aproximadamente 80% do total dos crimes de homicídios ocorridos no período de 2008 a 2011. Alguns locais de crime não foram considerados em decorrência da falta ou inconsistência das informações, impossibilitando de serem georreferenciados numa base cartográfica. Embora, os dados coletados são suficientes para elaborar uma amostra representativa da espacialização territorial dos crimes de homicídios consumados em Rio Claro.

(Mapa 1)



Fonte: do autor

No contexto geral, os homicídios ocorreram nos bairros *"jardins"*. Como se observa na amostra de locais georreferenciados de homicídios (**mapa 1**), no quadriênio 2008/2011, aqueles ilícitos penais se concentram em apenas 21 (vinte e um) bairros e em apenas 12 (doze) daqueles bairros apresentou o total de 34 (trinta e quatro) locais daquele crime, correspondendo a 55% do total de locais de homicídios. Consequentemente, pela ordem, podemos dizer que os locais mais vulneráveis a homicídios em Rio Claro foram os seguintes bairros: Jardim Novo I e II (7), Centro (5), Jardim Guanabara (4), Jardim Bom Sucesso (4), Jardim da Palmeiras (3), Jardim Novo Wenzel (3) e o Chervezon (3). No que diz respeito às rodovias/estradas que passam pelo município rio-clarense foi registrado, naquele período, o total de 04 (quatro) homicídios, em especial naquelas que dão acesso a sua zona rural.

Apontou as cartas geográficas que a região urbana rio-clarense com vulnerabilidade ao crime de homicídio são os bairros com exclusão sócio-espaciais e circundados por barreiras artificiais com a finalidade de "cercá-los" por meio do novo traçado da via férrea (após a Rodovia W. Luís), pela Rodovia Fausto Santomauro (Estada Estadual Rio Claro/Piracicaba) e a Estrada Vicinal Rio Claro/Ipeúna. Estes bairros "sitiados" são: Jardim Novo I e II (7), Jardim Guanabara (4), Jardim Bom Sucesso (4), Jardim da Palmeiras (3), Jardim Novo Wenzel (3), Jardim Centenário (1) e Jardim Terra Nova (1), responsáveis por 37,5% do total dos locais daquela modalidade delitiva, naquele período **(figura 21)**.

Figura 21 – Fotografia aérea do bairro Jd. Palmeiras e seus adjacentes



Fonte: Google Earth

Naquela região de vulnerabilidade aos homicídios, os bairros Jardim Bom Sucesso (4) e Jardim Novo Wenzel (3) estão localizados para além da Rodovia W. Luís e do "novo" traçado da via férrea, impondo-lhes completa segregação dos demais bairros da cidade e os seus acessos somente pode ser realizado pela Estrada Vicinal Rio Claro/Ipeúna **(figura 22)**.

Figura 22 – Fotografia área dos Bairros Novo Jardim Wenzel e Bom Sucesso



Fonte: Google Earth

A segunda região da cidade de Rio Claro/SP em situação de vulnerabilidade aos crimes de homicídios está localizada no *"Grande Chervezon"*, a saber: Alto de Santana (2), Jardim São José (2), Jardim Panorama (1), Parque Residencial São Jorge (2), Chervezon (3), Jardim Floridiana (2), Jardim Boa Vista (1), Jardim Ipanema (1), Jardim Paineiras (1), Jardim Progresso (1), Jardim Santa Clara (1), Jardim Wenzel (1) e Vila Olinda (1). Realça, novamente, que de forma irônica, a vulnerabilidade aos homicídios ficou circunscrito aos bairros denominados de *"jardins"* da cidade. Na região do "Grande Chervezon" **(figura 23)** foram georreferenciados 19 (dezenove) locais de homicídios, correspondendo a 31,5% do total daqueles crimes consumados na urbe rio-clarense no aludido período.

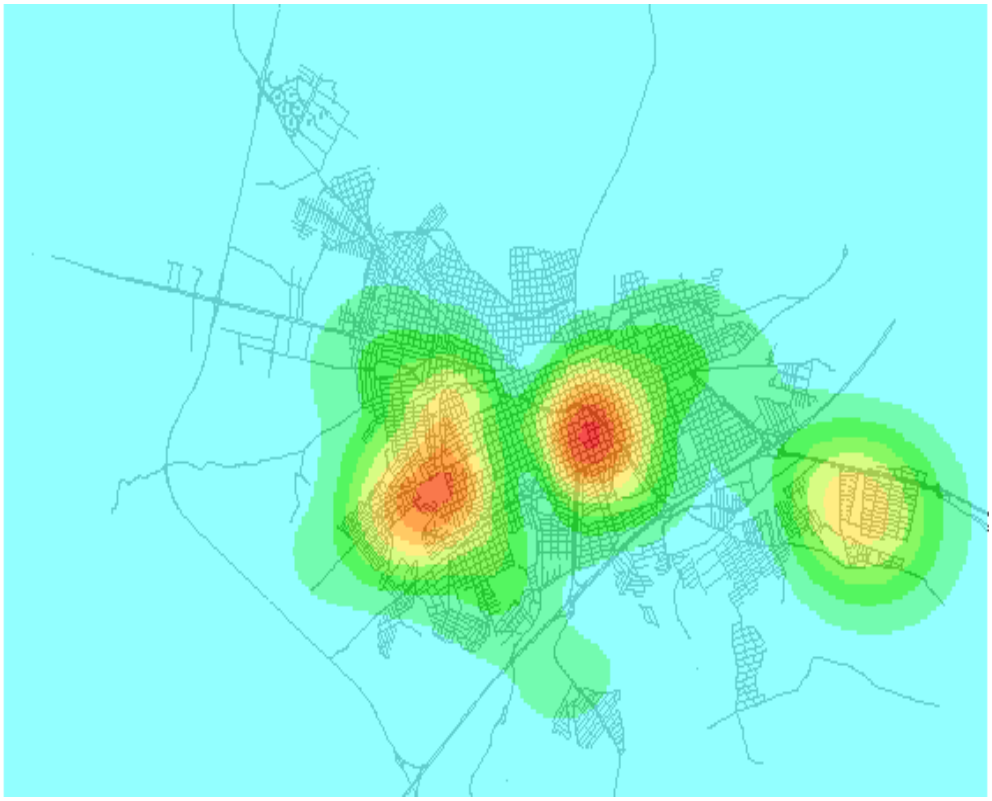
Figura 23 – Fotografia aérea dos bairros com incidências de homicídios



Fonte: Google Earth

Aquelas duas regiões mais vulneráveis aos homicídios da cidade de Rio Claro são responsáveis por 68% do total de locais daquela modalidade delitiva. Os demais bairros espalhados pelo território rio-clarense em que aconteceram homicídios foram: Vila Alemã (1), Vila Martins (2), Vila Operária (1), Jardim Flórida (1), Jardim Anhanguera (1), Jardim Mirassol (1), Consolação (1) e Cidade Jardim (2), responsáveis pelo total de 10 (dez) locais de homicídios, correspondendo a 16,5% do total daqueles crimes. A região central da cidade foi responsável por outros 8% e as rodovias por 6,5% dos locais de homicídios.

Mapa 2 – Concentração de locais de homicídios



Fonte: do autor

O método kernel aplicado no mapa de distribuição espacial dos locais de homicídios da cidade de Rio Claro/SP demonstrou-nos alguns equívocos. Como se observa no **mapa 2**, foram adensados os locais de homicídios na região central e na região do "Grande Chervezon", porém, quando confrontados seus dados referenciados com as estatísticas policiais da cidade, esta apontou a região com maior adensamento de locais de homicídios os bairros segregados após a Rodovia W. Luís. Concluímos que não é recomendável o método kernel quando os pontos referenciados estão especializados equidistantes numa região da cidade, visto que aquele método trabalha em sistema de raios, concentrando os pontos dos locais críticos. Se um território urbano for territorialmente extenso a análise espacial não poderá prescindir dos dados estatísticos.

Na amostra que coletamos junto aos órgãos policiais, no referido quadriênio (2008 a 2011), não foram registrados homicídios nos bairros Jardim Claret, Jardim São Paulo, Bela Vista, Jardim Copacabana, excetuado o bairro Cidade Jardim com 2 (dois) homicídios passionais[58], regiões territoriais em que estão localizadas as "mansões", os imóveis de alto padrão construtivo e os "condomínios de luxo".

O que ficou provado, no caso da cidade de Rio Claro/SP, é que a vulnerabilidade aos homicídios tem por "domicílio" os bairros periféricos e dos extremos do espaço urbano rio-clarense, marcados pela pobreza e pelo abandono estatal **(figura 24)**. Quando os homicídios são consumados em espaços públicos ocorrem, majoritariamente, nas ruas e avenidas marcadas pela exclusão sócio-espacial e, os homicídios consumados no interior de habitações – na sua quase totalidade, acontecem em imóveis pauperizados ou de baixo padrão construtivo (figura 24) ou também em imóveis com pequena área construtiva, evidenciando a condição de pobreza dos seus moradores. Alguns locais de homicídios estão localizados próximos a bares situados em bairros periféricos ou extremos da cidade[59].

Conclusivamente, os locais de crime de homicídios tem "domicílio" bem definido na cidade de Rio Claro/SP, ou seja, em apenas 21(vinte e um) bairros marcados pela exclusão sócio-espacial com imóveis precarizados ou de baixo padrão construtivo, marcados pela pobreza econômica.

---

[58]Dados obtidos pessoalmente junto a Delegacia Seccional de Polícia de Rio Claro é que os dois homicídios ocorridos no Bairro Cidade Jardim foi em decorrência de passionalidade, resultado de desavença familiar que havia se mudado recentemente à cidade de Rio Claro. Os autores do crime ainda não foram submetidos ao Tribunal do Júri, motivo pelo qual entendemos inoportuno divulgar mais informações por estar *"sub judice"*.

[59]Por questão ética e para resguardar as famílias das vítimas optamos por omitir os endereços dos locais de homicídios, porém, todos nos bairros mencionados neste capítulo.

Figura 24 – Conjunto de fotografias de locais de homicídios



Fonte: Google Earth

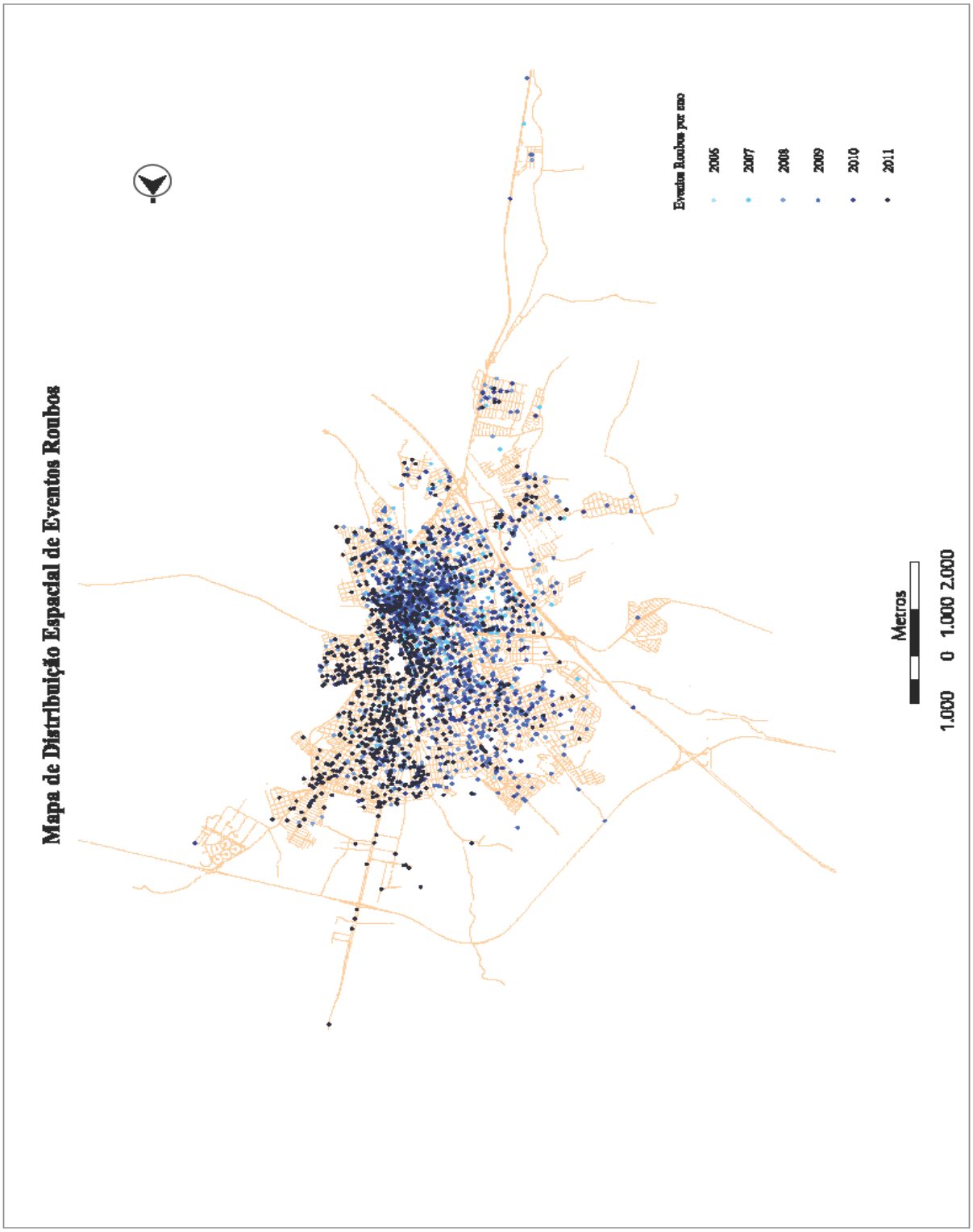
Analisando a dinâmica espacial dos locais de roubos, na cidade de Rio Claro/SP, verificamos que não seguiu a mesma lógica dos homicídios. O roubo apresentou uma distribuição por todo o espaço urbano **(mapa 3)**, porém com concentrações desiguais pelos bairros do município. A forma espacial dos locais daquele ilícito penal adquiriu a forma de *"nebulosa"* que se espalha por todo o território rio-clarense. Quando representado os locais de roubos em base cartográfica digital, diante sua profusão, encobre todo o mapa territorial da urbe rio-clarense.

Se as estatísticas policiais já apontavam que a cidade de Rio Claro/SP é violenta no que diz respeito à criminalidade de roubo esta verificação é agravada ao se analisar a base cartográfica digital, revelando uma imagem oculta de uma cidade em que todos os quarteirões da zona urbana rio-clarense estão *cravejados* por um evento roubo, consequentemente, fenômeno social incorporado ao cotidiano do munícipe rio-clarense. No período de 2007 a 2011, foi referenciada na urbe rio-clarense uma amostra de 3.542 (três mil, quinhentos e quarenta e dois) locais de roubo, correspondente a aproximadamente 35% do total dos crimes daquela modalidade.

A região central da cidade de Rio Claro/SP apresentou a maior concentração daquela modalidade delitiva, com um total de 681 (seiscentos e oitenta e um) locais de roubo, o que equivale a 20% do total dos locais referenciados daquele crime. Somando-se aos seis bairros circunvizinhos da região central (Vila Operária, Vila Aparecida, Cidade Nova, Bela Vista, Vila Indaiá e Vila Alemã) foram referenciados mais 462 locais de roubo, perfazendo o total de 1.143 (um mil, cento e quarenta e três) locais daquele ilícito penal o que

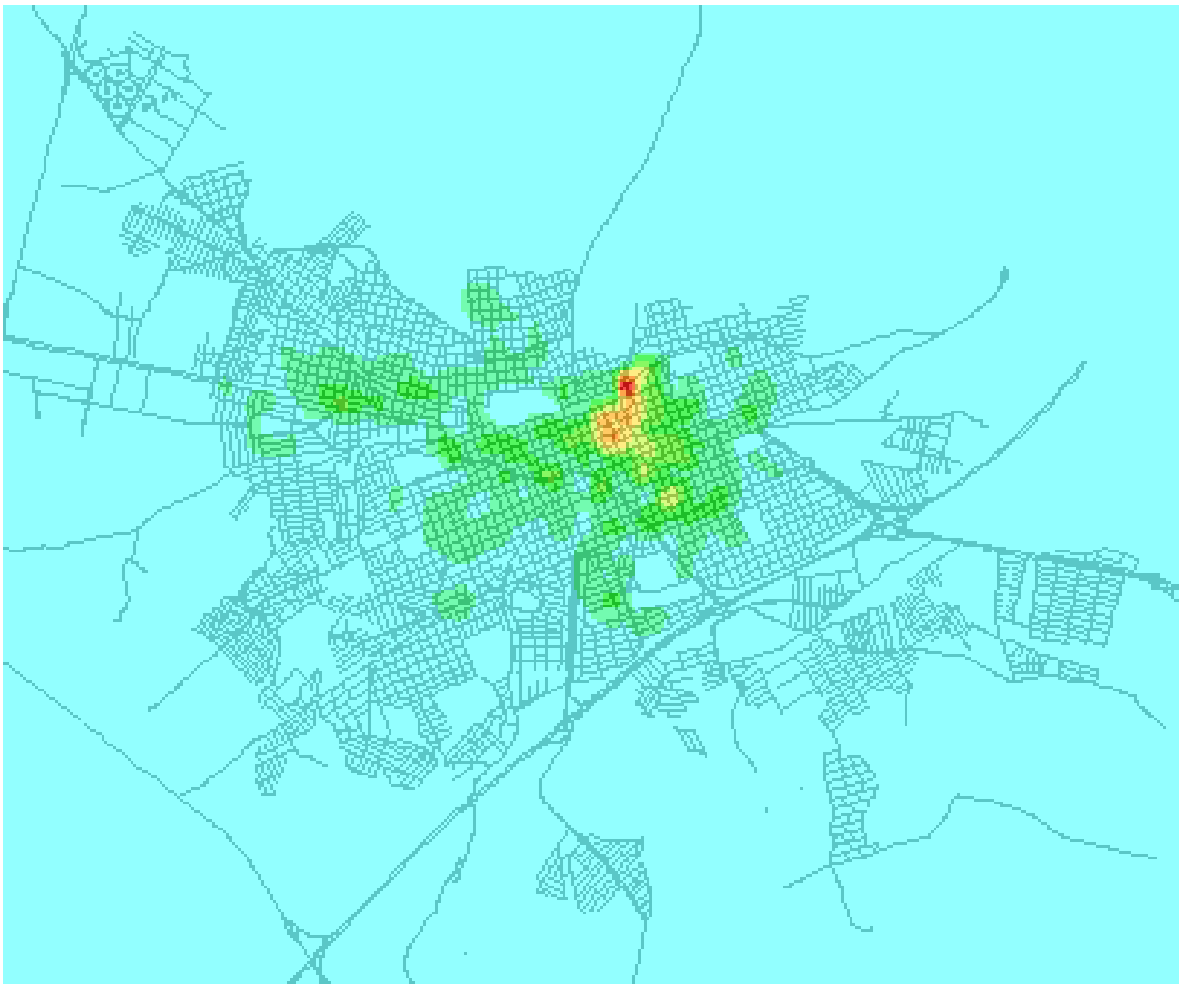
correspondente a 33% (1/3) do total de locais de roubos consumados na cidade de Rio Claro/SP. O **mapa 4** apontou que aqueles seis (6) bairros foram responsáveis por 13% do total dos locais de roubos.

(Mapa 3)



Fonte: do autor

Mapa 4 – Concentração de locais de roubo



Fonte: do autor

A região do "Grande Chervezon"[60], com aproximadamente quarenta (40) bairros, com expressivo adensamento populacional e extensa área territorial, registrou 421(quatrocentos e vinte e um) locais de roubo, no referido período. A grande maioria de seus bairros tem como característica a exclusão sócio-espacial e população com baixa renda, com predominância de imóveis com baixo padrão construtivo, salvo alguns bairros com bolsões de imóveis de luxo, como acontecem nos bairros do Alto de Santana e Jardim Floridiana.

Na região do *"Grande Chervezon"* as maiores concentrações dos crimes de roubo estão nos bairros com habitações de padrão médio ou de luxo, bem como em

[60]Composto pelos bairros: Chervezon, Jardim Panorama, Jardim Paineiras, Jardim Santa Elisa, Parque Matheus Manieiro, Jardim Boavista, Residencial das Flores, Jardim Santa Maria, Residencial Cidade Azul, Jardim São Caetano, Jardim Residencial São Jorge, Jardim Progresso, Parque das Indústrias, Jardim Independência, Jardim Santa Clara, Jardim Parque Residencial, Jardim Araucária, Jardim Hipódromo, Jardim Portugal, Jardim Ipanema, Residencial Benjamin de Castro, Jardim Araucária, Jardim São José, Jardim Cidade Azul, Jardim Karan, Jardim Primavera, Parque Universitário, Jardim São João, Recanto Paraíso, Jardim Primavera, Distrito Industrial, Vila Olinda, Alto de Santana, Jardim Floridiana, além de outros.

estabelecimentos comerciais. Observamos que os bairros Vila Olinda (34), Parque Universitário (48), Jardim Floridiana (93), Distrito Industrial (23), Chervezon (59) e Alto de Santana (26) foram responsáveis pelo total de 280 locais de roubo, perfazendo 66,5% do total dos locais de roubo daquela região. Também ficou evidente que em apenas seis (6) bairros, de um total de aproximadamente quarenta (40) bairros, foram responsáveis por quase dois terços (2/3) dos locais de roubos naquela região da cidade de Rio Claro/SP. A região do *"Grande Chervezon"* foi responsável por 12% do total dos locais de roubo referenciados. Como se observa, o crime de roubo possui dinâmicas espaciais definidas na cidade de Rio Claro/SP e acontecem em poucos bairros, geralmente, contíguos.

Transpondo a Rodovia W. Luís [61] está localizado outros dezoitos (18) bairros (com a maior concentração de locais homicídios da cidade) e responsáveis por apenas 173 (cento e setenta e três) locais de roubo referenciados, correspondendo a aproximadamente 5% do total dos locais daquela modalidade delitiva. Na cidade de Rio Claro/SP ficou evidente que não há correlação entre homicídios com o roubo.

Se considerarmos apenas os bairros em que estão localizados os imóveis de elevado e elevadíssimo padrão construtivo (Bela Vista, Cidade Claret, Cidade Jardim, Copacabana, Jardim Copacabana, Jardim São Paulo e Floridiana), foram responsáveis por 508 locais de roubos o que corresponde a 14% do total dos locais referenciados de roubo na urbe rio-clarnse. Por outro lado, aqueles 6 (seis) bairro correspondem apenas 0,17% do total dos bairros do município rio-clarense.

A região central e seu entorno (33%) e os seis bairros supramencionadas (14%) apontaram que naqueles locais aconteceram 47% do total dos pontos referenciados de roubo da cidade, comprovando que o roubo tem relação direta com as atividades econômicas e com as habitações de médio e elevado padrão construtivo, consequentemente, o roubo tem por domicílio os locais de concentração da "riqueza".

Aspecto observado é que os roubos aconteceram – em sua grande maioria, nos pontos comerciais e nos imóveis com arquitetura "militarizada" (muro alto, cerca elétrica, câmeras de monitoramento) como também contra as pessoas que transitavam pelas ruas e avenidas da cidade de Rio Claro/SP, os denominados na gíria policial como "roubos a transeuntes" **(figura 25)**[62].

[61]Composto pelos bairros: Jd. Brasília, Jardim Novo Wenzel, Jardim Bom Sucesso, Jardim Centenário, Residencial dos Bosques, Jardim Paulista I e II, Jardim Inoccop, Chácara Lusa, Jardim Nova Rio Claro, Jardim Residencial das Palmeiras, Jardim Guanabara I e II, Jardim Novo I e II, Residencial Campestre Vila Rica, Jardim Esmeralda, Jardim Nova Veneza.

[62] Por questões éticas e por segurança optamos por não divulgar os endereços dos imóveis que foram roubados.

Comprova-se que as arquiteturas “militarizadas” não evitaram os crimes de roubo na cidade de Rio Claro, visto que os criminosos utilizam do elemento surpresa para subjugar as vítimas, portanto, foi o principal fator desencadeante dos roubos, além dos financeiros.

Figura 25 – Conjunto de fotografias de locais de roubos



Fonte: Google Earth

Já os roubos e furtos de veículos apresentou uma dinâmica espacial que se distribuiu por todo o espaço urbano rio-clarense, porém mais acentuadamente na região central ou em alguns bairros cortados por vias expressas com acesso rápido para as rodovias e estradas **(mapa 5)**.

(Mapa 5)



Fonte: do autor

Na série histórica compreendida entre os anos de 2007 a 2011, foram referenciados 436 (quatrocentos e trinta e seis) locais de roubo/furto de veículos, sendo que na região central foram 47 registros, correspondendo a aproximadamente a 11% do total daqueles locais. Os bairros Jardim Floridiana (34), Jardim América (26), Vila Alemã (4), Vila Operária (8), Vila Martins (4), Vila Industrial (4), Vila Nova (2), Jardim Ypê (4), Bela Vista (23), Cidade Nova (14), Vila Paulista (4) e Jardim Conduta (4), em sua maioria, localizados depois da via férrea que passa pela região central da cidade, somaram o total de 131 locais de roubo/furto de veículos, o que representa 30% do total dos locais daqueles registros de ilícitos penais. O Bairro Cidade Jardim (local de residências com elevado padrão construtivo) registrou o total de 10 locais de furto/roubo veículo, correspondendo a 2,3% do total.

Outra região da cidade de Rio Claro, próxima a Rodovia W. Luís, composto pelos bairros Vila Olinda (13), Alto de Santana/Santana (17), Santa Cruz (7), São Judas Tadeu (3), Jardim Mirassol (4), Jardim Primavera (5), Jardim Claret (10) e Jardim São Paulo (14), somaram 73 locais de furto/roubo de veículos o que corresponde a 16,7% do total.

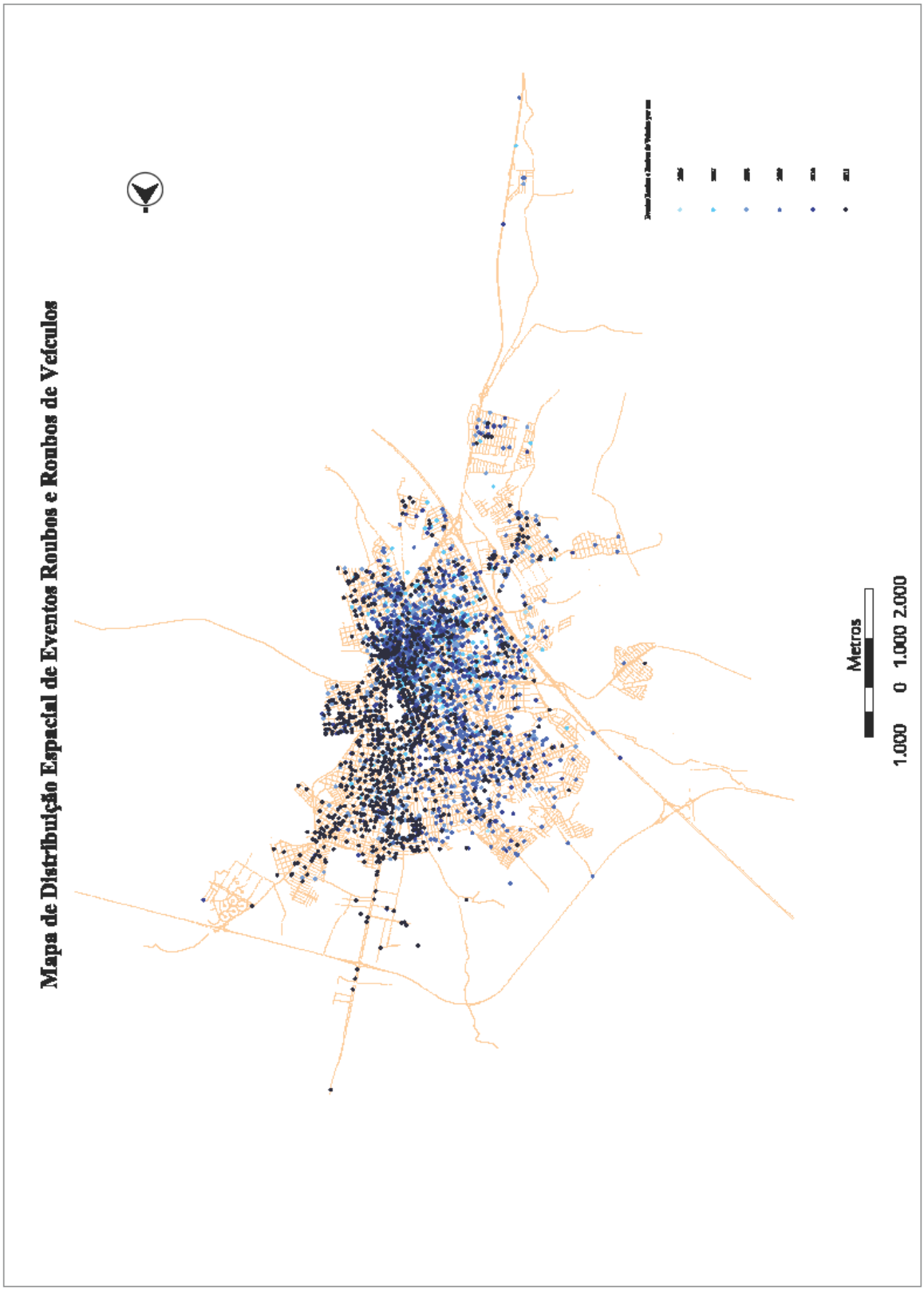
Pode-se inferir que os bairros com elevadas incidências de roubo/furto de veículos são os seguintes: Jardim Floridiana (34), Jardim América (26), Bela Vista (23), Alto de Santana/Santana (17), Jardim São Paulo (14) e Jardim Claret (10), que somados corresponderam ao total de 124 locais de furto/roubo de veículos o que representa 28,5% do total do município, portanto, em apenas seis bairros aconteceu aproximadamente um terço (1/3) do total de furto/roubo de veículos.

O entorno do município, ou seja, nas rodovias/estradas estaduais e municipais foram referenciados oito (8) locais de roubo/furto de veículos.

Conclusivamente, a região central com os seus bairros limítrofes (com vias e acessos rápidos para as rodovias) e os bairros próximos às estradas ou rodovias somaram o total de 295 locais de roubo/furto de veículos, perfazendo a aproximadamente 68% do total dos locais de roubo/furto de veículos. Portanto, aquela modalidade delitiva circunscreve-se na região central e seus bairros limítrofes, além dos bairros próximos às estradas e as rodovias.

Quando somados os crimes de roubo e roubo/furto de veículos **(mapa 6)** a cartografia dos locais daquelas modalidades delitivas apontam a região central e os bairros circunvizinhos como principais alvos dos criminosos. Aflora um extenso constelar de crimes, formando alegoricamente uma nebulosa, que encobre a região central e os bairros Cidade Nova, Bela Vista, Vila Indaiá, Vila Alemã e Vila Operária, portanto, esta região é a que mais sofre com a criminalidade violenta relacionadas com os crimes patrimoniais.

(MAPA 6)



Fonte: do autor

A dinâmica espacial dos crimes de furto e roubo de veículos demonstrou que quando consumados em “bairros pobres”, a exemplo dos bairros Jardim Novo I e II e seus circunvizinhos, ocorreram em circunstâncias próximas a Rodovia Fausto Santomauro (Rodovia Rio Claro/Piracicaba), estrategicamente utilizada como rota de fuga pelos criminosos.

O mapa de distribuição dos roubos/furtos de veículos **(mapa 7)** por bairros aponta a dinâmica espacial de concentração daqueles crimes na região central e nos bairros que tem fácil acesso às rodovias e estradas estaduais e municipais, confirmando que aquelas modalidades delitivas se prende a uma rede que extrapola os limites territoriais da cidade de Rio Claro.

As estatísticas policiais divulgadas nos últimos dez anos pela SSP/SP comprovam que as cidades de São Paulo e de Campinas são as que apresentam as maiores taxas de roubo/furto de veículos no Estado de São Paulo. Naquelas modalidades delitivas a destinação dos veículos é inúmera: para desmanche (comércio clandestino de peças); para revenda em outras localidades, tanto para outros Estados federados ou mesmo para outros países vizinhos; como instrumento de outros crimes (sequestro, roubo, tráfico, etc.). Se o veículo furtado é comercializado exige uma estrutura criminosa que passa pela falsificação de documentos que os “legalize”, bem como a adulteração do chassi e de outras peças identificadoras daquele veículo subtraído. Consequentemente, os furtos/roubos de veículos ocorridos na cidade de Rio Claro/SP se relacionam com a rede das organizações criminosas daquelas duas cidades paulistas, considerando, inclusive, suas proximidades territoriais.

Outro aspecto oportuno a ser considerado é que em muitas vezes são forjadas as notificações (ocorrências policiais) de furto/roubo de veículo como crime meio de se aplicar estelionato contra seguradoras, quando a pretensa vítima recebe o prêmio, além de negociar o veículo junto a grupos criminosos para que sejam levados para outras regiões do país ou de países sul-americanos.

Como se observa os veículos automotores se transforma em mercadoria de um rentável negócio – quer lícito ou ilícito. Os seguros de veículos são cobrados levando a correlação entre o volume de incidência daqueles crimes e da quantidade de acidentes de trânsito, revelando-se um rentável negócio que não pode prescindir do sentimento de insegurança. No sistema capitalista o crime é mercadoria/negócio, consequentemente, a violência e a criminalidade são fundamentais à lucratividade do complexo setor automobilístico.

(Mapa 7)



Fonte: do autor

No que diz respeito aos crimes relacionados aos entorpecentes, com preponderância do tráfico de entorpecente, sua análise espacial é importante para também compreender e verificar como são constituídas e operam as territorialidades comandadas pelas organizações criminosas no espaço urbano. Na cidade de Rio Claro, no período compreendido entre abril de 2007 a agosto de 2011, foi referenciado o total de 362 (trezentos e sessenta e dois) locais de tráfico de entorpecentes **(mapa 8)**. Deste total, vinte e sete (27) foram referenciados na região central e seus bairros limítrofes (Boa Morte, São Benedito, Saúde e Jardim Donangela), correspondendo a aproximadamente 7,5% do total. A região central da cidade de Rio Claro não se apresentou como sendo o local mais critico dos crimes de entorpecentes.

Na região do "Grande Chervezon" foram referenciados 104 locais de tráfico de entorpecentes, enquanto que na região compreendida após a Rodovia W. Luís (Jardim Novo I e II, Jardim da Palmeiras, Novo Wenzel, Bom Sucesso, etc.) foi registrado outros 97 locais de trafico. Estas duas regiões da cidade de Rio Claro responderam pelo total de 201 locais de tráfico, correspondendo a 46% do total. Outros trinta e três (33) locais de tráfico de entorpecentes foram registrados nos diversos outros bairros da cidade, correspondendo a aproximadamente 10% do total.

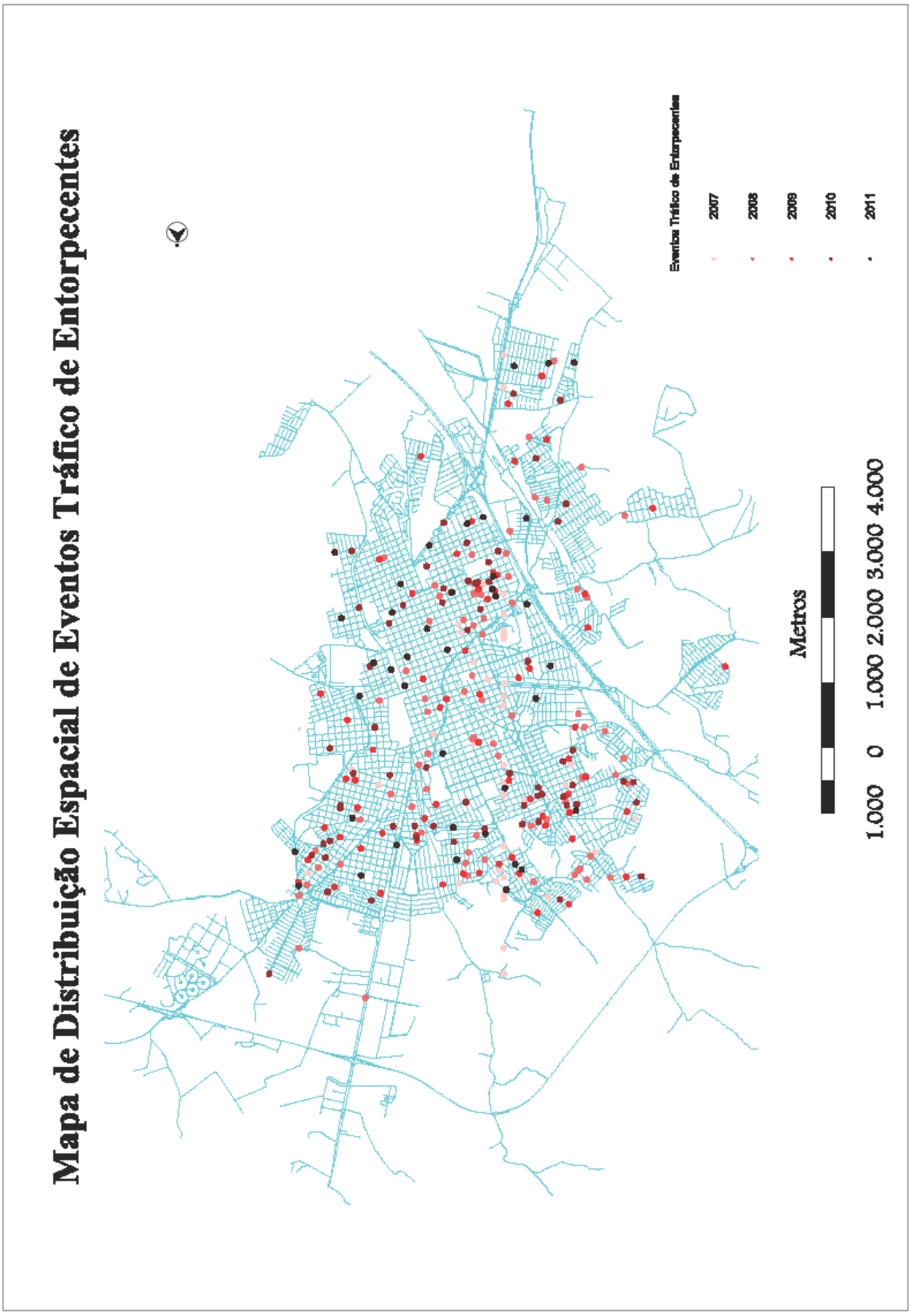
Comprovou-se que na cidade de Rio Claro existe correlação entre os locais de tráfico de entorpecentes com os locais de homicídios. Nos locais de alta incidência de homicídios são também locais de alta incidência de tráfico de entorpecentes[63]. Contrapondo, não foi possível determinar onde é o domicilio dos *"grandes"* traficantes rio-clarenses, visto que todas as apreensões de drogas foram insignificantes.

Nos bairros Cidade Jardim, Cidade Claret e Jardim São Paulo não foram referenciados na amostra nenhum local de tráfico de entorpecentes, num período de pouco mais de três (3) anos. São justamente estes bairros em que estão localizados os imóveis de alto e altíssimo padrão construtivo[64]. Como evidencia, não é opção estatal a repressão – pelo menos em Rio Claro/SP, dos locais de tráfico de entorpecentes localizados em bairros "nobres". Ou será que naqueles "majestosos" locais não existam qualquer tipo de droga ilícita (sequer anabolizantes)?

[63] Não se pode desprezar a hipótese de que a repressão ao tráfico de entorpecentes seja uma opção ideológica do Estado brasileiro, através das organizações policiais, elegendo preferencialmente os locais marcados pela pobreza ou extrema pobreza.

[64]Constam da planilha Excel registro de tráfico nos Bairros Cidade Jardim e Jardim São Paulo, contudo, quando auditados verificou que aqueles endereços pertencem aos bairros do Estádio e Matheus Manieiro.

(Mapa 8)



Fonte: do autor

A *flanerie* pela cidade de Rio Claro/SP nos revelou que as vitimas dos homicídios, geralmente, sucumbiram em pobres imóveis com as mesmas semelhanças dos imóveis em que foram apreendidas drogas e "traficantes". Tanto os locais de homicídios e os locais de tráfico de entorpecentes possuem seus imóveis a característica de baixo padrão construtivo revelando que são habitados por moradores pobres/miseráveis. Portanto, no espaço urbano rio-clarense o tráfico e o homicídio caminham lado a lado com a pobreza. A *flanerie* pela urbe rio-clarense comprovou que a opção policial é a repressão do tráfico somente nas "biqueiras" [65] **(figura 26)**.

Figura 26 – Conjunto de fotografias de locais de tráfico de entorpecentes



Fonte: do autor

A região com maior número de registros de locais de tráfico de entorpecentes é circunscrita pelos bairros do Estádio (22) e Consolação (22), perfazendo o total de 44 locais daquela modalidade delitiva e que corresponde a 12% do total dos referenciados no território rio-clarense **(mapa 9)**. Estes dois bairros são próximos da Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes de Rio Claro (DISE), levando-nos a crer que aquela proximidade geográfica facilita/acomoda as investigações policiais, evitando-se transferir suportes operacionais para locais mais distantes da cidade.

Da amostra referenciada dos locais de tráfico de entorpecentes **(mapa 9)** evidenciou que os bairros mais vulneráveis são: do Estádio (22), da Consolação (22), do Parque Universitário (18), do Parque Mãe Preta (17), do São Miguel (14), do Chervezon (13), da Vila Olinda (13) e da Vila Nova (12).

[65]Gíria policial para designar local de tráfico de pequena quantidade de entorpecentes e que não se relacionada diretamente com a estrutura de comando das organizações criminosas que atuam naquele comércio ilegal.

(Mapa 9)



Fonte: do autor

A cartografia dos crimes consumados na cidade de Rio Claro/SP reproduz a imagem de uma dinâmica espacial cuja distribuição espacial das diversas modalidades delitivas ocorre com diferentes intensidades no espaço urbano, decorrentes de inúmeras causas e fatores, dentre os quais, a exclusão sócio-espacial.

Das bases cartográficas confeccionadas ficou evidente que os crimes violentos quando distribuídos pelo espaço urbano rio-clarense revela uma *fisiognomia* de barbárie, com milhares de *hotspots* que no conjunto são constelares fantasmagóricas, revelando a imagem oculta da criminalidade enquanto mercadoria, além de retratar as incontáveis famílias destroçadas pelo crime e outras tantas famílias que, silenciosamente, sofrem com o medo e o sentimento de insegurança.

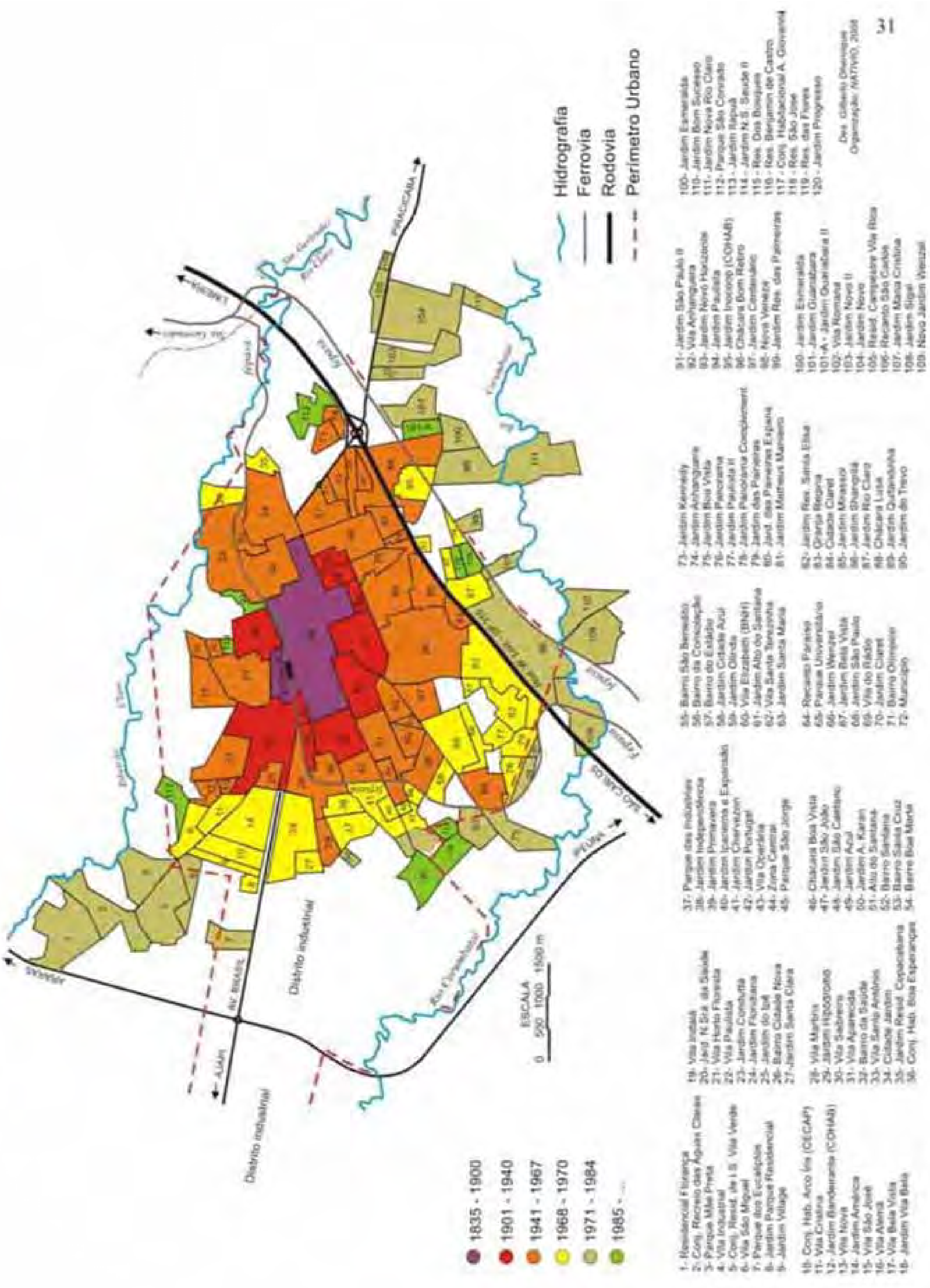
3.3 As dinâmicas socioespacias da violência na cidade de Rio Claro/SP

Nas últimas décadas, a cidade de Rio Claro optou por uma padronização urbanística pautada na construção desenfreada de condomínios verticais e horizontais, independente da classe de rendimentos dos seus consumidores/moradores, além da opção prioritária pelo padrão arquitetônico "militarizado".

Os espaços mais valorizados da cidade são destinados aos condomínios de alto e altíssimo luxo e as unidades condominiais de baixo padrão construtivo foram empurradas para os bairros periféricos da cidade. A expansão da malha urbana do município de Rio Claro/SP **(mapa 10)**, seguindo uma tradição histórica, manteve a dinâmica espacial centrada nos processos expropriatórios da terra, deslocando as famílias de baixa renda para os bairros sempre distantes da região central, excluindo-os através da segregação sócio-espacial.

A expropriação da terra urbana pelo mercado imobiliário rio-clarense segue a lógica imposta desde os tempos dos "*barrões da terra*", atualmente, reproduzida de maneiras sutis pelos *empreiteiros*/construtores, reproduzindo as *"novas sesmarias urbanas".* No processo fantasmagórico a violência e a criminalidade se entrelaçam com o espaço para servirem, como mercadorias, ao interesse do capital. Pessoas, grupos e classes sociais passam a ser rotuladas como mercadorias e *"armazenadas"* nos bairros, alegoricamente, como se ocupassem prateleiras nos estabelecimentos comerciais. Todos recebem um *"preço"* mercantil, até mesmos as pessoas e seus espaços urbanos.

Mapa 10 – Expansão da malha urbana



Fonte: Nativio 2006

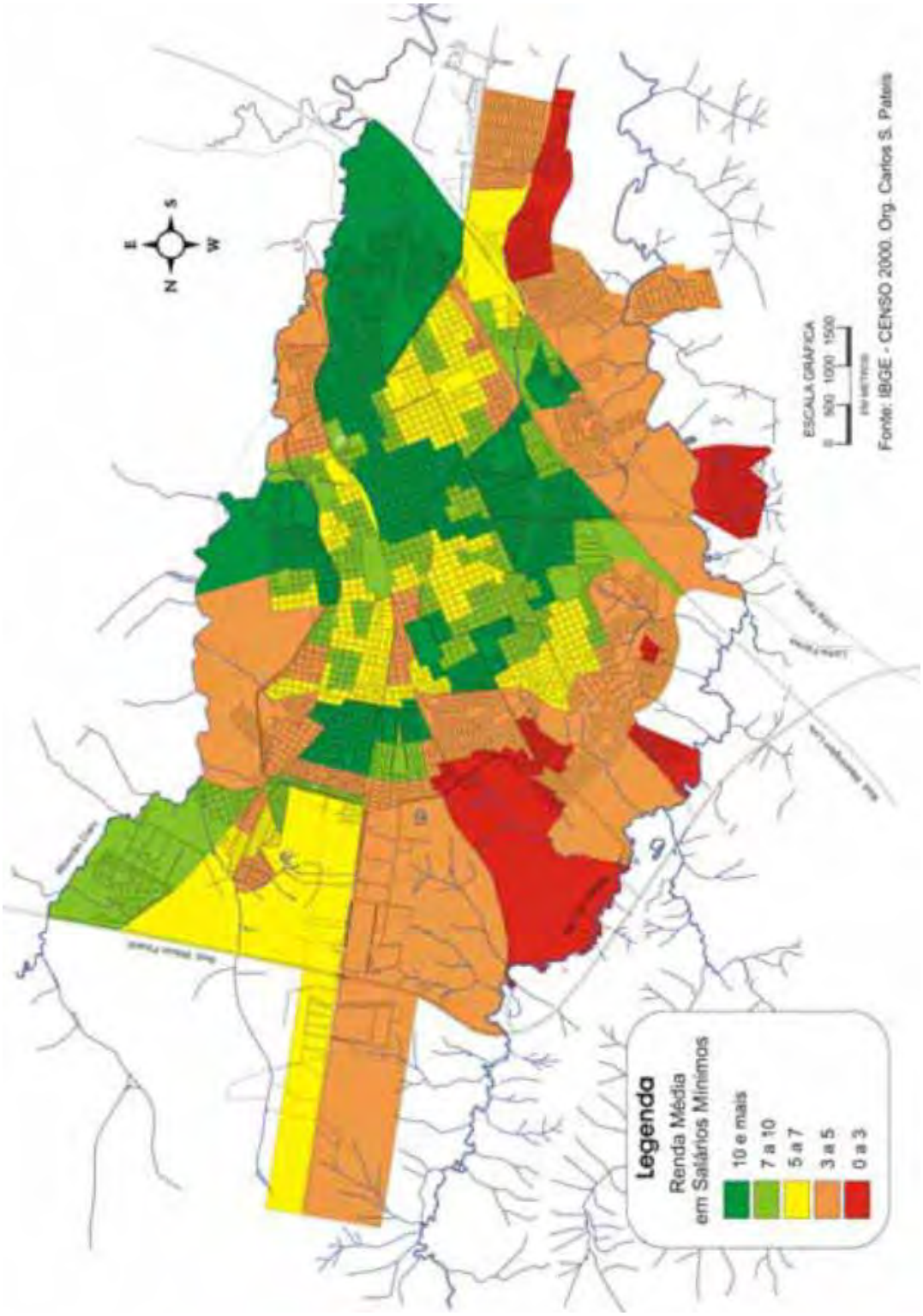
A expropriação da terra para fins imobiliários é comprovada quando se correlaciona o mapa da expansão da malha urbana do município de Rio Claro **(mapa 10)**, o mapa sobre a distribuição da renda média em salários mínimos das famílias rio-clarenses, relativo ao Censo do ano de 2000 **(mapa 11)** e os mapas dos dados do Cadastro Único da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS **(mapas 12, 13, 14).**

As famílias com rendimento *per capita* de 0 a 3 salários mínimos foram empurradas para os bairros periféricos e nas extremidades da região urbana rio-clarense. O mesmo acontece com as famílias com rendimento *per capita* de 3 a 5 salários mínimos que também residem nos bairros periféricos ou nos bairros tradicionais (os mais antigos), geralmente, habitados por idosos. Observa-se naqueles mapas que as regiões com concentração da pobreza ou da extrema pobreza estão bem definidas nas regiões extremas do espaço urbana, inclusive, acentuadas após os anos de 1985.

Consequentemente, o processo de expansão territorial traz no seu amago inúmeras formas de violência, em especial a expropriação da terra urbana ou rural. A sobrevivência do capitalismo necessita dos "negócios", que são realizados por diversas formas e maneiras, desde a "compra e venda" até a grilagem de terra. Portanto, toda expansão territorial, sem exceção, institui novas relações dominiais (inovando, modificando, extinguindo) cuja essência traz sempre a elementar violência/poder. Domínio é o poder de *"usar, gozar e abusar"* de uma propriedade, como sempre defendeu o liberalismo.

Nesta concepção liberal, os discursos jurídicos do poder colonial e imperial brasileiro sempre considerou o escravo como sendo um bem patrimonial que obrigatoriamente deveria ser registrado em escritura dominial como uma "rés" de propriedade de um "senhor". Aproveitando-se daquele discurso liberal e do discurso jurídico os senhores rio-clarenses proprietários de escravos, de triste passado, abusavam deles (com serviços penosos e degradantes) e *"gozavam"*, como era o caso do Barão de Grão Mongol e seus amigos, das escravas, submetendo-as a todas as perversidades sexuais. Esta herança histórica violenta é uma das matrizes sociológicas condicionante das relações sociais da sociedade rio-clarense.

Mapa 11 – Distribuição espacial das famílias rio-clarenses por renda – Censo 2000



Fonte: Carlos S. Pateia

Com está matriz violenta das relações sociais de opressão aos desvalidos socioeconômicos e das minorias étnicas é que o cinturão da pobreza e da miséria em Rio Claro/SP, claramente, está localizado nos bairros periféricos por meio dos diversos processos expropriatórios da terra urbana, excetuados os bairros da *"elite"* que também ocupam algumas extremidades, porém, circundados por barreiras naturais ou artificiais **(figura 27)**.

Figura 27 – Fotografia aérea das barreiras naturais e artificiais de Rio Claro



Fonte: Google Earth

Como se correlaciona pobreza e exclusão sócio-espacial?

Avançando sobre a dinâmica espacial da pobreza no espaço urbano rio-clarense, o Cadastro Único da Secretaria Municipal de Ação Social, com os dados cadastrais das famílias de baixa renda que participam ou estão inscritos em algum programa social (famílias com renda familiar de até três salários mínimos) apontam que estes classes/grupos sociais são expulsos para a periferia da cidade. Porém, aquele Cadastro vem demonstrando que na medida em que as pessoas são cadastradas ou solicitam adesão a algum programa social, aumenta a expansão da ocupação espacial das pessoas pobres por todo o espaço urbano, até na região central **(mapas 12, 13, 14)**[66]**.**

[66] Os referidos dados foram obtidos junto a Secretaria Municipal de Ação Social de Rio Claro e que permitiram elaborar os mapas temáticos sobre o cadastramento de famílias de baixa renda que estão inscritos em programas públicos de inclusão social (bolsa família, "minha casa, minha vida", etc).

Confrontamos os mapas por nós confeccionados sobre o processo de expansão daquele Cadastro da Secretaria Municipal de Ação Social e correlacionamos com as informações do Censo de 2010 comprovando que a pobreza atinge a maior parcela da população rio-clarense, bem como evidenciou a concentração de renda em poder de diminuta parcela da sua população. No aspecto socioeconômico a cidade de Rio Claro/SP está se desenvolvendo sem qualidade para a maior parcela de seus habitantes, quanto muito houve a diminuição da miséria e não da pobreza.

A evidência de acentuada pobreza econômica dos rio-clarenses é comprovado com a crescente procura da população por serviços públicos e que não são supridos, visto que em Rio Claro/SP há falta de vagas nas creches, espera na saúde pública para atendimentos de alta e média complexidade, além de cirurgias eletivas, de habitações populares, evasão escolar (os jovens necessitam trabalhar para sobreviverem)[67], etc..

No curto período de maio de 2010 até julho de 2011, confeccionamos três mapas sobre a expansão da pobreza no espaço urbano rio-clarense, comprovando seu rápido crescimento.

A expansão da pobreza por todo espaço urbano rio-clarense, inclusive na região central e seus bairros limítrofes, geralmente, bairros ocupados pelas famílias *tradicionais* e com predominância de pessoas idosas, revela o processo de empobrecimento geral da população rio-clarense, que em muitas vezes, não restando outra alternativa, são obrigados a "vender compulsoriamente" os seus imóveis para lhes garantir a sobrevivência, empurrando-os para bairros longínquos. É a violência urbana na sutil forma de abandono, principalmente, daqueles que não mais participam do *"sistema produtivo".*

A pobreza inviabiliza a sustentabilidade do desenvolvimento econômico, social, cultural, político, cujo resultado é um progresso linear e vazio, cujo destino é o *déjà vu* do anjo do quadro de Klee a beira do prescipício – o inferno. Relembramos que para Marx o capitalismo é o inferno,"o caminho do inferno está pavimentado de boas intenções". É neste contexto de empobrecimento dos rio-clarenses e da excessiva concentração de riqueza em poder de poucos é que não podemos acreditar no discurso alienante de que a cidade de Rio Claro será a "metrópole do futuro"[68], contudo, se for, resta indagar, para quem?

---

[67] Esta baixa qualidade de vida de parcela expressiva da população rio-clarense é um processo de exclusão histórico e que perdura desde a sua fundação que não foi rompido pelas administrações municipais, somente apresentam pequenos avanços setoriais que não modifica aquele processo de "progresso".

[68] A revista Veja da primeira semana de setembro selecionou a cidade de Rio Claro entre "as 20 metrópoles brasileiras do futuro". Em página inteira, Veja destaca a cidade que "leva a educação a sério" e os avanços da

Mapa 12 – Expansão espacial da pobreza na cidade de Rio Claro – maio de 2010

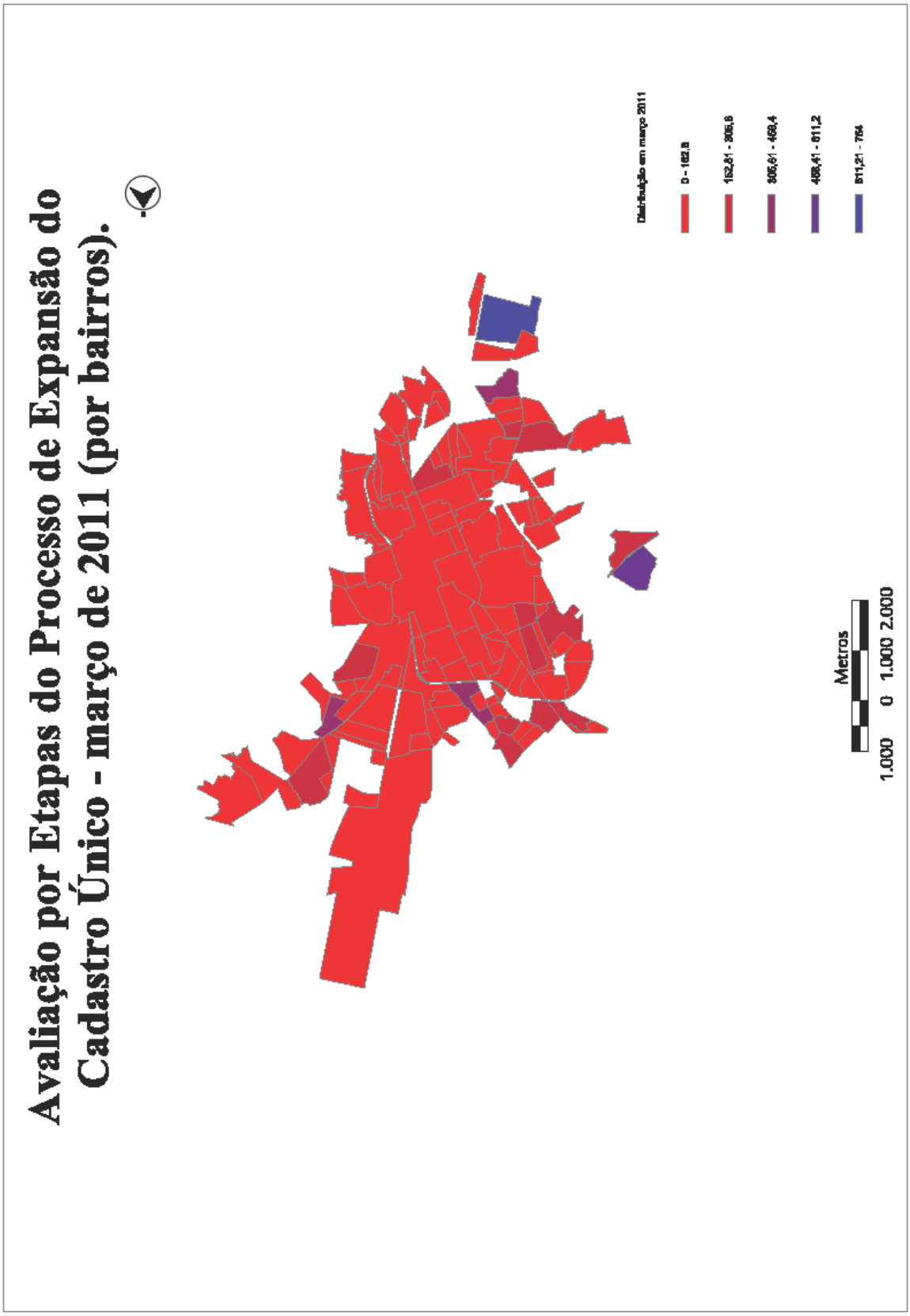


Fonte: do autor

---

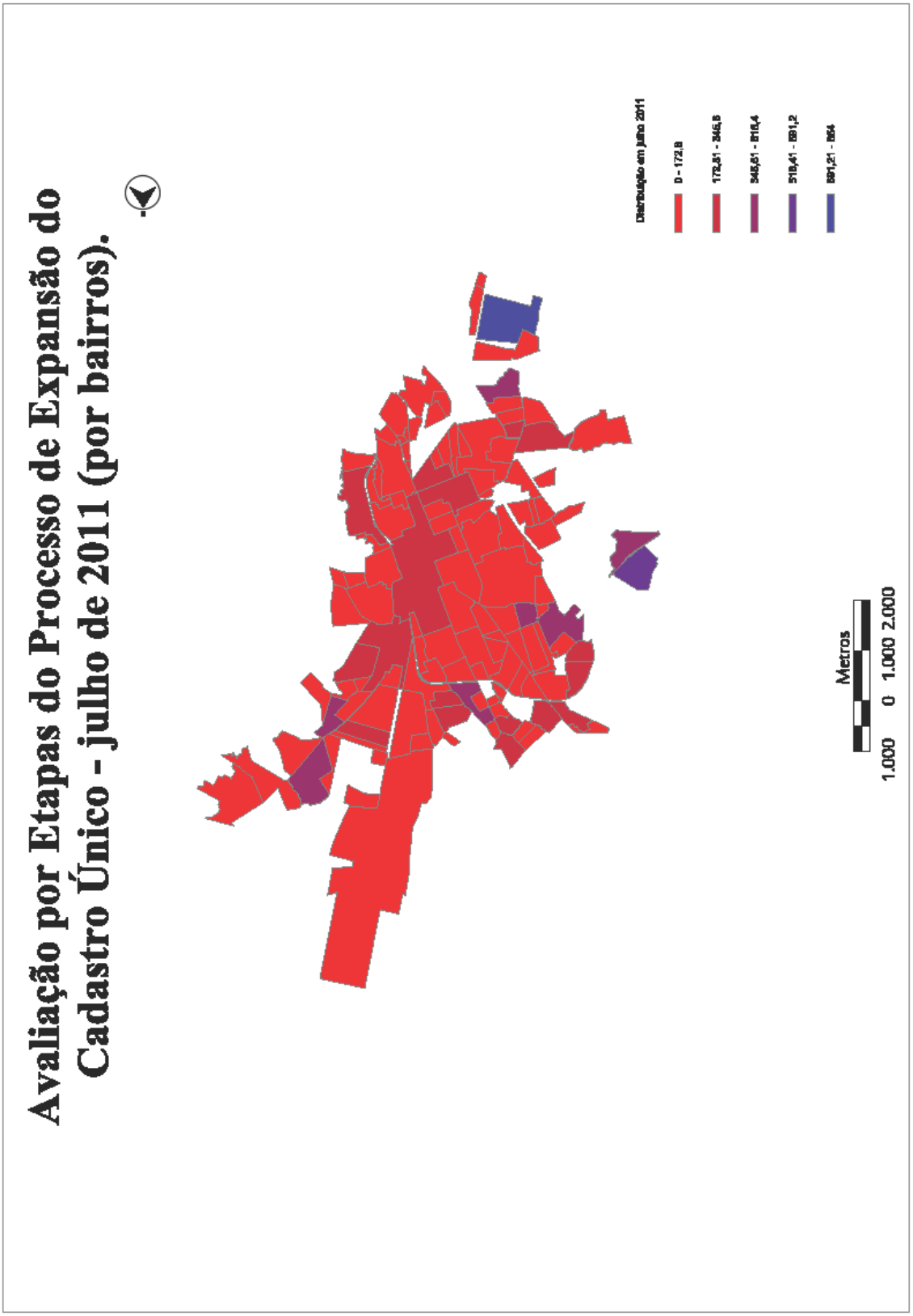
economia local, sustentada na diversidade. Em julho, a revista Você S/A indicou Rio Claro entre as 100 melhores cidades do Brasil para fazer carreira profissional.

Mapa 13 – Expansão espacial da pobreza em Rio Claro – março de 2011



Fonte: do autor

Mapa 14 – Espansão espacial da pobreza em Rio Claro – julho de 2011



Fonte: do autor

O processo expropriatório que acontece no espaço urbano rio-clarense para a produção e (des)organização de seus espaços sempre os empreendedores imobiliários fizeram seus planejamentos fazendo uso das barreiras naturais e artificiais existentes no município, como poderosa estratégia para o processo de segregação sócio-espacial, delimitando que são seus destinatários e benificiários. Estes processos produziram no espaço urbano rio-clarense um sutil regime de *apartheid*, obrigando pardos, pretos, pobres e miseráveis a ocuparem espaços territoriais bem delimitados, como também reserveou aos mais abastados os espaços urbanos mais volorizados e com melhores infraestruturas urbanisticas. Foi neste contexto que, até hoje, existam na cidade de Rio Claro/SP os clubes de lazer destinados a determinados grupos sociais e etnias como também espaços públicos segregacionistas, não estimulando a multietnia nos espaços privados e públicos.

As primeiras barreiras estruturantes da segregação sócio-espacial foram as praças públicas. As pessoas de etnia de origem africana somente frequentavam as Praças do São Benedito e da Boa Morte, além dos clubes de lazer próximos ao Cemitério Municipal de Rio Claro/SP – os Clubes José do Patrocínio e Tamoio. Num passado não tão distante, as residências das pessoas de cor preta eram localizadas nos bairros próximos daquelas praças e clubes, principalmente, os bairros do entorno do Cemitério Municipal (Estádio e Consolação) cujos imóveis eram desvalorizados. A "morte" foi um dos primeiros referenciais para as moradias das pessoas de cor preta em Rio Claro.

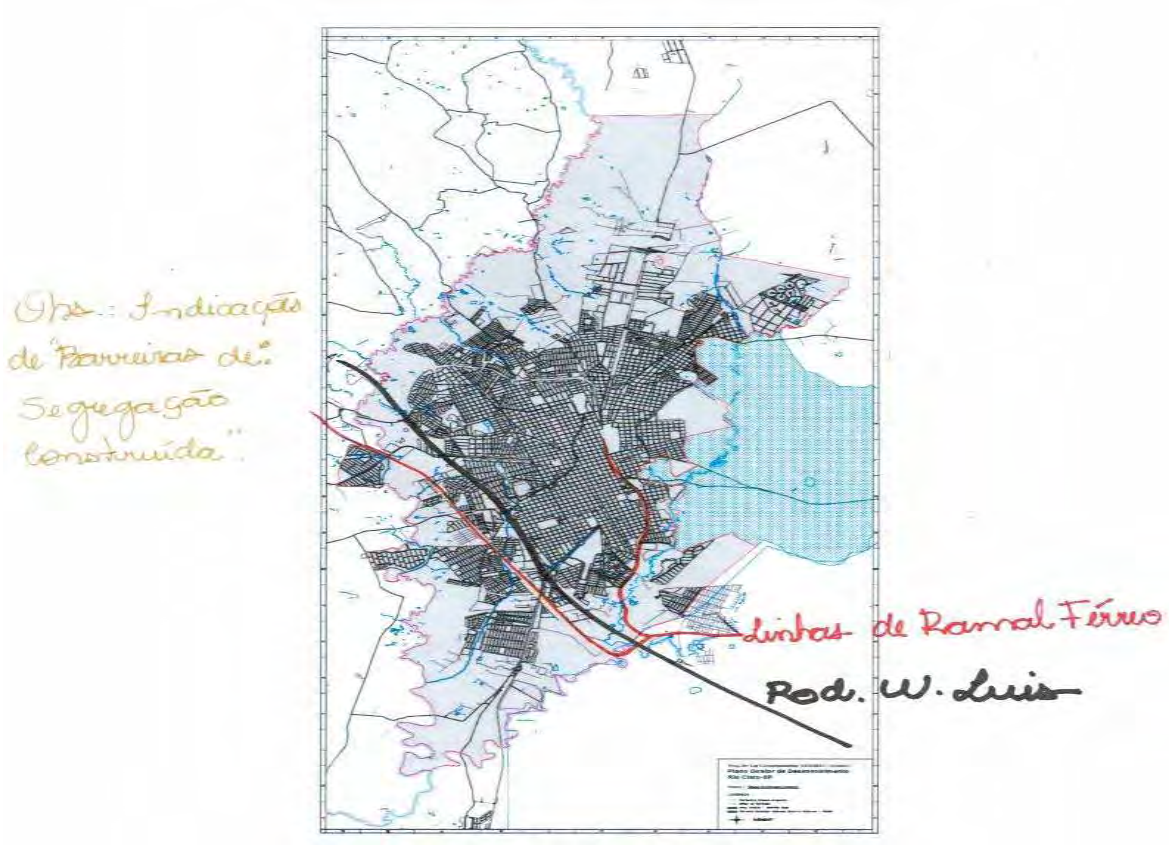
Domingues (2010, p. 113), analisando a abolição da escravidão no Brasil, citou a pesquisa de Warrem Dean que analisou o sistema de grandes lavouras da cidade de Rio Claro/SP, esclarecendo acentuou o racismo que, "de latente no sistema escravista, tornou-se patente". As "pessoas de cor" eram livres, porém, estigmatizadas com a expressão "libertas". Somente aquelas pessoas eram lembradas quando compareciam diante do delegado de polícia, geralmente, tratados como ladrões, bêbados, prostitutas, desordeiros, eis os estigmas que lhes impingiam a "boa sociedade". Desde sempre foram as "pessoas de cor" segregadas no tocante à moradia e, excluídos social e economicamente, restavam-lhes morar em casebres na periferia. "Bastava ser de classe mais baixa para não ser bem-tratado na escola, no banco ou na prefeitura" (DEAN, 1977, pp.148-149).

Num segundo momento, a segregação étnica e econômica diante do crescimento da população rio-clarense passou a adotar outras barreiras naturais e artificiais. Nesta fase, as rodovias e as vias férreas foram e continuam a ser utilizadas como estratégicas barreiras destinadas a segregar as etnias e a pobreza **(mapa 15)**.

A mobilidade de algumas etnias e da pobreza ainda é restrita na sociedade rio-

clarense, impondo-lhes barreiras físicas e simbólicas, sendo-lhes negada vida digna com a mesma igualdade que desfruta os dententores da “riqueza” rio-clarense. Habitam bairros precarizados sem que disponha da minima infraestrutura urbana ou de serviços públicos, além de cercear-lhes acesso a inúmeros locais, como clubes recreativos, culturais, eventos sociais, etc.

Mapa 15 – Localização das barreiras artificiais no espaço urbano rio-clarense



Fonte: do autor

Ao invés de muros (como o de Berlin), a segregação sócio-espacial em Rio Claro/SP caminhou com as premissas urbanísticas haussmmanianos, ou seja, a construção de obras arquitetônicas e a utilização de barreiras naturais. Em Rio Claro foram utilizadas algumas barreiras naturais, como exemplos: a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, córregos, matas ciliares, etc.. No mesmo sentido foram utilizadas as seguintes barreiras artificiais: Rodovia Estadual W. Luís, Rodovia Fausto Santomauro, Rodovia Wilson Finardi, Rodovia Constantino Peruchi, além de algumas estradas vicinais estaduais e municipais. Outras barreiras artificiais utilizadas foram às vias férreas e algumas construções arquitetônicas, a exemplo do aeroclube e as vias expressas de trânsito.

Na década de 1940, a Cia Paulista de Estradas de Ferro, decidiu lotear parte do seu Horto Florestal (hoje floresta estadual) para atender seus funcionários, vendendo os lotes a preços módicos e descontados os valores no *holerite*. Surgem os Bairros da Bela Vista, Jardim Vila Bela, Vila Horto Florestal e Jardim Nossa Senhora da Saúde. Naquela época, os ferroviários compunham uma classe de operários cuja mão-de-obra era considerada qualificada e, a venda daqueles lotes era uma sutil forma de motivá-los e segurá-los nos quadros funcionais da empresa. Com o decorrer do tempo, muitos ferroviários são levados a vender aqueles terrenos ou imóveis, diante da valorização imobiliária decorrente da excelente localização, próximo à região central e ao então "Horto Florestal da Paulista". O Bairro da Bela Vista e Jardim Vila Bela passam a ser ocupados – em parte - por residências de alto padrão construtivo, servindo a Floresta Estadual como anteparo natural de um dos seus flancos e, consequentemente, evitando que se transformasse em bairro de passagem para outros.

Na década de 1970, a expansão territorial rio-clarense transpõe a Rodovia Washington Luís, para "atender" a imigração de nordestinos e mineiros (para o corte da cana-de-açúcar). São então construídos os primeiros condomínios horizontais de baixo padrão construtivo, sem que fossem dotados de qualquer infraestrutura urbanística adequada. Surgem os Bairros Jardim Centenário, Jardim Inoccop, Granja Regina e Jardim Paulista. Naquele processo expansionista do espaço urbano rio-clarense ocorrem ocupações irregulares e ilegais, como a invasão das áreas de várzea do Córrego da Servidão, cujos imóveis são até hoje inundados nos períodos de chuva.

Com o passar dos anos, o Jardim Inoccop, dotado de infraestrutura urbanística e serviços públicos, são valorizados os seus imóveis o que levou alguns de seus moradores de menor poder econômico a vendê-los. Restam para aqueles moradores se deslocarem para outros bairros distantes ou próximos, porém, a principal alternativa na busca de novo local de moradia foi transpor o "novo" traçado da via férrea, surgindo os bairros na "terra-nova". Surgem, portanto, a partir dos anos de 1980, os bairros do Jardim Centenário, Jardim Guanabara, Jardim Novo, Jardim Terra Nova, Jardim Nova Rio Claro, Jardim Brasília, Jardim Guanabara, etc.

A população mais pobre de Rio Claro passou a ocupar um *"novo"* território excludente, separados por três barreiras artificiais, ou seja, a Rodovia W. Luís, Rodovia Fausto Santomauro e o "novo" traçado da via férrea. É justamente neste território excludente que atualmente são registrados a maior incidência dos crimes de homicídios e de prisões por tráfico de entorpecentes na urbe rio-clarense **(figura 28)**.

Figura 28 – Fotografia aérea de barreiras artificiais de Rio Claro



Fonte: Google Earth

A estratégia de controle social por meio de barreiras, executadas na Paris da época de Haussmman, como já dito, é novamente reproduzida no espaço urbano rio-clarense, quando os "perigosos pobres" dos bairros periféricos da região do Jardim Novo, tem as suas acessibilidades com os demais bairros restringidos por meio de duas barreiras artificiais, o viaduto que transpõe a via férrea próximo ao Bairro do Inoccop ou pela Rodovia Fausto Santomauro **(figura 29)**.

Figura 29 – Fotografia aérea da barreira artificial da via férrea



Fonte: Google Earth

Seguindo a mesma lógica de exclusão sócio-espacial, os bairros do Novo Wenzel e Jardim Bom Sucesso (contíguos), com elevada pobreza, incidência de homicídios e de tráfico de entorpecentes também são separados pelas mesmas barreiras artificiais, ou seja, a Rodovia W. Luís e o "novo" traçado da via férrea. A segregação sócio-espacial daqueles bairros segue a lógica de expulsar os *"indesejáveis"* para além da rodovia e da via férrea e restringe as suas acessibilidades somente pela Estrada Vicinal Rio Claro/Ipeúna, servindo aquelas obras arquitetônicas para o controle social **(figura 30)**.

Figura 30 – Fotografia aérea das barreiras que limitam acesso aos bairros Novo Jardim Wenzel e Bom Sucesso



Fonte: Google Earth

Outro território rio-clarense marcado pela pobreza, elevada incidência de homicídios e tráfico de entorpecentes é a região do "Grande Chervezon", cujos bairros estão depois da via férrea, com limitados acessos. Novamente, é a logica de uma dinâmica segregacionista que impõe a exclusão sócio-espacial dos "perigosos e indesejáveis" **(figura 31)**.

Figura 31 – Fotografia aérea de barreira artificial localizada no bairro Chervezon e região



Fonte: Google Earth

Existe um projeto urbanístico em trâmite junto ao governo federal que pretende transformar a *"antiga"* via férrea numa avenida expressa para atender a demanda crescente do trânsito de veículos. Está futura via expressa, dependendo do projeto executivo, poderá ter resultado negativo, caso se transforme noutra "nova barreira artificial", consolidando cada vez mais o processo de exclusão sócio-espacial no espaço urbano rio-clarense.

Toda a dinâmica sócio-espacial imposta pelas barreiras naturais e artificiais repercutiu e repercute diretamente na dinâmica espacial da criminalidade no espaço urbano rio-clarense, visto que acaba produzindo eixos ou aglomerações de crimes que se distribuem com intensidades e modalidades não homogêneas. A cartografia das distribuições espaciais da criminalidade que confeccionamos, evidenciou que as Avenidas 24-A, Avenida Visconde do Rio Claro e as Ruas 1-A e Rua 6-A, nitidamente, são eixos primários (vias coletoras de trânsito) que direcionam os eventos criminosos, além de vias secundárias como a Rua 6, Rua 14, Avenida 8, Avenida 14, Avenida Saburo Akamine, Avenida 80-A, dentre outras.

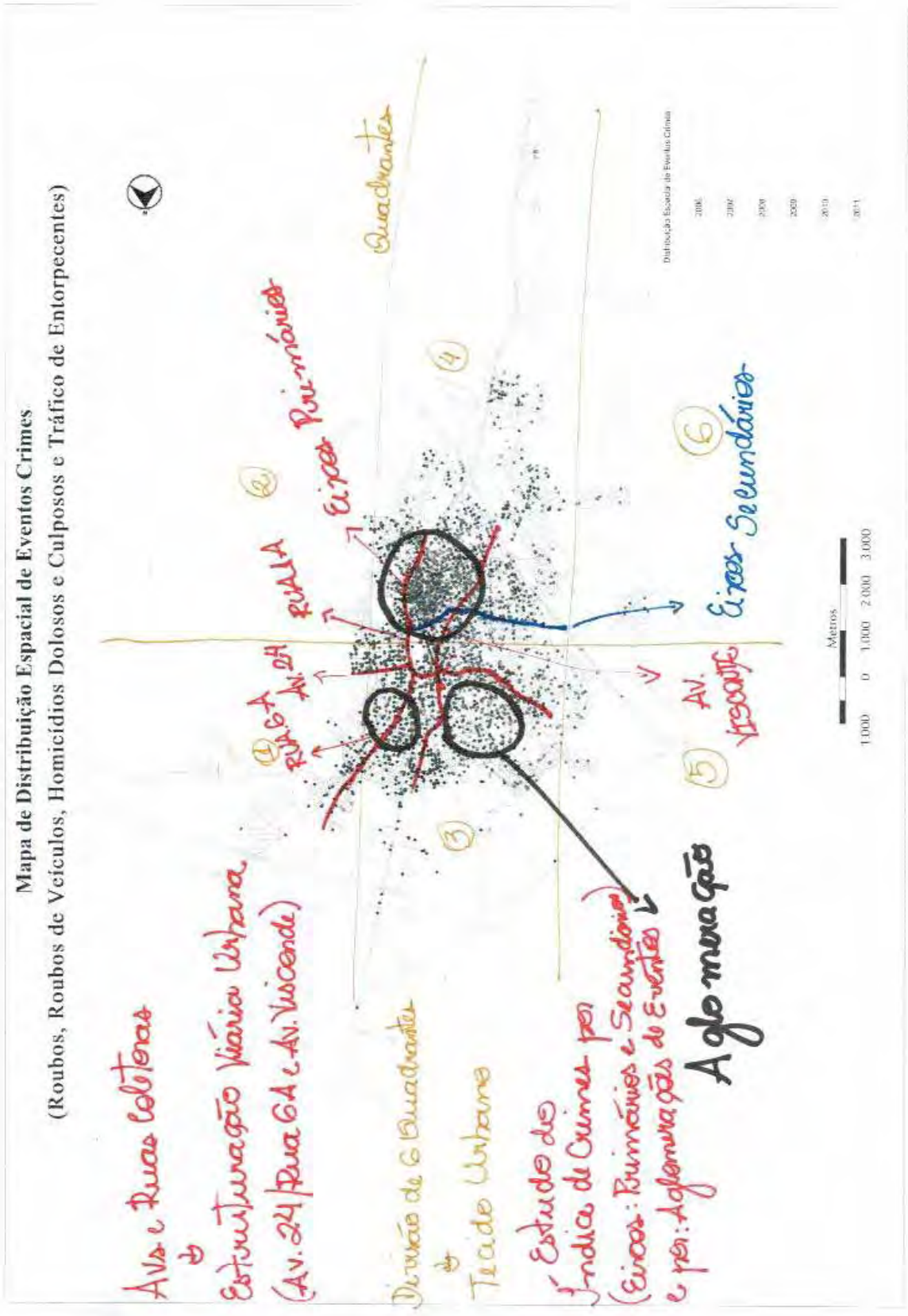
Daqueles eixos primários estruturantes, na dinâmica da criminalidade, resultou que o espaço urbano rio-clarense fosse dividido em seis (6) quadrantes que demarcam as dinâmicas espaciais nas quais localizam as principais aglomerações de crimes, conforme o estudo urbanístico que elaboramos **(mapa 16)** no qual apontamos um exemplo de eixo secundário da criminalidade, embora não seja o único existente no espaço urbano rio-clarense[69].

São estudos urbanísticos que permitem verificar além das dinâmicas espaciais da criminalidade, as eventuais redes da criminalidade. O furto/roubo de veículos se prende a uma rede com ligações as estruturas criminosas comandadas de outras cidades, considerando que a maioria daqueles crimes são consumados em bairros limítrofes com as rodovias/estradas, como também em locais próximos às vias expressas que lhes acessam.

As análises das dinâmicas espaciais da criminalidade, num primeiro momento, são de suma importância às organizações policiais no planejamento de ações preventivas e repressivas, contudo aquelas análises ainda não integram a "cultura policial". Se bem utilizadas às análises daquelas dinâmicas facilitam também para o planejamento das políticas públicas destinadas à redução da violência e da criminalidade no espaço urbano rio-clarense.

[69] O único exemplo de eixo secundário utilizado no estudo urbanístico foi para fim didático, evitando que os demais poluíssem visualmente aquele mapa urbanístico.

Mapa 16 – Dinâmica espacial da criminalidade violenta em Rio Claro



Fonte: do autor

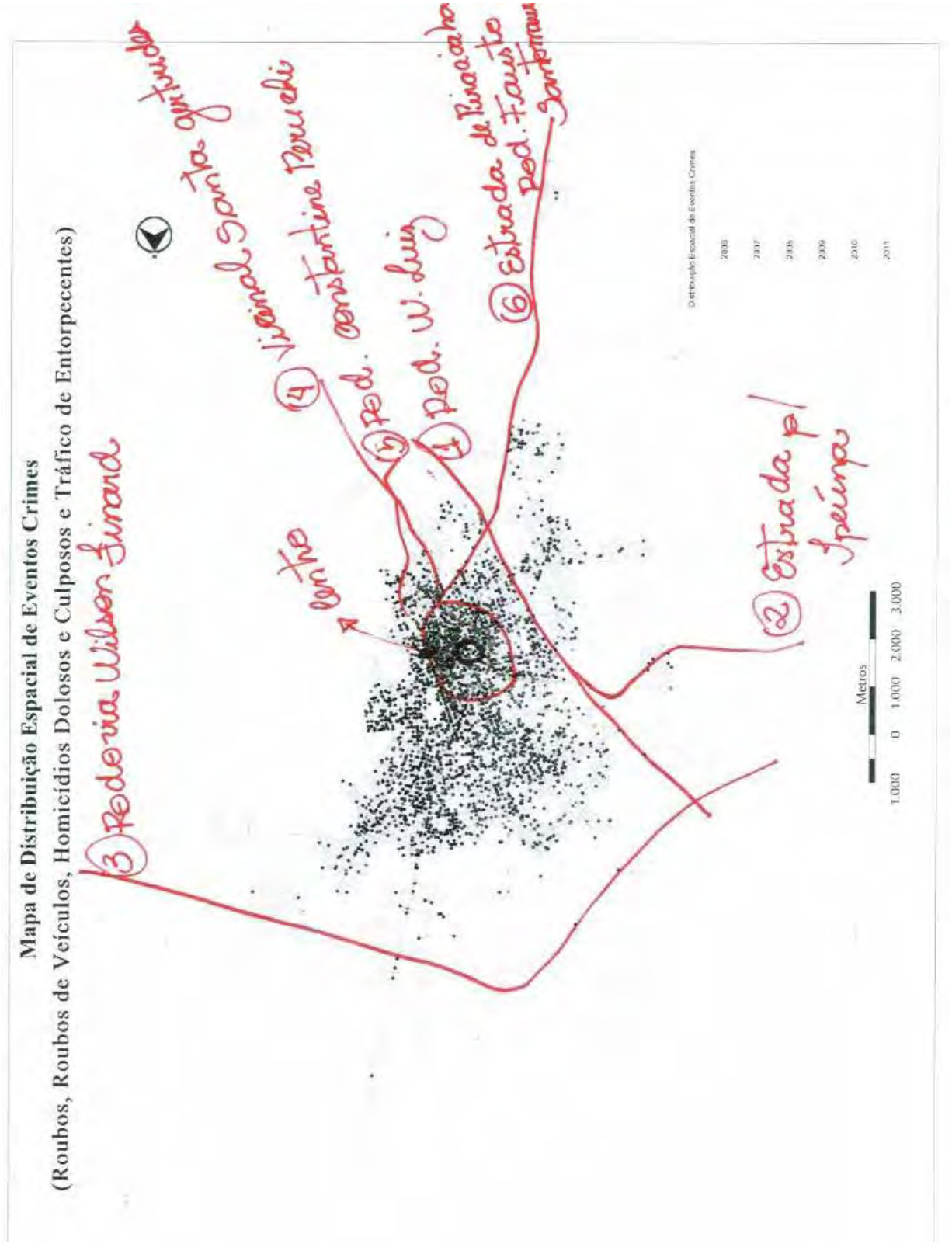
Observamos que estas análises espaciais da criminalidade, como a que apresentamos, podem ser utilizadas em outros municípios brasileiros no planejamento de politicas públicas locais destinadas à prevenção da criminalidade.

O outro estudo urbanístico **(mapa 17)** considerou as rodovias e as estradas vicinais como eixos estruturantes da dinâmica espacial da criminalidade do espaço urbano rio-clarense. São eixos viários que atuam diretamente na dinâmica da criminalidade, em especial, do roubo e do furto/roubo de veículos, servindo de rotas de fuga para os criminosos. Nos crimes que são consumados no campo – com a subtração de máquinas agrícolas, de implementos, de defensivos, etc., os criminosos consideram as vias rápidas de fuga. Os crimes contra instituições financeiras também são levados em consideração às rotas de escape e as rodovias. São alguns exemplos que comprovam a importância das rotas de fuga e como o crime se liga as redes de estruturas criminosas com comando em outros municípios, algumas vezes, a centenas de quilômetros do local do crime.

Analisando os eixos estruturantes que delimitam as fronteiras urbanas das diversas modalidades dos crimes violentos apontou que na urbe rio-clarense existem seis aglomerações de furto/roubo de veículos responsáveis por quase dois terço (2/3) do total da amostra daqueles crimes referenciados, no período de 2007 a 2011. Os quadrantes foram delineados com as seguintes formas espaciais: o primeiro é composto pelos bairros Jardim Floridiana e Jardim América; o segundo, pelos bairros Vila Alemã, Vila Operária, Vila Martins, Vila Industrial, Vila Nova, Jardim Ypê; o terceiro, pelos bairros Bela Vista, Cidade Nova, Vila Paulista e Jardim Conduta; o quarto, pelos bairros Vila Olinda, Alto de Santana/Santana, Santa Cruz e São Judas Tadeu; o quinto, pelos bairros Mirassol, Jardim Primavera, Jardim São Paulo e Cidade Claret/Jardim Claret; o sexto, pelos bairros Estádio, Consolação, Jardim Anhanguera, Jardim Itapuã, Jardim Kennedy, São Benedito e Saúde.

Estes quadrantes em que se distribui a dinâmica espacial dos roubos/furtos de veículos evidenciaram, como já comentado, a existência de uma rede regional de estrutura criminosa que atua no setor ilícito de automóveis e cargas, consequentemente, aquelas modalidades delitivas vão muito além do território rio-clarense.

Mapa 17 – Dinâmica espacial da criminalidade de Rio Claro correlacionada com as Rodovias e Estradas

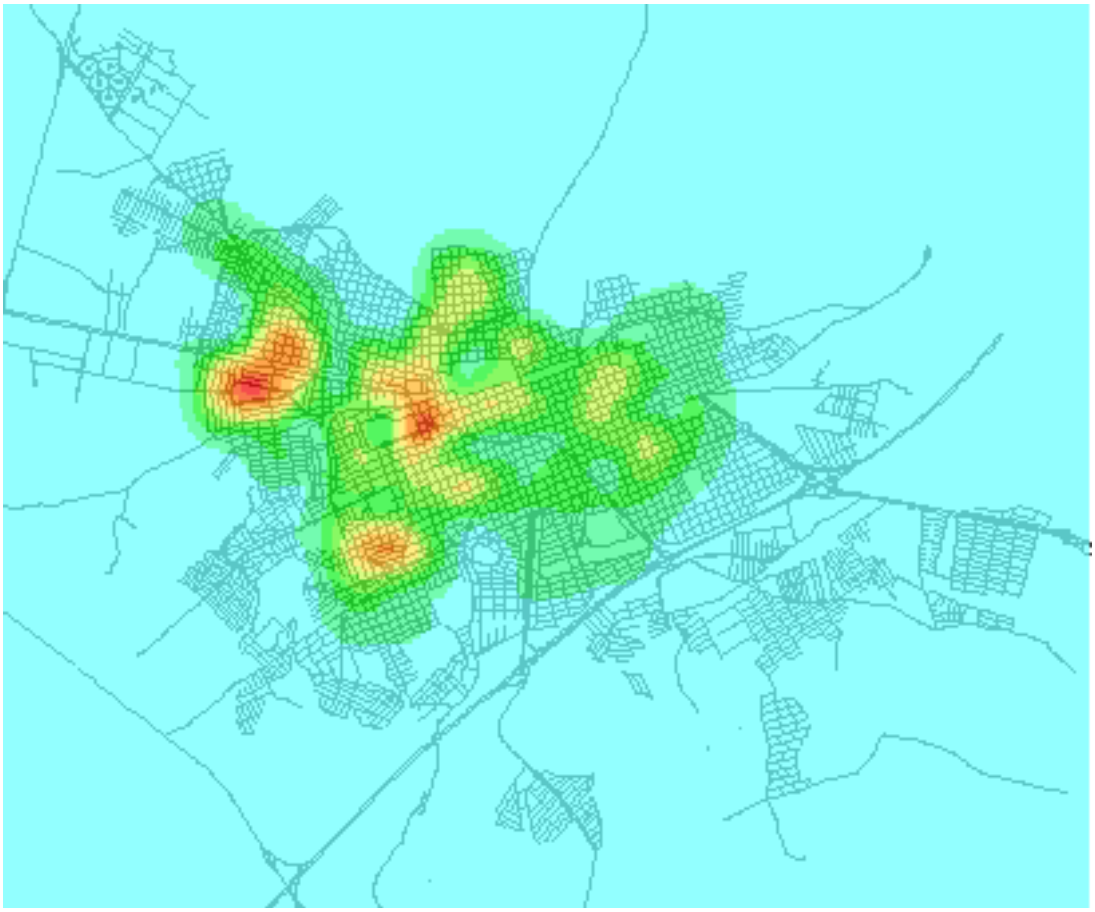


Fonte: do autor

Aquele primeiro quadrante é estruturado na perspectiva de rota de fuga pela Rodovia Wilson Finardi; o segundo quadrante, pelas Rodovias Wilson Finardi e Estrada Vicinal Rio Claro/Leme; o terceiro, pela Estrada Vicinal Rio Claro/Santa Gertrudes; o quarto, pelas Rodovias W. Luís ou Rodovia Wilson Finardi; o quinto, pela Rodovia W. Luís; o sexto, pela Rodovia W. Luís. A região central, dependendo da localização do evento roubo/furto de veículo, sua rota de fuga pode ser realizada por qualquer uma delas, visto que a Avenida Visconde do Rio Claro permite acesso às diversas rotas de fuga. No concernente ao Bairro Cidade Jardim, depende do local do crime, a rota de fuga poderá ser tanto a Rodovia W. Luís como a Estrada Vicinal Rio Claro/Santa Gertrudes.

Esta dinâmica espacial da criminalidade de furto/roubo de veículos, quando aplicado o *método kernel* **(mapa 18)** apontaram os quadrantes dos Bairros Jardim Floridiana e Jardim América, além da região central e os bairros da Cidade Nova e seus limítrofes, como os locais com maior incidência daquela modalidade delitiva.

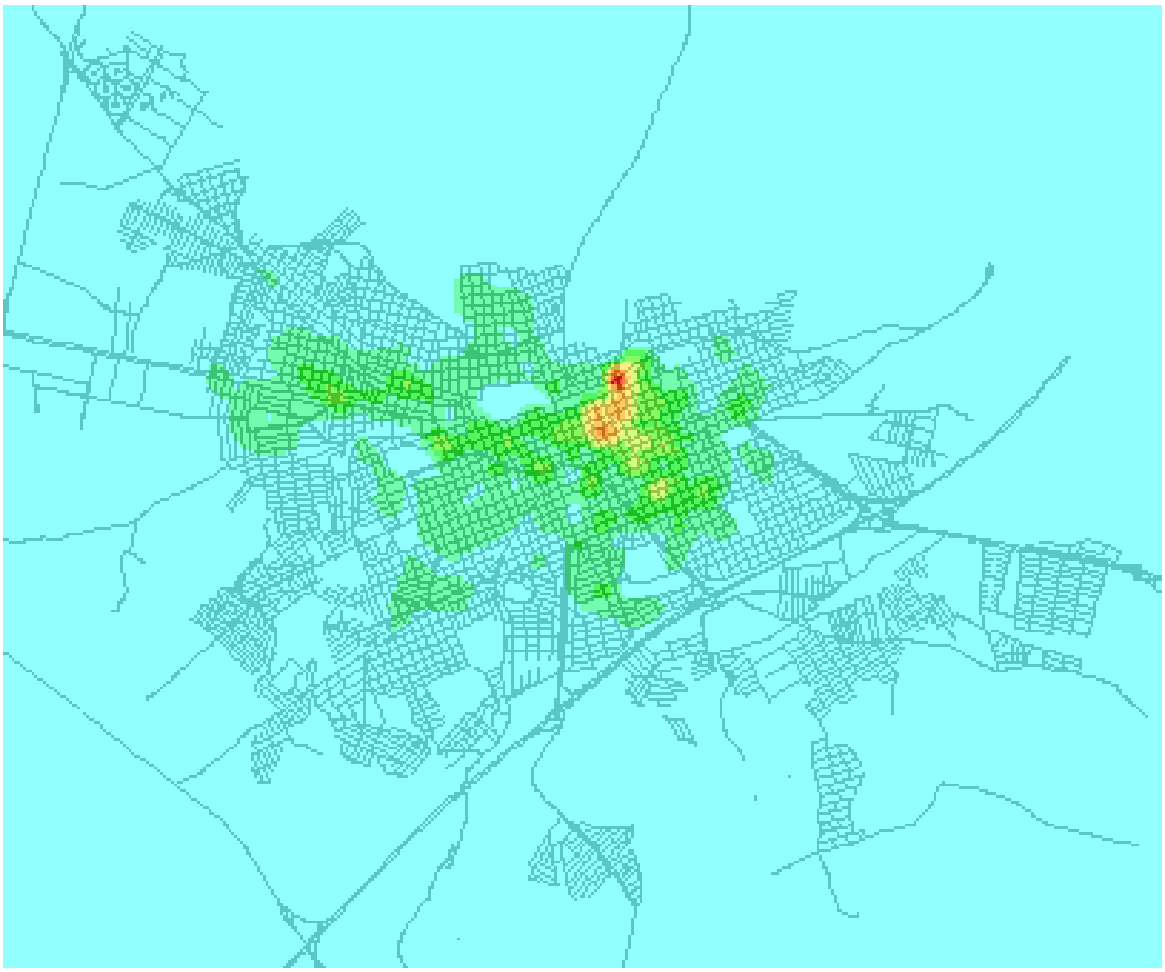
Mapa 18 - Distribuição espacial das concentrações de roubo/furto de veículo



Fonte: do autor

Aplicando o *método kernel* **(mapa 19)** revelou por meio da análise da dinâmica espacial que existe elevada vulnerabilidade aos crimes de roubo e furto/roubo de veículos na região central, bairro Cidade Nova, Bela Vista, Vila Indaiá, Vila Alemã e Vila Operária. Alguns fatores concorrem àquela vulnerabilidade, a saber: concentração de riqueza (região central); fácil acesso por vias de trânsito estruturantes; fácil acesso às rodovias e estradas; população flutuante transportando recursos financeiros e objetos de valores; *modus vivendi* das vitimas e que facilitam a ação criminosa; população de idosos com vulnerabilidade às ações criminosas, dentre outros. Os roubos e furtos/roubos de veículos também tem vinculação direta com a segregação sócio-espacial na medida em que são intensificados nos bairros *"elitizados"* ou nos locais de intensas atividades econômicas (centro, distrito industrial, etc.).

Mapa 19 – Distribuição espacial da concentração roubo e roubo/furto veículos

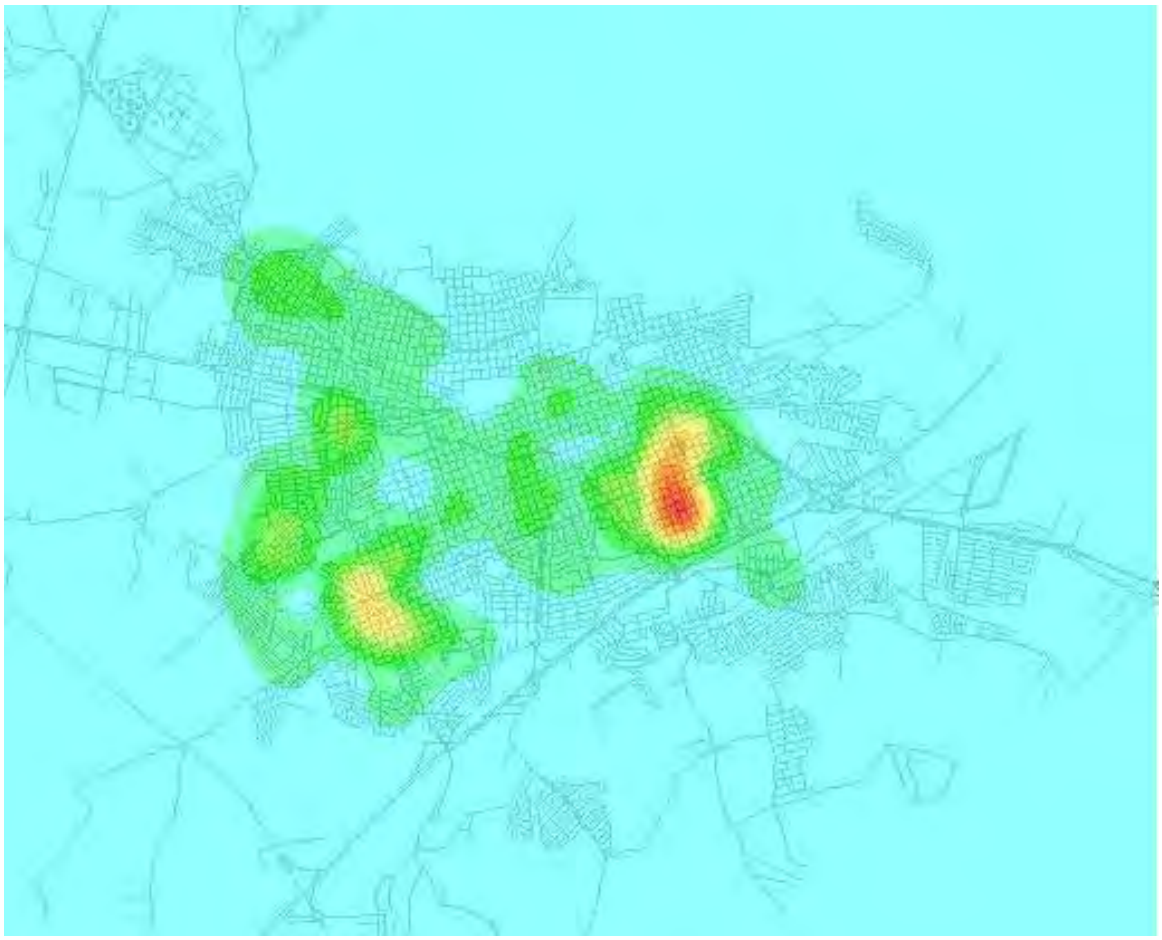


Fonte: do autor

Analisando a dinâmica espacial referente ao crime de tráfico de entorpecentes, aplicando-se o *método kernel* **(mapa 20)** ficou evidenciado que o adensamento da repressão

daquela modalidade delitiva ocorreu na região do “Grande Chervezon” e nos bairros Estádio/Consolação. Porém, aquela técnica não apontou os bairros localizados após a Rodovia/Ferrovia, região composta pelo Bairro Jardim Novo e circunvizinhos e que se estende até os distantes bairros do Jardim Wenzel/Bom Sucesso, como sendo locais de intensa repressão daquela modalidade delitiva. Analisando as estatísticas policiais a referida região também apresentou vulnerabilidade àquela modalidade delitiva e com intensa repressão policial, contudo, como ocorreu para com os crimes de homicídios, a sua grande extensão territorial promoveu a dispersão dos pontos georreferenciados. Concluindo, a análise espacial realizada com a referida técnica dever ser realizada com prudência, em especial, sempre levar em consideração a distância do raio e correlacionar com os gráficos estatísticos.

Mapa 20 – Distribuição espacial da concentração dos crimes de entorpecentes



Fonte: do autor

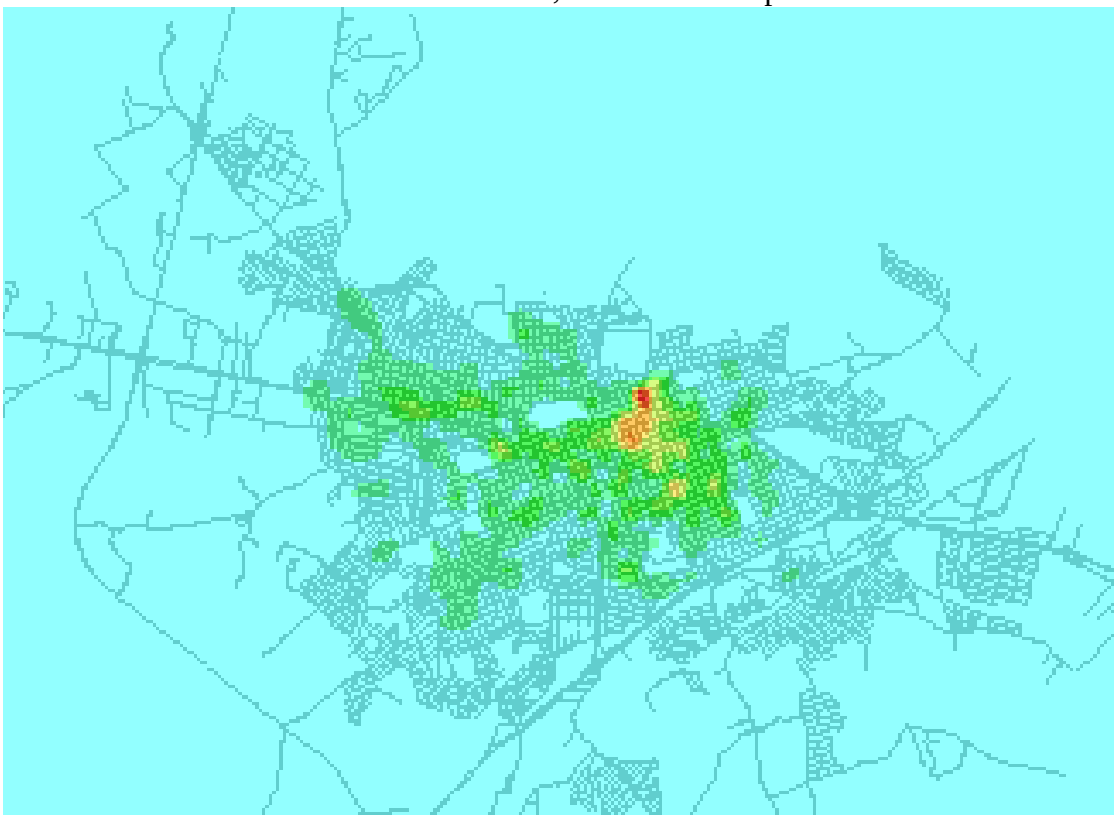
Os bairros Estádio/Consolação foi o território rio-clarense com a maior incidência de locais de tráfico de entorpecentes em decorrência de alguns fatores, principalmente: a existência de pobreza (alvo preferencial da repressão policial); de imóveis de baixo padrão construtivo; proximidade da delegacia especializada em investigar aquela

modalidade delitiva, facilitando a repressão; inúmeros bares; proximidade com a rodovia o que evita deslocamentos pela cidade, além de facilitar a interligação com a rede das organizações de tráfico de entorpecentes, dentre outros.

Foram referenciados os locais dos homicídios, do tráfico de entorpecentes, do roubo e do roubo/furto de veículos, no espaço urbano rio-clarense, sobressaindo os crimes de roubo e roubo/furto de veículo, diante da maior quantidade daqueles ilícitos consumados em relação aos demais.

Analisando a dinâmica espacial da criminalidade no espaço urbano rio-clarense, no período de 2007 a 2011, ao aplicar o *método kernel* **(mapa 21)** apontou a região central e os seus bairros limítrofes como sendo os mais vulneráveis, com predominância dos roubos, porém, em sentido inverso quanto aos crimes homicídio e de tráfico de entorpecentes que foram consumados nos seus bairros periféricos ou que a repressão policial foi mais intensa.

Mapa 21 – Distribuição espacial da concentração dos crimes de roubo, homicídio, roubo/furto de veículos, tráfico de entorpecente

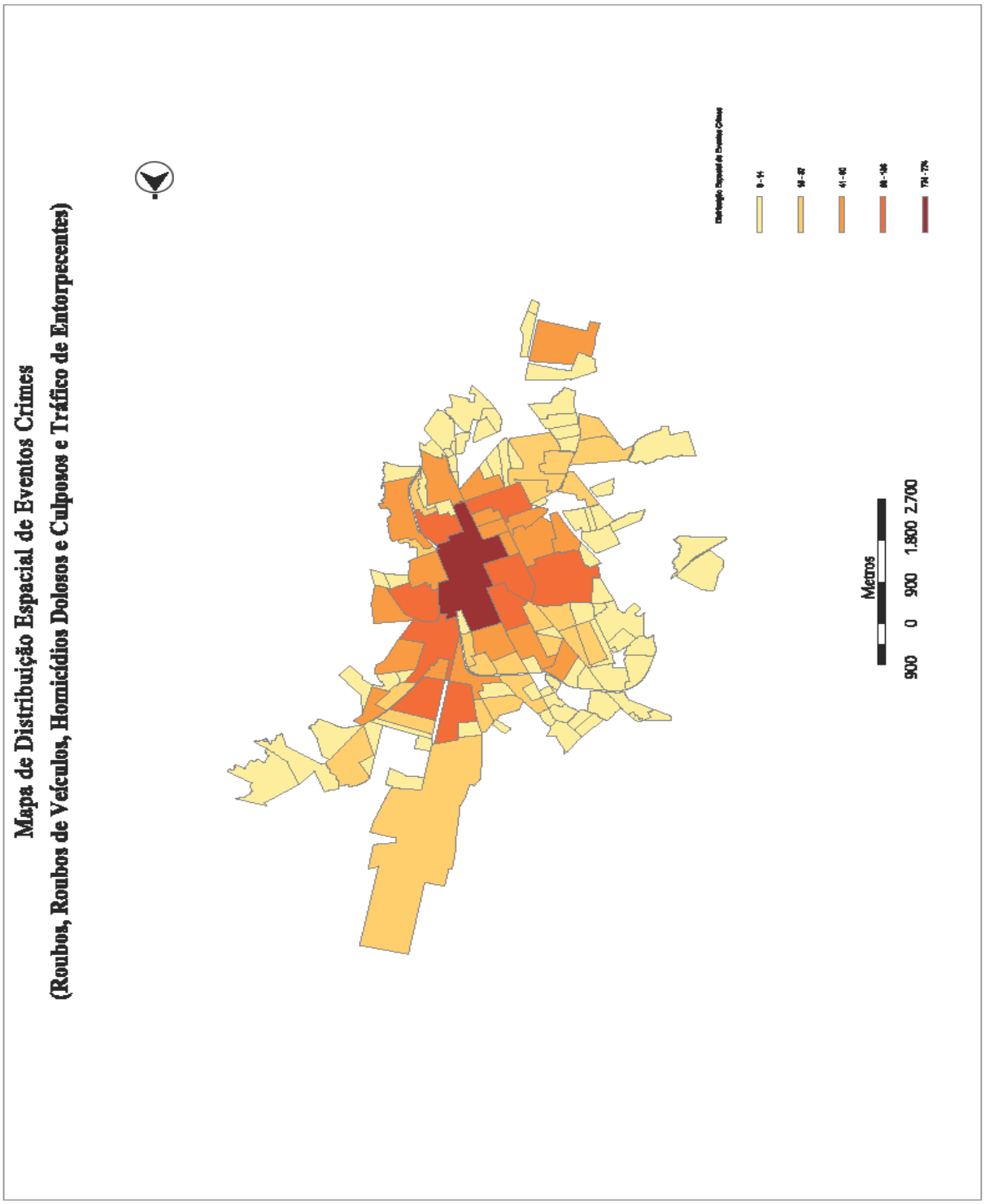


Fonte: do autor

Como já dito, ao analisarmos a dinâmica espacial dos crimes violentos referenciados na base cartográfica, apontou que os crimes de roubo e roubo/furto de veículos as suas incidências vão diminuindo quanto mais se distancia da região central **(mapa 22)**, porém, em sentido inverso quando se trata de crimes de homicídios e tráfico de entorpecentes,

ou seja, a incidência é maior nos bairros periféricos ou nos bairros das extremidades do espaço urbano rio-clarense.

(Mapa 22)



Fonte: do autor

As barreiras naturais e artificiais que foram utilizadas como equipamentos arquitetônicos excludentes – afastando a chamada "escória social" dos bairros ditos "nobres", em Rio Claro/SP, não serviram para barrar ou conter os roubos que são registrados em sua grande maioria na região central e nos bairros "elitizados". Se a segregação sócio-espacial é relevante para acentuar as diferenças sócio-étnicas, as leituras ocultas das bases cartográficas comprovaram que aquelas barreiras utilizadas como anteparo para "os perigosos" não impediram que a criminalidade violenta contra o patrimônio fosse jogada para o seu interior, enquanto que o tráfico e o homicídio foram contidos ou reprimidos "além-muro". Conclusivamente, as barreiras naturais e artificiais utilizadas no planejamento urbano rio-clarense promoveram um efeito contrário ao esperado e contribuíram como referenciais estruturantes da dinâmica espacial da criminalidade, demarcando espaços de riquezas e pobrezas que não deixam de serem fatores impactantes para determinar locais de crime e suas diversas modalidades.

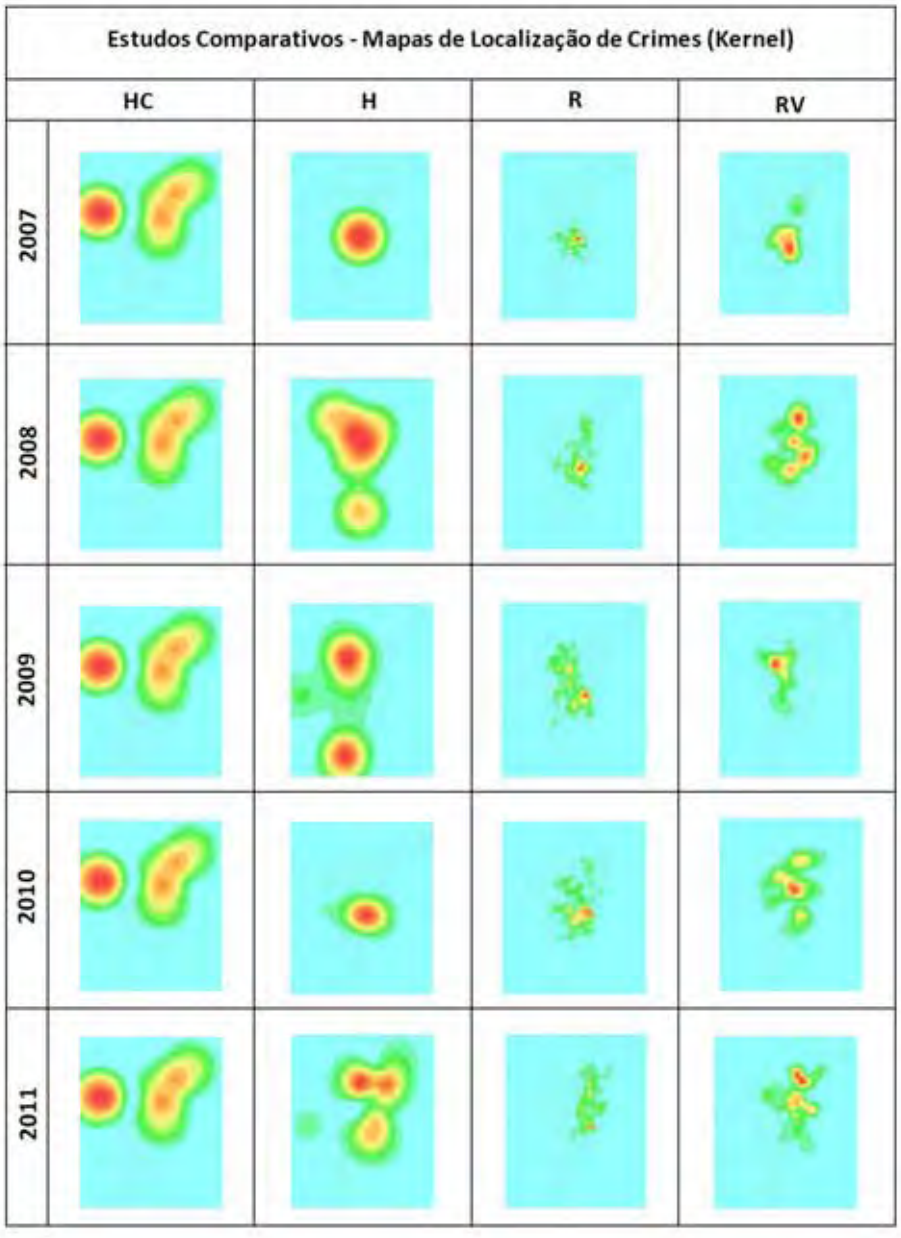
Quanto à dinâmica espacial dos crimes, em se fazendo a comparação entre as diversas modalidades delitivas, no espaço temporal de 2007 a 2011, as bases cartográficas revelou constância dos locais em que foram consumados, com mínimas alterações espaciais de um ano para outro, evidenciando-se que há preponderância de um tipo de crime numa determinada região do espaço urbano rio-clarense **(tabela 4)**.

Analisando a dinâmica espacial da criminalidade através das bases cartográficas ficou demonstrado que os diferentes tipos de crime ocorreram nos últimos anos com preponderância em determinados espaços urbanos rio-clarense, comprovando que o espaço geográfico (território) é também relevante à consumação dos delitos, quer diante das dinâmicas excludentes sócio-espaciais, das dinâmicas econômicas, das dinâmicas culturais, etc.. As concentrações da predominância de uma determinada modalidade delitiva vêm se apresentando com uma dinâmica estática no espaço urbano rio-clarense. Está revelação espacial permite ao estudioso que ao fazer uma análise mais aprofundada facilite detalhar as suas causas, fatores, circunstâncias e elementos, considerando que o espaço urbano é uma condição para os fenômenos da criminalidade.

A dinâmica espacial dos locais de homicídios – na série histórica que utilizamos nesta pesquisa, comprovou sua vulnerabilidade em determinadas territorialidades rio-clarenses, sobressaindo a região do "Grande Chervezon" e nos "novos" territórios, como foi o caso do Bairro "Terra Nova" e seus circunvizinhos. O processo de produzir guetos na urbe rio-clarense revelou que o crescimento da criminalidade foi concomitante, conforme comprova as estatísticas policiais e a espacialização cartográfica da criminalidade com o

mapa da expansão da malha urbana rio-clarense. No mesmo sentido, a concentrações de locais de roubo têm nos últimos cinco anos permanecido praticamente estático na região central e seus bairros limítrofes, deslocando-se lentamente para os "novos" bairros de médio e alto padrão construtivo ou nos locais onde se realizou alguma atividade econômica, porém, sem afetar substancialmente a supremacia daqueles locais de roubo.

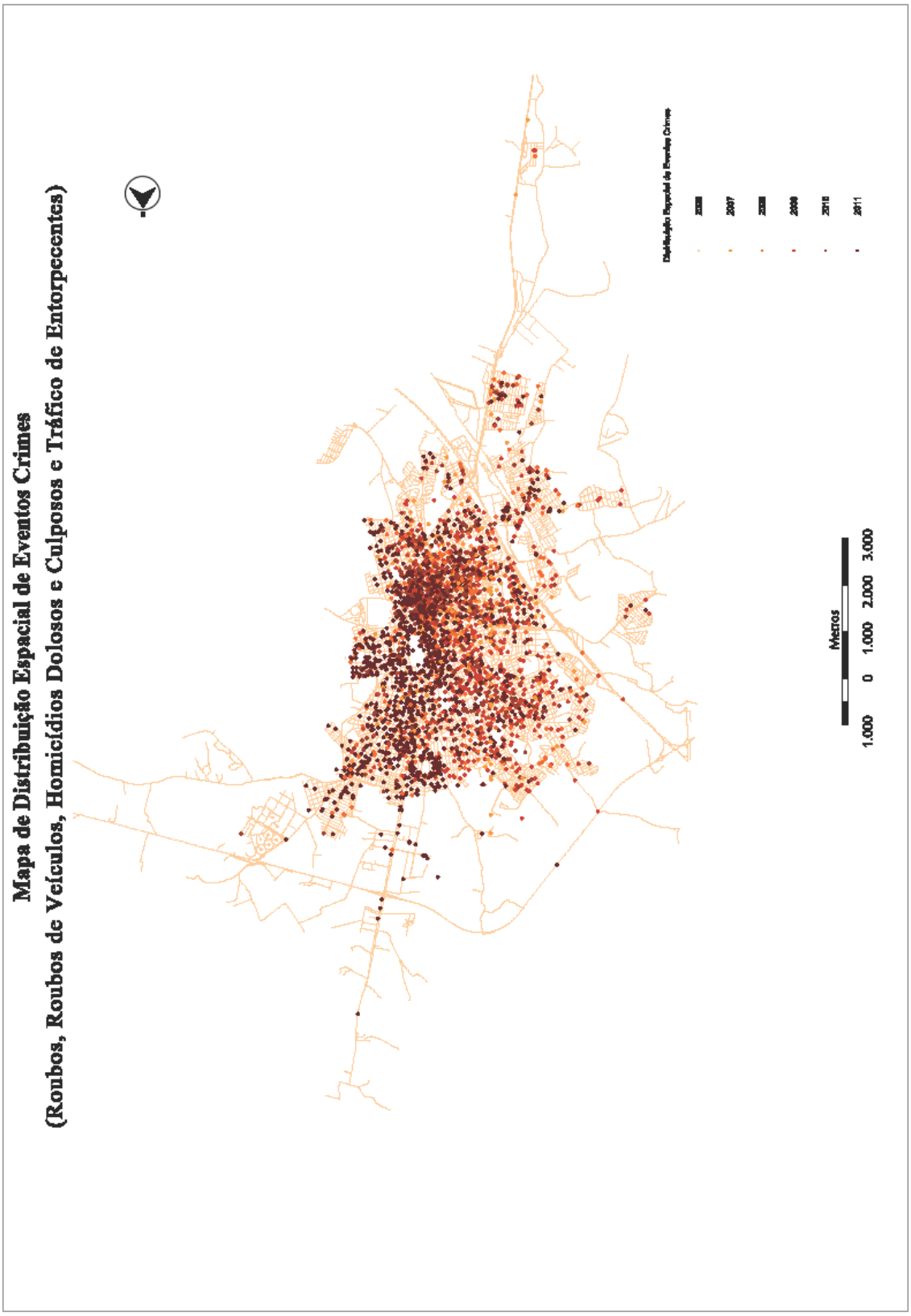
Tabela 4 - Comparativo de distribuição dos locais de crimes dos anos de 2007 a 2011



Fonte: do autor

A junção de todos os crimes estudados nas bases cartográficas, além de revelar as suas dinâmicas sócio-espaciais de exclusão e da criminalidade, são imagens dialéticas que traça a *fisiognomia* da cidade de Rio Claro/SP com sendo uma cidade de constelar de crimes que se espalha por todo o seu espaço urbano **(mapa 23)**.

(Mapa 23)



Fonte: do autor

A distribuição espacial de todos os eventos crime (roubo, roubo/furto de veículo, homicídio e crimes de entorpecentes) numa base cartográfica revelou uma imagem dialética de uma *"nebulosa"* de crimes violentos, clara fantasmagoria que o espaço urbano rio-clarense naturalizou um cotidiano bárbaro, cingida por mortes, sofrimentos, traumas, doenças psíquicas, segregações espaciais, arquiteturas militarizadas, individualismos, incivilidades, etc..

Resta uma indagação: as bases cartográficas estão próximas da realidade social da cidade de Rio Claro?

Não. As bases cartográficas confeccionadas decorrem de uma amostra representativa da criminalidade que ocorreu no espaço urbano rio-clarense e que revelou uma imagem catastrófica da violência que permeia as relações sociais da sua população. Contudo, alertamos que se todos os crimes consumados em Rio Claro/SP, nos dez últimos anos, fossem georreferenciados, o resultado seria a de uma imagem de uma nebulosa que não permitira visualizar a base cartográfica. Ressaltamos que na base cartográfica que confeccionamos foi referenciado o total de 3647 locais de crimes (homicídios, roubo e roubo/furto de veículos), referente ao período de 2007 a 2011. Neste período, a estatísticas policiais registram 107 homicídios, 5.504 roubos e 4.705 furto/roubo de veículos, perfazendo o total de 10.316 crimes. Conclui-se, claramente, que apenas 35% dos locais de crimes comunicados foram referenciados nas bases cartográficas desta pesquisa, embora seja uma amostra representativa.

Se considerarmos a série histórica de 2002 a 2011 (dez anos), na cidade de Rio Claro/SP, segundo as estatísticas policiais oficiais da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado de São Paulo, ocorrem: 311 homicídios, 9866 roubos, 7648 roubos/furtos de veículos, perfazendo o total de 17.825 crimes, portanto, a base cartográfica confeccionada representaria apenas 20% do total dos crimes daquelas modalidades delitivas. Registra-se que naquela série histórica de dez (10) anos foi consumado no município rio-clarense o total de 25.875 furtos, que não foram objetos desta pesquisa.

A conclusão que se tem é que ao olharmos para as bases cartográficas confeccionadas, devemos imaginar que na realidade devemos multiplicar por cinco aqueles pontos referenciados, se utilizarmos uma série histórica de dez anos. Observamos que não foram consideradas outras tantas modalidades delitivas, a exemplo: furtos, lesões corporais no trânsito, violência doméstica, crimes sexuais, etc.. Também apontamos que não podemos desprezar a subnotificação dos crimes quando analisamos as dinâmicas espaciais da criminalidade.

Vivendo em estado de barbárie, os rio-clarenses adotaram a arquitetura *militarizada* como padrão construtivo de suas casas e dos seus locais de trabalho. Vivem *hermeticamente* fechados e a *urbis* rio-clarense sucumbe. Não é mais uma cidade, agora se transformou num agrupamento de guetos num regime de apartheid, com suas barreiras segregacionistas que levam avante a exclusão sócio-espacial de grande parcela dos seus moradores [70].

3.4 A criminalidade na zona rural de Rio Claro

A violência e a criminalidade no campo, analisado pelo viés da geografia agrária, sempre enfocou as questões relacionadas com a disputa da terra. No Brasil, as pesquisas sobre a violência no campo, de forma sistêmica, foram realizadas por Franco (1969), Martins (1980, 1981, 1984), Barreira (1992), Santos (1992, 1995), Perosa (1992), Pinassi e Porto (1992).

Segundo Arendt (1994, p. 16) a violência raramente foi escolhida como objeto de análise especial nas ciências humanas por ser um fato corriqueiro do cotidiano das pessoas e que "*ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos".* É neste contexto que a geografia agrária não dispensou atenção para refletir sobre a criminalidade que avança sobre o campo.

Focados mais nos processos de expropriação da terra, a geografia agrária sempre buscou diferenciar os conceitos de violência e de conflito, que não são sinônimos. Nesta vertente, a ação criadora que transforma a sociedade se realiza por meio do conflito. É do embate de ideias e ações que surgem as novas possibilidades de transformação daquilo já existente. Por outro lado, segundo a geografia rural, a violência é uma reação ao conflito, ou seja, é a desarticulação do conflito por meio do controle social. Consequentemente, a violência tenta por fim ao conflito sem que haja resolução dos problemas apresentados. Não se pode negar que estas diferenciações possuem conteúdo ideológico cujo objetivo é distanciar o conflito de um ato violento. Na reflexão benjaminiana o conflito possui natureza de oposições de ideias e interesses – portanto, com uma essência de disputa por poder, consequentemente,

[70]Participamos no dia 26 de setembro de 2012, no auditório do Hotel Central Park de Rio Claro, de uma reunião política com o Vice-Presidente da República do Brasil – Dr. Michel Temer, que naquela oportunidade externou que é necessário avançar da Democracia Legal para a Democracia Social e, portanto, os programas sociais de geração de rendas não tem um caráter filantrópico, visto que busca a inclusão social e *"inserir mais pessoas no processo de consumo"*, gerando, consequentemente, novos negócios e postos de trabalho. Evidenciou como principal justificativa para os programas sociais públicas a inclusão de maior contingente de pessoas no processo capitalista de consumo.

com natureza beligerante (violência). Reforçamos está reflexão quando a concepção marxista reconhece no conflito a sua origem na dialética do materialismo e na luta de classes. Mesmo que se queira justificar positivamente o conflito – sempre terá em sua elementar a luta de classe – uma imanência violenta de oposição entre ideologias e interesses de classes. Na reflexão benjaminiana – o conflito possui em sua essência a violência com caráter positivo se considerar que ela busca revolucionar para destituir ou eliminar um poder opressor, promovendo a mudança de um *status quo.*

No rural, citamos como exemplo de conflito as ocupações de terra por movimentos sociais para exigir a reforma agrária. Já as expulsões da terra daqueles invasores é uma forma de violência (GIRARDI e FERNADES: 2008). Como se observa – ideologicamente – sob o viés marxista – procura-se esvaziar o caráter violento dos conflitos. Embora, o *conflito no campo* não integra o objeto da presente pesquisa, é oportuna sua conceituação para demonstrar o quanto é difícil à conceituação do que seja violência quando interpretado por interesses ideológicos de classes ou grupos sociais.

Avançando sobre a relação campo/cidade no viés da violência, para Kautsky (1986) o camponês tem relação de subordinação com a burguesia citadina, pois depende dos insumos e dos financiamentos obtidos na cidade. No aspecto político, segundo Lefebvre (2004), a cidade é o centro das decisões, bem como "a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o".

Refletindo no contexto do processo de globalização, Mondardo (2006) discorda daqueles autores por entender que os espaços campo/cidade devem ser analisados sob a ótica da dialética. Esclarece que há diferenças entre campo/rural e de cidade/urbano. Rural/urbano deve ser compreendido com o modo de vida e valores, enquanto que campo/cidade seriam os espaços onde se materializam esses modos de vida. Assim sendo, esses espaços não são antagônicos e nem separados, porém são espaços interdependentes e articulados (SILVA, 1998). É possível ter atividades e rendas não agrícolas entre residentes rurais.

Carneiro & Carneiro (2010, p. 2640-59) enfatizam que a Geografia sempre optou, preferencialmente, pela abordagem territorial para analisar a relação campo/cidade ou rural/urbano, visto que os processos de urbanização não foram capaz de levar ao fim as áreas campestres. O dinamismo de alguns espaços caracterizados como "rurais" e o declínio econômico de algumas localidades "urbanas", contrariam a previsão de uma urbanização inexorável.

Kayser (1990), nesse contexto, utilizou a expressão "renascimento rural" como forma de expressar a proliferação do fenômeno da pluriatividade no campo e, em parte, no

reconhecimento do campo como também espaço de lazer (hotéis fazenda, pesque-pague, etc.).

O dinamismo econômico dos espaços caracterizados como "rurais" vem despertando o interesse dos criminosos diante de sua riqueza e de seu patrimônio capitalizado, como é o caso dos equipamentos e insumos agrícolas, veículos automotores, etc.. No Brasil, segundo Carneiro & Carneiro (2010), no campo existem espaços com desenvolvimento tecnológico (equipamentos automatizados, inseminação artificial, etc.) que em muitas cidades sequer dispõe daquela sofisticação tecnológica, comprovando a importância e a relevância das atividades econômicas do campo.

Graziano da Silva (2002) apresentou o conceito de "novo rural" que engloba também as *ocupações rurais não-agrícolas – ORNAs*, nas quais o trabalhador exerce no campo profissões típicas da cidades, a exemplo: analista de sistemas, hoteleiro, etc.. Agregam-se ao campo novas atividades econômicas como as de turismo, lazer, dentre outras. Consequentemente, para Graziano da Silva (1999) nos tempos atuais o rural é um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial, considerando que a atividade industrial deixou de ser atividade econômica exclusiva da cidade e muito menos que a pecuária e a agricultura sejam atividades predominantes do campo.

O arcaico, até então representado pelos latifúndios, doravante com a modernização das relações sociais produzidas pela agroindústria, agregando nas propriedades rurais inúmeros avanços tecnológicos e a valorização econômica daquelas propriedades, afastou-lhe aquela compreensão para lhe emprestar olhares de modernidade. Está nova realidade do campo trouxe-lhe consequências negativas, como o incremento da violência e da criminalidade. Em decorrência destes fenômenos sociais mais a miúde no campo acarretou em modificações diretas nas relações socioeconômicas do camponês, além de novos costumes e mudanças comportamentais. Com a criminalidade crescente no campo o camponês passou a ter medo e sentimento de insegurança como deverás acontece com o citadino.

Realizamos um recorte no espaço rural do município de Rio Claro/SP para que pudéssemos verificar de como a criminalidade vem ocorrendo no seu campo. O município rio-clarense possui dois distritos – Ajapi e Assistência, com as principais concentrações dos habitantes rurais. Estes distritos podem ser caracterizados como "novo rural" em que são realizadas atividades econômicas diversificadas, desde a agroindústria até as confecções de roupas, além de outras tantas atividades típicas do urbano.

O Informativo Socioeconômico do Município de Rio Claro - SP, referente ao ano de 2009, apontou que a produção agrícola de Rio Claro foi da ordem de aproximadamente R$ 34 milhões, comprovando a pujança e a riquezas do campo e que, infelizmente, também

aguça os interesses dos criminosos.

A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Rio Claro/SP tem em seus registros aproximadamente 1300 propriedades rurais cadastradas, visto que a quantidade de propriedades rurais sempre é alterada em decorrência de eventuais desmembramentos, incorporações e desdobramentos daqueles imóveis. Aponta que as características das propriedades rurais rio-clarenses são compostas de 60% com menos de 20 hectares e que 80% delas não ultrapassam os 50 hectares.

Obtivemos outras informações junto a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, CAT/IEA, responsável pelo Projeto LUPA - Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo, que nos permitiu visualizar as Estatísticas Agrícolas do Município de Rio Claro/SP, referente aos anos de 2007/08. Naquele Projeto constou que estavam cadastradas 990 Unidades de Produção Agropecuária - UPA, sendo que as demais propriedades rurais teriam outras destinações que não agropecuárias. Nas UPAs estão alocadas 364 casas de moradia habitadas e outras 61 moradias não habitadas e de uso eventual, perfazendo o total de 425 moradias. Aquele levantamento agropecuária registrou naquelas unidades produtivas o total de 120 arados, 101 grades, 150 tratores, 9 micro-tratores, 35 carregadeiras de cana, 7 colhedeiras acopladas, 4 colhedeiras automotrizes, além de outros equipamentos e máquinas agrícolas. Das UPAs cadastradas foi constatado que 15 unidades de produção agrícola desenvolvem atividades de esporte e lazer, 13 atuam também na extração mineral e 11 desenvolvem outras atividades não-agrícolas e 1 (uma) com atividade agroindustrial o que evidenciou a pluriatividade no campo rio-clarense, nos moldes do "novo rural".

A força de trabalho das UPAs localizadas no município de Rio Claro/SP apresentou uma estrutura laboral composta por 511 familiares de proprietários e 233 trabalhadores permanentes. Contudo, o Censo 2010 do IBGE revelou que a população rural do município é composta por 5.757 habitantes, demonstrando que a maioria dos seus moradores ainda se locomove à cidade ou que são utilizados como mão-de-obra eventual nas propriedades rurais.

O Instituto de Economia Agrícola (IEA), da Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio (APTA), pertencentes à Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento (SAA), apresentou interessante reflexão sobre a violência no campo, no artigo: *Segurança rural, aumento do custo Brasil e violência no campo*[71], trazendo consistente análise sobre a

[71]O referido texto pode ser encontrado: www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=1548, pesquisado em 09 de julho de 2010. Oportuno consignar que em muitos Estados brasileiros busca-se fazer a ressocialização dos

evolução sistemática da violência, bem como traça um paralelo com o desenvolvimento dos agronegócios. Traçou aquele artigo o paralelo entre o crescimento da riqueza agropecuária com o número de presos. No período de 1995-2003, a produção agropecuária cresceu em 44% enquanto que o número de presos aumentou em 110% no Estado de São Paulo **(Tabela 5)**. Segundo o referido texto *o segmento agropecuário dos agronegócios vem apresentando maiores taxas de crescimento do que a média da economia, constituindo-se no principal negócio da economia tanto paulista quanto brasileira.*

Tabela 5 - Riqueza agropecuária e nº de presos, São Paulo, 1995-2003.

Ano	Valor da Produção (1)	Índice 1995=10(	Nº de Presos(2)	Índice 1995=100
1995	17.133.700.268	100	59.026	100
1996	15.107.287.997	88	62.678	106
1997	16.484.164.073	96	67.748	115
1998	17.974.780.993	105	73.615	125
1999	17.010.215.489	99	83.743	142
2000	18.153.044.753	106	92.186	156
2001	20.081.733.821	117	98.822	167
2002	22.515.306.322	131	109.535	186
2003	24.735.144.013	144	123.932	210

(1) Em R$, calculado pelo IEA APTA, valores constantes médios de 2003 pelo IPCA/FIBGE.
(2) www.admpenintenciaria.sp.gov.br/Estatísticas/População.png.

A comparação apresentada naquele artigo infere que o crescimento da população carcerária supera o ritmo do principal negócio da economia nacional – o agronegócio. O gasto social com o sistema prisional – em ritmo que suplanta o crescimento da riqueza nacional, num futuro próximo, contribuirá para estrangular a economia, podendo, inclusive, inviabilizar os investimentos na produção nacional.

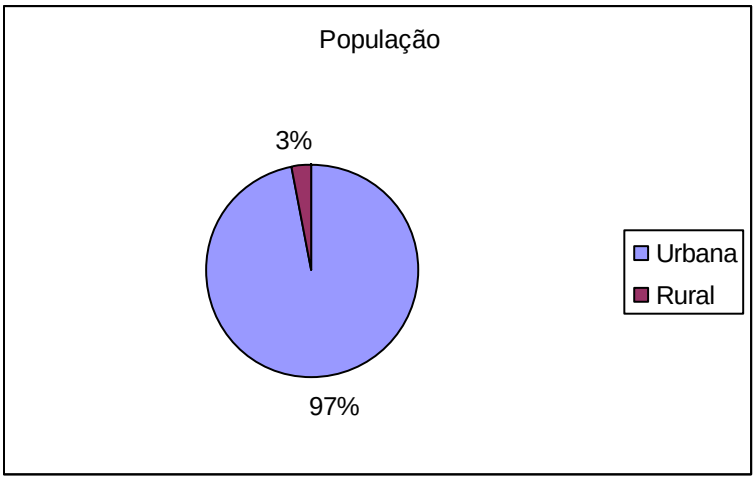
Foi com esta preocupação econômica que os legisladores de inúmeros países defendem reformas nas políticas criminais, com a substituição do encarceramento por penas alternativas em se tratando de crimes sem violência, minimizando o custo com o sistema penitenciário, evitando-se a superlotação carcerária, e recuperar ou socializar os infratores com atividades psico-laborativas.

---

egressos do sistema penitenciário por meio da qualificação dos presos em profissões relacionadas ao rural. São inúmeras colônias penitenciárias agricolas e seria importante pesquisar sobre as reincidências dos que ali cumprem suas penas e seu aproveitamento em atividades rurais.

A população do campo rio-clarense, com a pujança do agronegócio e de outras atividades econômicas, corresponde apenas a 3% da população urbana **(figura 32)** que corresponde a 5.757 habitantes (Censo 2010).

Figura 32 – Gráfico comparativo da população urbana e rural



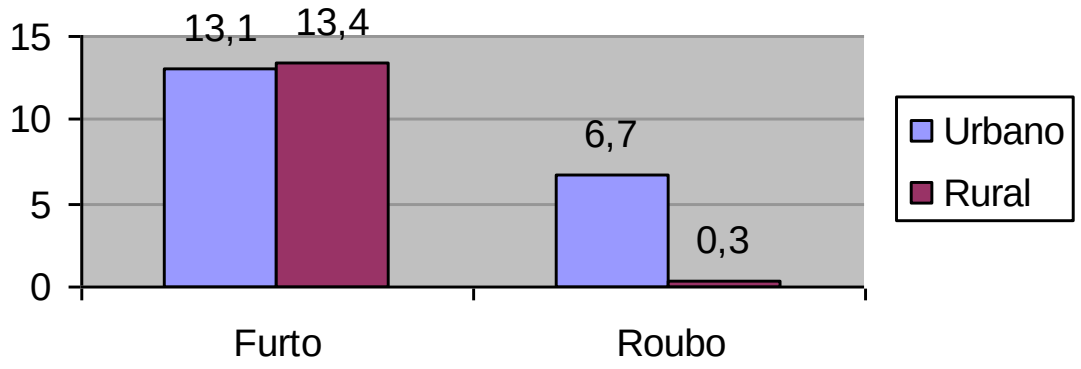
Fonte: IBGE, Censo 2010

Dados coletados junto a Agência de Inteligência da Delegacia Seccional de Polícia de Rio Claro, no período de junho de 2009 a maio de 2010, apontou que na região rural do município ocorreu o total de 78 furtos e 17 roubos. Na área urbana o número de roubo, no mesmo período, chegou a 1.253 ilícitos, enquanto que os furtos foram da ordem de 2.438 ilícitos penais. Estes dados coletados permitiram traçar correlação **(figura 33)** dos eventos furto/roubo registrados por mil habitantes no município de Rio Claro/SP. O crime de furto vitimou no espaço urbano 13,1pessoas/1mil hab., enquanto que no espaço rural foram vítimas 13,4 pessoas/1 mil habitantes.

Estes dados estatísticos policiais oficiais inferem que a probabilidade do morador do campo ser vítima de furto é maior que a dos moradores do espaço citadino rio-clarense. Destacamos que devem ser considerados a subnotificação dos furtos registrados no campo diante de inúmeros fatores que vão da distância das delegacias de polícia até os bens de baixo valor pecuniário. Nossa experiência profissional nos permite afirmar que os furtos e roubos consumados no campo e quando registrados decorrem dos expressivos valores dos objetos subtraídos, como exemplo: tratores, implementos agrícolas, veículos, animais, transformadores de luz, dentre outros. Podemos também afirmar que os roubos praticados nas propriedades rurais são sempre executados por quadrilhas ou organizações criminosas, majoritariamente, especializadas e que agem com extrema violência. Estes crimes patrimoniais

têm consequências gravíssimas, quer de ordem sócio-econômicas ou em decorrência de traumas físicos ou psicológicos, acentuando o êxodo rural diante do medo e do sentimento de insegurança.

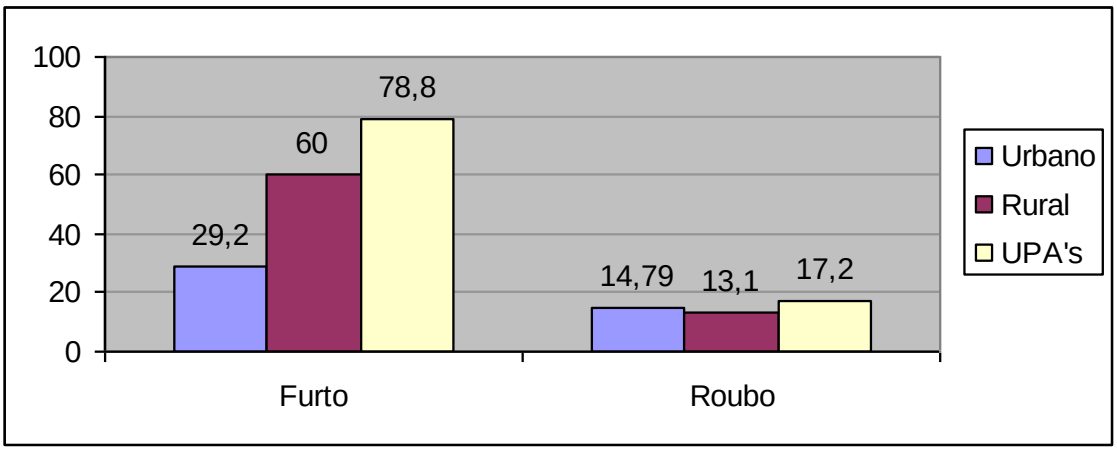
Figura 33 – Relação da taxa anual de furto/roubo entre rural/urbano por 1000 habitantes



Fonte: Agência de Inteligência da Del. Sec. Pol. Rio Claro/SP

Elaboramos outra correlação entre os crimes notificados com as propriedades rurais existentes no município de Rio Claro cujo resultado foi 78,8 furtos/1000 UPAs, 60 furtos/1000 propriedades rurais e 29,2 furtos/1000 imóveis urbanos. Já nos crimes de roubo a relação foi de 17,6 crimes/1000 UPAs, 13,1 crimes/1000 propriedades rurais e 14,79 crimes/1000 propriedades urbanas **(figura 34)**.

Figura 34 – Relação da taxa anual de furto/roubo por 1000 propriedades – jun./ 2009 a maio/2010



Fonte: Agência de Inteligência da Del. Sec. Pol. Rio Claro/SP

Concluímos que as Unidades de Produção Agrícola (UPAs) são as propriedades mais vulneráveis a furto/roubo no município de Rio Claro/SP, revelando uma imagem oculta perceptível somente por meio da análise criminal.

A criminalidade no campo traz como consequência imediata e negativa o repasse dos seus custos e que eleva os preços dos produtos agrícolas. É neste contexto que o *"novo rural"* se viu na contingência de incorporar serviços de vigilância privada, além dos serviços das seguradoras.

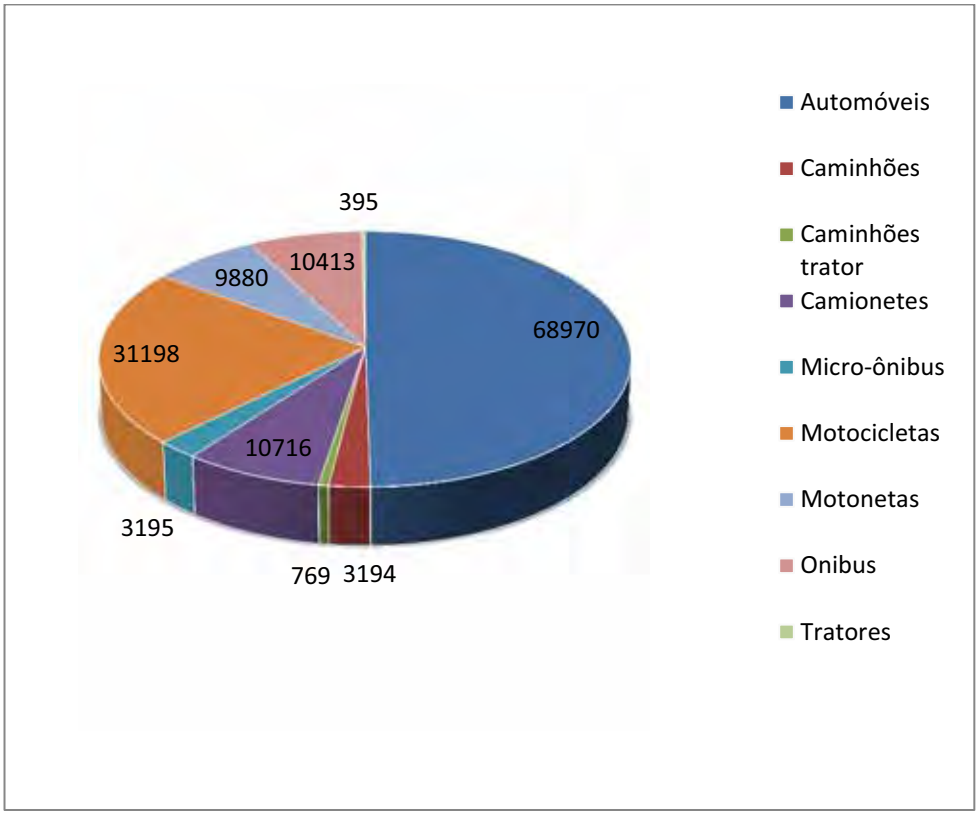
Considerando a relação entre campo/cidade, na cidade de Rio Claro e, em se levando em consideração o número de pessoas/mil habitantes e de propriedade/mil imóveis, a criminalidade nas suas modalidades furto e roubo – estão mais presentes no campo. Pode-se inferir o campo rio-clarense é mais vulnerável aos crimes patrimoniais do que a cidade (espaço urbano), proporcionalmente.

3.5 A violência no trânsito: a falta de urbanidade e civilidade em Rio Claro

No período compreendido entre os anos de 2001 a 2012 (junho) a frota de veículos do município rio-clarense cresceu de 69,7 mil para 131,8 mil veículos, representando um crescimento de 89%. A cidade já registra quase um veículo por habitante e coloca o trânsito com uma das questões mais graves a serem enfrentadas nos próximos anos pelos seus gestores urbanos. A matriz do transporte urbano rio-clarense se assenta nos automóveis e motocicletas/motonetas. Segundo Silva (2011), em 2001, os veículos sobre duas rodas somavam 15.980 (13.063 motocicletas e 2.917 motonetas), com crescimento nos últimos dez anos da ordem de 150,32%. A frota de automóveis e de motocicleta/motoneta representou, em 2012, quase que 88% do total da frota de veículos automotores do município. Os demais veículos automotores (caminhões, micro-ônibus, ônibus), conforme **figura 35**, somam apenas 12% da frota da cidade de Rio Claro/SP.

Contrariando as tendências modernas sobre mobilidade urbana, a cidade de Rio Claro/SP ainda privilegia e estimula o transporte individual por meio de veículos automotores particulares, deixando de adotar políticas públicas que estimulem o transporte coletivo e que limite o uso dos veículos automotores em determinados horários e locais. Embora, a malha de ciclovias fosse ampliada no ano de 2012, a administração não a integrou com outras políticas públicas, reduzindo sua eficiência e eficácia.

Figura 35 – Gráfico da frota de veículos de Rio Claro/SP



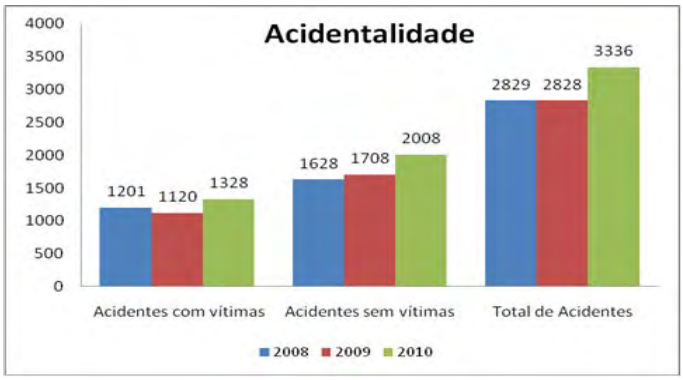
Fonte: DENATRAN/2012

No ano de 2011, a frota da cidade de Rio Claro somava o total de 125.337 veículos automotores saltando em junho de 2012 para 131,8 mil veículos automotores, totalizando um aumento de aproximadamente de 6.500 novos veículos em circulação na malha viária municipal, crescimento anual de aproximadamente 5% do total da frota de veículos automotores. Neste patamar de crescimento da frota de veículos, em escala exponencial, traz reflexo direto no aumento dos acidentes de trânsito. A ampliação da malha viária municipal demanda elevados investimentos financeiros e a reversão da elevada incidência dos acidentes de trânsito passa, portanto, pela mudança da matriz do transporte urbano qualificando o transporte público e estimulando o caminhar e a bicicleta para trajetos curtos e médios.

A relação frota de veículos com os acidentes de trânsito, em Rio Claro/SP, apresentou os seguintes dados comparativos: nos anos de 2008, 2009 e 2010 – respectivamente, foi registrado o total de 2829, 2828 e 3336 eventos **(figura 36)**.

Segundo a Fundação Seade, no ano de 2010, a cidade de Rio Claro/SP registrou letalidade no trânsito da ordem de 25,26 óbitos no trânsito/100 mil habitantes, superando os homicídios dolosos que foi de 9,66/100 mil habitantes.

Figura 36 – Gráfico de acidentalidade no trânsito na cidade de Rio Claro



Fonte: Secretaria de Mobilidade Urbana e Sistema Viário
(Dados provenientes de ocorrência disponibilizados pela 37º BPMI)

Os gestores públicos e a imprensa local apontam que os elevados índices de acidentalidade no transito e sua elevada letalidade tem por principal causa a falta de civilidade dos motoristas rio-clarenses[72]. Porém, não se podem desconsiderar outros importantes fatores, como exemplo: a falta de fiscalização, a falta de projetos educativos, a falta de transportes coletivos de qualidade, além da falta de políticas públicas integradas para o setor. O município também não regulamentou o registro dos veículos com propulsão humana (bicicletas, skates, patinetes, etc.) ou animal (carroça, charrete, etc.). Não há como coibir os abusos e nem controlar a circulação daqueles veículos.

O Caderno de Acidentalidade da Secretaria Municipal de Mobilidade e Sistema Viário de Rio Claro apontou no triênio de 2008 a 2010, uma média geral mensal de 250 acidentes, com envolvimento médio de: 200 veículos automotores, 80 motocicletas, 20 bicicletas e 08 atropelamentos. Aconteceram os acidentes de trânsito com maior intensidade durante o período das 17:00 às 17:59 horas, encerramento ou mudança de turno das atividades do comércio, da indústria, das escolas e dos serviços públicos **(figura 37)**.

---

[72]Em entrevista ao Jornal Cidade de Rio Claro, em 27/05/2012, o Secretário Municipal de Mobilidade e Sistema Viário de Rio Claro (SMMSV), Engº José Maria Chiossi afirmou: "O rio-clarense é um péssimo motorista, infelizmente. Falta cidadania, falta educação no trânsito. Os maiores problemas são com moto. De cada 10 acidentes, sete são com motos. Esse é outro desafio a ser enfrentado pela cidade, a conscientização".Outras matérias jornalísticas do mesmo periódico: Desrespeito à sinalização ainda persiste(26/06/2012). Rio Claro registra morte no trânsito e números preocupam (20/05/2012). Nesta reportagem constam algumas considerações: "Além disso, no ano de 1980, a taxa de mortalidade por acidentes de trânsito em Rio Claro era de 6,37 por 100 mil habitantes. Esse índice atingiu o maior pico dezessete anos depois, em 1997, com 43,84 mortes/100 mil. Uma década se passou e as estatísticas continuaram alarmantes, sendo que a última atualização (2010) aponta para taxa de 25,26 ocorrências no município, segundo levantamento da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados)".

Figura 37 – Gráfico do horário de incidência de acidentes no trânsito no ano de 2010



Fonte: Secretaria de Mobilidade Urbana e Sistema Viário de Rio Claro/SP
(Dados provenientes de Boletins de ocorrência disponibilizados pela 37º BPM)

As tecnologias rotinizam as atividades humanas e a melancolia imposta pelo tempo vazio do progresso empurram rapidamente as pessoas a buscarem locais mais prazerosos, mesmo que sejam as suas humildes casas. No afã de não *"perder tempo"* o acelerador dos veículos fazem das ruas em fatídicos caminhos em que se *"perde a vida"*.

A espacialização dos acidentes de transporte[73] no espaço urbano rio-clarense se espalha por diversos bairros do município, contudo, revelou que a sua maior concentração ocorre na região central e nos seus bairros limítrofes (**mapa 24**). Nas vias expressas e coletoras de trânsito intenso são os locais mais vulneráveis à incidência de acidentes, destacando-se as seguintes vias públicas: Avenida Visconde do Rio, Avenida 29 – Cidade Jardim, Avenida Brasil, Avenida José Felício Castelano e Avenida dos Estudantes, além das Ruas 6 e 14 e a Estrada dos Costas. São estas ruas e avenidas que interligam o centro urbano com os vários bairros e os bairros populosos com as inúmeras atividades econômicas desenvolvidas na urbe rio-clarense.

---

[73]Definições utilizadas pelo DATASUS – Banco de Dados do Sistema Único de Saúde: (a) *Acidente de transporte* (V01-V99) é todo acidente que envolve um veículo destinado, ou usado no momento do acidente, principalmente para o transporte de pessoas ou de mercadorias de um lugar para o outro. (b) *Via pública* [*via de trânsito*] ou *rua* é a largura total entre dois limites de propriedade (ou outros limites) de todo terreno ou caminho aberto ao público, quer por direito quer por costume, para a circulação de pessoas ou de bens de um lugar para o outro. *Pista ou leito de rua* é a parte da via pública que é preparada, conservada e habitualmente usada para o trânsito de veículos. (c) *Acidente de trânsito* é todo acidente com veículo ocorrido na via pública [i.e. originando-se, terminando ou envolvendo um veículo parcialmente situado na via pública]. O acidente de veículo é considerado como tendo ocorrido na via pública a menos que haja a especificação de outro local, exceto nos casos de acidentes envolvendo somente veículos especiais a motor [veículos a motor não-de-circulação] que, salvo menção em contrário, não são classificados como acidentes de trânsito. (d) *Acidente não-de-trânsito* é todo acidente de veículo que ocorre em sua totalidade em qualquer lugar que não seja uma via pública. (e) *Pedestre* é toda a pessoa envolvida em um acidente, mas que no momento em que o mesmo ocorreu não estava viajando no interior de ou sobre um veículo a motor, trem em via férrea, bonde, veículo de tração animal ou outro veículo, ou sobre bicicleta ou sobre animal.

A base cartográfica digital também revelou que a Avenida Visconde do Rio Claro é extremamente vulnerável aos acidentes de trânsito no espaço urbano rio-clarense, além das vias públicas que servem como seu prolongamento para interligar os diversos bairros com o Distrito Industrial ou os diversos bairros com a região central da urbe rio-clarense.

São naquelas poucas vias públicas mencionadas as responsáveis por mais de 70% dos acidentes de trânsito que acontecem no município de Rio Claro/SP, merecendo atenção especial da gestão pública local para promover ações preventivas que aliviará os gastos com saúde publico e com o sistema de seguridade social, além de minimizar o sofrimento de milhares de famílias.

Mapa 24 - Distribuição de acidentes de trânsito em Rio Claro, com ou sem vítima



Fonte: Secretaria Municipal de Mobilidade e Sistema Viário de Rio Claro – SP. Mapa elaborado por Márcia Tiemi Kawamoto e José Silvio Govone

A base cartográfica da espacialização dos acidentes de trânsito da urbe rio-clarense apresentou algumas formas constelares, com eixos estruturantes principais e secundários, demarcando as aglomerações de acidentes em determinadas regiões, facilitando sobremaneira o planejamento e a gestão pública para intervir naqueles locais de maneira preventiva e repressiva, com reias possibilidades de minimizar aqueles eventos, principalmente, reduzindo os gastos hospitalares [74].

A cidade de Rio Claro é, portanto, violenta nos aspectos relativos aos acidentes com vítimas, com elevada letalidade se considerarmos as estatísticas elaboradas pela Fundação SEADE.

A análise espacial dos acidentes de trânsito, com uso de sistemas de informações geográficas, se constitui em poderosa ferramenta tecnológica que facilita o planejamento e a gestão pública, com reflexos diretos na redução daqueles eventos, além de contribuir no resgate dos valores de civilidade e urbanidade[75] dos rio-clarenses.

[74]Segundo informações obtidas diretamente com a Fundação de Saúde de Rio Claro, o gasto médio (julho de 2012) com internações de acidentados em leitos de unidades de tratamento intensivo, custa aos cofres municipais à diária de R$ 11 mil, sendo que estão disponibilizados aproximadamente 10 leitos ocupados integralmente e com fila de espera.

[75]Na reunião do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Cidadã, em julho de 2012, comentei sobre os acidentes de trânsito em Rio Claro e nas ruas e avenidas que mais ocorrem como os comandos das organizações policiais da cidade, não merecendo a devida atenção. No início de agosto de 2012, recebemos ofício da empresa Owens Cornes, que a Cipa (Comissão de Investigação e Prevenção de Acidentes) daquela empresa ouviu seus funcionários que solicitaram que a Guarda Civil Municipal de Rio Claro e a Polícia Militar de Rio Claro fizessem patrulhamento pelas avenidas mencionadas por nós, como ação preventiva para redução de homicídios culposos no trânsito, lesões graves e acidentes sem vítimas. A comunidade demonstrou percepção mais aguçada que as próprias organizações policiais de Rio Claro. Como já dito, os homicídios dolosos repercutem mais que os homicídios culposos ocorridos no trânsito, que acontecem em maior quantidade (o dobro) na cidade de Rio Claro, vitimando crianças, idosos, adultos, trabalhadores, estudantes, etc. É necessário que o gestor público, diante dos parcos recursos públicos, discricionariamente, faça opções sobre as prioridades que devem nortear as ações públicas.

4 - DO MEDO E DO SENTIMENTO DE INSEGURANÇA– O PÂNICO EM RIO CLARO

No ano de 2011, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou o Relatório Global sobre Assentamentos Humanos, do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos (UN-Habitat)[76], que elegeu como principal tema a segurança em várias cidades do mundo. Apontou aquele relatório que a cidade de São Paulo responde por 1% de todos os homicídios do planeta, apesar de ter apenas 0,17% da população mundial. Trouxe também a informação que as armas de fogo são responsáveis todo dia por aproximadamente 100 (cem) óbitos (homicídios) no Brasil, não sendo computados os homicídios provocados por armas brancas ou instrumentos contundentes, perfuro-contundentes, etc.. Revelou também que no Brasil existem aproximadamente 35 mil automóveis blindados e, no oposto, a pobreza e a miséria empurra entre 40% a 70% da população das principais cidades a viver em assentamentos irregulares.

Aquele relatório estimou que 60% dos moradores urbanos dos países em desenvolvimento já foram vítimas de algum tipo de crime, e na América Latina e na África sobe para 70% dos residentes urbanos vitimados pelo crime. O relatório da Uni-Habitat revelou que no Brasil os índices de medo atingem até 70% da população urbana de algumas cidades, bem como o medo do crime (que é diferente da percepção e reconhecimento da iminência do crime) estão associados à violência da polícia, à sensação de insegurança e aos registros oficiais de violência e mortes, que são assuntos frequentes nos jornais e noticiários.

Para Delumeau (1999) a sensibilidade ao medo é o componente maior da experiência humana e a necessidade por segurança está na base da afetividade e da moral humana. Alba Zaluar (2000, p. 251), apontou que o aumento real ou percebido da violência criminal traz consequências inevitáveis ao plano simbólico, econômico e político. As novas imagens da cidade deixam de ser associadas à utopia liberal da liberdade e da segurança e acabam provocando a perda das virtudes cívicas, ou seja, o perecimento da civilidade, da segurança, da confiança, do respeito e do reconhecimento do outro como detentores de direitos.

O medo e o sentimento de insegurança, segundo Caldeira (2000, p. 12) promoveu novas formas de segregação espacial através das novas tecnologias de exclusão social, como acontece com os enclaves fortificados e a blindagem - nas suas diversas formas. As elites acabam se retirando dos bairros tradicionais para os condomínios. Este proceso de

[76]Agência Reuters. ***Sensação de Insegurança no Brasil é a maior do mundo, diz ONU***, em 07/04/2011.

urbanização centrado na segregação sócio-espacial também ocorre na cidade de Rio Claro/SP e percebido claramente quando as elites que habitavam o entorno do Jardim Público, a região central, bem como os tradicionais bairros Saúde, Santana, Jardim Donangela, dentre outros, se transferem para os condomínios horizontais e verticais construídos na urbe rio-clarense nas últimas duas décadas, promovendo seus exodos para os bairros Cidade Jardim, Jardim São Paulo, Cidade Claret, etc..

Para Teresa Caldeira (2000), os enclaves fortificados são espaços fechados e monitorados, destinados à residência, laser, trabalho e consumo (shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais). São espaços que atraem pessoas que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los para os pobres, os marginais, os sem-teto. São espaços fechados cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham um uso coletivo e semi-público, com transformações profundas no caráter do espaço público.

Outra injustiça social provocada pela organização espacial da cidade de Rio Claro/SP é que os condomínios (bairros) destinados aos pobres foram autorizados (em alguns casos) em locais que jamais poderiam ser edificadas moradias ou qualquer tipo de imóveis, ou seja, áreas de várzea de cursos d'água, áreas de proteção ambiental, terrenos com solos arenosos, etc., além de não possuírem adequadas infraestruturas públicas.

No processo de expansão territorial da área urbana, principalmente, com a construção de condomínios de alto, médio e baixo padrão de edificação ocorreu a invasão de áreas destinadas ao campo sem que houvesse qualquer planejamento para diminuir os impactos ambientais do peri-urbano. Os condomínios de *"luxo"* que ocuparam as áreas de expansão do perímetro urbano rio-clarense, dotados de todas as infraestruturas urbanísticas, vêm sendo seus moradores privilegiados pelo poder público com as benesses do pagamento de aviltantes valores do imposto predial territorial urbano (IPTU), perpetuando injustiças sociais a favor dos proprietários daqueles valiosos imóveis urbanos.

Todo este arcabouço de injustiças sociais, sutis formas de violências, repercutem diretamente na criminalidade, inculcando uma obsessão dominial excludente e que ao mesmo tempo se transforma num produto a ser consumido (PASTANA, 2005), além do que associado com a cultura do medo resulta em implicações diretas na forma espacial urbana, com opções preferenciais para os processos de *guetizações* e na edificação de enclaves fortificados.

Para Loïc Wacquant (2004), em seu artigo - ***Que é gueto? Construindo um conceito sociológico***, esclareceu:

> [...] o *gueto revela-se como um dispositivo sócio-organizador composto de quatro elementos (estigma, limite, confinamento espacial e encapsulamento institucional) que emprega o espaço para reconciliar seus dois propósitos contraditórios: exploração econômica e ostracismo social. A articulação do conceito de gueto possibilita o desvelamento da relação entre "guetização", pobreza urbana e segregação, assim como o esclarecimento das diferenças estruturais e funcionais entre guetos e aglomerações étnicas. Esse proceder também que realcemos o papel do gueto como matriz e incubador simbólico da produção de uma identidade maculada, indicando que seu estudo seja feito por analogia a outras instituições voltadas para o confinamento forçado de grupos despossuídos e desonrados como o campo de refugiados, a reserva e a prisão".*

Este processo de urbanização, centro preferencialmente no viés do capital, exige uma estratégia que passa pelo "estigma, o limite, o confinamento espacial e o encapsulamento institucional", eficaz para que um grupo mantenha a hegemonia cultural através de manipulações, por meio de notícias jornalísticas, cinema, desenho urbano, etc. Esta estratégia integra uma cultura que traz no seu amago uma ideologia com o seu sistema de representações, normas, valores. Por sua vez este sistema é ocultado em sua particularidade numa universalidade abstrata (CHAUI, 1989). Fica evidente que a opção pela cultura do medo traz implicação direta para os desenhos urbanos, com manipulações que inculcam a *urbanização militarista* – transformando-a também numa mercadoria, consumida normalmente, como soe acontecer com os demais.

Outra consequência decorrente da cultura do medo e insegurança é promover o isolamento das pessoas, evitando que se organizarem e participem das decisões (políticas). A *urbanização militarista* tem por finalidade a ruptura das articulações e da convivência social (outra forma sutil de violência simbólica), exacerbando, dessa maneira, o individualismo. Rompendo as articulações e a convivência social a consequência é a violência (segregacionistas, etc.) e a criminalidade (agressões físicas, morais, ao meio ambiente, etc.) como também os atos de incivilidades (acidentalidade no trânsito, poluição ambiental, desrespeitos entre pessoas, etc.). A convivência social é deteriorada. A ausência de fala entre as pessoa é uma violência que rompe com os vinculos comunitários de se viver em sociedade. Portanto, a *cultura do medo* não deixa de ser uma estratégia de dominação - "os que são movidos por ambição dominam os que são movidos pelo medo" (CHAUI, 1999, p. 58).

Incontáveis setores econômicos aumentam os seus lucros quando usam o medo e a violência, transformando-os em fantasmagóricas mercadorias, recalcando sentimentos de rejeições ao outro e acentuando os processos de exclusão social, que não deixam de ser expressões xenofóbicas, indubitavelmente, retroalimentam a ciranda da criminalidade, além

de produzir nos citadinos incontáveis *doenças sociais psíquicas* (TEIXEIRA & PORTO, 1998).

O medo é uma das vias simbólicas que instrumentalizada por meio da política-ideológica da insegurança jamais podem prescindir da desorganização social, da alienação e isolamento das pessoas.

A produção de espaços urbanos que são edificados com influência do medo e do sentimento de insegurança, muito presente nas cidades multifuncionais, segundo Body-Gendrot (2001), promovem as "geografias securitárias" que se são marcados pelos espaços de forte diferenciação social e cultural (multiétnicos e multiculturais) em que a riqueza e a exclusão social se acotovelam, instituindo, em decorrência, novas formas de governança que inaltece e fortalece, em especial, a segurança, tática fundamental para o controle social num espaço com multidiversidades.

Doravante, o conceito de *"cidade sustentável"* passa pela reflexão sobre as dimensões da segurança social. Considerando que a expeculação imobiliária trabalha com o viés do espaço urbano como sendo uma mera mercadoria de consumo, as práticas discursivas neoliberais e as gestões públicas trabalham com a dimensão da segurança pública em que a urbanização militarista e o controle social repressivo são importantes para incrementar a lucratividade dos negócios, consequente, devem ser desqualificadas as políticas publica de inclusão socioespacial.

> *No entanto, não parece pertinente centrar a emergência deste sentimento de insegurança unicamente no crime ou reduzir a problemática da insegurança ao agravamento da criminalidade. É certo que a insegurança, medida através das taxas de criminalidade, aumentou, tal como é real o medo do crime manifestado pelas pessoas, visível nos comportamentos cautelares e na afirmação de que se sentem inseguras, ou em manifestações de protesto, substituindo, por vezes, o Estado e desencadeando ações de justiça popular. Sem pretender minimizar a importância do aumento do número de crimes, é preciso buscar noutros fatores – em combinação com o crime – a origem deste recrudescimento do sentimento de insegurança.O sentimento de insegurança é, assim, definido como a expressão de uma representação social do meio, em que estão presentes as lógicas culturais e identitárias e lógicas situacionais, isto é, ligadas à experiência do ator sobre a realidade vivida. A cristalização do sentimento de insegurança no crime é facilitada pela sua própria natureza. Na perspectiva do indivíduo, o crime o afeta no seu corpo, nos seus haveres e na violação do seu domicílio, isto é, na sua privacidade. Para a comunidade, o crime, tal como algumas outras formas de violência, apresenta-se como um desafio, um elemento perturbador da ordem instituída, isto é, com capacidade de pôr em risco os mecanismos difusos e institucionais de controle social (PEREIRA JUNIOR, SILVA e MARON, 2010).*

Portanto, o sentimento de insegurança surge "associado a um clima generalizado de ansiedade cuja origem assenta no complexo e muito rápido processo de

mudanças sociais que caracteriza a sociedade moderna e em que o aumento da criminalidade é uma das consequências mais visíveis" (CHESNAIS, 1981 e1992).

O medo do crime também pode, para alguns estudiosos, ser definido no sentido de uma angústia, como também o sentimento de insegurança é um fenômeno socialmente urbano, visto que é na cidade que os problemas sociais são mais contundentes e percebidos pelas pessoas. A exclusão social, a segregação espacial, o desemprego, a dependências toxicológicas, a criminalidade são afloradas com maior percepção nas pessoas quando estão nos ambientes urbanos.

Segundo Pereira Junior et al (2010), com aportes nas ideias de Szabo (1986) e Taguief (1987), nas sociedades cuja predominância é multiétnica e de diversidade social, como acontece nas urbes contemporâneas, o sentimento de insegurança reforça visões distorcidas que amoldam leituras classificatórias que associam o crime e a insegurança – nas relações comunitárias de vizinhança ou da sociedade no seu todo. Afastam aqueles autores as teorias de etiquetamento de grupos sociais, como grupos marginais à sociedade ou etnicamente diferenciados dos demais grupos sociais. Porém, aqueles autores entendem que o crime impõe à sociedade um pesado ônus pelos impactos causados à qualidade de vida, com repercussões diretas na saúde física e mental das pessoas; afeta decisivamente na aplicação dos recursos públicos, obrigando as administrações públicas a elevar gastos com a prevenção e a repressão da criminalidade; a criminalidade e o sentimento de insegurança repercutem também de forma negativa na democracia, estimulando ações e discursos altamente repressivos contra alguns segmentos sociais. Consequentemente, os discursos repressivos assumem um poder instrumental que promove fraturas políticas e sociais, enfraquecendo as instituições democráticas.

Bauman (2008) percebeu que o medo é poderoso estimulante que atua na ansiedade dos homens pós-modernos[77], submetidos a diversas tensões de ser uma potencial vítima do desemprego, de um grande evento natural, da violência urbana, da exclusão, da discriminação e do preconceito. Para Bauman esses medos e ansiedades são frutos do processo de globalização negativa[78]que impõe a alternância entre a privação da segurança em liberdade, ou seja, o oferecimento de proteção na forma de não liberdade. Como também o medo da vitimização e o sentimento de insegurança atuam diretamente nos símbolos

[77]Bauman conceitua a "pós-modernidade", embora refutado por outro autores, como sendo a perda da crença no progresso, na expectativa de segurança e na possibilidade de confiança no outro, tornando o viver uma experiência de risco. Nesse sentido, ele acompanha um autor que pensou pioneiramente o estatuto da modernidade como Walter Benjamim.

[78]A globalização positiva, para Bauman decorre do contato e auxilio mutuo entre cidadãos de diversos países.

codificados de uma cidade, que são materializados em bens (muros, grades, etc.). Esses bens revelam o *estatuto de convivência* do lugar, como também a identidade ou a imagem que as pessoas desejam ser identificadas pelos outros (LEAL, 2010).

4.1 Os meios de comunicação e informação: o processo de subjetivação e de inculcar o medo e do sentimento de insegurança no subconsciente coletivo rio-clarense

Não se colocando alheia aos fenômenos da violência e da criminalidade, os meios de comunicação social noticiam a todo instante aqueles fatos negativos com manchetes sensacionalistas contribuindo para inculcar ainda mais o medo e a sensação de insegurança. O Jornal Cidade de Rio Claro, o de maior circulação na cidade, foi utilizado como recorte para que pudéssemos analisar o papel da imprensa rio-clarense no processo de inculcação do medo e do sentimento de insegurança. Verificamos que as sua noticias sempre procurou acentuar um imaginário coletivo de que a segurança pública era um caos completo e fora de controle das organizações policiais, ficando a mercê dos criminosos. A tática utilizada foi o de estampar notícias com títulos genéricos[79] e descontextualizados da criminalidade local, fazendo crer de maneira subliminar aos seus leitores uma correlação daquelas notícias com o cotidiano rio-clarense.

A pauta do discurso ideológico daquele jornal, no período compreendido entre os anos de 2009 a 2011, foi o de exacerbar a violência e desqualificar o espaço público (a rua como local de perigo). A miúde era estampada manchetes jornalísticas com expressões de que o "perigo está próximo" e "todo cuidado é pouco", levando-nos a crer que éramos potenciais vítimas de crime e que o "inimigo" estava bem próximo – quem sabe até o nosso vizinho. Destroem-se as praticas dialógicas do entendimento e da cultura da paz.

Outros discursos simplistas apresentados pelo Jornal Cidade foram os seguintes: à imperiosa necessidade de se exacerbar as punições, fazendo uso de manchetes genéricas do tipo "bandido é na cadeia" e "crime e castigo"; estimulou o discurso

[79] Manchetes estampadas nas edições do Jornal Cidade de Rio Claro: ***Números do crime*** (28/12/2011); ***Mãos ao alto*** (28/09/2011); ***Números de brasileiros assassinados nas ruas crescem 22% em dez anos*** (23/08/2011); ***Perigo mais próximo*** (19/05/2011); ***Qual é o modelo da nossa paciência?*** (27/03/2011); ***Futuro em risco*** (26/03/2011); ***Todo cuidado é pouco*** (17/03/2011); ***Crime e castigo*** (06/03/2011); ***Para morrer sobram motivos*** (22/02/2011); ***Eles estão bem armados*** (09/01/2011); ***Reação violenta*** (10/12/2010); ***Com as próprias mãos*** (07/12/2010); ***Lugar de bandido é na cadeia*** (08/10/2010); ***Terra sem lei*** (25/11/2010); ***Bandido é na cadeia*** (08/10/2010); ***Percepção da violência*** (26/05/2010); ***Rotina de violência*** (10/02/2010); ***Insegurança Pública*** (07/10/2010); ***Avanço da criminalidade aumenta clima de insegurança*** (28/11/2009); ***Civis e militares se unem no combate ao crime*** (01/08/2009); ***Segurança Já*** (01/08/2009); ***Sem armas sem proteção*** (31/05/2009).

armamentista – "sem armas sem proteção"; o descontrole social por parte do Estado que acarretou que a urbe rio-clarense vivenciasse um estado de barbárie – "rotina de violência", "mãos ao alto" e "uma terra sem lei".

Aquele jornal – simplisticamente – propôs algumas soluções para conter a violência e a criminalidade, dentre as quais: a união de civis e militares no "combate ao crime"[80], com "reação violenta", por meio de uma justiça privada (justiciamento) "com as próprias mãos" e, finaliza - "segurança já", fazendo uso indireto do slogan "diretas já".

Defendeu o Jornal Cidade, subliminarmente, que a democracia poderia ser sacrificada e sobreposta pela "segurança já". Defendeu aquele jornal as ideias de Gunter Jakobs (2007), idealizador do *direito penal do inimigo*, cuja premissa principal é que o criminoso deve ser despido da sua cidadania e, assim sendo, deve ser ele tratado como inimigo da sociedade. Outra premissa proposta por Jakobs é que os inimigos devem sofrer permanente coação estatal, objetivando neutralizar suas atitudes e o seu potencial ofensivo, considerando que ao inimigo (criminoso) deve ser aplicada uma pena desproporcional (penas severas para desestimular o crime), além de lhe ser relativizado e/ou suprimido algumas garantias processuais (ampla defesa, assistência de familiares, etc.), bem como a necessidade de leis severas destinadas ao "combate" ao crime organizado, ao terrorismo, traficantes, crimes econômicos, dentre outros.

Resta indagar – existe diferença entre os discursos de Jakobs e as manchetes do Jornal Cidade de Rio Claro[81]?

---

[80] Discordamos da expressão "combate ao crime". Combater significa *"fazer diligência para dominar, vencer ou extinguir" (Ferreira, A.B.H.* ***Minidicionário da Língua Portuguesa***. Ed. Nova Fronteira, 1ª ed., 11ª imp., p. 113). A palavra é usual pelas Forças Armadas para dominar forças militares externas na defesa ou ocupação de territórios nacionais ou quando em guerras civis. A legislação vigente quando trata das questões da segurança pública é categórico ao atribuir as organizações policiais as missões de prevenir e reprimir os crimes. Reprimir já significa conter ou coibir, não dando a conotação de inimigo a ser até eliminado quando necessário para vencê-lo.

[81] Manchetes das matérias jornalísticas do Jornal Cidade de Rio Claro referente à criminalidade consumada no município: ***Rio Claro no mapa da violência*** (05/02/2012); ***Rio Claro está entre as cidades "campeãs do crime" no ano de 2011*** (01/02/2012); ***Governo atesta o aumento da violência em RC*** (28/01/2012); ***OAB e autoridades se reúnem para discutir avanço da violência*** (02/11/2011); ***RC registrou mais crimes que cidades da região*** (02/11/2011); ***Segurança é apontada como principal problema de RC*** (30/10/2011); ***Universitários prometem protestos contra furtos nas repúblicas*** (27/10/2011); ***Pedreiro é espancado até a morte em RC*** (15/09/2011); ***Conseg de RC lamenta a falta de segurança e pede policiamento*** (06/09/2011); ***Onda de assaltos contra o comércio continua*** (10/08/2011); ***Abaixo-assinado pede ao governo do Estado mais policiais para RC***(13/07/2011); ***Reunião de segurança na zona rural*** (03/05/2011); ***Crimes: Rio Claro ainda é uma das cidades mais violentas do Estado*** (03/02/2011); ***Segurança: bandidos voltam a assaltar residências*** (30/09/2010); ***Tráfico em alta*** (18/08/2010); ***Rural: sociedade se movimenta contra assaltos*** (08/05/2010); ***Secretário Estadual de Segurança visita RC*** (01/04/2010); ***Seccional: vou tirar Rio Claro do ranking das cidades violentas*** (14/03/2010); ***Comandante interino afirma que não alimenta expectativas*** (09/02/2010); ***Segurança: Delegado Seccional admite falta de policiais*** (05/12/2009); ***Violência: PM busca volta da tranquilidade*** (18/10/2009); ***Violência: comando da PM defende toque de recolher para combater criminalidade no município***(17/09/2009); ***Adoção do toque de recolher ainda gera polêmica*** (05/07/2009);

Positivamente, no ano de 2009, defendeu o Jornal Cidade algumas ações da comunidade (movimentos populares) e da sociedade civil que cobravam dos poderes públicos algumas ações afirmativas destinadas a reduzução da criminalidade na cidade de Rio Claro/SP. Outro protesto popular ocorreu no ano de 2011, com apoio daquele Jornal, que denunciava a evolução acentuada da criminalidade e, novamente, cobravam das autoridades soluções emergenciais **(figura 38)**.

Figura 38 – Fotografia de outdoor da cidade de Rio Claro



Fonte: do autor

4.2 O sentimento de insegurança e medo: pesquisa qualitativa sobre a segurança pública em Rio Claro

O Jornal Cidade de Rio Claro contratou, no ano de 2009, uma consultoria para avaliar a opinião pública sobre a situação e os setores públicos, como referencial ao grupo político recém-empossado na administração municipal rio-clarense[82]. Naquela época a mídia local diariamente estampava manchetes sobre roubos, estupros, homicídios, furtos – e de maneira unanime, apontavam que a cidade de Rio Claro era uma das mais violentas do Estado de São Paulo e do Brasil, apresentando comparativos dos crimes ocorridos em outras cidades.

Paralelamente, a Administração Pública contratou outra empresa de consultoria para verificar o grau de satisfação ou insatisfação da população rio-clarense nos diversos

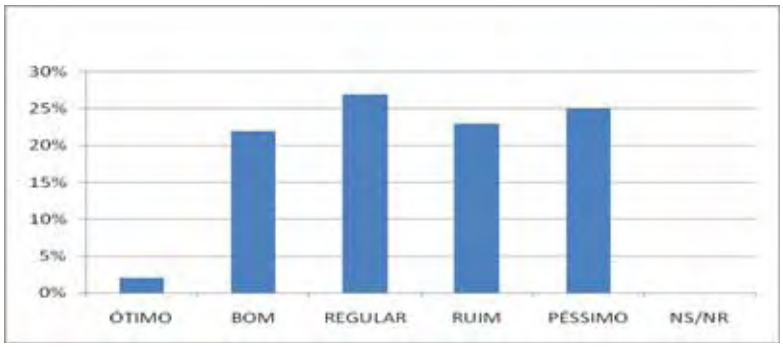
---

Comando do 37º BPMI comenta crescimento da violência em RC (20/06/2009); ***Governo confirma aumento da violência em Rio Claro*** (18/06/2009); ***Sociedade faz novo ato hoje contra violência*** (04/06/2009); ***Campanha contra violência promove ato público na quinta*** (31/05/2009); ***Batalhões vizinhos ajudam Rio Claro*** (27/05/2009); ***Comando da PM defende aumento do efetivo em RC*** (27/05/2009). O jornal Diário do Rio Claro noticiou: ***Rio Claro ganha destaque nacional pela criminalidade*** (31/01/2012).

[82]A convite do Engº Palminio Altimari Filho, Prefeito eleito para o mandato 2009/2012, assumimos naquele contexto extremamente critico a Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Civil.

setores públicos. Aquela consultoria apresentou os resultados no mês de março de 2009[83], sendo que a pesquisa de opinião pública apontou a segurança pública como sendo o setor público mais crítico, diante da crescente criminalidade e do sentimento de insegurança e alertou os gestores públicos de que era necessário adotar ações emergenciais destinadas à prevenção e repressão da criminalidade. Portanto, a criminalidade era uma questão angustiante para o rio-clarense. Segundo aquela pesquisa, o total de 75% dos entrevistados apontou a Segurança Pública como de qualidade regular a péssima (figura 39).

Figura 39 – Gráfico de taxa de pesquisa de opinião pública sobre segurança pública



Fonte: Factual Consultoria e Pesquisas de Pirassununga
Data Emissão: 05/03/2009

No dia 31 de outubro de 2011, a empresa Centro Abril/JC Jovem Pan[84] realizou outra pesquisa de opinião pública, oportunidade em que foram entrevistadas 400 pessoas, nos diversos bairros da cidade, indagando-lhes: *em sua opinião, qual o principal problema de Rio Claro hoje?*

Dos entrevistados, num total de 150 pessoas, apontaram como principal problema da cidade a segurança pública, o que representou 37,50% do total da amostra dos entrevistados e a saúde em segundo lugar, com 24% dos entrevistados. Os problemas relacionados com o esgoto, tráfico de entorpecentes, laser e cultura, moradia, saneamento básico e enchentes obtiveram baixos índices, variando entre 0,5% e 1%. A sinalização de trânsito representou apenas 0,5% como sendo o principal problema, embora a letalidade no trânsito rio-clarense vitimasse mais que os homicídios dolosos.

Aquela pesquisa (Centro Abril) revelou que nos bairros da Vila Alemã e do Jardim Ipê a segurança pública foi majoritariamente apontada como sendo o principal problema, conforme opinião de 60,71% dos entrevistados. Logo em seguida, a segurança

[83] Pesquisa encomendada pela Administração Municipal junto a Factual Consultoria e Pesquisa de Pirassununga.
[84] LAPOLA, M. ***Segurança é apontada como principal problema de Rio Claro.*** Rio Claro: Jornal Cidade de Rio Claro, 31/10/2011.

pública foi questionada pelos moradores dos bairros Jardim Centenário e Vila Anhanguera, com 47,73% dos entrevistados. Considerando as faixas etárias daqueles entrevistados – a segurança pública foi apontada como sendo o principal problema para 40,74% das pessoas entre 28 aos 35 anos; as pessoas entre 46 aos 55 anos correspondeu a 39,02% e, finalmente, 37,18% para as pessoas com mais de 55 anos. Na faixa etária dos 16 a 25 anos, os entrevistados, num total de 32,82%, apontou a saúde como sendo o principal problema de Rio Claro/SP. Sobre o grau de satisfação[85] dos serviços de segurança pública apenas 13% dos entrevistados a considerou de boa qualidade, enquanto que para outros 28,50% era regular, 19% como ruim e, finalmente, 38% apontou como sendo péssima. A somatória entre regular e péssima representou o total de 57% dos entrevistados.

A crise nacional no setor de segurança pública e a sua constante avaliação negativa na urbe rio-clarense, objetivando melhor diagnosticar as causas da criminalidade para melhorar as políticas públicas setoriais e transversais para preveni-la, a administração municipal – abriu ampla discussão com todos os setores da comunidade ao convocar a 1ª Conferência Municipal de Segurança Pública de Rio Claro[86], atribuindo a sua coordenação à Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Civil de Rio Claro[87]. Aquela Conferência foi realizada nos dias 22 e 23 de maio de 2009 e, sua missão foi apresentar o diagnostico e apontar diretrizes para o setor da segurança pública local, posteriormente, encaminhadas à 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, realizada em Brasília naquele ano, para

[85] AUGUSTO, E. ***Avanço da criminalidade aumenta clima de insegurança.*** Rio Claro: Jornal Cidade de Rio Claro, 28/11/2011.

[86] Por Decreto do Prefeito Municipal fomos designados coordenador geral daquela 1ª Conferência Municipal de Segurança Pública de Rio Claro, com apoio de outros assessores e de outras Secretarias Municipais. Foram realizadas 18 (dezoito) pré-conferências em todas as regiões do município e nos diversos segmentos sociais e de representações da sociedade civil. Aquela Conferência Municipal apontou 21 diretrizes: 1. Definir percentual fixo no orçamento das três esferas de Governo para a Segurança Pública; 2. Criar uma central de atendimento integral com gestão integrada; 3. Criar o Conselho Municipal de Segurança; 4. Aprofundar a relação de confiança entre policiais, guardas civis e a sociedade; 5. Criar mecanismos de gestão democrática nas polícias; 6. Investimentos em Políticas de prevenção e Educação; 7. Criar programa de acompanhamento psicológico aos profissionais da Segurança e Familiares; 8. Criar o fundo Municipal de Segurança e gestão das finanças; 9. Criar programas de Capacitação, Qualificação, Plano de Carreira e salário para Trabalhadores da Segurança; 10. Modernização e reformulação das Instituições e redefinir atribuições e papéis dos três níveis de Governo; 11. Incluir no currículo da Educação Formal de forma transversal a Segurança Cidadã; 12. Revisão dos critérios para os Municípios integrarem o PRONASCI; 13. Políticas de uso e ocupação do solo, que considerem as questões da Segurança; 14. Criar central única de dados e informações de interesse da Segurança Pública nos três níveis de Governo; 15. Regionalizar as prisões, fazendo com que o preso fique próximo da família ou de sua origem, com unidades prisionais de pequeno porte, visando à reintegração social; 16. Garantir a implantação do policiamento comunitário; 17. Garantir a gestão compartilhada entre o Governo e a Sociedade Civil dos estabelecimentos de privação de liberdade obrigando Políticas Públicas como Educação e Saúde; 18. Restituir os valores dos seguros acidentes de Trânsito ao sistema de Saúde Pública; 19. Implantar o núcleo de atendimento ao adolescente em todas as Comarcas do Território Nacional; 20. Implantar a Defesa Civil em todos os Municípios; 21. Elaborar o plano Diretor de Segurança nas três esferas do Governo.

[87] Em decorrência do decreto municipal assumimos a coordenação daquela Conferência, além de presidir a comissão de sistematização das diretrizes aprovadas.

discussão e contribuição do texto final das diretrizes nacionais do setor da segurança pública.

Durante aquela 1ª Conferência Municipal de Segurança Pública, em paralelo, foi realizada uma pesquisa qualitativa sobre a segurança pública do município de Rio Claro/SP, por meio de uma amostragem de 196 questionários (pessoas) aplicados aos presentes e escolhidos de forma aleatória[88], cujos resultados foram importantes à reflexão e para indicar as ações a serem adotadas para melhorar a segurança pública local[89].

Apontou aquela pesquisa qualitativa que a segurança pública era para apenas 11,6% dos entrevistados considerada como sendo boa, enquanto outros 47,4% regular e 41% como ruim. O discurso radical de recrudescimento das leis e das suas penas foi a principal proposta de política pública ofertada por 75% daqueles conferencistas entrevistados e que seria capaz de reduzir a criminalidade. A inter-setorialidade das políticas públicas como estratégia destinadas a redução da criminalidade e violência foi apontado por 49,3% dos entrevistados, enquanto outros 50,7% não acreditavam na inter-setorialidade.

A Constituição Federal vigente, no seu art. 144, determina que a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos. Naquela mesma pesquisa, 28% dos entrevistados apontaram como sendo sua a responsabilidade pela segurança pública, seguindo os órgãos policiais com 17,7%, o governo estadual com 14%, o governo municipal com 13,3%, o governo federal com 12,5% e, finalmente, a comunidade com 11%.

Sobre o sentimento de segurança foi indagado se o mesmo melhora com a presença do policiamento no bairro responderam os entrevistados: 59,3% de forma negativa (não), enquanto que outros 40,7% de forma afirmativa (sim).

O papel da imprensa rio-clarense ficou evidente na formação da opinião pública, visto que apenas 26,5% dos entrevistados declararam que a imprensa exagera nas noticias relacionadas com a criminalidade e violência, enquanto que para outros 51,5% entendem que reflete a realidade e para outros 17,8% que a imprensa diminui os fatos relacionados com a violência. Para a maioria dos entrevistados a mídia é confiável na divulgação de fatos relacionados com a criminalidade e a violência.

As principais causas da violência, para os entrevistados, são: tráfico de drogas para 25,3%, desigualdade social para 14%, falta de policiamento/corrupção policial para

[88]Oportuno consignar que aquelas pessoas entrevistadas eram compostas de pessoas comuns da cidade de Rio Claro, profissionais das organizações de segurança pública e gestores públicos municipais. A referida pesquisa foi de nossa iniciativa e o questionário foi elaborado seguindo critérios adotados em outras pesquisas anteriores, adaptando-se à realidade de Rio Claro/SP. A pesquisa encontra-se arquivada na Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Civil de Rio Claro.

[89] A amostra dos entrevistados era de um público interessado em discutir as questões da segurança pública, portanto, os resultados devem ser analisados naquele contexto de interesse dos envolvidos.

12,5% e quebra de laço familiar/religioso para 11,5%.

Sobre a percepção da criminalidade, os entrevistados quando indagados se alguém que lhe era próximo havia sido vitima de crime em seu bairro, responderam de forma afirmativa (sim) 63%, enquanto que de forma negativa (não) apenas 37%. Semelhante questão foi formulada aos entrevistados - se tinham conhecimento de alguém que foi vítima de crime no seu bairro e a resposta afirmativa já cresceu para 75% e outros 25% responderam negativamente. Para a expressiva maioria dos entrevistados (2/3) a criminalidade faz parte do seu cotidiano e que ela acontece nos eu bairro, consequentemente, a percepção é elevada da criminalidade.

Sobre as chances do entrevistado sofrer um crime no seu bairro, o resultado foi o seguinte: 8,8% a chance é muito pequena ou nenhuma; 9,3% pequena; 31% média; 29,5% grande e 21,2% muito grande. Consequentemente, para 50,7% dos entrevistados é grande ou muito grande a chance de ser vítima de algum crime no seu bairro, enquanto que para apenas 18,1% se sentem seguros nos seus bairros e com pequena ou nenhuma chance de ser vítima de algum crime. Este é outro indicativo de que o rio-clarense – em sua maioria – tem medo da criminalidade. O sentimento de segurança ou insegurança ao andarem pelos seus bairros, os entrevistados apresentaram a seguinte avaliação: 3,5% muito seguro; 8,6% seguro; 50% mais ou menos seguro; inseguro 23% e 14,7% muito inseguro. Portanto, para 37,7% dos entrevistados as vias públicas são consideradas inseguras ou muito inseguras nos seus bairros. No mesmo sentido, as praças públicas dos bairros em que residem os entrevistados são para 2% classificadas como muito seguras; 6% seguras; 36,7% mais ou menos segura; 35,7% inseguras e 19% muito inseguras. O resultado é que para 54,7% daquelas pessoas entrevistadas as praças de seus bairros foram consideradas inseguras. Pode-se inferir que o rio-clarense desqualifica o espaço público e o considera como local inseguro.

Apesar dos impactos decorrentes da violência e da criminalidade, os entrevistados apontaram que morar no seu bairro é ótimo para 28%, enquanto que 42% classificam como bom; regular para 22%; ruim 3% e péssimo para 5%. No total de 70% dos entrevistados qualificaram como ótimo ou bom morar no seu bairro, contra apenas 8% que os classificaram como ruim ou péssimo.

Estes dados qualificativos são indicativos importantes a comprovar que a violência e a criminalidade, com seus reflexos negativos, fazem parte do cotidiano do rio-clarense.

Sobre o crime de roubo – então crescente no município, foi indagado aos entrevistados em quais circunstâncias aquele crime lhes potencializavam o medo de

vitimização, com os seguintes resultados: o roubo a residência para 41,3%, seguido por roubo de veículo para 17,3% e roubo no comércio para outros 15%. Foi citado o sequestro por 9,5% e o sequestro relâmpago por 8,6% e, finalmente, o roubo em coletivo por outros 5%.

Sobre a percepção da violência na cidade de Rio Claro, dos entrevistados: 32% afirmaram que esta é muito grande no município; 38% entendem que ela é grande; 26% a percepção é media; 3,4% a percepção é pequena e para 0,5% a percepção é muito pequena. O resultado pode inferir que 70% dos entrevistados considerou que a percepção da violência na cidade de Rio Claro é muito grande ou grande, contrapondo com apenas 3,9% que afirmaram que a percepção é pequena ou muito pequena. Infere-se que aproximadamente 2/3 dos entrevistados tem a percepção da gravidade da violência em Rio Claro/SP. No que diz respeito a percepção do medo e o sentimento de insegurança os entrevistados responderam: 58,3% que é muito grande, enquanto que 30,4% é grande a percepção. Em sentido oposto apenas 9,3% dos entrevistados afirmaram que é media a preocupação e para outros 2% como pequena ou muito pequena aquele sentimento. Conclusivamente, o total de 88,7% dos entrevistados apontou como muito grande ou grande a percepção do medo e do sentimento de insegurança em Rio Claro/SP.

Para 59,7% dos entrevistados a violência/criminalidade resultou em alguma mudança comportamental no seu cotidiano, enquanto que para outros 40,3% em nada alterou. Daqueles que afirmaram que algo modificou no seu cotidiano, relataram as seguintes mudanças comportamentais: 54,7% vivem inseguros e tem medo da violência; outros 28,3% ficaram mais atentos e vivem em constante alerta no cotidiano; 8% passaram a sair menos de casa e, finalmente, para outros 6% não saem mais no período noturno. Sobre as mudanças de hábito: 35% passaram a prestar mais atenção nas pessoas; 27,8% evitam passar em alguns lugares da cidade; 11% preferem se trancar em suas residências e 8% não usam nada de valor e, finalmente, 3,4% passaram a andar armados.

Indagados os entrevistados se conhecem alguém que possui arma de fogo, o resultado foi o seguinte: 14% conheciam uma pessoa; 38,4% duas ou mais pessoas, contra 47,6% que desconheciam alguém que possuía arma de fogo na cidade de Rio Claro. Infere-se que a maioria da população convive com a presença da arma de fogo no seu cotidiano.

Dos entrevistados, no caso de vitimados por algum crime, apenas 29% registrou ocorrência policial, enquanto que 71% não registrou qualquer ocorrência policial. Estes dados são importantes para avaliar a subnotificação de crimes na urbe rio-clarense, considerando que apenas 1/3 das vítimas acionou o sistema de segurança pública. Sobre as causas da subnotificação, os entrevistados que não registraram ocorrência apresentaram os

seguintes motivos: 34,45% não iria resolver em nada a violência sofrida; 9,45% entenderam como desnecessário o registro; 8% violência ter sido cometida pela polícia ou por não confiar na polícia; 8% houve recusa ou diante da demora do registro da ocorrência policial e 5,4% medo de alguma represália. Estes resultados nos permite inferir que aproximadamente 60% dos entrevistados vitimados não acreditam na eficiência do sistema de segurança pública. São indicativo relevantes que apontam pela necessidade de aperfeiçoar ou inovar o modelo do sistema da segurança pública brasileira.

Sobre a vitimização do rio-clarense diante da criminalidade, os entrevistados responderam: 56,6% já sofreu algum tipo de violência uma única vez; 20,2% duas vezes; 16% de três a cinco vezes e, finalmente, 7,2% mais de cinco vezes.

Resumidamente, a pesquisa qualitativa demonstrou que a maioria dos entrevistados vive sob o medo e com sentimento de insegurança; que os bairros rio-clarenses são inseguros; que a cidade é violenta no aspecto da criminalidade; que convivem com o crime próximo às suas residências; que são potencias vítimas de roubo; que a população convive com pessoas armadas; que evitam passar por algum lugar na cidade; que as praças e ruas são locais inseguros; que a repressão com o recrudescimento das leis penais e suas punições constitui na melhor solução à política pública da segurança; que a maior parcela da população já sofreu algum tipo de violência; que a percepção da criminalidade é elevada na cidade e que a criminalidade faz parte do cotidiano rio-clarense.

4.3 O medo e o sentimento de insegurança: desencadeantes de doença psíquicas na sociedade rio-clarense

O medo é um dos fatores condicionantes e estruturantes das relações sociais com repercussões na organização espacial. Para Souza (2008, p. 9) o medo e o sentimento de insegurança transforma a cidade em "fobópole", somatória das palavras gregas *phóbos* (medo) e *pólis* (cidade), no sentido de:

> [...] qualificar como cidades nas quais o medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa etc., o que se relaciona, complexamente, com vários fenômenos de tipo defensivo, preventivo ou repressor, levado a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil – o que tem claras implicações em matéria de desenvolvimento urbano e democracia (lato sensu).

Resumidamente, "fobópole é uma cidade dominada pelo medo da criminalidade violenta" (SOUZA, 2008, p. 37).

As pesquisas de opinião pública somadas as práticas discursivas das mídias sociais rio-clarense contribuíram, sobremaneira, para que a urbe rio-clarense fosse transformada numa "fobópole", levando-a a incorporar arquiteturas militarizadas como também agregando novas tecnologias de vigilância, como o videomonitoramento que devassa a intimidade das pessoas – quer nos espaços públicos como nos privados, através das poderosas lentes das câmeras "*speed dome"*, com a justificativa de se melhorar o sentimento de segurança[90].

As reflexões de Souza (2008, p. 11-22) são de que as práticas violentas não estão dissociadas do espaço urbano - um produto social, que ao mesmo tempo condiciona as relações sociais e promove inúmeras formas urbanas de segregação sócio-espacial (guetos, hiperguetos, bairros, condomínios, etc.). Porem, a criminalidade é apenas um dos fatores desencadeante de medo e do sentimento de insegurança, visto que se associa a outros, como exemplo, a mídia que em muitas vezes "se encarrega de ampliar e retroalimentar o medo" (SOUZA, 2008, p. 29-30). Neste contexto, a "banalização da morte" e a "cultura da violência" passam a ser mercadorias lucrativas para inúmeros setores da economia.

Portanto, a "fobópole é uma cidade em que grande parte de seus habitantes, presumivelmente, padece de estresse crônico (síndromes fóbico-ansiosas e transtornos de estresse pós-traumático)" decorrente do medo e do sentimento de insegurança (SOUZA, 2008, p. 40).

Pode-se dizer que a urbe rio-clarense sofre dos efeitos negativos da criminalidade e da violência e a sua população cada vez mais adoece, especialmente, as doenças psíquicas e mentais. O resultado é a queda da qualidade de vida com o aumento da procura pelos serviços públicos e privados de saúde mental.

O sistema municipal de saúde mental da cidade de Rio Claro é estruturado com as seguintes unidades de saúde mental: CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial para álcool e outras drogas; CESM – Centro de Especialidades em Saúde Mental e, CAPS III - Centro de Atenção Psicossocial[91].

---

[90]Este projeto causou-me crise existencial. Recordo-me das minhas leituras quando jovem de Orwell (1984) e Huxley (Admirável Mundo Novo) sobre o aniquilamento da liberdade e da intimidade das pessoas promovido pelo *Estado Totalitário Opressor*, com o objetivo de - *o vigiar para punir* (Foucault). O meu único conforto é que às vezes deparo com aquelas câmeras sendo utilizadas para enxergar emergências e providenciar o pronto socorro ou para facilitar a pronta resposta da Administração Pública em serviços emergências de toda natureza (água, esgoto, luz, bombeiro, ambulâncias, etc.). É neste contexto que utilizo a expressão segurança social que vai muito além das questões da segurança pública, avançando num contexto de segurança ambiental (natureza, tecnologia, social, etc.).

[91]O atendimento de pessoas acometidas de transtornos mentais – leves ou graves – pode acontecer nos prontos socorros municipais, nas unidades de pronto atendimento (UPA) e nas unidades básicas de saúde - UBS (Saúde da Família, Postos de Saúde, etc.). Pessoas com transtornos mentais leves podem permanecer sob o tratamento

O Centro de Atenção Psicossocial[92] - CAPS III é destinado à população adulta, portadores de transtornos mentais severos e persistentes (transtornos psicóticos, transtorno afetivo bipolar,...), com equipe multidisciplinar **(Tabela 6)**. No mês de junho de 2012, estavam em tratamento aproximadamente 1.025 pacientes, com doenças mentais com diagnósticos pertencentes ao CID 10 - a partir de F20 (transtornos severos). Aquele Centro também atende intercorrências emergências de casos que são ou devem ser tratados no CAPS AD ou no CESM.

Tabela 6 - Evolução dos atendimentos do CAPS III

Acompanhamentos	2008	2009
Intensivo	4.250	4.651
Semi - Intensivo	861	719
Não Intensivo	11	-

Fonte: SIA/SUS – UAC - FMSRC

O Centro de Especialidades em Saúde Mental[93] – CESM é um ambulatório de saúde mental destinado às pessoas maiores de 18 anos de idade, portadores de transtornos neuróticos leves (transtorno depressivo, transtorno do humor, transtornos ansiosos,...). No mês de junho de 2010, estavam em atendimento aproximadamente 1.810 pacientes. O CESM **(Tabela 7)** atende os pacientes com doença mental pertencente ao CID 10 - na faixa de transtornos leves (como depressões leves, transtornos de ansiedade, etc.).

Tabela 7 - Atendimentos CESM em 2009

Procedimentos	Quantida
Atividade Educativa/Orientação em Grupo na Atenção Especializada	41
Consulta de Profissionais N.S. na Atenção Especializada	567
Consulta Médica em Atenção Especializada	7.103
Atendimento em Psicoterapia de Grupo	227
Atendimento Individual em Psicoterapia	1.099

Fonte: BPA – UAC- FMSRC

numa unidade de saúde da família, sem que sejam tratadas naquelas unidades especificas destinada à saúde mental. Consequentemente, é difícil constatar – em Rio Claro – quantas pessoas estão sobre tratamento decorrente de estresse (até estresse crônico) decorrentes da vida moderna.

[92]Serviço público municipal aberto e de base comunitária, com atendimento 24 horas diariamente, além de possuir 04 (quatro) leitos de retaguarda à crise (com internações por curto período).

[93]Possui uma equipe composta por médicos psiquiatras e psicólogos. Atende a demanda referenciada pelos demais serviços de saúde mental, em horários previamente agendados. Funciona de 2ª a 6ª feira.

O Centro de Atenção Psicossocial para álcool e outras drogas[94] – CAPS ad é serviço extra-hospitalar destinado à população adulta, portadores de transtornos mentais decorrentes do uso de substâncias psicoativas (CID10 de F10.x a F19.x). No mês de junho de 2012 contava com aproximadamente 930 pacientes **(Tabela 8)**.

Tabela 8 - Evolução dos atendimentos do CAPS ad

Acompanhamentos	2008	2009
Intensivo	1.899	1.912
Semi - Intensivo	544	395

Fonte: SIA/SUS – UAC – FMSRC

Também em Rio Claro existe o CRIARI – Centro de Referência da Infância e Adolescência, destinado também ao serviço de saúde mental. Não logramos êxito em obter informação referente ao ano de 2012. No ano de 2009 aquele Centro atendeu 1742 crianças e adolescentes **(Tabela 9)**.

Tabela 9 - Principais Procedimentos Realizados – CRIARI – 2009

Procedimentos	Quantidade
Consulta de Profissionais N.S. na Atenção Especializada	679
Consulta Médica em Atenção Especializada	144
Terapia em Grupo	330
Terapia Individual	551
Atendimento em Psicoterapia de Grupo	105
Atendimento Individual em Psicoterapia	1.742

Fonte: BPA – UAC- FMSRC

Os serviços municipais de saúde mental que foram supramencionados são microrregionais e recebem também pacientes oriundos das cidades: Itirapina, Analândia, Santa Gertrudes, Ipeúna e Corumbataí, porém representam muito pouco do total de atendimentos.

Como se observa das referidas tabelas é grande o número de atendimentos na rede pública municipal de saúde mental, além de comprovar que o adoecimento mental dos rio-clarenses é uma constante crescente, principalmente, com transtornos de ansiedade e de depressão, muitas vezes, causados pelo medo e o sentimento de insegurança.

[94]Funciona de 2ª a 6ª feira e possui equipe multidisciplinar.

Outro dado assustador que obtivemos junto a Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro (FMSRC) foi relativo ao consumo de medicamento controlado, no trimestre de janeiro/fevereiro/março de 2011, perfazendo o total de 1.350.381 comprimidos ou frascos (com diversas doses), no valor de R$ 117.965,67, disponibilizado pelo Dispensário de Medicamentos daquela Fundação **(Tabela 10)**.

Dos remédios controlados fornecidos gratuitamente pela rede pública de saúde, destacam: amitriptilina (tranquilizante), clonazepan (transtornos da ansiedade), diazepan (ansiolítico), fluoxetina e imipramina (antidepressivos). É uma sociedade que a cada dia fica mais deprimida e ansiosa, consequentemente, dependente de drogas químicas. Alertamos que estes medicamentos também são obtidos junto a rede privada de farmácias.

Aquela medicação ofertada pelo município, considerando a quantidade de comprimidos e de frascos de medicação, infere que é suficiente para atender mais de 15 mil pessoas/paciente por mês e, somados com as medicações controladas obtidas junto aos outros dois entes federados e na rede privada, leva-nos a crer que aproximadamente um terço (1/3) da população adulta rio-clarense já faz uso de medicações destinadas à saúde mental.

Portanto, o sentimento de insegurança e o medo contribui para que a sociedade fique cada vez mais doente e necessita ser dopada e alienada para sobreviver à barbárie/criminalidade.

Soma-se também a obsessão dos citadinos por segurança que diante de qualquer falha do sistema de segurança pública, exacerba a intolerância e acentua a ansiedade e o medo das pessoas. É neste contexto, até explorando essas necessidades emocionais das pessoas, que são apresentados às invenções tecnológicas que “vendem” uma segurança total ou de uma vida totalmente livre do medo, promovendo o crescimento dos lucros das indústrias da segurança e farmacêutica. O adoecimento mental das pessoas acaba sendo um rentável negócio comercial – uma fantasmagoria da modernidade que transforma o urbano em espaço de violência.

Medo e sentimento de insegurança também se transformam e mercadorias que a todo o momento são disponibilizados novos medicamentos psiquiátricos, adotando até cartão de fidelidade – com “descontos” nos preços – para que o consumidor seja um contínuo e permanente usuário de droga.

Tabela 10 - Medicamentos controlados/saúde mental

UNIDADES		
MEDICAMENTOS	**UNIDADE**	**TOTAL DE MEDICAMENTOS**
ácido valpróico 250 mg	cp	59400
ácido valpróico susp	fr	400
amitriptilina 25mg	cp	108000
biperideno 2mg	cp	65200
carbamazepina 200mg	cp	171000
carbamazepina susp	fr	245
carbonato de litio 300mg	cp	20000
clomipramina 25mg	cp	25200
clonazepan 2,5mg	cp	492
clonazepan 2mg	cp	137000
clorpromazina 100mg	cp	18000
clorpromazina 25mg	cp	7000
diazepan 10mg	cp	138500
fenitoina 100mg	cp	33520
fenobarbital 100mg	cp	40000
fenobarbital gts	fr	300
fluoxetina 20mg	cp	14208
haldol 5mg	cp	41000
haldol gotas	fr	360
imipramina 25mg	cp	40880
levodopa/ carbidopa 250/25	cp	17970
levodopa/ benzerasida 100/25 hbs	cp	2750
levodopa/ benzerasida200/50	cp	27900
levodopa/ benzerasida 100/25disp	cp	3950
levomepromazina 100mg	cp	21600
levomepromazina gts	fr	120
lorazepan 2mg	cp	70240
nitrazepan 5mg	cp	20400
nortriptilina 25mg	cp	4570
oxicarbamazepina 60mg	cp	17280
prometazina 25mg	cp	12600
sertralina 50mg	cp	28000
tiamina 300mg	cp	12700
tioridazida 50 mg	cp	8120
tioridazida 100 mg	cp	8000
tramadol 50mg	cp	36400
brometoo de pancurônio sol inj	amp	51
cloridrato de prometazina sol inj	amp	1000
cloridrato de petidina sol inj	amp	197
cloridrato de tramadol sol inj	amp	4474
fentanila sol inj	fr	752
haloperidol sol inj	amp	221
diazepan sol inj	amp	339
fenitoina sol inj	amp	384
fenobarbital sol inj	amp	119
flumazenil sol inj	amp	22
haloperidol decanoato	amp	660
midazolam sol inj	amp	942
cloridrato de clorpromazina sol inj	amp	57
biperideno sol inj	amp	8
zuclopentoxol sol inj	amp	10
	TOTAL CONSUMIDO:	1350381

Fonte: Dispensário de Medicamentos da FMSRC

Bauman (2008) expôs que a falência das políticas do Estado de Bem-Estar Social e com a ascensão do poder econômico global, estrategicamente, retirou das instituições políticas e jurídicas, o controle sobre o mercado.

O enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social fragilizou os vínculos

humanos. As lealdades comunais sucumbiram diante do "império do mercado", debilitando os compromissos e solidariedades de uma sociedade e repassou as tarefas onerosas ao Estado-nação, restando-lhe, como exemplo, o atendimento aos adoecidos, arcando com as despesas decorrentes da compra sempre crescente de medicamentos e também com os tratamentos de alto custo, já que os planos privados se isentaram dessas suas obrigações para não afetar suas altas lucratividades. Esta estratégia é utilizada na segurança, na educação, etc..

Crises econômicas mundiais repercutiram desfavoravelmente mais para os consumidores e aos Estados nacionais do que para o poder econômico global, preservando-lhe o equilíbrio da lucratividade do mercado, enquanto que "flexibilizou" a rede de proteção dos direitos sociais, enfraquecendo-os. Esta é uma lógica mercantil na medida em que o mercado prospera nas condições de insegurança, aproveitando os medos e o sentimento de desamparo dos seres humanos, vulnerabilizando a solução dos conflitos individuais perante as grandes organizações econômicas. É o poder/violência que desqualifica os direitos coletivos.

Para Bauman (2008) o fortalecimento do mercado e o enfraquecimento dos Estados de Bem-Estar Social produziu um quadro de "temores existências", ou seja, o indivíduo se percebe fragilizado diante das relações de emprego. O "progresso" – com sutil fantasmagoria, adquire inúmeras formas ameaçadoras - num mundo permeado de tanta insegurança e medo, cuja consequência é o aumento do espectro de pessoas com pressão alta, com alto nível de colesterol, com estresse ou com obesidade.

Este *modus vivendi* das pessoas – *com medo e insegurança* – justificam o crescimento dos óbitos por *causa mortis* decorrente da violência ou do *stress.* Podemos então indagar: em Rio Claro/SP quais são as principais causas das mortes?

No ano de 2008, na faixa etária entre 01 a 04 anos, no município rio-clarense, a 1ª *causa mortis* foi por "causas externas de morbidade e mortalidade"; entre os 05 a 29 anos, a 1ª*causa mortis* também foi as "causas externas de morbidade e mortalidade"; entre 30 a mais de 60 anos, a 1ª *causa mortis* foram as "doenças do aparelho circulatório" (enfartes do miocárdio, acidentes vasculares, etc.). Concluímos que as principais causas da morte do rio-clarense são a violência ou então o estresse, sedentarismo, diabetes, colesterol elevado e obesidade. A anamnésia do *modus vivendi* do rio-clarense – marcado pelo medo, insegurança, individualismo, isolamento e outros fatores, facilitam o prognóstico das suas principais *"causas mortis"*.

Não resta a menor dúvida que a lógica militarista da gestão urbana rio-clarense se constitui em causa para fragilizar a qualidade de vida de seus moradores e com repercussões diretas nos óbitos e na longevidade.

Tabela 11 - Principais causas de óbitos por faixa etária de residentes em Rio Claro/SP - ano 2008 -

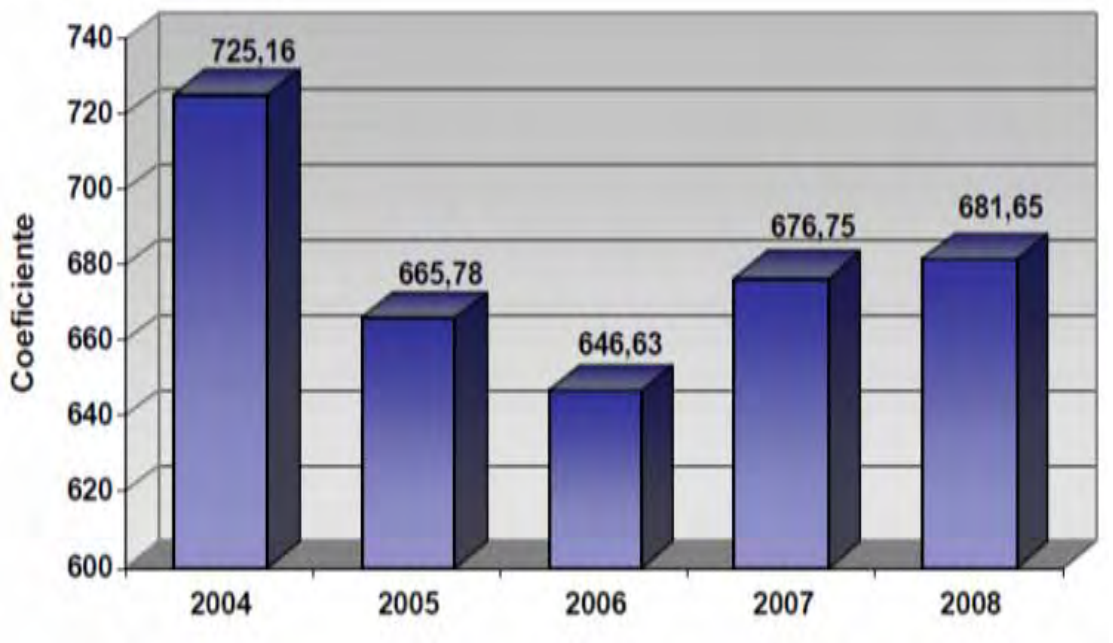
	< 1	1 a 4	5 a 14	15 a 29	30 a 59	60 e +
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	3ª Causa		2ª Causa	5ª Causa		
II. Neoplasias (tumores)		1ª Causa			2ª Causa	2ª Causa
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas				5ª Causa		5ª Causa
V. Transtornos mentais e comportamentais				5ª Causa		
VI. Doenças do sistema nervoso	4ª Causa		2ª Causa	5ª Causa		
IX. Doenças do aparelho circulatório		1ª Causa	2ª Causa	4ª Causa	1ª Causa	1ª Causa
X. Doenças do aparelho respiratório	3ª Causa			4ª Causa		3ª Causa
XI. Doenças do aparelho digestivo				3ª Causa	4ª Causa	
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	1ª Causa					
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	2ª Causa	1ª Causa				
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat				2ª Causa	5ª Causa	4ª Causa
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade		1ª Causa	1ª Causa	1ª Causa	3ª Causa	

Fonte: TABNET/ DATASUS

Legenda	
	1ª Causa
	2ª Causa
	3ª Causa
	4ª Causa
	5ª Causa

Outra correlação entre violência/criminalidade com a mortalidade é através da analise do coeficiente de mortalidade. Na cidade de Rio Claro, no ano de 2008, o coeficiente de mortalidade foi de 681,65 óbitos/100 mil habitantes **(figura 40)**.

Figura 40 – Coeficiente anual de mortalidade geral/100 mil habitantes em Rio Claro/SP - 2004 a 2008 -

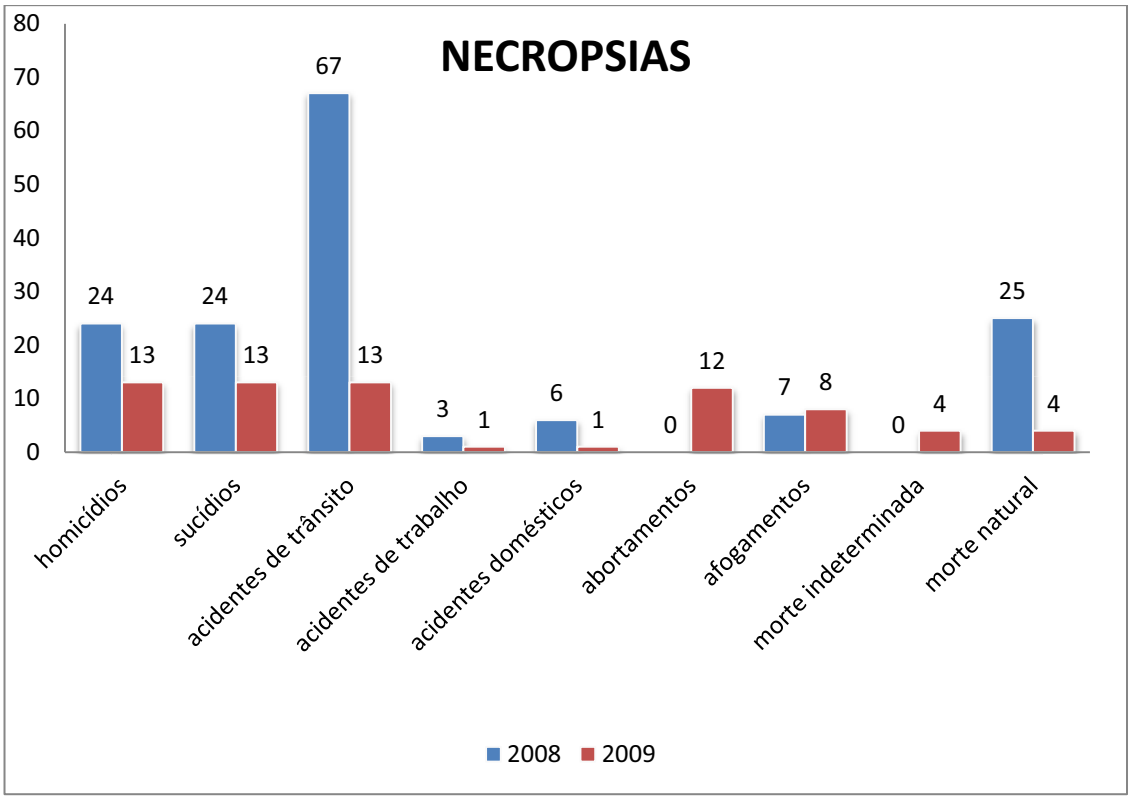


Fonte: TABNET/DATASUS

Se correlacionarmos o coeficiente de mortalidade com as necropsias efetuadas num município nos permite verificar se a criminalidade é um fator impactante na mortalidade de uma cidade.

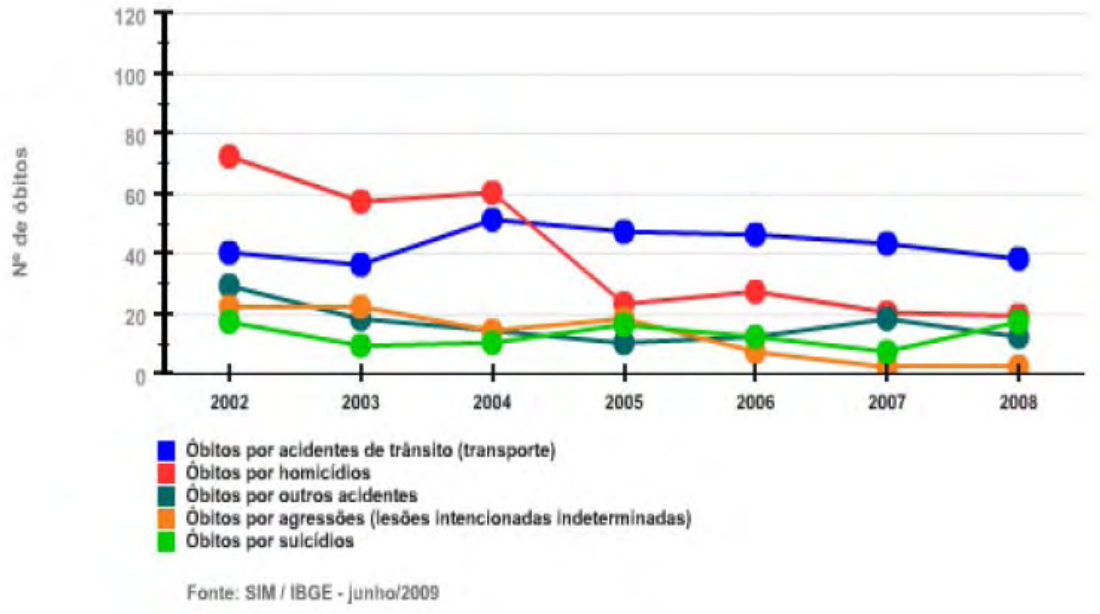
O Instituto Médico Legal – Posto de Rio Claro **(figura 41)**, tendo como recorte o ano de 2008, realizou 156 exames necroscópicos, o que corresponde ao coeficiente de 85,7 necropsia (óbito)/100 mil habitantes. Correlacionado àqueles coeficientes é possível constatar que 12,6% dos óbitos são de "causa externa" (violenta). No ano de 2008, aproximadamente 190 pessoas foram a óbitos em Rio Claro por causa externa: homicídios, suicídios, acidentes de trânsito, acidente de trabalho, abortamentos, afogamentos, etc. Outra *causa mortis* violenta é o suicídio e, em Rio Claro nos últimos anos, sua média absoluta anual foi de 20 óbitos **(figura 42)**.

Figura 41 – Gráfico dos tipos de necropsias – ano de 2008 e 2009



Fonte: IML de Rio Claro/SP

Figura 42 - Indicadores mortalidade por causas externas
Rio Claro – 2002 a 2008



Se os homicídios despertaram maior comoção social e preocupação das organizações policiais, no município rio-clarense são os acidentes de trânsito os principais causadores dos óbitos decorrentes de causas externas (violentas) e que, infelizmente, já foi assimilado pela sociedade como fatos normais e corriqueiros do seu cotidiano.

São imagens dialéticas não reveladas e que são ofuscadas por uma alegoria de que o "progresso" transformará a cidade de Rio Claro/SP numa das "metrópoles brasileiras do futuro" [95], (em 2009, com Produto Interno Bruto - PIB de R$ 3,9 bilhões) com taxa de crescimento de 6% ao ano, responsável pelo *"milagre rio-clarense"*.

Com todo este grandioso progresso a sociedade rio-clarense ainda cultua o péssimo hábito em deteriorar o seu espaço urbano por meio de segregações sócio-espacias e atos de incivilidades como a deposição ilegal e irregular do lixo e resíduos. Sorrateiramente, péssimos hábitos dos rio-clarenses prejudicam o saneamento ambiental[96].

Este desrespeito com a salubridade ambiental do espaço urbano e aliando com os processos de exclusão sócio-ambiental ressuscitaram algumas doenças epidemicas tícas do subdesenvolvimento sócio-econômico, muito presente em séculos passados, como a dengue.

Pesquisas científicas realizadas apontaram que no ano de 2011 a cidade de Rio Claro/SP foi assolada por uma epidemia de dengue e que se espalhou por todo o seu território **(Mapa 25)**.

Observando a distribuição espacial daquela epidemia de dengue, no espaço urbano rio-clarense, aflorou que as aglomerações daqueles locais da doença estão situadas nos bairros da periféria e com estruturas precárias de saneamento ambiental.

[95]Edição nº 2180 da Revista Veja, edição de agosto de 2010.

[96] Embora, a administração pública municipal tenha instituído a coleta seletiva, *"o cata bagulho",* os eco-pontos e campanhas de educação ambiental, a população rio-clarense ainda permanece omissa e reticente aos referidos programas. Contrapõe com a sua história acadêmica, visto que foi a primeira cidade brasileira a contar com um curso de Bacharelado em Ecologia, em universidade pública. Atualmente, a UNESP de Rio Claro/SP possui em sua estrutura acadêmica o Curso de Engenharia Ambiental, além do seu tradicional e conceituado curso de Geografia.

MAPA 25 - Distribuição espacial das notificações de casos de dengue em 2011 no município de Rio Claro/SP



Fonte: Fundação de Saúde e Defesa Civil de Rio Claro
Mapa elaborado por Márcia Tiemi Kawamoto e José Silvio Govone

Relembrando a crítica de Lacoste, a cartografia não deve ser ensinada as pessoas todos os seus potenciais por seu um instrumental científico estratégico de poder. Interpretar os mapas – com suas inúmeras imagens dialéticas, pode despertar do sono onirico a sociedade, com riscos ao poder político-econômico. Quais seriam as reações (exigências) dos moradores dos bairros mais afetados?

5. VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE NA HISTÓRIA E NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE RIO CLARO/SP.

Há indícios arqueológicos de que há três (3) mil anos povos nômades habitavam a região de Rio Claro e, posteriormente, foram sucedidos pelos tupis-guaranis há aproximadamente mil anos. Há menos de dois séculos, a colonização portuguesa chegou à nossa região e, violentamente, dizimou os seus povos nativos e as suas culturas.

A descoberta de ouro em Mato Grosso, em 1718, acelerou a ocupação do interior do país, em especial do sertão paulista. O expansionismo luso-brasileiro, entre os anos de 1719 a 1727, os caminhos para o sertão mato-grossense passaram pela região de Rio Claro/SP com destino as minas de ouro. Por curto período aquela caminho foi abandonado e, novamente foi utilizado entre os anos 1765 a 1775. O Ribeirão Claro era o local natural de pouso daqueles "aventureiros do ouro". Em fins do século XVII, o povoado era conhecido como a "boca do sertão" e os primeiros aglomerados de pessoas se assentaram na região as margens do Córrego da Servidão, entre as Ruas 6 e 7 com as Avenidas 10 e 12, local em que foi edificada a primeira capela, atualmente, substituída por uma praça pública.

Desde as primeiras ocupações, a organização espacial do povoado se transcorreu por meio de violentos embates travados com os nativos, além da violência contra a natureza consumada pelos colonizadores que ateavam fogo nas matas para abrir as clareiras para que lhes garantissem os primeiros assentamentos.

As nossas reinterpretações sobre a história da organização territorial rio-clarense é marcado pelo rompimento com a historiografia oficial, fundamental exigência para quem deseja desvendar a "leitura de fatos ocultos" e "lugares obscurecidos" e interpretar de maneira critica a *fisiognomia* e as fantasmagorias do seu espaço urbano.

Optamos por recortes temporais, considerando os mais de 180 anos que nos separam dos primeiros assentamentos na região de Rio Claro/SP, porem, respeitando o método benjaminiano. A obra de Dean (1977) muito se assemelha com a metodologia benjaminiana por fazer uma reflexão critica sobre o poder político-econômico rio-clarense nos tempos do sistema capitalista de grandes lavouras, cruciais para a produção e organização do espaço urbano da cidade de Rio Claro/SP. Para Dean (1977), a violência foi sempre um poderoso instrumental-estratégico que serviu aos interesses do expansionismo territorial daquele sistema, com reflexos diretos na produção/(des)organização espacial rio-clarense.

Dos primórdios dos assentamentos até meados de 1920, o sistema de grandes

lavouras fez uso de processos de expropriação violenta das terras, escassamente povoadas. Naquele ano, com os primeiros sinais de exaustão dos solos, dá início o processo de fracionamento parcial das grandes lavouras, obrigando-as a se transferir (capital e força de trabalho) para regiões mais ao interior do Estado.

Destacamos que aquele sistema capitalista foi decisivo para o processo histórico brasileiro, servindo como transições: do regime colonial para o de sesmarias; do império para a república e, da escravatura para o trabalho livre.

> A experiência histórica de Rio Claro pode ser generalizada, em certos sentidos. Os municípios dependiam do corpo legislativo da província, cujo presidente deliberava sobre o orçamento, nomeava a maior parte dos funcionários e estabelecia as políticas provinciais que eram de maior importância para a sorte das lavouras de Rio Claro. Os fazendeiros, em particular os mais ricos, não eram moradores de um único município, mas tinham interesses mais amplos, e cada vez mais se tornavam proprietários absenteístas. A massa da população era altamente móbil, e Rio Claro seria a base para os passantes que se transladavam daqui para ali nas terras recém-ocupadas (DEAN, 1977, p. 14).

Com a chegada da ferrovia (centro ferroviário), primeiramente, para atender os interesses do sistema capitalista de grandes lavouras (escoar a safra), acelerou a industrialização e incrementou as atividades de prestação de serviços na urbe rio-clarense. Posteriormente, este modelo econômico se transformaria numa extraordinária característica do Estado de São Paulo (DEAN, 1977, p. 15).

No período entre 1820 a 1920, o município de Rio Claro/SP experimentou um estado de beligerância tendo num lado da contenda os senhores da terra e de outro os trabalhadores livres e escravos. O resultado é a violência com pesadas baixas para os escravos e trabalhadores livres. Posteriormente, a animosidade se estendeu para atingir também os imigrantes, em sua maioria, europeus.

Esta cultura beligerante e expansionista oriunda do sistema capitalista das grandes lavouras promoveu sua subjetivação na sociedade rio-clarense através de inúmeras formas simbólicas de violências e que repercutem até os tempos atuais – quer por meio de preconceitos ou discriminações entre grupos/classes sociais, com reflexos nos processos de segregação sócio-espacial.

O povoado de Rio Claro, aglomerado de famílias, foi elevado à paróquia em 1870. No começo do século XIX, a região de Rio Claro contava com algumas centenas de pessoas. O recenseamento de 1822 registrou que o povoado era habitado por 1.033 pessoas livres e distribuídos em 231 domicílios (85% de população livre de cor branca). O

recenseamento de 1835, apontou redução para 66% da população livre de cor branca, enquanto que os demais eram classificados como *não-brancos* e de predominância parda. "Alguns dos pardos poderiam talvez ser classificados como pretos, mas o termo era considerado depreciativo para ser aplicado a um homem livre" (DEAN, 1977, p. 21-4).

> Desde o início do aglomeramento estabeleceu-se um arruamento em tabuleiro de xadrez feito por Antônio Paes de Barros, segundo planta fornecida por Nicolau Vergueiro, já utilizada para Piracicaba e Limeira. As ruas se cortam em ângulo reto sendo quase paralelos às direções dos pontos cardeais. A parte central mais antiga da cidade se caracteriza pelo tamanho igual das quadras – 40 braças de lado = 88,80 m e por ruas de 60 palmos = 13,31 m (KELLER, 1964).

Desde o início do povoado as suas ruas foram dotadas de numeração, recurso fundamental para o seu controle político-administrativo.

> "Desde a Revolução Francesa, uma extensa rede de controle foi amarando em suas malhas a sociedade civil. [...] A partir de 1805, a administração napoleônica tornou obrigatória para Paris [a numeração das casas]. [...] Medidas técnica tinham de implementar o processo administrativo de controle" (GS I, 549s.)[97].

As pessoas com maior ascendência social – pejorativamente - denominavam os "caboclos" (independente de suas raças), como sendo pessoas rudes. Desconsiderava o passado dos "caboclos", pessoas destemidas e responsáveis pelas primeiras colonizações no interior paulista. Jamais mereceram o tratamento de "exploradores" ou "desbravadores".

Contrapondo, os colonizadores (caboclos) sempre foram pessoas nômades que praticavam uma agricultura predadora de subsistência em clareiras temporárias nas florestas. O *modus vivendi* do caboclo – como não dispunham de investimentos fixos – era subsistir por meio de cultivo de poucas sementes em cada cova, consequentemente, o resultado era uma produção de baixo rendimento. Suas habitações eram edificadas "precariamente em taipa, coberta de folhas de palmeira, de chão batido, mais uma tulha de milho e um monjolo" (DEAN, 1977, p. 24). Naquele contexto, os caboclos não tinham condições de se inserirem numa economia de mercado e, portanto, não conseguiam manter a posse de suas terras e agriculturas.

Segundo Dean (1977, p. 32-3), os métodos predatórios utilizados pelos primeiros colonizadores aliados aos seus *modus vivendi*, inevitavelmente, levou aqueles caboclos a se curvarem aos fazendeiros, deixando de serem proprietários da terra para se transformar em "rendeiros". Aqueles que não se sujeitaram aquela realidade foram

[97] GS = Gesammelte Schriften, 7 vols., ed. org. por Rolf Tiedemann e Hermann Schweppenhäuser, Frankfurt a. M., Sukrkamp, 1974-1989.

empurrados para locais mais distantes, conveniente também aos interesses dos fazendeiros, por servirem de anteparo entre os nativos (índios) e as fazendas.

A organização espacial do município de Rio Claro/SP, desde os primeiros assentamentos ao final do sistema de sesmarias, seguiu as diretrizes politicas advinda desde Portugal Antigo, cuja marca principal era a centralização do poder na "Capital". O sistema de sesmarias, concedidas pelo vice-rei ou pelo governador, cessão de terras gratuitas como "favor" concedido às pessoas ricas e politicamente influentes nas vilas, foi estratégia lusitana de cooptação e hierarquização dos extratos e segmentos sociais, objetivando inviabilizar qualquer alternância do poder.

Desde o Brasil Colônia foi enraizada a divisão jurídica de pessoas em classe social. "Em se tratando de pessoas de 'mor qualidade' – fidalgos, juízes, clérigos, altos funcionários [...]". Aquela estratificação social foi condição fundamental para que "a cultura patrimonialista cooptasse outros segmentos da sociedade com o único propósito de manter intocável a propriedade da terra e os meios de produção, sob o comando de pouquíssimas pessoas" (CARNEIRO, 2006, p. 355-57). A produção do espaço urbano brasileiro ainda se prende a cultura patrimonialista lusitana advinda desde o período Colonial em que as pessoas de *mor qualidade* ainda ocupam os espaços territoriais mais valorizados, com melhor estrutura urbanística e melhores equipamentos públicos.

A primeira sesmaria rio-clarense foi concedida por meio fraudulento para José Ignácio Ribeiro Ferreira, secretário do então governador. A cidade surge sob o manto do embuste e da fraude.

> Aliás, a primeira doação feita na área foi obtida fraudulentamente. José Ignácio Ribeiro Ferreira, impedido legalmente de adquirir sua própria sesmaria por ser secretário do governador, usou testa-de-ferro para conseguir cinco delas – uma das quais em Rio Claro [...]. O restante das dez sesmarias em Rio Claro foi doado nos últimos anos antes que a Independência pusesse fim ao sistema sesmarial, em 1822. Com exceção da sesmaria concedida aos Pereira, todas as outras foram a pessoas muito ricas, com altas posições na milícia ou no serviço público, e, que já possuíam fazendas em outros lugares. [...] Os primeiros moradores ficaram relegados a uma posição acentuadamente marginal. Lotes legalizados de apenas 170 hectares, em 1818, correspondiam tão-somente a dois por cento de todas as propriedades registradas, ainda que pertencessem à metade dos proprietários da região de Rio Claro (DEAN, 1977, p. 28).

As demais sesmarias – seguindo a tradição lusitana, foram destinadas aos detentores de capital ou funcionários públicos que representavam os "altos" interesses da monarquia.

> Por volta de 1820, muitos moradores de Rio Claro foram subitamente expulsos por algumas poucas pessoas com suficiente dinheiro e influência política para conseguir títulos de posse sob a forma de sesmarias. A

> expropriação do valor adicional representado pela limpeza da terra e o cultivo anterior significava um ato inicial de acumulação de capital (DEAN, 1977, p. 37).

Em 1855, um terço das terras em Rio Claro, juridicamente, assentava em título de posse em decorrência de que as ocupações originárias dos colonizadores foram legalizadas mediante doações subsequentes. Os reivindicantes de terras, embaraçados no processo de legalização dos títulos de propriedade, recorreram a inúmeras formas improvisadas e fraudulentas, desde o ajuste de interesses com outros, vendendo lotes a terceiros que se obrigavam a sustentar aquela alienação original.

Na altruísta foi a doação de gleba de terra realizado por Manuel Paes de Arruda destinada para que fosse construído a sede do município, visto que a sua intenção foi um meio de fraudar o reconhecimento do domínio de suas terras e de valorizá-las. O objetivo – desde então – era também a especulação imobiliária.

> Em 1830, Rio Claro, tinha 2 mil habitantes, construíra-se uma igreja e o lugar fora elevado a paróquia, designação que tinha implicações não apenas religiosas como também de administração civil. Os fazendeiros organizaram uma Sociedade do Bem Comum, cujo objetivo era aturar como governo local, enquanto se enviava à província uma petição para que incorporasse a área formalmente. A Sociedade decidiu onde seria o centro da vila, um ato político significativo, pois determinaria o custo de transporte para cada fazendeiro. Como o centro constituía um patrimônio, isto é, terra doada, a Sociedade arrogou-se o direito de dividi-lo em lotes e vende-los. Os fundos foram suados para objetivos da administração local e para a construção de igreja. Desde o começo, portanto, a política de Rio Claro esteve nas mãos dos fazendeiros (DEAN, 1977, p. 36).

Com aquela forma de agir, os principais donatários de Rio Claro usurparam todas as terras públicas existentes na região, consequentemente, "a terra em Rio Claro, fazia parte de uma economia de mercado ativa e fluída" (DEAN, 1977, p. 31).

> Apesar de que os ocupantes originais tivessem conseguido certo direito às terras que cultivavam, a maioria foi sumariamente expulsa pelos donatários. [...] Era mais fácil armar um capataz e alguns rendeiros e manda-los atrás do morador, que depois era designado como 'intruso'. Ameaças e danos às plantações em geral precediam uma violência maior, de maneira que a expulsão quase sempre sem derramamento de sangue (DEAN, 1977, p. 32).

Os impolutos fundadores da cidade de Rio Claro/SP[98], na realidade, eram contumazes fraudadores. Atualmente, deparamos com embustes imobiliários em que humildes adquirentes de imóveis em bairros periféricos não conseguem registrar seus imóveis junto aos Cartórios, visto que até áreas de preservação permanentes foram ocupadas ilegalmente por bairros aprovados com a aquiescência do poder municipal. Como exemplo, citamos o Bairro Orestes Armando Giovanni – denominado popularmente de *"Pé-no-Chão"*, destinado à

[98] Como consta do hino rio-clarense.

construção de casas populares de baixo padrão construtivo, invadiu os domínios da Floresta Estadual "Edmundo Navarro de Andrade" e, os adquirentes daqueles imóveis – há várias décadas – aguarda a regularização fundiária para obter o título dominial. Outros tantos bairros rio-clarenses – ao arrepio da legislação ambiental – foram autorizados que parte dos seus loteamentos invadissem áreas de várzea, como são os casos dos bairros Jardim Inocoop e Cidade Claret, ambos em área de drenagem do córrego da Servidão.

A impunidade dos "senhores da terra" que grilavam pequenas propriedades – até com a execução de seus proprietários, era certa em decorrência da centralização do poder-político em suas mãos. No século XIX, os fazendeiros ocupavam todos os postos políticos além dos cargos estratégicos da burocracia estatal, dentre os quais, o de juiz de paz, o de delegado de polícia, o de comandante da milícia. Portanto, pessoalmente ou por intermédio de seus familiares, ocupavam todas as funções essenciais do poder institucional/mantenedor do Estado. Na Constituição Imperial de 1824, somente os que tinham propriedades ou negócios podiam votar, excluindo-se os empregados.

> O pequeno proprietário constituía, portanto, o único eleitorado do Império, e a sua mobilização era a principal fraude exercida no regime. Essa forma de relação dava ao pequeno proprietário o direito de ser tratado de forma cortês e respeitosa por parte dos fazendeiros, que o chamava de vizinho, sentava-se à sua mesa e se abstinha de abusar das mulheres de sua família. Por outro lado, o pequeno proprietário tinha de servir na milícia, o que obrigava a montar guarda em dia de eleição, perseguir escravos fugidos e, talvez, seus próprios companheiros, em outras ocasiões. Portanto, tinha que assumir as brigas dos poderosos e exibir em público sua fidelidade pessoal ou partidária, como se fosse marcado a ferro (DEAN, 1977, p. 33-5).

Vivendo na extrema pobreza, os trabalhadores não proprietários de terras eram alcunhados de "camaradas" e jamais eram contratados como empregados regulares das fazendas, restando-lhes alguns serviços eventuais (limpar mato, na construção de estradas ou para guiar carroças).

> Sua pobreza era a mais evidente, estavam sujeitos à prisão por vadiagem quando largavam a fazenda, eram desprovidos da proteção de que gozavam o pequeno proprietário e o agregado, mas em compensação eram livres para fazer o que quisessem (DEAN, 1977, p. 35).

O sistema capitalista das grandes lavouras encontrou em Rio Claro/SP todas as condições econômicas, políticas e geográficas à sua implantação, motivo pelo qual foi das cidades pioneiras a adotar aquele sistema, marcado pela violência e a criminalidade.

> O sistema social das grandes lavouras era de extrema violência. A expulsão de posseiros, a defesa dos limites imprecisos das propriedades, a supervisão da força de trabalho escravizada, o controle social dos que não tinham terra, tudo exigia o emprego da força. Agregados eram recrutados como capangas, uma política particular que guardava as divisas e executava qualquer ato violento que o fazendeiro lhes ordenasse, inclusive assassinatos. Às vezes se encontrava quem gostasse desse tipo de ocupação tirânica, mas a maioria dos

> rendeiros temiam desempenhar essas atividades, que os expunham aos perigos da vingança pessoal. Os camaradas, inseguros e sem raízes, frequentemente envolviam-se em truculências a esmo, em geral voltadas contra seus assemelhados. **A taxa de crimes de morte no interior de São Paulo em 1835 foi de 32 por mil, e no distrito que incluía Rio Claro alcançou, naquele ano, o número espantoso de 176 por mil (grifo nosso)**. Sem dúvida, aquela região de fronteira sofria os mais elevados índices de violência. Parece que Rio Claro foi cena de crimes políticos em 1842 e 1846, durante uma crise que abalou a província, a um tempo em que a oligarquia local ainda não estava firmemente assentada (DEAN, 1977, p. 36).

Desde 1835, a cidade de Rio Claro já apresentava índices criminais seis vezes maior que a média da província de São Paulo, consequentemente, afasta-se a falsa impressão de que os *"crimes de morte"* são praticados por forasteiros. O homicídio sempre foi um fenômeno social marcante e presente no processo histórico rio-clarense, enraizado nas relações interpessoais e sociais.

Com a ascensão do mercado cafeeiro, a nível nacional, os militantes do Partido Conservador, em fins da década de 1830, se transforma na principal força politica de sustentação do Império. Os fazendeiros do interior paulista, por volta de 1880, ultrapassam a influência e o poder dos Conservadores do Rio de Janeiro (capital do Império), consequentemente, o poder econômico e político imperial eram exercidos pelas oligarquias rurais do interior paulista.

> Em Rio Claro havia poucos cujas posses excediam de muito a dos outros. Havia pessoas de influência na corte, detentores de cargos importantes, e que decidiam sobre a política do império. Entre eles, em Rio Claro, três dos mais importantes eram Antônio Paes de Barros, José Estanislau de Oliveira e Nicolau Vergueiro. [...] Paes de Barros (Barão de Piracicaba) fora enviado a São Paulo para as cortes revolucionárias portuguesas de 1821 e participara no Conselho da província, após a independência. [...] José Estanislau de Oliveira – tornou-se Visconde de Rio Claro, em reconhecimento por sua liderança do Partido Liberal local – ele parece o prefeito burguês que se fez por si mesmo. Sem origens elevadas, não teve escrúpulos em se tornar comerciante e, depois de estabelecido em Rio Claro, tornou-se seu mais importante prestamista. [...] Nicolau Vergueiro foi eleito Juiz de Sesmarias em 1813 e conseguiu uma delas para ele mesmo em Piracicaba. [...] em 1825, Vergueiro recebeu duas lavouras, ao lado sul de Rio Claro [...]. Vergueiro abriu uma agência em seu nome para exportar açúcar via Santos. Ele também era o maior comerciante de escravos da província. Esses negócios eram mais importantes para Vergueiro que as suas duas propriedades em Rio Claro e Limeira. Acompanhou Paes de Barros às Cortes Portuguesas e, ao retornar, tomou parte na Assembleia Constituinte de 1823. Político astuto, foi a principal figura do Partido Liberal e ocupou postos em todos os governos até 1842. Foi o primeiro fazendeiro no Brasil a testar a viabilidade do trabalho imigrante na lavoura (DEAN, 1977, p. 57-60).

Os sistemas das grandes lavouras e o escravocrata foram decisivos na conformação do território rio-clarense e da cultura da sociedade rio-clarense. O trabalho assalariado e a escravidão, naquele sistema capitalista, caminharam lado a lado. O sistema

social da escravidão era rendoso negócio, com a aplicação de recursos financeiros na compra de escravos de regiões menos prósperas e sua comercialização não só na cidade de Rio Claro/SP como também em outras cidades em melhores condições econômicas. Embora paradoxal, os fazendeiros rio-clarenses eram progressistas e ao mesmo tempo retrógrados em relação a sociedade brasileira, portando, movidos pela cupidez da especulação e do lucro.

> Em 1872, havia 2496 escravos ocupados integralmente em trabalhos agrícolas em Rio Claro, o que representava 55.4 por cento da força de trabalho agrícola total. [...] despesas contingentes, tais como prêmios que deviam ser pagos pela captura de fugitivos e a taxa de juro de qualquer empréstimo garantido por um escravo, que aumentava se ele morresse cedo demais (DEAN, 1977, p. 62-4).

O comércio escravocrata durante o período cafeeiro - em fins da década de 1840, atingiu o seu apogeu com a necessidade de se aumentar o uso daquela mão-de-obra destinada à limpeza de terrenos, ao plantio de mudas e a construção de terreiros, valorizando os preços (triplicando) dos escravos nos dez anos seguintes. A escravidão era então próspero negócio.

> Os fazendeiros de Rio Claro que não tinham dinheiro hipotecavam sua propriedade a um dos 12 aproximadamente bancos de São Paulo e Rio de Janeiro, ou a algum dos moradores locais que emprestavam dinheiro como atividade secundária. Alguns desses 'capitalistas', principalmente Francisco de Assis Negreiros, um fazendeiro, e Joaquim Teixeira das Neves, comerciante e vendedor de imóveis, também compravam escravos por conta própria, como especulação. [...] O preço do escravo não variava com a cor. Aparentemente, mulatos e negros eram considerados como equivalentes para o trabalho no campo. Também não se fazia distinção entre africanos e escravos, nascidos no Brasil. As mulheres, em média, eram vendidas por três quartos dos preços dos homens (DEAN, 1977, p. 68-9).

Diversas formas de violência foram usadas pelos proprietários de escravos como a destruição de incontáveis famílias de escravos, separando seus integrantes ou até mesmo ceifando suas vidas. Aquele sistema social foi crucial no processo de subjetivação da violência e da criminalidade no *modus vivendi* do rio-clarense. Ações inescrupulosas dos "senhores donos de escravos" e, por outro lado, os africanos e seus descentes que ainda sofrem os resquícios daquela barbárie. O grito de dor e os discursos de seus ancestrais ainda não foram plenamente ouvidos e, sequer libertos.

> A manutenção de uma criança escrava em 1870 custava aproximadamente 40 mil-réis por ano, e podia contar-se que apenas a metade dos ingênuos alcançaria os oito anos. As vendas de escravos registradas em Rio Claro a partir de 1872 consistiam na maior parte – é interessante observar – de meninos de 10 a 15 anos. Raramente eles eram acompanhados dos pais, sendo declarados, quase sempre, é provável, falsamente, de mãe desconhecida ou morta. [...] Crianças de dois anos custavam cerca da décima parte de um adulto, e de oito anos, mais ou menos a metade (DEAN, 1977, p. 69).

O embuste da fraude também foi outro elemento instituinte/conservador do

sistema social escravocrata, considerando, que em muitas vezes, os registros de propriedade de escravos eram falsificados pelos fazendeiros ou investidores para burlar a legislação que proibiu em 1831 o tráfico de escravos. Declarações falsas de óbitos de infantes eram comuns para fraudar os registros dos escravos e evitar embates com os abolicionistas, além de garantir aos fazendeiros a longevidade do trabalho escravo.

> Em 1835 não foi registrada a providência de nenhum dos escravos "de nação". Em 1880, a origem africana fazia tão pouca diferença para os oficiais de registro da população escrava, ao que parece que não foi indicada – ainda que a proporção de africanos em muitos casos poderia ser embaraçosa, pois havia bastante africanos na província, jovens demais para terem sido trazidos antes da proibição do tráfico em 1831. O fato da entrada ilegal muitas vezes era registrado abertamente em Rio Claro, por volta de 1870, mas na última década da escravatura tais declarações públicas poderiam provocar a tomada de medidas legais por parte dos abolicionistas. A correspondência do município contém inquéritos policiais referentes a alegadas faltas de registro de ingênuos. Quando o dono respondia que a criança falecera, a questão era invariavelmente arquivada (DEAN, 1977, p. 71-5).

A descomedida *barbárie* sangrou a sociedade rio-clarense e as pessoas de "mor qualidade" desprovidas de respeito e sentimentos de bem-querença, inescrupulosamente, imputavam às escravas a responsabilidade pela morte de seus nascituros ou de seu inocentes. As anotações históricas sobre Maria Paes de Barros, esposa do proprietário da fazenda Santo Antônio, relatam que ela censurou uma sua escrava por ter *"permitido"* que o seu filho morresse.

> As mães, então, eram obrigadas a pedir perdão e prometer agir mais corretamente na próxima gravidez! Dessa maneira, o holocausto perpétuo dos bebês escravos era explicado como mais um sinal da incapacidade dos escravos, que os fazendeiros benevolentes, mas desalentados não conseguiam superar (DEAN, 1977, p. 75).

As inúmeras formas de violência contra os africanos e seus descendentes, em nossa região, consta dos relatos ocorridos na Fazenda Ibicaba de propriedade do Senador Vergueiros. Em 1880, os escravos eram alojados em longos barracões – as senzalas eram alinhadas para formar quadrados fechados e no seu quadrilátero interno ao centro ficava o pelourinho, local de bárbaros suplícios impostos aos escravos. As senzalas (barracões) eram imundas, enfumaçadas e sem mobiliário. A alimentação dos escravos se assemelhava a lavagem, a base de milho e feijão, servidos em cuias. As vestimentas dos escravos eram feitas de peças de algodão que lhes eram entregues uma vez por ano e não lhes eram permitido o uso de sapatos, destinados somente para os homens livres. Era imposto o toque de recolher para o escravo e não lhes permitiam aparecer na cidade à noite, sob a punição de prisão. Frequentemente, os escravos eram identificados com coleira de metal. Nunca eram comunicado os assassinatos de escravos por seus donos (DEAN, 1977, p. 76-7).

As mulheres escravas sofriam todo tipo de perversidade sexual por parte de seus proprietários ou dos seus convidados, submetidas às orgias eram barbaramente seviciadas e muitas vezes mortas.

> O capanga do barão de Grão-Mogol, um negro liberto baiano que continuou a viver na casa-grande da fazenda muito depois da morte do barão e da partilha de suas propriedades, deixava atônita a família de imigrantes que cuidava dele em seus últimos anos, com as historias das orgias sádicas presididas pelo barão no seu porão, tendo como convidados todos os distintos membros da elite local, e as escravas do barão, acorrentadas a postes e grades, como 'pièce de résistance' (DEAN, 1977, p. 78).

Os relatos confirmam que os "distintos membros da elite local" eram pervertidos sexuais e autores de hediondas *barbáries* quando submetiam a longas sevícias as escravas ou quando elas se negavam a se submeter as perversidades, eram enterradas vivas ou jogadas amarradas num açude existente na fazenda daquele barão **(figura 43)**.

Figura 43 – Conjunto de fotografias do remanecente da Casa do Barão de Grão Mogol



Fonte: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro

Foi naquele contexto de barbárie que a esposa do Barão de Grão Mogol, enlouquecida, foi aprisionada no sotão daquela casa, por lontos anos, culminando que aquela infeliz se lançasse daquela "masmorra", localizada no ultimo piso superior do "casarão".

Atualmente, existem inumeras "boites" em que são reproduzidas perversidades sexuais na urbe rio-clarense. Doravante, a escravidão do sexo e da luxúria acontecem naqueles "templos do prazer sexual" em que ainda comparecem os "distintos membros da elite local", e, nos outros singelos lupanários os integrantes de outros extratos sociais rio-clarenses.

A *barbarie* rio-clarenes pode ser verificada por meio de outros pequenos *"flashes"*, nos moldes do método benjaminiano, o que nos permite construir e compreender a totalidade do nosso processo histórico. Relatou Dean (1977, p. 79) a atrocidade cometida contra a negra Marcelina, escrava de D. Gertrudes Thereza Ferraz de Andrade. Frustrada sua foi recapturada, porém, logo após logrou novo êxito em empreender fuga. Transcorrido três dias da segunda fuga, na estrada de Piracicaba, foi encontrado o seu cadáver cujo óbito decorreu de disparo de espingarda que mortalmente atingiu o seu ventre. A arma de fogo foi

depositada aos seus pés. As investigações policiais foi um embuste com a proposta de arquivamento com o pífio argumento de que aquela escrava se descuidou e acidentalmente acionou o gatilho com seu pé esquerdo e a outra hipótese aventada foi que a mesma "tomou a resolução de pôr termo a sua existência".

O embuste para encobrir as atrocidades consumadas contra os escravos por seus proprietários foi uma constante na sociedade rio-clarense. Citamos a violência perpetrada contra o escravo Fausto que prestou trabalho a outro fazendeiro, nos seus dias de folga, sendo lhe devido seis mil-réis pelo serviço extraordinário. Não recebendo a devida remuneração, apresentou Fausto à cobrança ao fazendeiro João. Aquele fazendeiro *caloteiro,* imbuído de torpeza, determinou aos seus capangas que fosse Fausto violentamente espancado e colocado nos trilhos da ferrovia para ser morto. Por ironia do destino, graças à perícia do maquinista, Fausto não foi atropelado pela composição férrea. Os embustes policiais eram normais e a conclusão, como sempre, foi que Fausto tentou o suicídio, esclarecendo ainda que os ferimentos foram provenientes do limpa-trilhos da locomotiva (DEAN, 1977, p. 79-80).

Outro relato de violência foi o confronto dos imigrantes europeus com os fazendeiros. Na região de Rio Claro/SP, as primeiras famílias alemãs contratadas para os serviços na lavoura pelo sistema de parcerias obtiveram sucesso com as safras abundantes, permitindo-lhes capitalizar recursos para compra de porcos, cabras, vacas e até uns poucos cavalos. Na colônia dos alemães, organizados numa sociedade beneficente, não havia registro de crimes ou de nascimentos de ilegítimos.

Vergueiro considerava que "o trabalho de um homem que tem vontade própria e interesses pessoais era muito mais rendoso do que o trabalho escravo". Na cidade de Rio Claro, a primeira colônia de imigrantes (trabalhadores contratados) foi implantada na fazenda Angélica (localizada no distrito de Ajapi), de propriedade de Vergueiros. No ano de 1857, a cidade de Rio Claro já contava com 10 colônias de imigrantes alemães, belgas e suíços.

Vergueiro, capitalista ao extremo, celebrava contratos leoninos com os imigrantes, impondo-lhes todas as perdas decorrentes do processo da produção do café. Não compartilhava Vergueiro os prejuízos com os imigrantes europeus, modelo de negócios adotados por outros fazendeiros. Os contratos de parceria firmados por Vergueiro era de 60% a 40% a seu favor (DEAN, 1977, p. 98-101), portanto, eram contratos leoninos que ao serem questionados pelos imigrantes, as decisões das contendas eram exaradas por juízes nomeados pela Câmara Municipal de Rio Claro, não sendo garantido o direito a qualquer recurso.

O poder político municipal era centralizado nos fazendeiros e "em Rio Claro os próprios juízes eram fazendeiros também, e aplicavam a rigorosa Lei de Serviços, de 1837,

especialmente promulgada para coibir os contratos com imigrantes" (DEAN, 1977, p. 102).

> Um trabalhador dispensado por justa causa tinha de pagar de imediato à soma total devido ao fazendeiro. Se não pudesse, poderia ser condenado sumariamente a trabalhar em obras públicas "enquanto fosse necessário" ou, se não houvesse trabalho disponível, a trabalhos forçados na prisão até um máximo de dois anos. Um trabalhador que abandonasse o serviço sem aviso prévio deveria ser preso onde estivesse e posto a trabalhar em obras públicas até ganhar o dobro do que devia ao empregador. Esses dispositivos poderiam equivaler à prisão perpétua e à mendicância para o resto da vida (DEAN, 1977, p. 102).

Com a estagnação no preço de exportação do café o resultado foi o crescimento da inflação interna cuja consequência foi a inadimplência daqueles leoninos contratos pelos imigrantes, levando nos anos de 1856 e 1857, a eclosão de inúmeras greves e deserções generalizadas dos imigrantes das parcerias. Recrudesceram-se as posições de ambos os lados e os fazendeiro convocaram a peculiar repressão policial.

> Alguns fazendeiros não se limitavam a dispensas sumárias. Chamavam a polícia e mandavam encarcerar os trabalhadores, e às vezes suas famílias. Se os trabalhadores tinham abandonado seus lotes, a polícia ia a seu encalço como se se tratasse de escravos fugidos, e eram trazidos de volta ou para tratar da plantação, ou para trabalhar em obras públicas (DEAN, 1977, p. 103).

Sobre as revoltas dos imigrantes, destacou Dean (1977, p. 103-8):

> "[...] a revolta" liderada pelo imigrante Davatz, eclodida em 24 de dezembro de 1856, com apoio de grupo enfurecido de trabalhadores imigrantes, exigindo tão-somente uma investigação oficial sobre aqueles draconianos contratos que levava sempre a inadimplência e a insolvência. Rapidamente, o governo provincial deslocou destacamento com trinta soldados, recebidos com grande entusiasmo pelos imigrantes que, inocentemente, ainda acreditavam que as autoridades provinciais e imperiais eram seus defensores. O resultado daquela revolta, decidida em 1860, levou a conclusão de que o contrato de parceria - naqueles moldes - não permitiria aos trabalhadores o ganho suficiente para liquidar as dívidas, consequentemente, "os fazendeiros desistiram e os europeus suspenderam a imigração porque a parceria não garantia suficientes lucros para os primeiros, nem renda que possibilitassem aos últimos o pagamento de suas contas em prazo razoável".

São recortes de fatos históricos capazes de comprovar que a expansão territorial e a expropriação da terra na cidade de Rio Claro sempre contaram com violência/criminalidade em suas diversas modalidades, desde a execução sumária de pessoas até as fraudes em documentos dominiais, responsáveis por atuais formas simbólicas de dominação, exclusão/inclusão que amoldam as relações interpessoais e sociais dos rio-clarenses, inclusive, subjetivando a violência nos seus preceitos éticos e morais.

5.1 Outros olhares sobre a violência e a criminalidade – o cotidiano rio-clarenses

O cotidiano rio-clarense – do final do século XIX até a metade do século passado (XX), foi retratado também pela obra de Petti (1972).

> Toda cidade é um pequeno mundo. Um mundo cheio do que é bom e cheio também do que não é bom. Vou afugentar as nuvens cinzentas e procurar, se possível, na fresta azul do céu, ver a bondade, a tolerância, a humildade e o amor entre os homens. A terra onde nasci é ensolarada, com céus e montanhas eternamente azuis (PETTI, 1972, p. 7).

Petti registrou a violência com sutileza e sempre presente no cotidiano rio-clarense, como também retratou a bondade, a tolerância, a humildade e o amor entre os homens, na cidade de sua infância e juventude. Foi um verdadeiro *flâneur* que decifrou no *modus vivendi* das pessoas o cotidiano rio-clarense, destacando-se as narrativas sobre o seu pai, das suecas Lizebette e Babette e do professor alemão Konrad que ministrava aulas na Escola de Farmácia e Odontologia de Rio Claro/SP. Quem diria que a urbe rio-clarense já contou com uma escola de farmácia e odontologia!

Naquela época, o cotidiano rio-clarense ainda apresentava laços de solidariedade entre as pessoas – fundamentais à cidadania. A cidade vivia em comunidade.

Da leitura das crônicas de Petti encontramos aquele destinada ao lusitano Mendes, conhecido como *o fogueteiro*, homem responsável por anunciar os espetáculos do Teatro Fênix (Teatro São João)[99]. No entorno daquela casa de espetáculo gravitava uma constelação de ambulantes: garapeiros, pasteleiros, pipoqueiros, doceiros, vendedores de amendoim, pamonha, paçoca...

A cidade dispunha de atividades artesanais, como a do *Chinês* que transformou sua casa numa pequena indústria de cestas, balaios e esteiras. "Mantinha-se num mutismo que lembrava as máscaras dos atores do teatro chinês pela sua imobilidade. Provou, porém, que todo ser humano, venha de onde quer que seja, pode viver em comum em qualquer latitude, mesmo de boca fechada" (PETTI, 1972, p. 27).

Com melancolia descreveu Petti o Jardim Público de Rio Claro de outrora.

> O jardim público da cidade de São João Batista de Rio Claro, na época do relato, era cercado com grades de ferro trabalhado. Seus portões principais eram verdadeiras obras de arte de serralheria. Nenhum visitante podia deixar de admirar a beleza estética e artística de suas linhas. Mais parecia o parque de algum marajá do que um simples jardim público. Completando aquele conjunto, um coreto para concertos musicais, em forma de pagode chinês, aumentava a beleza do jardim (PETTI, 1972, p. 99).

[99] O Teatro São João ocupava imponente prédio de cor rosada e que foi palco de famosas peças líricas, localizado então na esquina da Avenida 1 com a Rua 3.

Descreveu Petti que o Jardim Público era um enclave fortificado, com gradis e portões, que além da função do embelezamento – verdadeiras obras de arte em serralheria, que naquela época era também comum na cidade de Paris, como descreveu Walter Benjamin na sua obra *Passagnes*[100], em especial, sobre as reformas urbanísticas parisienses levadas avante por Haussmann, a preocupação principal era com a segurança daquele praça pública.

Posteriormente, aquelas obras de serralheria composta pelos portões e os gradis que circundavam o Jardim Público foram retirados[101]. As casas das tradicionais famílias construídas no entorno daquele Jardim foram substituídas por instituições financeiras e comerciais, sendo que o ferro das grades deu lugar ao concreto e ao granito, modificando a estética da região central da urbe rio-clarense.

Portanto, já havia o sentimento de preservação do Jardim Público contra atos de vandalismos, além de evitar violências contra as pessoas, principalmente, nos períodos noturnos, quando aqueles portões de acesso ao Jardim eram fechados até o amanhecer. Esta preocupação – na ciranda do tempo do capital – está novamente sendo reproduzida nos espaços públicos rio-clarenses com a colocação de garis e portões em inúmeras praças públicas, como já aconteceu com o entorno da Igreja Matriz de São João Batista e da Igreja Matriz da Santa Cruz. Presente a violência simbólica de que inculca que os espaços públicos e as outras pessoas são sempre perigosos.

Sobre a estética da cidade, Petti também descreveu de maneira engraçada à preocupação de *Janjão,* famoso pelos seus palpites na contravenção penal do jogo do bicho, com a manutenção da limpeza pública.

> Achava que devia cooperar na manutenção estética da cidade e, quando via na rua um objeto qualquer, que não coadunasse com a conservação e limpeza das vias públicas, apanhava-o e o atirava por cima das cercas ou dos muros dos quintais. [...] dizia então ele de si para si; coopero com as autoridades para manter a beleza da cidade (PETTI, 1972, p. 83).

A limpeza pública interfere na estética e na salubridade ambiental das cidades. Desleixar a conservação da cidade, tanto por parte dos seus moradores ou dos administradores públicos, se constitui em sutis formas de violência urbana. A cidade de Rio Claro/SP em nada evolui com a limpeza pública e com a sua salubridade ambiental, visto que ainda notamos que

---

[100]Fez críticas a Haussmann sobre as reformas por ele executadas na cidade de Paris, buscando seu viés esteta sem descurar das questões da ordem pública. Benjamin refletiu também sobre a acalorada discussão entre os arquitetos, preocupados também com a estética, com os engenheiros – afetos a funcionalidade. Estes propuseram as substituições dos materiais na construção civil e nas obras urbanísticas, principalmente, nas construções em ferro pelas de concreto. Haussmann já denotava preocupação pela *"segurança"* da cidade de Paris.

[101] Um daqueles portões está instalado na Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro/SP e o outro foi então sorrateiramente destinado para uma chácara de propriedade da família Scarpa, na cidade de Rio Claro/SP. Na época, o Sr. Francisco Scarpa ocupava o cargo de Prefeito Municipal.

a cidade é suja, com deposito ilícito de resíduos em vias públicas ou praças, estimulando às pessoas a prática de outros atos de incivilidades ou até mesmo crimes[102], como exemplo, as poluições sonoras e visuais.

São recortes importantes para evidenciar o desrespeito para com a natureza durante todo o processo histórico do rio-clarense. Atos de incivilidades e o individualismo se interagem e deforma o sentimento das pessoas pelo respeito ao coletivo.

No contexto benjaminiano, a limpeza pública e a salubridade ambiental são importantes leituras obscuras que demonstra, na cidade de Rio Claro/SP, que seus habitantes ainda permanecem reféns da linearidade temporal decorrente da mecanicidade do progresso que faz crer as pessoas que o tempo avança sem qualquer retrocesso.

> Velho Araújo, que durante tantos anos cronometrou a vida dos estudantes da cidade, como o velho Tempo, de ampulheta nas mãos, vendo a areia deslizar e cair, viveu intensamente, sentindo a emoção da passagem dos segundos, dos minutos, das horas, dos dias, meses e anos. Ninguém como ele, ou mais que ele, foi guardião do tempo (PETTI, 1972, p. 31).

Historicamente, é enclausurado do tempo do sempre igual na urbe rio-clarense foi sutilmente revelado na crônica de Petti ao se referir ao relógio *Patek Phillip* do Velho Araújo que subjuga o saber pelo tempo, inclusive, impondo ao estudante o tempo da disciplina e o da uniformização do pensar/agir.

A descriminação da pobreza e os preconceitos contra os grupos sociais minoritários, Petti descreveu quando se lembrou da Nhá Jacinta, moradora de um "tosco casebre de taipa, chão de terra batida, um velho catre coberto de trastes [...] era tida como feiticeira, [...] quando passavam pelas ruas, as crianças fugiam espavoridas" (PETTI, 1972, p. 55). A pobreza foi/é para os rio-clarenses uma condição social que transforma as pessoas em *fantasmas* que despertam repulsas e medo.

A cidade multicultural rio-clarense sempre acentuou os preconceitos e discriminações. As múltiplas etnias jamais conviveram num mesmo espaço, nem mesmo para atividades de lazer, com as partições de clubes: Sociedade Italiana, Clube Nipônico, Sociedades José do Patrocínio e Tamoio. No âmbito discriminatório, o separatismo

---

[102] O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou dados referentes às cidades que acumulam lixo nas ruas ou em locais inapropriados. Matéria jornalística[102] divulgou que a cidade de Rio Claro acumula 2,75% do lixo que produz diariamente (160 toneladas) nas ruas ou em locais inadequados. Naquela matéria jornalística argumentou a Prefeitura Municipal que lançou, em abril de 2012, campanha com distribuição de cartazes e folhetos, orientando a população a se desfazer corretamente do lixo e também na hora certa, lamentando que *"é uma pena que pessoas atravessem a cidade para descartar seu lixo ou entulho na frente da casa dos outros".* Matéria jornalística divulgada pelo Jornal Cidade de Rio Claro, edição de 22 de junho de 2012, p. A-6, sob o título – *IBGE lista cidades que acumulam lixo*, apontou – na região - que a cidade de São Carlos é a que mais acumula lixos na rua ou em local inadequados (5,03%), seguido pela cidade de Rio Claro. Os melhores índices ficaram com Araras (0,21%).

econômico percebido com a existência de clubes de lazer que selecionam por classes sócio-econômicas, como acontece com: o Grupo Ginástico, Clube de Campo, Floridiana Tênis Club e a Filarmônica, destinados aos "ricos" e a classe dirigente, enquanto que o Grêmio Recreativo dos Empregados da Cia Paulista de Estradas de Ferro, a Sociedade Cidade Nova, o Sesi, o Senac e o Sest são para os operários, comerciários, profissionais do transporte, etc..

Ostensivamente, o regime de apartheid étnico era mais visível em Rio Claro/SP até a metade do século XX com a não "permissão" dos afrodescendentes em ocupar os mesmos espaços públicos dos "brancos". Os católicos afrodescendentes frequentavam a Igreja do São Benedito e o *footing* [103] somente lhes era permitido na Praça da Boa-Morte ou na Praça da Liberdade (quanta ironia). Seus clubes recreativos e de laser eram/são o José do Patrocínio e Tamoio. Raramente são aceito os *negros* como sócios ou frequentadores dos clubes de *branco*, salvo se abastados financeiramente ou se ocupam algum cargo relevante na sociedade rio-clarense.

> [...] o ajudante do sacristão da Matriz em dia de festa, procissão em outras ocasiões, [...] uma matraca, no seu bater seco e cadenciado, anunciava [...] A sineta também tem que dar o seu blen-blen pois à noite vai haver quermesse e leilão em prol de São Benedito, o padroeiro dos crioulos e dos brancos também e cujo altar esta precisando de uma boa reforma (PETTI, 1972, p. 107).

Na segunda metade do século XX, o município de Rio Claro vivencia a expansão da monocultura da cana-de-açúcar, acentuando o fluxo migratório de nordestinos como força de trabalho sem formação profissional e, portanto, com baixa remuneração. Em decorrência ocorreu a expansão da malha territorial do município por meio de inúmeros loteamentos, principalmente, os que compõem a região do Cervezão (ou Chervezon). Aquela expansão territorial respeitou a delimitação territorial imposta pela barreira artificial da via férrea (desativada), promovendo verdadeira segregação sócio-espacial com a missão de evitar que os imigrantes nordestinos fossem misturados com os "rio-clarenses", além de serem considerados pessoas *"perigosos"* diante das suas origens culturais e o total descompromisso com a cidade. A mídia local reforçava esta subjetividade negativa excludente.

Aquele aglomerado de bairros passou a ser identificado como *Grande Chervezon*, com população atual de aproximadamente 80 mil habitantes. São reproduções de espaços de segregação sócio-espacial como outrora também ocorreu com os Bairros do Estádio e Consolação, predominantemente de afrodescendentes. Os atuais "perigosos"

[103] *Footing* – expressão utilizada até a metade do século XX pela sociedade rio-clarense (e do interior paulista) para o convívio social dos jovens nas praças públicas. Geralmente, os moços ficam parados e as moças ficavam caminhando em grupo pela praça publica. A referida expressão em inglês foi utilizada por muitos anos pelos jovens rio-clarenses daquela época.

doravante residem no Novo Wenzel, Jardim Progresso, Jardim Brasília, Terra Nova, etc..

> E, também nas festas coloridas, luminosas e retumbantes do 13 de Maio no Largo de São Benedito, onde o quentão, os doces de abóbora, moranga, rapadura, embrulhados em palha de milho, faziam as delícias dos inveterados sambistas (PETTI, 1972, p. 67)

Rotulados de "perigosos" são os adolescentes e jovens moradores dos bairros periféricos da urbe rio-clarense. Não são aceitos por expressiva população da classe média e rica, considerando-os indesejáveis suas presenças nos seus espaços de convivência. Excluídos e revoltados – somado com a intempestividade juvenil, extravasam seus sentimentos promovendo atos de vandalismos, em especial, defronte da antiga Estação Ferroviária, hoje, servindo como terminal municipal de transporte coletivo[104]. Como outrora a cidade sempre elegeu os seus "perigosos" de maneira preconceituosa ou discriminatória, levando os "enricados" a sofrer de alucinações, medo e sentimento de insegurança.

> No centro da cidade, em frente ao jardim público, num velho casarão colonial, devastado pelo tempo, [...] corroído pelos cupis e meio devastado pelas intempéries. [...] O acervo de sua loja era enorme e variado e ali a gente encontrava desde pólvora até cristais da Boêmia e peças de aço Solingen, de cambulhada com pratos, xícaras, serrotes e pregos e saca de cal. [...] À noite, de lampião em punho (o Velho Magalhães), levantava-se e, brandindo um porrete, procurava ladrões hipotéticos. Estes, todavia, nada mais eram ratazanas, que se incumbia de quebrar louças (PETTI, 1972, p. 71).

O pequeno burguês rio-clarense – o Velho Magalhães, sedento pelos lucros que lhes enriquecia, entorpecido nas fantasmagorias de ratazanas ou ladrões hipotéticos – temia que pudessem solapar seu patrimônio ou capital. No seu imaginário, o medo em perder o patrimônio (capital), causava-lhe alucinações e surtos hipnóticos, acreditando que as ratazanas se transmudavam em criminosos.

Outro personagem "mitológico" de Petti foi Neco Balaio, reificado com alcunha de *Nubian* (marca de tinta de sapato) pela sociedade rio-clarense. Neco envaidecido com seu apelido acabou por introjetar no seu subconsciente aquela divindade poderosa – *sansãozinho* - inculcando-lhe "amar com muita violência à própria vida, sufocando-a" até a sua morte.

> Neco Balaio [...] se tinha algum desafeto, estes não se atrevia a enfrentá-lo porque sabia que o Sansãozinho de cabelo pixaim não era fácil de dobrar. [...] não era criador de casos com os companheiros, pois gostava dos amigos e

[104]Recentemente, recebemos ofício da Empresa Rápido São Paulo, responsável pela concessão do transporte público urbano, solicitando que os jovens que se aglomeram nos finais de semana defronte aquele terminal de ônibus fossem *"retirados"* daquele local por que estariam trazendo medo aos usuários do sistema, além de prejudicar a locomoção dos veículos. Verificamos que realmente os jovens – *"expulsos"* do entorno do Shopping, passaram a se concentrar naquele local, porém sem quaisquer riscos ou ameaças ao sistema de transporte público, não cabendo, portanto, a Guarda Civil Municipal quaisquer ações que afrontem os direitos constitucionais de livre locomoção e permanência daqueles jovens, especialmente, quando ordeiramente ali permaneçam.

> queria viver em paz com todos. [...] Era também conhecido por Nubian; Nubian era o nome de uma tinta preta que os sapateiros da época usavam para tingir os sapatos. O frasco da tinta trazia no seu rótulo a efígie de um guerreiro núbio e o garoto, agora conhecedor da origem desse apelido, não se aborreceu porque não renegava os seus antepassados. [...] Numa tarde fria, de céu carrancudo, alguém encontrou o corpo do nosso herói, enroscado a velhos troncos, nas margens do Corumbataí. [...] Talvez Neco Balaio tivesse amado com muita violência à própria vida, sufocando-a (PETTI, 1972, p. 75-6).

Petti foi um *flâneur* capaz de iluminar os espaços obscuros da sociedade rio-clarense, percebendo, sutilmente, as suas fantasmagorias. Com aguçada percepção desvelou as imagens dialéticas urbanas para demonstrar que a cidade não é somente o espaço, mas também a sua história. "Ele despreza a história convencional, que afasta do concreto, mas fareja na história a cidade e a cidade na história. [...] A *flanerie* o conduz para um tempo desaparecido. Cada rua para ele é uma ladeira que desce em direção ao passado – o dele e o da cidade" (ROUANET, 1992).

Benjamin – na *flanerie* pela Paris desvelou as suas imagens obscuras e as suas leituras ocultas, como a seu modo fez Petti para refletir a urbe rio-clarense, compreendendo que "no asfalto em que ele caminhava, seus passos despertavam ressonâncias surpreendentes. A luz do gás, que cintila sobre as carruagens, lança uma luz ambígua nesse duplo chão" (BENJAMIN, 1982, p. 524). Petti flanou as leituras e imagens dialéticas da cidade de Rio Claro/SP, no período de 1880 a 1930, colaborando com as nossas reflexões de que existem semelhanças fantasmagorias que se repetem em quase todas as cidades modernas. Na cidade de Rio Claro/SP, como aconteceu na mesma época na cidade de Paris, "os lampiões iluminados pelo sistema de arco voltaico da Usina de Eletricidade, instalado ao redor do Jardim, davam um aspecto fantasmagórico ao passeio noturno daqueles três seres, acostumados com a luz natural do dia e com a escuridão das noites da fazenda" (PENTEADO, 2010, p. 34).

Outro recorte oportuno que fizemos para verificar como ocorreu a subjetivação da violência na sociedade rio-clarense foi analisar de maneira critica os movimentos sociais, muitas vezes antagônicos (conservadores ou de vanguardas), ocorridos na cidade.

Dos movimentos conservadores acontecidos na cidade de Rio Claro/SP destacamos o Movimento Integralista, merecendo de seu líder Plinio Salgado[105] o título da primeira cidade Integralista. "Classificada pelo chefe nacional como a primeira cidade do país a vestir a camisa verde, o núcleo de Rio Claro (SP) manteve as atividades de 1933 até março de 1938 quando foi fechada pela polícia" (BRUSANTIN, 2004, p. 32). Como é cediço, o

[105]Chefe Nacional do Movimento Integralista.

integralismo foi inspirado no movimento fascista italiano, cuja ideia central preconizava o fortalecimento de um *Estado integral*, consequentemente, com forte inspiração ideológica conservadora.

> Pesquisando sobre o movimento integralista no Estado de São Paulo através de diversas fontes, tanto policial como da imprensa ou do núcleo da cidade de Rio Claro (SP), percebemos certa heterogeneidade quanto ao perfil integralista. Constatamos a presença de japoneses, italianos, alemães, ferroviários, advogados, fazendeiros, lavradores, comerciantes, operários, estudantes, professores, etc. Poderíamos colocá-los na usual classificação de elementos da classe média brasileira, mas, consideramos geral e pouco esclarecedor classificarmos os *camisas verdes* dentro de um determinado setor que também não era assim tão claro e homogêneo (BRUSANTIN, 2004, 40).

Brusantin (2004, p. 196) quando refletiu sobre o fim do integralismo em Rio Claro esclareceu:

> Com a ditadura, a cultura política de Rio Claro (SP) se modificou e (re) configurou a prática política da AIB. Diante de um Estado autoritário e corporativista, ainda que não fosse totalmente aos moldes do Estado Integral, parte da busca política integralista estava concretizada pelo governo Vargas. Restava apenas o caráter espiritual que o Integralismo tanto propagava. E foi justamente na Igreja que essa ideologia encontrou ecos e espaço.

Em sentido oposto, a cidade de Rio Claro também abrigou inúmeros movimentos de vanguarda e de oposição aos regimes ditatoriais. Durante a vigência dos regimes ditatórias, no período de 1923 a 1983, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo - DEOPS[106], acompanhou a vida política e social de quase quatrocentos rio-clarenses, conforme registros depositados no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo[107], quer através de inquéritos policiais, depoimentos, investigações e prontuários, além de inúmeras prisões (LAPOLA, 2012). Preferencialmente, o DEOPS mirava sua repressão às pessoas que defendiam ou eram simpatizantes das ideologias de esquerda – em especial, os comunistas, perseguidos durante as ditaduras de Getúlio Vargas - o Estado Novo, como também pelo regime ditatorial imposto pelo Golpe de Estado de 1964.

As pessoas que eram então "fichadas" no DOPS ou no DEOPS, durantes os períodos ditatoriais, eram colocados à margem. Aquelas "fichas" se transformavam em

---

[106]O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), criado em 1924, foi o órgão do governo brasileiro, utilizado principalmente durante o Estado Novo e mais tarde no Regime Militar de 1964, cujo objetivo era controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime no poder. Antigamente, subordinados aos Governos Estaduais, receberam outras denominações, dependendo da época e local, como DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) e DELOPS (Delegacia de Ordem Política e Social).O órgão em São Paulo foi fundado em 1924 e teve vários nomes (delegacia, superintendência), até ser extinto no início de 1983. A sua designação no período final era Deops – Departamento Estadual de Ordem Política e Social, como consta de seus arquivos. Contudo, a sigla "Dops" é a que ficou na história. Durante o regime militar, em São Paulo, o seu delegado mais conhecido foi Sérgio Paranhos Fleury, devido às acusações de "linha dura" feita pelos presos.

[107] Parte do acervo em: www.usp.br/proin

verdadeiros “atestados de antecedentes políticos e sociais”, consequentemente, “atestados ideológicos” que dificultavam ou impediam as pessoas de se recolocarem em postos de trabalho ou excluídos do convívio social. Os “fichados” na década de 1940, em sua grande maioria, foram os italianos (anarquistas) ou japoneses, considerados como “inimigos” no período da Segunda Guerra Mundial. Na década de 1950, o alvo preferencial do DEOPS/DOPS foi os sindicalistas. Em Rio Claro/SP, o principal foco da repressão politica foi os ferroviários que eram organizados sindicalmente e com ideologias de esquerda, constantemente, deflagravam movimentos grevistas e movimentos sociais contra a carestia[108].

Os regimes ditatoriais impuseram inúmeras formas de se experenciar o medo, desde as ações de retaliações, as torturas, os suicídios, etc.. Interesses ou a pressão sofrida, levavam as pessoas a entregar ou denunciar os opositores do regime politico (CAMPOS,2011)[109]. Na cidade de Rio Claro, a repressão golpista civil-militar de 1964, vitimou os jovens Cecília Bárbara Wetten (torturada), Abílio Clemente Filho (desaparecido), aluno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro - FAFI e, Orlando Moura Momente, morto no Araguaia.

> Pesquisas nos jornais locais da época apontam para a adesão da imprensa local a favor da Ditadura Civil-Militar e pouco ou quase nada noticiou sobre qualquer tipo de resistência a ela. Esse silenciamento pode parecer aos mais jovens um sinal de ausência de resistências ou mais do que isso, como se fosse unânime na cidade, o aceite ao que acontecia. É fundamental que façamos uma releitura, distanciada e reflexiva, agora que estamos às vésperas de completar 25 anos de democracia com a promulgação da constituinte de 1988 (CAMPOS, 2011).

A sociedade civil rio-clarense, em sua maioria, apoiou o Golpe de 1964, “em 1964 a igreja católica, entidades assistenciais e grupos de serviços realizam passeatas pela pátria, família e liberdade, contra o terrorismo, ateísmo e comunismo, contando com forte adesão da imprensa local” (CAMPOS, 2011)[110]. Contrapondo, no ano de 1963, o

---

[108] O poder político rechaçava a participação dos operários (trabalhadores de todos os setores). A representatividade dos ferroviários, organizada sindicalmente, somente após muito tempo chega ao poder político quando foi eleito vereador Irineu de Oliveira Prado (líder sindical), preso e cassado pelo regime civil-militar.

[109]CAMPOS, M.T.A. ***Feitos e Efeitos da Ditadura Civil-Militar de Rio Claro.*** Rio Claro: Revista Arquivo Público e Histórico, n. 7, junho de 2011.

[110] No primeiro ano de mandato, o Prefeito Municipal de Rio Claro, Palmínio Altimari Filho, pelo Decreto no. 8862 de 07 de outubro de 2009 nomeou a Comissão Provisória de Anistia durante as celebrações da Semana Ulysses Guimarães. Embora o Arquivo Público e Histórico de Rio Claro não tenha participado da composição dessa comissão, engajou-se ao projeto a exemplo do que vem sendo realizado por outros Arquivos, atendendo solicitação do Presidente da Comissão para realização de pesquisa sobre o período e seus reflexos na cidade de Rio Claro. Fizeram parte da Comissão provisória: Dr. José Gustavo Viegas Carneiro (Presidente), Luiz Carlos Rezende (Vice-presidente), Jayr Soares da Silva (primeiro secretário), Marcela Pires de Oliveira Gomes (segunda secretária) e Pablo Henrique Sotelo da Fonseca (tesoureiro). Esta Comissão Municipal em parceria com o Ministério da Justiça realizaram em Rio Claro uma sessão solene de pedido de desculpas aos familiares das

Centro Acadêmico 23 de Março, da FAFI realizou passeata de protesto contra a morte do estudante secundarista Edson Luiz, morto por militares em São Paulo. Aquela passeata contou com a adesão dos alunos secundaristas do Instituto Estadual de Educação "Joaquim Ribeiro" e do então Padre Mauro Morelli[111], pároco da Matriz de São João Batista.

A cidade manifestava anseios políticos antagônicos. Havia instituições de ensino que primava pelo conservadorismo educacional e outras eram de vanguarda. Em 12 de dezembro de 1969, o Ginásio Vocacional de Rio Claro/SP – com método inovador de ensino – foi invadido pelos militares. "O Vocacional trabalhava com um sistema de ensino calcado no estudo da realidade e um pensar sobre ela como sujeito que também a constitui" (CAMPOS, 2011).

O antagonismo político pautou o ideário da sociedade rio-clarense, com embates ideológicos entre os abolicionistas e os escravocratas, os monarquistas e os republicados, as oligarquias rurais e as sociedades beneficentes de imigrantes, além das lideranças como a de Plinio Salgado, Ulysses Silveira Guimarães (Senhor Diretas e Presidente da Constituinte de 1988) e Tenente Siqueira Campos (Líder do Levante do Forte de Copacabana no Rio de Janeiro e expoente do tenentismo), dentre outros.

Deslocando-se para os crimes ditos "comuns", a cidade foi marcada por elevada incidência de homicídios durante toda a sua história, além de outras modalidades de crimes[112].

Nas primeiras décadas do Século XX, em Rio Claro, ocorreu dois violentos homicídios com atrocidades sexuais que vitimaram dois adolescentes. A autoria daqueles hediondos crimes foi imputada a uma pessoa de alcunha *Palito*, que fugiu e jamais teria sido preso[113]. Posteriormente, na segunda metade do Século XX, Francisco de Marco[114] repetiria

---

vitimas rio-clarenses do Golpe Civil-Militar de 1964, inclusive, com o pagamento de indenização. Foi a primeira vez na história brasileira que um delegado de polícia presidiu uma Comissão Provisória de Anistia que reconheceu a violência institucional da tortura consumada pelos "aparelhos ideológicos" do Estado-brasileiro.

[111] Padre Mauro Morelli foi depois ordenado Bispo da Igreja Católica e integrava a ala progressista. Nacionalmente conhecido pelo seu enfrentamento ao regime militar e pelo seu engajamento nos movimentos contra a carestia, coordenando o Programa Social *"Fome Zero"* por alguns anos.

[112] No auge do transporte ferroviário, e considerando a localização geográfica da cidade de Rio Claro - situada entre a Capital e as principais cidades do interior, inúmeros estelionatários passaram aqui a residir, sendo que atuavam por todo o Estado e, posteriormente, em outras unidades federativas. O "conto do bilhete premiado" foi a marca principal dos estelionatários rio-clarenses, ganhando fama nacional, como "cidade berço dos estelionatários". Como se depreende o embuste sempre fez parte do cotidiano da cidade, desde a sua fundação.

[113]Não encontrei referenciais históricas sobre os referidos crimes, porém, chegou ao nosso conhecimento pela tradição oral dos antigos policiais civis quando desempenhamos nossa função pública de Delegado de Polícia na cidade de Rio Claro.

[114]Ficou famoso internacionalmente com serial killer. Começou sua vida criminosa quando matou um menino e uma menina em Marília/SP e, posteriormente, por ter abusado e matado duas meninas - Silva e Izabel, na cidade de Itu. Demarco recebeu a alcunha de *"Chico Vidraceiro"* por trabalhar no ramo de vidraçaria. Posto em semiliberdade, no sistema de albergue, desapareceu. Foi depois de alguns anos preso em Rio Claro sob a

semelhante atrocidade ao matar crianças no município, após seviciá-las sexualmente. Na ciranda do tempo, novamente a cidade de Rio Claro se depara com homicídios com abusos sexuais de crianças, agora nos anos de 1995 e 1996, consumados por Laerte Orpinelli [115]. Recentemente, abusos sexuais contra crianças foram consumados por um sacerdote – Padre Hélio Aparecido Alves de Oliveira[116], dirigente de uma instituição de ensino rio-clarense.

Infelizmente, as perversidades sexuais e as atrocidades contra mulheres (desde as escravas) e crianças é uma marca negativa que se consolidou na história rio-clarense. Os crimes bárbaros cometidos por Orpinelli e de Marco ganharam projeção internacional por ser eles considerados "serial killer" e referenciados nos compêndios contemporâneos da criminologia.

No ano de 2004, ocorreu o total de 51 homicídios, índices criminais muito superiores aos consumados nas cidades da região e nacional. Naquele anos foi editado o livro – *Rio Claro, uma história viva* (SILVA, 2004), com redações premiadas dos alunos da então 7ª Série do Ensino Fundamental das escolas públicas e privadas do município de Rio Claro, com expressiva manifestação sobre a violência e a criminalidade:

> Os bairros do centro da cidade trazem violência, mas a comunidade procura ajudar a levar os jovens para o caminho do bem, através do esporte e dos programas de convivência da prefeitura, que acabam afastando os jovens e adolescentes do mundo das drogas (Barbara Carolyna Barbosa). Por esses mesmos motivos, existem tantos desempregados na sociedade, alguns solteiros, mas outros, com mulher e criança para sustentar dentro de casa. A segurança da população está bem difícil também. Muitas senhoras têm medo de sair de casa, pois tem alguns covardes soltos nas ruas, que, além de roubar batem e chegam até a matar por quaisquer dois reais (Bruno Petruz de Souza). Cidade muito calma no passado, Rio Claro está abrigando cada vez mais espaço para a violência. Os índices criminais vêm aumentados cada dia mais; consequentemente, a preocupação da população também aumenta. Todos os dias veem nos jornais notícias de roubos, assassinatos, drogas; todos esses problemas que encontramos em várias cidades (Dayane C. F. Wenzel) O que deveria mudar é a segurança e expansão dos pontos turísticos (Erica Fernandes Bonato). Porém, Rio Claro não é só beleza, nem tudo é alegria. "Se temos problemas?" Sim, sofremos com mortes, violência, drogas, abandono, e ainda falta muito para melhorar e consertar (Fernanda Batista Castelo de Paula). Para nossa população, só não tem perdão quem é ladrão,

---

acusação de violentar sexualmente e mataras crianças – Betinho, Moacir, José Nogueira Neto e Maria Marcia de Carvalho.

[115]Laerte Patrocínio Orpinelli, vulgo "Maníaco da Bicicleta", é um criminoso (serial killer) brasileiro acusado de espancar, estuprar e estrangular pelo menos 10 crianças matando-as com requinte de crueldade em quatro cidades do interior de São Paulo, sendo Rio Claro a cidade que registrou maior ocorrência de óbitos de menores do maníaco, os crimes perduraram entre o início e o final da década de 90 cessando quando Laerte foi preso em 2000. A partir dos diários do andarilho, os investigadores do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, o DHPP, cruzaram as informações escritas por Orpinelli com os casos de desaparecimento infantil. De 1995 até ser preso, ele visitou 26 cidades, que registram o sumiço de 120 crianças de até 12 anos.

[116]Diretor de escola particular em 2004, Hélio foi acusado de atentado violento ao pudor praticado contra as três crianças que estudavam sob sua supervisão. O Tribunal de Justiça de São Paulo confirmou, por unanimidade, a sentença condenatória de 16 anos e três meses de prisão decretada pela 1ª Vara Criminal de Rio Claro contra o padre Hélio Aparecido de Oliveira.

> pois, nossa polícia o pega com determinação (Fernanda Ferreira Machado).
> É lamentável, no entanto, que a memória ferroviária em Rio Claro limite-se, atualmente, apenas a dormentes desgastados, trilhos enferrujados e manobras de máquinas de ferro no trecho que abrange a avenida oito com ruas 1 e 1B (Rafael Henrique Delucca). Rio Claro é uma cidade que soube receber muitos migrantes de outros estados nas últimas décadas. No entanto, podemos perceber que ainda há uma desigualdade social entre seus moradores, ocasionando muitas vezes falta de emprego, violência, preconceitos, criando também contraste social (Vinicius Luiz Machion).

O subconsciente infantil rio-clarense é marcado e percebido pelas diversas formas de violência e criminalidade, desde as praticadas contra as pessoas, contra a natureza, contra a memória histórico-cultural... A cidade que "falta muito para melhorar e consertar". A cidade com poucos pontos turísticos. A cidade com ruas habitadas por "alguns covardes soltos". A cidade que estampa em seus "jornais notícias de roubos, assassinatos e drogas". "O povo tem direito à sua própria história. Que a terra, o trabalho e o lucro tivessem sido expropriados tem menor relevância do que o fato de que a expropriação tivesse sido legitimada, e legitimada de tal maneira que os que sofreram expropriação saíram humilhados" (DEAN, 1977, p. 14).

As *Teses de História* de Walter Benjamin adquirem importância como referenciais teóricos para fazermos as leituras sobre a história do que não se deseja contar – do espaço/tempo da cidade de Rio Claro.

> A história não revela submissão e resignação, mas sobrevivência e revide. O estudo do trabalho nas grandes lavouras tem implicações igualitárias, mas que se pretende – é preciso deixar bem claro antecipadamente – é corrigir perspectivas que foram distorcidas mediante argumentações especiais, e não, introduzir distorções onde não as havia (NASCIMENTO, 1968, p. 203).

A reflexão benjaminiana sobre a violência considerou o significado léxico da palavra alemã *gewalt*, com duplo sentido, podendo ser utilizada como sinônimo de violência como também sinônimo de poder que institui ou mantêm o Direito. Assim sendo, há forte relação entre a violência com o poder instituinte/mantenedor do Direito, expressão ideológica máxima de um Estado.

A reflexão benjaminiana sobre a violência/poder ficou evidente na cidade de Rio Claro/SP através de espaços. Da emancipação política rio-clarense e perdurando por quase um século, num único prédio publico, funcionou a Câmara Municipal (andar superior), símbolo local do poder instituinte (leis) e, a Cadeia Pública (térreo) símbolo local da violência/poder mantenedor do *"status quo".* Durante aquele lapso temporal, o poder legislativo , a "ordem pública" e o poder político rio-clarense coabitaram o mesmo espaço, muitas vezes, com sobreposições de atribuições, visto que o cargo de delegado de polícia era nomeado pelo poder político-econômico.

Contraditoriamente, foi edificado aquele prédio na *Praça da Liberdade*, símbolo da luta do rio-clarense pela alternância do poder e do regime político – a derrubada da monarquia pela república. Na República Velha, o requisito primordial para o cidadão exercer na plenitude o poder político era preencher o requisito de ordem econômica, ou seja, ser proprietários de terras, de imóveis ou de capitais. O sistema político atual não modificou substancialmente aquela realidade, exigindo dos candidatos aos cargos eletivos um aporte econômico financeiro de grupos ou, em alguns casos, apoio de confissões religiosas.

As inúmeras formas de violências que atuaram na produção e (des)organização do espaço são melhores decifradas quando realizamos a *flanerie* pela cidade, revelando as suas *fisiognomias* e fantasmagorias.

6. A FLANERIE BENJAMINIANA: AS FISIOGNOMIAS DAS CIDADES E AS SUAS FANTASMAGORIAS

A extensa e multidisciplinar obra de Walter Benjamin, no final do século passado, é amplamente difundida no Brasil, quando os seus primeiros ensaios e livros são traduzidos e editados. A sua principal obra – *Passagens*[117] é para Seligmann-Silva (2007, p.103) das "poucas obras do século XX que têm carga explosiva tão potente quanto à desse vasto volume" e abalou "a concepção tanto do saber histórico como do método do seu conhecimento".

No final do século XIX e início do século XX, com as transformações econômicas decorrente da produção em série de produtos (mercadorias) exigiu a criação de sofisticados mecanismos que fossem capazes de expor – em grandes espaços – as mercadorias aos consumidores. Aquelas novas configurações espaciais (re)produziram dimensões arquitetônicas que fossem apta à abrigar e dar vazão ao grande volume de negócios decorrentes da produção em série de mercadorias. As decorrentes reformas urbanísticas para atender os interesses do capital e para estimular o consumo de mercadorias necessitou generalizar os meios de transportes, transformando as cidades num sistema integrado.

Naquele novo contexto espacial, Benjamin percebeu que a noção de fixidez sucumbiu diante da noção de fluidez do espaço. "Paris deixou de ser para sempre um aglomerado de pequenas cidades que tinham sua fisionomia própria, sua vida, onde nascia e se gozava a vida, lugar no qual não se sonhava partir, onde a natureza e a história tinham colaborado para realizar a variedade na unidade" (BENJAMIN, 1986, p. 185).

A fluidez imposta ao espaço para atender os desejos da mercadoria transformou a cidade numa encruzilhada cosmopolita, "o parisiense tornou-se despersonalizado" *(Benjamin, 1986, p. 185).*

A obra benjaminiana é interdisciplinar e se prende a dialética hegeliana[118]. A totalidade é o elemento essencial do conceito da dialética benjaminiana, considerando que a

---

[117] "As passagens, uma recente invenção do luxo industrial, são galerias cobertas de vidro, com as paredes em mármore, atravessando blocos inteiros de prédios, cujos proprietários se associaram para esse tipo de especulação. Dos dois lados dessas galerias, que receberam sua luz de cima, alinham-se as lojas mais elegantes, de modo que uma tal passagem é uma cidade, um mundo em miniatura, onde o comprador pode encontrar tudo o que precisa" (GS, V, 1044 ,<aº,1>).

[118] O conceito de dialética apresentado por Marx, releitura daquela que fora proposta por Hegel, adquiriu o atributo de classes sociais que traz enraizados os embates ideológicos e utopias (MANHEIM, 1982). No mesmo contexto, Peet (1975) argumentou que existe sempre coerência entre as ideologias e as utopias de cada classe social, considerando que a desigualdade entre classes é da essência do capitalismo. Para Santos (1999, p. 101) o capitalismo é coerente na medida em que depende das contradições para existir, ao mesmo tempo desigual e combinado.

totalidade de uma realidade é algo inatingível. A totalidade é "a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto" (LÖWY, 1985, p.16).

Poder/violência não estão descontextualizados de um discurso ideológico, contudo, a linguística benjaminiana é o rompimento com o discurso sistêmico e totalizante. Os seus ensaios e textos são compostos por fragmentos em arranjo de citações. Benjamin em alguns textos se prendeu ao estilo surrealista, como aconteceu em sua obra: *Rua de Mão Única*. "A liberdade do diálogo está-se perdendo. Se antes, entre seres humanos em diálogo, a consideração pelo parceiro era natural, ela é agora substituída pela pergunta sobre o preço de seus sapatos ou de seu guarda-chuva" (BENJAMIN, 1995, 23).

Os discursos benjaminianos foram impregnados de alegorias, ou seja, o "objeto alegórico é a representação de outro, e até de vários outros, mas não do todo. A alusividade da alegoria é pluralista e não monista; ela remete à diversidade, não a uma suposta unidade do diverso" (MERQUIOR, 1969). A estética dos discursos benjaminianos são complexos e perpassam por diversas áreas do conhecimento humano, criando força revolucionária por meio das suas criativas alegorias.

A reflexão critica benjaminiana do espaço urbano perpassa pela releitura da dialética o que levou Benjamin a estrutura-la no trinômio: Modernidade[119]-metrópole-fisiognomia. As contradições impostas pela "modernização" e pelo "progresso" [120] serviram para que Benjamin decifrasse as *fisiognomias* das cidades, quase sempre expressas nas imagens dialéticas da pobreza/miséria, além da destruição dos valores humanísticos e éticos que qualificam o coletivo e o viver em comunidade.

A metrópole e a modernidade são analisadas por Benjamin através do personagem do *flâneur* [121], inspirado nas obras de Baudelaire e Poe, aquela pessoa

[119]Na concepção marxista a Modernidade é marcada como sendo a época do fetichismo generalizado. Tudo se auto-consome numa produção de excedentes em que a mercadoria deve ter uma obsolescência programada, o que é antigo não serve mais e deve ser rapidamente substituído pelo novo. Para Habermas o conceito de modernização se refere a processos cumulativos que se reforçam mutuamente, portanto, se entrelaçam desde à formação do capital, mobilização de recursos, aumento de produtividade no trabalho, estabelecimento de poderes políticos centralizados, formas urbanas de vida , formação educacional, secularização de valores, etc. Se a intenção for determinar o período histórico da Modernidade pode-se dizer que se estende entre os fins do século XV e os dias atuais. Porém, a Modernidade é uma denominação de um conjunto de fenômenos sociais e é também o resultado de uma série de eventos marcantes do mundo ocidental ocorridos nos últimos quinhentos anos, aproximadamente. A Modernidade apresenta inúmeras ambiguidades. Ao mesmo tempo em que oferece segurança também oferece perigo. "A modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o imutável" (Charles Baudelaire).

[120]Sobre o conceito benjaminiano de progresso: *"Deve-se fundar o conceito de progresso na ideia da catástrofe. Que tudo 'continue assim', isto é catástrofe. Ela não é o sempre iminente, mas sim o sempre dado" (BENJAMIN, 2000, p. 174).*

[121] Edgard Alan Poe, em 1840, no seu conto *"O Homem da Multidão"* apresentou uma sofisticada variante da

descompromissada e distante dos acontecimentos que contracena com as representações: da história, da cultura, da mercadoria, do progresso, da multidão e da cidade surrealista. "A ociosidade do *flâneur* [122] é um protesto contra a divisão do trabalho" (HOBSBAWM, 1982, pp. 241-260). "O lugar desse lumpemproletário no sentido duplo, vestido de farrapos e ocupado com farrapos" [123], é a vala comum dos desclassificados. (BOLLE, 2000, p. 395).

Benjamin, com o seu método, decifrou as *fisiognomias* das metrópoles europeias - Paris, Londres, Moscou, dentre outras. Desmascarou o rosto da modernidade – capitaneada pelos burgueses - os "traços da mentalidade burguesa e pequeno-burguesa, a mudança de padrões culturais, o imaginário social e político e a ação dos intelectuais, mediadores culturais e produtores de imagens" (BOLLE, 2000, p. 20).

A rua é para Benjamin a moradia do *flâneur.* Ele não despreza qualquer detalhe daquele ambiente. Admira as publicidades daquela época – *reluzentes placas esmaltadas das firmas como se fossem os quadros pintados a óleo dos burgueses*. A aguçada sensibilidade do *flâneur* faz das bancas de jornal as suas bibliotecas. A sacada dos cafés parisienses se transforma no mirante do *flâneur* que lhe permiti contemplar os detalhes do cotidiano.

Na obra *Passagens*[124], publicada *pós-morte,* Benjamin elaborou incontáveis

---

figura do *flâneur* que se constitui na num personagem-narrador que abandona o lugar confortável do espectador para contracenar com os personagens das ruas das cidades para decifrá-la, portanto, o *flâneur* é um fisiognomonista "nato" da rua. Em Baudelaire, a *flanerie* do poema *"Flores do mal"*- retrata a queda, a expulsão do paraíso, o amor, a morte, o tempo, o exílio e o tédio. Os poemas desta obra retratam como ninguém as mazelas do espírito humano. A obra "As Flores do Mal" foi dividida em seis grupos de poemas, depois foi adicionado mais um grupo de poemas. Esses seis grupos de poemas irão ser chamados de ciclos. O conhecimento dessa informação é importante, pois é no grupo dos "Quadros Parasienses" que Baudelaire vai tratar da cidade e das multidões. O grupo acrescentado foi: Tableux parisien (Quadros Parisiense).

[122]Durante a minha trajetória como Delegado de Polícia tive a oportunidade de me encontrar com um *flâneur.* Dirigi-me a cidade de Itirapina para presidir inquérito policial que envolvia políticos daquela cidade e, quando cheguei naquela Delegacia de Polícia deparei-me com um *andarilho* solicitando a lavratura de uma ocorrência sobre extravio de documentos. O policial estava recalcitrante e entendia que poderia se tratar de alguma artimanha daquela pessoa para se esquivar de algum crime. Como não acredito na criminologia e nem na sua corrente biotipológica, ouvi os reclamos daquele andarilho e solicitei a lavratura da ocorrência como ele havia proposto. Quando conversava com aquela pessoa – *o vagabundo* – para o policial, percebi que o mesmo trazia consigo um livro em espanhol sobre o marxismo. Indaguei-lhe e fique sabendo que o mesmo era amazonense e que perambulava pelo mundo – por opção – por se declarava comunista e não queria estar inserido na Modernidade – no contexto da catástrofe do progresso. Não queria ser um dos seus coadjuvantes. Informou aquele *flâneur* que os recursos financeiros que obtinha eram apenas para alimentar sua subsistência material e cultural, portanto, sempre que chegava às cidades – como o colecionador benjaminiano, procurava os *"ferros-velhos"* e garimpava livros, comprando-os por preços irrisórios. Desapercebidamente ou alienado, indaguei-lhe qual destino dava aos livros e, para minha surpresa, respondeu-me que por ser comunista não podia amealhar propriedades e, consequentemente, doava seus livros às bibliotecas escolares para multiplicar a conscientização libertária dos jovens. Estava – como o Chaplin – diante de um *"genial vagabundo".*

[123]Cit. GS, V, 441 [J68, 4].

[124]*Passagens* (BENJAMIN, 2006)[124], projeto principal de pesquisa de Walter Benjamin e não concluído em vida, tem como objeto principal de pesquisa a cidade, em especial, a cidade de Paris do final do século XIX. Esta obra científica aborda temas relacionados como o cotidiano parisiense, a exemplo, a moda, a arquitetura, as ruas, os interiores, as passagens e também a reforma urbanística de Haussmann, cujo objetivo principal foi o de revelar o sentido contraditório da Modernidade.

reflexões transversais sobre as cidades, alicerçados num mosaico de citações de outros pensadores, facilitando a sua compreensão sobre a totalidade de alguns fenômenos urbanos. "*Não tenho nada a dizer [...]*. Só mostrar. Não rejeitarei nada de valioso, não usarei nenhuma formulação engenhosa" (BENJAMIN, 1982, p. 674).

Com este aporte teórico, alegoricamente, apresentamos a *flanerie* pela cidade de Rio Claro, "extraindo citações e montando essas citações" (ROUANET, 1992, p. 51). Neste contexto, a violência e a criminalidade não devem ser analisadas apenas como fenômenos ocorridos numa entidade topográfica, visto que a cidade é produzida e o seu espaço é construído pelos homens por meio de sua arquitetura e urbanística (seu sistema viário e construções) – por sua demografia, por sua história e, principalmente, com "o solo de sua mitologia". "É a cidade dos mistérios noturnos, [...] povoada por criminosos e justiceiros" como decifrou Baudelaire ao interpretar as imagens dialéticas de Paris, com o olhar do alegorista, "o primeiro a enfrentar a modernidade urbana, a fazer do choque urbano a armação estrutural de sua poesia, a absorver em sua obra a pulsação convulsionada das massas, a compreender a dimensão enigmática da cidade" (ROUANET, 1992, p. 51).

Walter Benjamin (2005) estruturou a sua reflexão critica sobre a cidade moderna nos aportes metodológicos do materialismo histórico.

> Ao materialismo histórico interessa-lhe fixar uma imagem do passado tal como ela surge, inesperadamente, ao sujeito histórico no momento do perigo. O perigo ameaça tanto o corpo da tradição como aqueles que a recebem. Para ambos, esse perigo é um e apenas um: o de nos transformarmos em instrumentos das classes dominantes. Cada época deve tentar sempre arrancar a tradição da esfera do conformismo que se prepara para dominá-la. Pois o Messias não vem apenas como redentor, mas como aquele que superará o Anticristo. Só terá o dom de atiçar no passado a centelha da esperança aquele historiador que tiver apreendido isto: nem os mortos estarão seguros se o inimigo vencer. E este inimigo nunca deixou de vencer (Tese VI). Para o materialismo histórico não será preciso dizer mais nada. Aqueles que, até hoje, sempre saíram vitoriosos integram o cortejo triunfal que leva os senhores de hoje a passar por cima daqueles que hoje mordem o pó. Os despojos, como é de praxe, são também levados no cortejo. Dá-se-lhe geralmente o nome de patrimônio cultural. Eles poderão contar, no materialismo histórico, com um observador distanciado, pois o que ele pode abarcar desse patrimônio cultural provem, na sua globalidade, de uma tradição em que ele não pode pensar sem ficar horrorizado. Porque ela deve a sua existência não apenas ao esforço dos grandes gênios que a criaram, mas também à escravidão anônima dos seus contemporâneos. Não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie. E, do mesmo modo que ele não pode libertar-se da barbárie, assim também o não pode o processo histórico em que ele transitou de um para outro. Por isso o materialista histórico se afasta quanto pode desse processo de transmissão da tradição, atribuindo-se a missão de escovar a história a contrapelo (Tese VII)..

Os recortes fragmentados dos espaço-temporais da cidade de Rio Claro/SP são

suficientes para elaborar a critica da totalidade (no sentido de conjunto) dos fenômenos sociais decorrentes da violência e criminalidade, se aplicado o método de montagem e de citações benjaminianos.

Benjamin com o seu método da montagem e citação permitiu "através do fragmento de único fato reconstruir um período histórico". Como exemplo, usou o pulsar do flash da máquina fotográfica capaz de registra numa película um único instante da história. A leitura daquela imagem fotográfica, desde que com olhares multidisciplinares, permite-nos revelar inúmeros detalhes daquele período histórico. O processo de fragmentação de um único fato, aos moldes dos métodos psicológicos de interpretação de um sonho, nos permite revelar com maior amplitude um período histórico. Incorporou Benjamin os métodos freudianos no pensamento marxista ao incluir a interpretação dos sonhos como poderosa ferramenta para revelar os desejos oníricos da sociedade capitalista.

> Já que o corpo vivo se apresenta como uma unidade expressiva, é só no seu desfazer-se brutal, na sua desagregação em muitos fragmentos separados e reificados, que o drama pode, chafurdando entre seus órgãos, encontrar a significação. O significado é arrancando das ruínas do corpo, da carne roubada mais do que da sua figura harmoniosa; e pode-se aqui detectar uma vaga analogia com o trabalho de Freud, para quem é igualmente na divisão do corpo, na desarticulação de suas zonas e órgãos, que a sua "verdade" pode ser desvelada (EAGLETON, 1993, p. 244).

As reformas urbanísticas de Paris realizadas por Haussmann mereceu acurada critica de Walter Benjamin que se apoiou em inúmeras citações de outros pensadores na montagem de *tableaux* de fatos, ideias e imagens que permitiu decifrar o papel segurança no espaço urbano, principalmente, como garantidor da *"ordem pública"*. Ampliaram-se as larguras das ruas parisienses com o propósito de permitir o rápido deslocamento das tropas, além é claro, para dificultar a construção de barricadas por revoltosos. As praças e pontes construídas durante a reforma haussmanianna, em locais estratégicos, desempenharam papel estratégico para sufocar ou conter movimentos populares, além de promover a segregação sócio-espacial.

No Brasil, a reforma urbanística da cidade do Rio de Janeiro, levada avante no início do século XX, com o pretexto de melhorar as condições sanitárias, seguiu a mesma lógica da reforma haussmanianna para promover a higienização social e o controle social.

Aspecto oportuno e analisado por Benjamin são os perigos impostos pela Modernidade e seu progresso, detalhados em suas *Teses sobre História*, com contumaz alerta ao processo de alienação da sociedade, entorpecida pelo fetiche das mercadorias e pela reificação. O espaço urbano, no referido contexto, é transformado num mero sistema de negócios em que a "terra urbana" não passa de mercadoria, com os seus fetiches (privacidade,

segurança, lazer, etc.). Alertou Benjamin sobre os perigos da modernidade e as suas reflexões criticas são *um aviso de incêndio,* "é preciso cortar a mecha que queima antes que a faísca chegue à dinamite" (BENJAMIN, 1995).

> O verdadeiro político só calcula em termos de prazo. E se a eliminação da burguesia não estiver efetivada até um momento quase calculável do desenvolvimento econômico e técnico (a inflação e a guerra de gases o assinalam), tudo está perdido. Antes que a centelha chegue à dinamite, é preciso que o pavio que queima seja cortado. Ataque, perigo e ritmo do político são técnicos – não cavalheirescos (BENJAMIN, 1995, p. 46).

As cidades da Pós-Revolução Industrial, no viés benjaminiano, estão em perigo provocado pelas incontáveis tecnologias letais ou daquelas que robotizam o ser humano, transformando-os em autômatos. Por outro lado, a tecnologia produz efeitos positivos, como acontece com a energia elétrica ao iluminar as cidades ou quando impulsionam as máquinas industriais. Dialeticamente, a energia elétrica ilumina também os corredores dos manicômios, permitindo ao poder judiciário enxergar ou não o terror da clausura, como também o enclausuramento das pessoas em presídios, reformatórios juvenis ou nas próprias residências.

As teorias benjaminianas, com bases dialéticas, rompem com visões maniqueístas para através do chok das ideias revelarem as sutis relações que envolvem *tempo/espaço, poder/violência, massificação/alienação, historia/historiografia oficial, fantasmagorias, fisiognomias, reificação/emancipação e revolução/mito.* Seus textos e livros são resultados de consistentes pesquisas de natureza etnográfica sobre o cotidiano citadino, nas suas múltiplas camadas temporal e nos múltiplos espaços, com as suas tensões[125].

As reformas urbanísticas parisienses de Haussmann seguiram um processo dialético consubstanciado na construção/destruição do espaço público, portanto, qualificando a estética do caos que se justificava no perigo dos trabalhadores conquistarem o poder político-econômico. Esta estética serviu também aos interesses do capitalismo na medida em que é necessário a destruição do antigo (obsoleto) para que possam ser substituídos por novos produtos e serviços.

No contexto benjaminiano, a crítica deve ser entendida como um "médium-de-reflexão" - *"reflexionsmedium",* como explanou na sua obra - *O Conceito de Crítica de Arte no Romantismo Alemão* (BENJAMIN, 2002). A critica benjaminiana repulsa o modelo de

[125]A atualidade da obra de Walter Benjamin fica evidente quando – sua notoriedade somente acontece *pós-morte* e, diariamente são publicadas textos e pesquisas científicas estruturadas nas releituras benjaminianas. Luís S. Krausz, em seu artigo *Messianismos em um mundo destroçado,* publicado em 29 de outubro de 2011, no Caderno Sabático, p. S3, do Jornal Estado de São Paulo, externou que Walter Benjamin *"[...] foi um estrangeiro no mundo e no tempo, lançado no século 19 para o século 20 a um país estranho. Seu desprezo pela sociedade burguesa, sua busca pela religião como ordem suprema e sua escuta poética do mundo lhe proporcionaram uma vida de 'vitórias de pormenores às quais correspondem derrotas em grandes escalas'. Mas legaram à posteridade interpretações de cultura contemporânea sempre atuais, e de espantosa lucidez".*

razão e racionalidade advindos da pós-modernidade.

> [...] as implicações de crítica ao modelo de teoria do conhecimento monológico, baseado na simples cadeia de causas e efeitos, e, portanto, de crítica também a uma concepção linear tanto do desenvolvimento do conhecimento como também no desenrolar da própria história, ele trouxa à tona um debate – a crítica de um determinado modelo de razão e racionalidade – que está particularmente aceso na pós-modernidade (SELIGMANN-SILVA, 1993-9).

Este conceito de crítica é o que adotamos durante toda esta pesquisa.

A *teoria benjaminiana sobre a linguagem* é importante referencial teórico para analisar as "linguagens ocultas" da cidade e também para refletir o papel das tecnologias de comunicações, em especial, quando são instrumentos de um processo de *massificação/alienação* das pessoas. A *linguagem estruturada* em discursos são *signos do poder* e controlam a razão instrumental de uma modernidade extenuada para minimizar as diferenças entre grupos sociais. Essa razão instrumental quando se utiliza do medo e do sentimento de insegurança promovem a exacerbação das diferenças sociais com reflexos diretos na produção dos espaços urbanos de segregação socioambiental.

Novas formas de comunicações são elaboradas e produzidas para atender os interesses do capital e os *mercados livres* elaboram as suas próprias regras utilitárias de participação democrática para atender basicamente os interesses privados e, ao mesmo tempo, desqualificar as regras universais e o interesse público.

A distorção da comunicação resulta na espiral de desconfiança, como também a sua falta ou a sua distorção – não deixa de ser uma violência (HABERMAS, 1989). Com este olhar critico, o *"flâneur"* se afasta dos processos de massificação/alienação elaborados pelas tecnologias da comunicação para então se perder na cidade, permitindo-lhe o encontro com os marginalizados que vivem na periferia.

O espaço urbano, para Benjamin, é aquele no qual passa uma procissão infindável: "os conspiradores, os operários com mulheres e filhos, os pobres, os sem posse, os miseráveis, os catadores de lixo, as 'classes laboriosas', as 'classes perigosas', os proletários, os 'homens inferiores, nascidos de assaltantes e prostitutas', os oprimidos, as prostitutas, os decrépitos, a juventude sem perspectiva, os doentes, os candidatos a suicídio..." (BOLLE, 2000, pp. 396-98).

6.1 A estética do caos ou estética da violência – reflexões benjaminianas sobre poder/violência

Em 1847, Marx escreveu: "a barbárie reapareceu, mas desta vez ela é engendrada no próprio seio da civilização e é parte integrante dela. É a barbárie leprosa, a barbárie como lepra da civilização" [126]. Para os marxistas, a barbárie foi o adestramento da classe dos trabalhadores para que atender somente os interesses dos proprietários dos meios de produção ou os financistas, subjugando-os por meio de processos de dominação e de alienação, querem coercitivos ou sutis.

> Em suas relações com a máquina, os operários aprendem a coordenar "seus próprios movimentos com aqueles uniformemente constantes de uma autômata". [...] atribui a multidão uniformidade de vestir e de comportamento, e não menor uniformidade de expressão. O trabalho de ambos está igualmente vazio de conteúdo (BEJAMIN, 2000, p. 55-7).

A estética da violência mereceu atenção em seu ensaio*: Documentos de Cultura/Documentos de Barbárie*, refletido com perspicácia no texto, *Crítica da Violência – Crítica do Poder* (BENJAMIN, 1986). Na tradução brasileira do referido Documento, Bolle fez as seguintes considerações:

> Crítica da Violência – Crítica do Poder focaliza as grandes instituições do Estado. Explorando a ambiguidade da palavra Gewalt (que tanto pode designar 'violência' quanto o 'poder'), o crítico mostra que o direito institucionalizado é essencialmente 'mítico', ou seja, constitui a vontade de permanência dos vitoriosos do poder. (O contexto político a que se refere o ensaio é a tentativa da Revolução alemã de 1918 e o aparato jurídico da República de Weimar, comprometido com o ancien regime – interpretação com a qual Benjamin se distancia de conservadores como Carl Schmitt e liberais como Kurt Hiller). Como instâncias que garantem o status quo aparecem o poder militar e o poder da polícia. O poder virtual de controle – o dos parlamentos – não funciona, já que 'perderam a consciência das forças revolucionárias às quais devem sua existência'. Ressuscitar essas forças é, pois, a intenção de Benjamin – que se afasta do marxismo pelo competente anárquica e pela procura de meios jurídicos 'puros' – deixa em suspenso qualquer proposta utilizável em termos de uma 'Realpolitik'. Prefere mostrar que os interesses de poder sempre levam de volta ao estado de violência e que a ideia de justiça – cuja única expressão autêntica seria o poder divino – continua sendo usurpada pelo Estado (BOLLE, apud BENJAMIN, 1986, 12-3).

Na concepção benjaminiana, a violência institucional – legal ou ilegal – é exercida basicamente pelas organizações policiais.

> É verdade que a polícia é um poder para fins jurídicos (com direito de executar medidas), mas ao mesmo tempo com a autorização de ela própria, dentro de amplos limites, instituir tais fins jurídicos (através do direito de baixar decretos). A infâmia dessa instituição – sentida por poucos, porque raramente a competência da polícia é suficiente para praticar intervenções mais grosseiras, podendo, no entanto, investir cegamente nas áreas mais vulneráveis e contra cidadãos sensatos, sob a alegação de que contra eles o

[126] Cit. LÖWY, 2000, p.46.

> Estado não é protegido pelas leis – consiste em que ali se encontra suspensa a separação entre poder instituinte e poder mantenedor do direito. [...] **Na verdade, o "direito" da polícia é o ponto em que o Estado – ou por impotência ou devido às inter-relações imanentes a qualquer ordem judiciária – não pode mais garantir, através da ordem jurídica, seus fins empíricos, que deseja atingir a qualquer preço. Por isso, 'por questões de segurança', a polícia intervém em inúmeros casos, em que não existe situação jurídica definida, sem falar nos casos em que a polícia acompanha ou simplesmente controla o cidadão, sem qualquer referência a fins jurídicos, como um aborrecimento brutal, ao longo de uma vida regulamentada por decretos.** [...] E, apesar de a polícia amiúde ter o mesmo aspecto em toda a parte, não se pode negar que seu espírito é menos arrasador na monarquia absoluta – onde ela representa o poder do soberano, que reúne plenos poderes legislativos e executivos – do que nos regimes democráticos, onde sua existência, não sublimada por nenhuma relação desse tipo, testemunha a maior degenerescência imaginável do poder (BEJAMIN, 1986, 166-7).

Benjamin avançou com a seguinte critica:

> [...] dois tipos de poder: poder instituinte e mantenedor do Direito, ambos presentes no Estado moderno. O poder da polícia se emancipou dessas duas condições. É um poder instituinte do Direito – cuja função característica não é promulgar leis, mas baixar decretos com expectativa de direito – e um poder mantenedor do Direito, uma vez que se põe à disposição de tais fins. A afirmação de que os fins do poder policial seriam idênticos aos do Direito restante ou pelo menos ligados a eles é falsa. **Na verdade o direito da polícia é o ponto em que o Estado – ou por impotência ou desvio às inter-relações imanentes de qualquer ordem judiciária – não pode mais garantir, através da ordem jurídica, seus fins empíricos, que deseja atingir a qualquer preço** (BENJAMIN, 2003).

O militarismo para Benjamin "é a compulsão ao uso generalizado da violência como meio para atingir os fins do Estado" *(BENJAMIN, 2010, p. 55).* O *poder/violência* do Estado brasileiro é exercido por um sistema de segurança pública oriundo do regime civil-militar de 1964. Se o militarismo[127] é "compulsão generalizada da violência" para ser utilizada – quando necessário, na destruição ou eliminação de um inimigo, sendo que no Brasil, a opção do discurso jurídico-ideológico foi pela repressão ao crime, relegando à segundo plano a sua prevenção. **"Estas duas formas de poder encontram-se presentes, numa relação muito antinatural do que na pena de morte, num hibridismo por assim dizer fantasmático, numa outra instituição do Estado moderno: a da polícia"** (BENJAMIN, 2010, p. 57).

Benjamin alertou que "o poder mantenedor do Direito é um poder ameaçador" com "um elemento de podridão" (BENJAMIN, 1986, p. 160). A institucionalização do

[127]O Brasil é dos pouquíssimos países que ainda mantêm na estrutura da segurança pública uma organização policial de caráter militarista, como são as Policias Militares Estaduais. A Polícia Militar do Estado de São foi recentemente condenada internacionalmente por sua elevada letalidade contra civis, conforme decisão da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgada no ano de 2012. As Polícias Militares Estaduais também são forças auxiliares do Exército e controladas pela referida Força, opostamente do que ocorre em outras nações em que Exército que auxilia a Polícia quando ocorre grave perturbação da segurança pública.

Direito é a institucionalização do poder é, portanto, um ato de manifestação imediata da violência. Para alguns jus-filósofos, a Justiça é o princípio de toda instituição divina de fins éticos, enquanto o poder é o princípio de toda institucionalização mítica do Direito (SCHLESENER, 1999). Consequentemente, o direito é instituído pela violência como também o mantem.

As relações de força numa sociedade são expressas e controladas pelo ordenamento jurídico, a linguagem no seio do discurso do poder político. "Quando desaparece a consciência da presença latente da violência numa instituição de Direito, esta entre em decadência" (BENJAMIN, 2010, p. 59). Exemplificando, Benjamin citou os contratos celebrados entre partes (pessoas físicas ou jurídicas) que "pode acabar sempre por conduzir à violência, porque concede a cada uma delas o direito de reclamar o recurso a alguma forma de violência contra a outra, no caso de esta violar o contrato" (BENJAMIN, 2010, p. 59).

A linguística prioriza a abordagem das práticas discursivas, sem desprezar sua estética. O Direito é o discurso da ideologia dos vencedores que sanciona. Portanto, Benjamin compreendeu que o Direito é a linguagem normativa que instrumentaliza a ideologia do poder político ou a amolda às pressões contrárias, a fim de que sobreviva (SCHLESENER, 1999, p. 79).

> É que a função do poder como violência na instituição do Direito é dupla, na medida em que essa instituição se propõe ser aquilo que se institui como Direito, como seu fim, usando a violência como meio; mas, por outro lado, no momento da aplicação dos fins em que vista como Direito, a violência não abdica, mas transforma-se, um sentido rigoroso e imediato, em poder instituinte do Direito, na medida em que estabelece como Direito, em nome do poder político, não um fim livre e independente de violência, mas um fim necessária e intimamente a ela ligado. A instituição de um direito é instituição de um poder político e, nesse sentido, um ato de manifestação da violência (BENJAMIN, 2010, p.66).

No contexto da linguista jurídica é importante a reflexão critica sobre a ideologia das leis que regulamentam a criação e a (des)organização do espaço urbano. Não se pode desprezar que Planos Diretores são elaborados para atender interesses de grupos ou setores sociais, com predominância daqueles que atuam no setor imobiliário. Curvam as administrações municipais para fazer valer a vontade da re-capitalização dos espaços urbanos, como ocorre com os processos de *gentrificação* da cidade.

A conceituação marxista de *aparelhos ideológicos do Estado* é oportuna ao gestor público e aos citadinos, permitindo-lhes avançar muito além da problemática funcionalista das instituições (públicas ou privadas) e dos seus papéis. O poder do Estado é estruturado em organismos e instâncias diversas: o poder central, o aparelho administrativo,

político, os tribunais, as prisões, instituições distintas e especializadas (Igreja, Escola, etc.) as quais não atuam através da violência física, mas da ideológica. A ideologia é ato de imposição, de sujeição, de obediência, de opressão, etc.. Portanto, ideologia é violência. Portanto, se o poder político edita as normas que traduzem a sua ideologia e recai ao aparelho estatal a função sancionadora que regula, controla e promove condutas, consequentemente, não há Direito regulamentando a concordância. Na ótica da linguística, o Discurso e o Direito se relacionam da seguinte forma:

> O direito, enquanto o poder é mantido, desenvolve-se (ou simplesmente muda) por meio de arranjos que, direta ou indiretamente, confirmam o discurso do poder. Como já foi dito, ele pode invadir o *praeter-legem*, nunca o *contra-legem*, de modo mais simples, ele pode redimensionar sua ideologia fundante, mas nunca contrariá-la (SCHLESENER, 1999, p. 64).

Este instrumental a serviço do Estado é fundamental para que o capitalismo sobreviva as suas próprias crises. Assim sendo, a crise é "a agudização das contradições estruturais dos conflitos sociais em dado processo histórico" (WOLKMER, 2000-2). O incremento da violência e da criminalidade são formas de se exteriorizar a agudização das contradições estruturais dos processos histórico das sociedades neoliberais, porém, não quer dizer que os criminosos sejam sempre vitimas do sistema capitalista. "O ato de matar o criminoso pode ser moral – jamais a justificação desse ato" (BENJAMIN, 1987, p.61).

No ensaio *Nápoles*[128], em coautoria com Asja Lacis e escrito em 1924, Benjamin (1995, p.145-55) tratou da "legibilidade das imagens" como sendo uma radiografia detalhada e visionária da modernidade, servindo-lhe para antever o esboço de um retrato de miséria e crime.

> Assim, quem é lesado não pensa em recorrer à polícia, se faz questão de reaver o que é seu. Com a ajuda de intermediários civis ou religiosos, quando não o faz por si próprio, chega a um camorrista. Através deste se ajusta o resgate. De Nápoles até Castellamare, ao longo dos subúrbios proletários, se estende o quartel-general da Camorra continental. Pois esses criminosos evitam bairros onde se colocariam à disposição da polícia. Distribuem-se na cidade e na periferia. Isso os torna perigosos (BENJAMIN, 1995, p. 146).

O ensaio Nápoles é um retrato escrito da barbárie do início do século passado, muito antes da globalização da economia e, atualmente, se reproduz nas cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Rio Claro/SP, etc.. A Camorra de ontem e a mesma de hoje, no Brasil adquire multifeições através do crime organizado e das facções criminosas. Os *camorristas italianos* de Nápoles são doravante reproduzidos a semelhança nos milicianos

[128]O ensaio benjaminiano é ainda muito atual. Além de analisar algumas fantasmagorias de Nápoles que se aplicam atualmente a todas as cidades, o interessante é que na cidade de Rio Claro a prática de se pagar "resgate" para reaver coisas furtadas ou roubadas acontece a todo o momento, como nos relataram diversas vitimas que exigiram anonimato.

cariocas, com as mesmas rotinas e ações criminosas. O pagamento do "pedágio" e da "proteção" pelos fluminenses e cariocas é semelhante a propina paga pelos napolitanos. A barbárie é universal no tempo/espaço da economia globalizada.

No ensaio *Moscou*, escrito entre 1926-1927 em parceria também com Asja Lacis, Benjamin analisou a corrupção, atualmente, reproduzida de forma intensa.

> Sob o capitalismo, o poder e o dinheiro se tornaram grandezas comensuráveis. Qualquer quantidade dada de dinheiro é convertível numa quantidade perfeitamente determinada de poder, e o valor venal de cada poder é calculável. Assim acontece de modo geral. Nesse contexto só se pode falar em corrupção onde esse fenômeno se torna excessivamente manuseado. Têm seu sistema de comando num sólido jogo entrelaçado de imprensa, órgãos públicos, trustes, dentro de cujos limites permanece inteiramente legal (BENJAMIN: 1995, p. 172).

Na globalização da economia todas as pessoas e coisas são rotuladas com um valor econômico, inclusive, as notícias, as campanhas eleitorais, as decisões judiciais, etc.. O resultado imediato foi que a corrupção infiltrou-se pelas entranhas da sociedade e dos poderes estatais (crime organizado), abrandando os discursos jurídicos punitivos[129] dos crimes financeiros, previdenciários, tributários e os relacionados às relações de comércio.

> Benjamin conhecia pouco o Brasil ou a América Latina em geral. Mas, entre seus escritos, encontra-se um pequeno ensaio, a resenha de uma biografia francesa de Bartolomé de Las Casas, um documento de grande interesse que parece ter escapado à atenção dos críticos e especialistas de sua obra. Trata-se de uma crítica, publicada em 1929, ao livro de Marcel Brion, Bartolomé de Las Casas, "Père des Indiens" (Paris, Plon, 1927). A conquista ibérica, esse primeiro capítulo da história colonial europeia, "transformou o mundo recém-conquistado em uma câmara de torturas", escreve Benjamin. As ações da "soldadesca hispânica" criaram uma nova configuração espiritual (Geistesverfassung) que "não podemos representar sem horror (Grauen)". Como toda colonização, a do novo continente tinha suas razões econômicas – os imensos tesouros de prata e ouro das Américas – mas os teólogos oficiais trataram de justificá-la como argumentos jurídico-religiosos: "A América é um bem sem proprietários; a submissão é uma condição da missão; intervir contra os sacrifícios humanos dos mexicanos é um dever cristão". Bartolomé de Las Casas, "um combatente heroico na mais exposta das posições", lutou pela causa dos povos indígenas, confrontando-se, na célebre polêmica de Valladolid (1550), com o cronista e cortesão Sepúlveda, "o teórico da razão de Estado", obtendo finalmente do rei da Espanha a abolição da escravidão e da "encomienda" – medidas que foram instauradas, mas nunca efetivamente aplicadas nas Américas. Observamos aqui, adverte Benjamin, uma dialética histórica no campo da moral: "em nome do catolicismo, um padre se opõe às atrocidades (Greuel) que se cometeram em nome do catolicismo" – da mesma forma que um outro padre, Sahagun, salvou em sua obra a herança indígena destruída sob o protetorado do catolicismo. [...] o texto de Benjamin é uma interessante aplicação de seu método – interpretar a história do ponto

[129]Não se pretende justificar um crime pelo outro e muito menos que não devam ser eles punidos. A critica é que os fraudadores da previdência social brasileira – INPS, responsáveis também pela insolvência do sistema previdenciário brasileiro, repassando o ônus ao trabalhador brasileiro, quer aumentado o tempo de contribuição ou aumentando os percentuais das contribuições previdenciárias, são benevolentes (REFIS) agraciados com financiamentos para pagar suas pilhagens (em longo prazo e com juros privilegiados), enquanto que os outros criminosos de bagatela (crimines famélicos) são drasticamente punidos.

> de vista dos vencidos, utilizando o materialismo histórico – ao passado da América Latina (LOWY 2005, p. 10-11).

Quando verificamos as causas, circunstâncias, formas e consequências do processo de (re)produção do espaço urbano na sociedade pós-industrial, a estética da violência é fundamental no processo de estimular as pessoas a consumirem novas mercadorias e serviços. O descarte no lixo das mercadorias *obsoletas* é marcante na produção de excedentes, visto que verificamos a crescente produção de resíduos (lixo) nas sociedades urbanas.

Atualmente, experimentamos novas realidades impostas pela sociedade informacional em que o consumo se reproduz de forma virtual. O espaço também é virtual com suas mercadorias simbólicas produzidas em ritmo aceleradíssimo e consumidas virtualmente em escala de progressão geométrica. No mercado virtual é possível comprar seguros, ações, adquirir produtos e serviços. Os jogos eletrônicos produzem novas virtualidades que levam as pessoas ao *entediamento* da percepção do tempo, reduzindo *tudo ao aqui e agora* (MARTINS, 2009). Preferencialmente, são jogos digitais de guerra ou de destruições de pessoas ou cidades.

Arendt (2001) demonstrou que a tática do totalitarismo é sempre controlar o máximo a vida interior e exterior do indivíduo como garantia de se preservar um projeto político-econômico – a sustentabilidade dos negócios. Na sociedade pós-industrial o totalitarismo é reproduzido, sub-repticiamente, pelo "livre-mercado" – o novo Leviatã que controla de forma rígida os fluxos de informações, de ideias e de visão de mundo. O totalitarismo "globalizante" é exercido através do monopólio das informações pelos grandes conglomerados de empresas, redirecionando as ações do Estado-nação para subjugá-lo ao império *da lei-do-mercado.*

A destruição das "velhas mercadorias" é "um prazer estético de primeira ordem" (BENJAMIN, 1994-196). As belas imagens do cinema seduzem as massas de que a autodefesa (tanto do bem como do mal) sempre contempla a destruição tanto de bens como de cidades e de corpos humanos. A destruição é que permite que tudo seja substituído por *outros cada vez mais bonitos e novos.* Doravante, não existem objetos únicos, sem exceção, qualquer objeto pode ser reproduzido na sociedade pós-industrial – quer no espaço real ou virtual.

> [...] de duas circunstâncias, estreitamente ligadas à crescente difusão e intensidade dos movimentos de massas. Fazer as coisas "ficarem mais próximas" é uma preocupação tão apaixonada das massas modernas como sua tendência a superar o caráter único de todos os fatos através da sua reprodutibilidade (BENJAMIN, 1994-170).

No contexto da banalização da violência, da mercantilização das relações humanas, do estratosférico consumo de produtos e serviços, do esvaziamento dos recursos

naturais, da estética da violência, resta-nos indagar: qual é o nosso futuro?

> Curiosamente, o próprio sentido de futuro vai se desfazendo nesse processo de destruição dos itens mais antigos e consumo voraz de novidades, em que a própria vida se esvai em tempo sempre presente, sem devir. Como se alinha do tempo se fechasse sobre si própria, presa numa circularidade sem perspectiva. [...] A ideia do aprisionamento na circularidade temporal aponta para questões relevantes da cultura contemporânea, particularmente no tocante ao enfraquecimento dos limites referenciais de tempo e espaço, que interfere significativamente nos modos de percepção, interpretação e representação da realidade, bem como dimensiona as relações entre indivíduos sociais. Neste sentido, as referências de tempo e espaço, construídas historicamente, começam a desmoronar, de modo que o espaço passa a ser definir pela repetição cinemática, marcadamente temporal, e "o tempo sequencial congela-se num instante de imobilidade", marcadamente espacial (MARTINS 2009, p. 3040).

A estética da violência é uma centelha acessa pela Modernidade e que nos levará ao incêndio/destruição, muitas vezes, nos tentáculos da fantasmagoria da criminalidade. Para Benjamin a salvação passa pela ação transformadora se realizada pela classe oprimida e desde que tenha ela sentimentos de ódio, não contra os indivíduos, mas a um sistema – o capitalismo. O ódio – revestido com o espírito de sacrifício pertence também à construção poética – porque um e outro se alimentam da imagem dos antepassados escravizados, e não dos descendentes liberados (Tese XII).

> O comércio ambulante é em parte ilegal e evita, portanto, qualquer sensacionalismo. Mulheres oferecem aos passantes, na mão aberta, sobre uma camada de palha, um pedaço cru de carne, um frango, um presunto. São vendedoras sem licença. Pobres demais para pagar a taxa de uma banca de venda e sem tempo para ficar várias horas numa fila de repartição e conseguir alvará de uma semana. Se chega um miliciano, então simplesmente fogem. [...] O caráter destrutivo só conhece um lema: criar espaço; só uma atividade: despejar. Sua necessidade de ar fresco e espaço livre são mais forte que todo ódio. [...] Pois destruir remoça, já que remove os vestígios de nossa própria idade; traz alegria, já que, para o destruidor, todo remoção significa uma perfeita subtração ou mesmo uma radiciação de seu próprio estado. [...] O caráter destrutivo está sempre trabalhando de ânimo novo. [...] O caráter destrutivo não idealiza imagens. Tem pouca necessidade delas, e esta seria a mais insignificante: saber o que vai substituir a coisa destruída. Para começar, no mínimo por um instante: o espaço vazio, o lugar onde se achava o objeto, onde vivia a vítima. Com certeza haverá alguém que precise dele sem ocupá-lo. [...] O caráter destrutivo não vive do sentimento de que a vida vale ser vivida, mas que o suicídio não vale a pena (BENJAMIN, 1995, pp. 159, 236-7).

A modernidade estigmatizou os *"improdutivos"*, na expressão baudelairiana *"débris d'humanité"* (lixo humano), como "perigosos" e "marginais" por não se enquadrar nos interesses do "progresso" capitalista. O estigma é também sutil forma de violência urbana.

Benjamin revelou que a cidade contemporânea é espaço de experiência, sensorial e intelectual, da Modernidade. Sua leitura é de *"uma cidade como escrita"* perceptível nas diversas formas: placas de trânsito, *outdoors*, sinais, letreiros, tabuletas,

informações, anúncios, cartazes, folhetos, manchetes, luminosos – uma gigantesca constelação de escrita. "A escrita da cidade costuma apresentar-se como investida de um poder máximo, só comparável à autoridade da Sagrada Escritura" (BOLLE, 2000, p. 271-85). Portanto, o *flâneur benjaminiano* jamais desprezou qualquer detalhe da cidade para decifrar as suas *fisiognomias* e descobrir suas fantasmagorias.

Em *Passagens*, Benjamin apresentou a leitura critica da cidade de Paris, alertando sobre a dificuldade dos seus habitantes diante das sutilizas, das camuflagens e das fantasmagorias, transitar por suas ruas. Na modernidade vivemos em *estado de exceção*, principalmente, quando o tempo no capitalismo moderno é acelerado - *"*sua aceleração inviabilizando a democracia, democracia que requer memória histórica, pois ela depende de uma memória representável, isto é, contestável" (MATOS, 2010, p. 147). No *estado de exceção*, as cidades são anárquicas com as desregulamentações espaciais para atender os interesses especulativos e da hegemonia do setor imobiliário. Tudo se transforma em *business* na forma de *neo* e do *retrô*. Na cidade os hábitos não podem ser duráveis. Contrapondo esta realidade, Benjamin (2006, p. 516) também alertou que o materialismo histórico "precisa renunciar ao elemento épico da história" para destruir a "continuidade da história reificada" *(MATOS, 2010, pp. 154-59)* [130].

Para Benjamin é no espaço urbano que o fetiche e a reificação da mercadoria se transformam em *fantasmagorias*, moldando as suas *fisiognomias*. Resta avançar mais na critica benjaminiana sobre a cidade.

6.2 A cidade benjaminiana

A releitura da reflexão crítica da cidade contemporânea na perspectiva benjaminiana não é tarefa fácil. O desafio é como se perder na cidade para então encontrar os seus verdadeiros significados.

> Saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução. Nesse caso, o nome das ruas deve soar para aquele que se perde como o estalar do graveto seco ao ser pisado, e as vielas do centro da cidade devem refletir as horas do dia tão nitidamente quanto um desfiladeiro. Essa arte aprendi tardiamente; ela tornou o real o sonho cujos labirintos nos mata-borrões de meus cadernos foram os primeiros vestígios. [...] Desde logo percebi que havia algum significado nesse labirinto, pois aquela esplanada ampla e banal por nada deixava transparecer que ali, isolada a alguns passos da avenida dos coches e carros de aluguel, dormitava a parte mais notável do parque. (BENJAMIN, 1995, p. 73-4).

[130] Nesse contexto, a violência não tem caráter de negatividade. Trata-se de uma força positiva a interromper a barbárie.

A cidade benjaminiana é surrealista na medida em que deparamos com ruas absolutamente vazias nas quais os apitos e os tiros é que ditam as decisões. Na cidade, o poder é imperceptível.

> No centro desse universo coisificado situa-se o mais sonhado dos seus objetos, a própria cidade de Paris. Mas só a revolta consegue fazer aparecer na usa totalidade o seu rosto surrealista. **(Ruas absolutamente vazias, nas quais apitos e tiros ditam a decisão).** E não há rosto algum que apresente uma fisionomia tão surrealista quanto o verdadeiro rosto de uma cidade. [...] E todos os recantos de Paris que aqui aparecem são lugares a movimentar, como portas giratórias, aquilo que se situa entre as pessoas (WALTER BENJAMIN, 1980, p. 79).

Toda cidade surrealista também é "um pequeno mundo".

> Mesmo a Paris dos surrealistas é um "pequeno mundo". Isto significa que o grande mundo, o cosmo, não tem aparência diversa. Também ai existe cruzamentos, nos quais surgem de repente, entre o trânsito, sinais fantasmagóricos, nos quais sucedem analogias incomensuráveis e entrelaçamentos de eventos desencontrados (BENJAMIN, 1980, p. 79).

Como olhar uma rua de uma cidade?

> A rua é seu elemento. Felizmente não está nem numa estrada nem num caminho, porque as duas coisas são assustadoras. O caminho era seguido pelas hordas bárbaras, sob a direção de um chefe, e elas corriam o risco de perder-se. Por isso o caminho amedronta. Na estrada, não é necessário seguir um chefe, porque há placas em toda parte, que mostram a direção certa. Mas ela também assusta: nada mais inquietante que a faixa de asfalto que se estende à nossa frente. É o horror da monotonia. A síntese desses dois medos, o *irren*, no duplo sentido de errância e de erro, medo de perder-se e o da monotonia, é o labirinto (ROUANET, 1992, p. 51-2).

Como Benjamin interpretou a rua?

> As ruas são moradas do coletivo. O coletivo é um ser eternamente inquieto, extremamente agitado, que, entre os muros dos prédios, vive, experimenta, reconhece e inventa tanto quanto os indivíduos ao abrigo de suas quatro paredes. Para esse ser coletivo, a tabuletas das firmas, brilhantes e esmaltadas, constituem mural tão boa ou melhor que o quadro a óleo no salão burguês; os muros com "défense d'afficher' (proibido colocar cartazes) são sua escrivaninha, as bancas de jornal, suas bibliotecas, as caixas de correspondência, seus bronzes, os bancos, seus móveis de quarto de dormir, e o terraço do café, a sacada de onde observa o ambiente. O gradil, onde os operários do asfalto penduram a jaqueta, isto é o vestíbulo, e o portão que, da linha dos pátios, leva ao ar livre, o longo corredor que assusta o burguês, é para acessos aos aposentos da cidade. A galeria é o seu salão. Nela, mais do que em qualquer outro lugar, a rua se dá a conhecer como o interior mobiliado e habitado pelas massas (BENJAMIN, 1989, pp. 194-5).

E o labirinto seria "o caminho certo para quem sempre chega suficientemente ao seu objetivo" (BENJAMIN, 1982, p. 52).

> A cidade é a realização do antigo sonho humano do labirinto. O *flâneur*, sem o saber, persegue essa realidade. Sem o saber – por outro lado, nada é mais insensato que a tese convencional que racionaliza sua conduta e é a base inconteste da literatura ilimitada que persegue o comportamento ou a figura do *flâneur;* a tese de que ele estude a aparência fisionômica das pessoas para

> ler-lhes a nacionalidade e a posição, o caráter e o destino, pelo seu modo de andar, pela sua constituição corporal, pela sua mímica facial. Como devia ser urgente o interesse em dissimular seus motivos, para dar curso a teses tão desgastadas (BENJAMIN, 1989, p. 202).

O método benjaminiano é inovador por revelar por meio da dialética as *fisiognomias*, as fantasmagorias e os sonos oníricos dos habitantes das cidades (sob o viés freudiano), libertando da opressão os vencidos da história daqueles sonos (torpor/alienação).

> [...] suas análises urbanas são compostas por mundos particulares, aspectos arquitetônicos, pequenos mundos, com seus dramas, seus desejos e sonhos. Benjamin cuida atenciosamente dessas particularidades e condena - no urbano - as visões e práticas totalizantes, como as grandes reformas destruidoras e disciplinadoras de Haussmann na Paris do século XIX, marcadas pela ausência de interesse e consideração com as realidades do passado e com as diferentes versões de cidade. Se entendermos a cidade como texto (escrito pelo homem), as suas particularidades podem ser palavras. Neste sentido, a elas pode ser aplicada tanto a análise do texto e subtexto (como análise semiológica), como a análise do dito e do não dito reveladora do sujeito e dos sujeitos (como a análise psicanalítica). A leitura benjaminana da cidade se prende aos seus fenômenos sociais mais particulares, notadamente, dos pequenos episódios, na busca de uma universalidade para eles e pelos seus testemunhos. Quando fez a leitura da cidade de Paris através dos seus mônadas – que em Leibniz é um elemento simples e imaterial de que constituí as ínfimas partes da matéria com força simples e irredutível capaz de conter em si a mesma fonte de toda a atividade material, representadas por suas galerias, cafés, bulevares – busca compreendê-la na sua totalidade. Para Benjamin seriam "indivíduos exemplares" que por meio de suas perspectivas permitem revelar uma época. Nos limiares é que Benjamin trabalha o tempo e espaço – como transição e tensões, sem dissociá-los por entender que na perspectiva do espaço sempre haverá um tempo que se constitui num mundo – quer: social, político, econômico, arqueológico, histórico, artístico e técnico (GAETS: 2005).

Para Benjamin a *cidade* enquanto *espaço não compreendido ou perdido no tempo* deve ser refletido como morfologias urbanas que retornam do passado como fantasmas que ávidos desenterram as contradições e os sonhos contidos no progresso. A cidade burguesa não pode ser vista como um todo harmônico e, sim como uma organização repleta de fraturas nascidas nas suas próprias contradições sociais e que podem traduzir realidades mais verdadeiras que a leitura da cidade como um todo. Na critica benjaminiana os olhares são perspectivas de verdade. Benjamin com a sua técnica de montagem, fez a leitura de suas perspectivas particulares, de sujeitos determinados, de lugares destacados, como componentes essenciais par decifrar a cidade moderna.

> Se o espectro literário da cidade for desdobrado pela inteligência lapidada e prismática, então, quanto mais nos aproximarmos da periferia, a partir do centro, tanto mais estranhos parecerão os livros. Acerca desta cidade existe um conhecimento ultravioleta e um infravermelho que não se deixam mais pressionar na forma do livro: foto e mapa das ruas – o conhecimento mais preciso do detalhe e do todo. Dessas extremidades do campo visual, temos as mais belas amostras. Quem alguma vez teve de manusear numa cidade desconhecida, numa esquina, sob tempo ruim, um dos grandes mapas de papel que, a cada lufada de vento, intumescem como velas, se rasgam em

> todas as bordas e que em breve são apenas um monte de folhas sujas, com que o sujeito se atormenta, aprende com o estudo do mapa Taride o que pode ser um mapa de cidade. E o que é a cidade. Pois bairros inteiros revelam seu segredo nos nomes de suas ruas. [...] Nomes como Havre, Anjou, Provença, Ruão, Londres, Amsterdã, Constantinopla, percorrem ruas cinzentas como fitas cambiantes através de seda cinza. Este é o bairro chamado Europa. Assim se pode atravessar no mapa as ruas passo a passo; obviamente se pode também atravessar a cidade "rua por rua, casa por casa" [...] (GAETA: 2005).

Do recorte espacial de um bairro é possível decifrar a *fisignomia* da totalidade do espaço urbano. "Ela vive em uma cidade de senhas e mora em um bairro de vocábulos conjurados e irmanados, onde cada ruela adota cores e cada palavra tem por eco um grito de batalha" (BENJAMIN, 1995, p. 35). Nesta concepção, Benjamin anteviu na geopolítica europeia, cunhada na moeda do poder do capital, a globalização da Europa num "único bairro" e que as ruas das cidades seriam coloridas com a "aura cinzenta do progresso".

Nos inúmeros bairros portuários das cidades europeias (ou de qualquer outro continente), Benjamin percebeu que os seus moradores e usuários é composta de "uma cultura de bacilos; carregadores e meretrizes, produtos antropomorfos de putrefação. No palato, contudo, parece cor-de-rosa. Aqui, está a cor da vergonha, da miséria" (BENJAMIN, 1995, p. 198). A geopolítica capitalista produz e reproduz as diversas formas de espaços urbanos, com os seus processos excludentes e suas incidências criminais.

A cidade de Paris, do século XIX, foi o local do *"abrigo da coletividade"* – centro econômico, político e cultural da humanidade. Paris experimentava profundas mudanças sociais decorrentes do consumo de produtos mercantis que resultou na *misère* daquele espaço metropolitano e o consequente fracasso do *front populaire.*

A *Passage Des Panoramas*, construída no ano de 1800 em Paris, incorporou na sua construção os elementos do ferro e do vidro, transformando-a no templo do consumo de um tempo vazio (sem relógios). O tempo/espaço das Passagens é local atemporal para o consumo de mercadorias e representavam a mais completa expressão da burguesia (PALHARES: 2009,76-82). Contrapondo, são também espaços revolução emancipatória da classe trabalhadora numa sociedade pós-industrial, permitindo o *choque* entre a perpetuação do consumo com o embate revolucionário para interromper aquela ciranda do tempo capitalista.

Os espaços urbanos são os locais preferenciais das revoluções eclodidas do *choc* entre os interesses do capital e do trabalho, limiar entre os espaços de segregação para os espaços libertários. Neste contexto, as cidades são espaços de embates entre a inclusão e a exclusão, ordenando fronteiras urbanas, em algumas situações, delimitando as territorialidades impostas tanto pelo crime habitual como o crime organizado.

> Onde para mim são usuais os nomes de meus fornecedores, o local de guarda de documentos, endereços de meus amigos e conhecidos, a hora de um encontro marcado, ali se fixaram, para ela, conceitos políticos, palavras de ordem do partido, fórmula de profissão de fé e ordens. Ela vive em uma cidade de senhas e mora em bairro de vocábulos conjurados e irmanados, onde cada ruela adota cores e cada palavra tem por eco um grito de batalha (BENJAMIN, 1995, p. 35).

A cidade é o local preferido para o merchandising de bens e serviços, objetivando atender as necessidades técnicas da linha de produção. A convivência no espaço urbano é, por conseguinte, adestrada. Robotizado e despersonalizado como um autômato (robô) o citadino apenas cumpre ordens. Pelas mãos do progresso, as pessoas são arremessadas à catástrofe. A cidade é um local catastrófico – espaço de amontoados de humanos *"robotizados".*

> Assim como todas as coisas que estão em um irresistível processo de mistura e impurificação perdem sua expressão de essência, e o ambíguo se põe no lugar do autêntico, assim também a cidade. Grandes cidades, cuja potência incomparavelmente tranquilizadora e corroborante encerra o criador em uma paz de castelo fortificado e é capaz de tirar dele, justamente com a visão do horizonte, também a consciência das forças elementares sempre vigilantes mostra-se por toda parte vazadas pelo campo que penetra. Não pela paisagem, mas por aquilo que a livre natureza tem de mais amargo, pela terra arável, por estradas, pelo céu noturno que nenhuma camada vibrante de vermelho esconde mais. A insegurança mesma das regiões animadas acaba reduzindo ao citadino àquela situação opaca e cruel no mais alto grau, em que ele tem de colher me si, sob as inclemências da planície desolada, os produtos da arquitetônica urbana (BENJAMIN, 1995-25).

O espaço urbano também é o espaço da barbárie em que os seus habitantes vivem alienados e adestrados para consumir até os produtos e serviços da miséria.

> *A plebe está possuída por aquele ódio frenético contra a vida espiritual, que reconheceu na contagem dos corpos a garantir para o aniquilamento dela. Onde quer que se lhes permita, eles se colo cam em fila, sob o fogo da artilharia ou a caminho do armazém eles se acotovelam em ordem de marcha. Nenhum vê mais adiante do que as costas do homem na frente, e cada qual se orgulham de ser, dessa forma, modelo para o seguinte. Isso os homens aprenderam há séculos no campo de batalha, mas as marchas de parada da miséria, o fazer fila, foram às mulheres que inventaram* (BENJAMIN, 1995, P. 30).

Revelar a totalidade da cidade exige interpretar as suas manifestações culturais, decifrar a sua paisagem, entender o seu cotidiano e desvendar o processo da sua reprodução espacial.

> A luz de mercadorias nos quadros de Monticelli vem das ruas centrais de sua cidade, dos monótonos bairros residenciais dos nativos, onde se conhece alguma coisa da tristeza de Marselha [...] e para conhecer a tristeza de cidades tão gloriosamente cintilantes é preciso ter crescido nelas. Nada vão revelar ao viajante as casas cinzentas do Boulevard de Longchamps [...] (BENJAMIN, 1995, p. 200-01).

São nos bairros mais periféricos das cidades que acontecem o *choque* entre o capital e o trabalho, locais onde emerge a violência e a barbárie imposta pelo capitalismo.

> Quanto mais afastamos do centro, tanto mais politizada se torna a atmosfera. Aparecem as docas, os portos fluviais, os armazéns, os alojamentos da pobreza, os esparsos asilos da miséria: os arredores. Os arredores são o estado de sítio da cidade, o terreno no qual brame ininterruptamente a grande batalha decisiva entre a cidade e o campo (BENJAMIN, 1995, p. 202).

Benjamin, melancolicamente, compreendeu que a cidade é um monumento horripilante diante da história da *"modernidade"*.

> [...] em outro lugar elevado da cidade, lança um olhar sobre Paris. Na sua visão reflete-se a história da "modernidade" até o momento numa contradição horripilante: "Olha-se de cima sobre este ajuntamento de palácios, monumentos, casas e barracos e fica-se com a sensação de que são predestinados a uma ou mais catástrofes – meteorológicas ou sociais [...] (BENJAMIN, 2000, p. 20)".

A cidade horripilante e as suas previsíveis catástrofes foram anunciadas por Benjamin (2000, p. 46-7) quando citou Engels[131]:*A Situação das Classes Trabalhadoras em Inglaterra*, transcrevendo o seguinte texto:

> Uma cidade como Londres, onde se pode caminhar horas inteiras sem chegar ao menos ao começo de um fim, tem algo de desconcertante. Esta concentração colossal, este amontoado de dois milhões e meio de homens em um só lugar [...] Depois de haver vagabundeado vários dias pelas ruas principais [...] começava-se a ver que estes londrinos devem ter sacrificado a melhor parte de sua humanidade para realizar os milagres da civilização, dos quais a cidade esta fervilhante; [...] Finalmente, o fervedouro das ruas tem algo de desagradável, algo contra o qual a natureza humana se rebela. Estas centenas de milhares de pessoas, [...] se entrecruzam e se comprimem, não são por acaso homens, com as mesmas qualidades e capacidades, [...] ultrapassam-se uns aos outros, apressadamente, como se nada tivessem em comum, nada a fazer entre si; não obstante, a única convenção que os une, subentendida, é que cada um mantenha a direita ao andar pelas ruas, a fim de que as duas correntes de multidão, que andam em direção opostas, não se choquem; não obstante, a ninguém ocorre dignar-se dirigir aos outros, ainda que seja apenas um olhar. A indiferença brutal, a clausura insensível de cada um nos próprios interesses privados torna-se tanto mais repugnante e ofensiva quanto maior é o número de indivíduos que se aglomeram em um espaço reduzido.

O contato físico na aglomeração de pessoas num espaço reduzido traz um resultado esperado, a repulsa. Benjamin (2000, p. 52-4) através do seu personagem - o *flâneur, revelou* a consciência e o caráter desumano da massa. "O homem da multidão não é um flâneur, em Poe a multidão tem algo de bárbaro" por ser uma "civilização técnica" fez com que o homem civilizado retornasse ao estado selvagem, isto é, em estado de isolamento. "Mover-se através do trânsito, comporta para o indivíduo uma série de choque e colisões. Em pontos perigosos de cruzamento, fazem-no estremecer, em rápidas sucessões, nervosismos

[131] Este texto é encontrado em ENGELS, F. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. Tradução: Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.

iguais às batidas de uma bateria" (BENJAMIN, 2000, p. 54).

Baudelaire percebeu a *via-crúcis* do melancólico reproduzida nas estações de metro ou de trem, que seria o lugar do esqueleto. "A anônima elegância da humana ossatura" (BENJAMIN, 1989, p. 157). O usuário do metro, subordinado as rotinas daquele serviço, adentra suas composições como um autômato. Este *modus vivendi* da "civilização técnica" subordinou o sistema sensorial do homem *"a um complexo training".*

Apresentou Benjamin uma releitura de Marx sobre a relação homem-máquina decifrando que os operários somente coordenam os "seus próprios movimentos com aqueles uniformemente constantes de um autômata".

> O que na daguerreotipia[132] devia ser sentido como desumano, e diria até como assassino, era a circunstância de que o olhar devia dirigir-se para a máquina (e além do mais, durante muito tempo), enquanto que a máquina tomava a imagem do homem, sem devolver-lhe sequer um olhar. Porém no olhar se acha implícita a espera de ser recompensado por aquilo em direção ao qual se dirige. (BENJAMIN, 2000, p. 65).

O *modus vivendi* no espaço urbano, para Benjamin (2000, p. 55), produziu inúmeras outras uniformidades, desde o vestir (moda) até no de comportamento (sentimentos e desejos). O progresso capitalista esgotou a vida e empurra a humanidade para abismos infernais, como o defrontado pelo Anjo do quadro de Klee.

> Uma vez degenerada a sociedade, sob desgraça e avidez, a tal ponto que ela só pode ainda receber os dons da natureza pela rapina, que ela arranca os frutos imaturos para poder trazê-los vantajosamente ao mercado e que ela tem de esvaziar toda bandeja somente para ficar saciada, sua terra empobrecerá e o campo trará más colheitas (BENJAMIN, 1995, p. 26).

A cidade é o local em que somos sempre estrangeiros.

> A violência desses novos tempos foi frequentemente tratada, na época, sob a designação de *"satânica".* Trata-se de saber o que significa *bios* – o viver – na época do advento das massas, da multidão, da multiplicação ao infinito, não apenas das mercadorias, mas dos homens na multidão anônima onde desaparecem rostos, indivíduos e consciências – o que confere à multidão sua fisionomia *unheimlich*, de perturbante estranhamento, o insondável número de sósias no coletivo, que roubam a alma e o destino, fazendo de todos nós *estrangeiros absolutos* (MATOS, 2010, p. 245-6).

O planejamento da cidade abandonou a noção de fixidez dos espaços e o substituiu pelo de fluidez dos espaços. "Paris deixou de ser para sempre um aglomerado de pequenas cidades que tinham sua fisionomia própria, sua vida, onde nascia e se gozava a vida, lugar no qual não se sonhava partir, onde a natureza e a história tinham colaborado para realizar a variedade na unidade" (BENJAMIN, 1986, p. 185).

A cidade é também espaço degradado e corrompido, fruto da cobiça insaciável

[132] Daguerreotipia – a primeira técnica de fotografia.

por mercadorias e por apropriações de bens.

> Assim, que é lesado não pensa em recorrer à polícia, se faz questão de reaver o que é seu. Com a ajuda de intermediários civis ou religiosos, quando não o faz por si próprio, chega a um camorrista. Através deste se ajusta o resgate. De Nápoles até Castellamare, ao longo dos subúrbios proletários, se estende o quartel-general da Camorra continental. Pois esses criminosos evitam bairros onde se colocariam à disposição da polícia. Distribuem-se na cidade e na periferia. Isso os torna perigoso (BENJAMIN, 1995, p. 146).

Benjamin (1995, p. 155), no contexto do capitalismo, visualizou que as cidades são vistas numa nas outras. "Por meio de Moscou se aprende a ver Berlim mais rapidamente que a própria Moscou", justificando que "não importa que ainda se conheça muito pouco da Rússia – o que se aprende é a observar e a julgar a Europa com o saber consciente do que sucede na Rússia".

A cidade é fragiliza pela Modernidade quando nos deparamos com os símbolos históricos abandonados [133] além dos rostos deprimidos dos seus habitantes, revelando o traço comum de *"desolação pelo que foi e a desesperança pelo que virá" (BENJAMIN, 2000, p. 81).*

Segundo Benjamin, o aspecto negativo da fantasmagoria é a sua função de transfiguração falseadora, enganadora. Em sentido oposto – o positivo – é que a fantasmagoria é uma possibilidade de congregar em si imagens-desejo da coletividade – utopias. Positivamente, a fantasmagoria retira o caráter de mercadoria às coisas, libertando-as de sua utilidade mercantil. Neste sentido, o colecionador mantem os objetos de sua predileção – calcado na experiência do choque que os liberta da utilidade mercantil e lhes empresta uma significância ligada aos seus elos internos. O *flâneur* tem um olhar de colecionador, "não vê as coisas tal como elas são", mas sim como convém ao seu olhar (JANZ, 1986, p. 456).

Marx concebeu o conceito de fetichismo da mercadoria como sendo um fenômeno social e mercadológico capaz de influenciar o comportamento social. Lukács ampliou o conceito marxiano de fetichismo para o de reificação. A noção de fetichismo da mercadoria tornada reificação não se liga tão somente ao domínio econômico, mas ao conjunto das relações sociais no capitalismo. Aquelas reflexões críticas do século XIX, permitiu a Walter Benjamin avanços no sentido de conceituar a fantasmagoria no contexto das mudanças fundamentais nos modos de produção e no modelo econômico, como

[133]Em Rio Claro foi plantada uma árvore há muito tempo (mais de 100 anos) na Praça da Liberdade como símbolo da luta republicana dos antepassados rio-clarenses. A referida árvore – já envelhecida – encontra-se em total abandono, sem que haja qualquer realce àquele monumento histórico. Ela permanece despercebida diante do imobilismo da sociedade que não reverencia o seu símbolo de liberdade.

extensão dos conceitos de fetichismo e reificação.

Na concepção teórica benjaminiana, a fantasmagoria diz respeito a imagem de algo que está ausente ou que não corresponda à coisa imaginada ou representada. Resumidamente, fantasmagoria é o conjunto das imagens representativas feitas pela sociedade com a intenção de representar a si mesma e que acaba assumindo um caráter de coisa que seja independente da vontade e do pensamento dessa mesma sociedade. A multidão quase sempre é vista como sendo uma fantasmagoria (BENJAMIN, 2000, p. 51), olhar oculto também revelado por Poe: "[...] a maior parte dos que passavam tinha aspecto de gente satisfeita consigo mesma e solidamente instalada na vida". Nas suas próprias palavras, Benjamin (2000, p. 53) entendeu que "a multidão metropolitana suscitou nos primeiros que a olharam nos olhos, angústia, repugnância e medo. Em Poe a multidão tem algo de bárbaro". São olhares em que "a experiência do choque que o transeunte sofre no meio da multidão, corresponde à do operário a serviço das máquinas".

Avançando com as reflexões benjaminianas, a geopolítica capitalista se assenta na *estética do caos* (violência) e transformou as pessoas e mercadorias em objetos perenes e descartáveis. "O olhar desperto para a segurança carece do abandono sonhador da distância. E pode chegar a experimentar um prazer na humilhação da distancia. É evidente que o olho dos habitantes das grandes cidades encontra-se sobrecarregado por atividades de segurança" (BENJAMIN, 2000, p. 68).

A *fisiognomia* [134] da cidade moderna e decifrada pela somatória de constelares de imagens, citações, fatos, etc.. A palavra *fisiognomia* adotada por Benjamin é um neologismo capaz de expressar o vaivém entre o objeto estudado e a *fisionomia* da cidade. O *fisiognomonista* persegue rastros e pequenos detalhes "aparentemente irrelevantes" que permitem revelar as fisionomias urbanas e, ao mesmo tempo, desmascaram feições e feitos da Modernidade (BOLLE, 2000, p. 18-19).

Resumidamente, a cidade de Paris também se reproduz em outras cidades contemporâneas.

> O que chamamos de progresso está enclausurado em cada terra e desaparece com ela. Sempre e em todo lugar, no campo terrestre, o mesmo drama, o mesmo cenário, no mesmo palco estreito, uma humanidade barulhenta, enfatuada de sua grandeza, acreditando-se ser o universo e vivendo na prisão como numa imensidão, para logo desaparecer com o planeta, que carregou

[134]Esta técnica foi fundamentada por Johann Caspar Lavater (1741-1801), em sua obra "Physiognomische Fragmente" (Fragmentos Fisiognomônicos). "A fisiognomia é a ciência de conhecer o caráter (não os destinos aleatórios) de um ser humano 'lato sensu' a partir de seus traços exteriores; a fisionomia 'lato sensu' seria, portanto todos os traços exteriores do corpo e dos movimentos de um ser humano, na medida em que, a partir daí, é possível conhecer algo do seu caráter". LAVATER, J.C. ***Physiognomische Fragmente zur Beförderung der Menschenkenntnißund Menschenliebe***. Leipzig, Winterthur, 1775-1778.

> com profundo desprezo e fardo de seu orgulho. [...] O universo se repete sem fim e patina no mesmo lugar (BENJAMIN, 2006, pp. 66-7).

A cidade de Rio Claro, a exemplo de outras cidades, possui a sua fisiognomia e as suas fantasmagorias que são expressas também pela violência instituidora/mantenedora da segregação sócio-espacial.

No Brasil, a estética do caos destruiu espaços urbanos "antigos", ocupados por vilas de trabalhadores e cortiços, transformando-os em novos espaços "requalificados", empurrando os pobres para locais mais distantes, a periferia. A estratégia capitalista para os espaços urbanos seguem a mesma lógica em Paris como em Rio Claro/SP.

> A verdadeira finalidade dos trabalhos de Haussmann era proteger-se contra a eventualidade de uma guerra civil. Queria tornar para sempre impossível a construção de barricadas nas ruas de Paris. [...] Engels tratou dos problemas de táticas nas lutas de barricadas. Haussmann procura preveni-los de dois modos. A largura das ruas tornará impossível a construção de barricadas, e novas ligarão em linha direta as casernas aos bairros operários. Os contemporâneos batizaram seu empreendimento de "embelezamento estratégico" (BENJAMIN, 2006, p. 64).

Benjamin (2006, p. 64-6) decifrou que a haussmannização de Paris foi cunhada na fantasmagoria da pedra. "Os moradores da cidade não se sentem mais em casa; começam a ter consciência do caráter desumano da cidade grande".

Sobre a *fisiognomia* sempre a relacionou com a cultura, como requisito intrínseco. A história sempre constrói a ideia de que os fatos são expressos em rostos. "A história em tudo o que nela desde o início é extemporâneo, sofrido, malogrado, se expressa num rosto – não, numa caveira" (BENJAMIN, 1984, p. 188). Portanto, as *fisiognomias* urbanas na leitura marxista do materialismo histórico são *"no sentido etimológico da palavra: um exame minucioso de imagens prenhes de história"* (BOLLE, 2000, p. 42). Avançando, "a cidade como um corpo humano e a usar a técnica de superposição que faz com que, miticamente, a percepção da cidade e a do próprio corpo se confundam" (BOLLE, 2000, p. 43). A cidade moderna não prescinde de uma nova mitologia em que as suas construções assumem *"o papel do subconsciente"* [135].

A globalização impôs aos imóveis urbanas rio-clarenses as arquiteturas militarizadas, padrão este elaborado pelo subconsciente coletivo, inculcado pelo medo e o sentimento de insegurança. Está realidade permite que se construa um *tableau* polifônico da história da cidade, onde ecoam as palavras "dos conspiradores e agentes policiais, cidadãos cultos e catadores de lixo, historiógrafos oficiais e gente sem posse" (GS, I, 519-528).

Resgatar a cordialidade, a solidariedade, a amabilidade entre as pessoas no

[135]Cit. GS, V, 1027, <Oº, 8>.

espaço urbano é fundamental para resgatar a sua civilidade. “Só a revolução cria o ar livre da cidade. O ar pleno das revoluções. A revolução desencanta a cidade” (BENJAMIN, 1989, p. 192). A civilidade, valor de outrora, urge ser resgatado para modificar a triste fisiognomia enclausurada do espaço urbano rio-clarense.

6.3 A *flanerie* benjaminiana pela cidade de Rio Claro/SP

O dinheiro aprisiona o tempo. O consumo das mercadorias impõe a circularidade do tempo para que os desejos atendam basicamente os interesses do capitalismo. “Não há dúvida: existe uma secreta conexão entre a medida dos bens e a medida da vida; quer dizer, entre dinheiro e tempo” (BENJAMIN, 1987, p. 61). O *flâneur* – distante da ciranda financeira vagueia descompromissado pela cidade e decifra que a fantasmagoria urbana é a destruição contínua dos espaços. A tragédia moderna é o entorpecimento das pessoas pela vertigem do trabalho, “o trabalho é a glória do cidadão” (BENJAMIN, 1987, p. 75), até mesmo quando é pago para matar ou destruir.

É necessário aniquilar a memória do povo, destruindo o seu referencial tempo/espaço. “Um povo sem história é um povo sem memória". Sem história/memória viveremos no tempo do sempre igual da ciranda do consumo capitalista, preservando sua eterna existência.

Figura 44 – Fotografia da Praça da Liberdade



Fonte: Google Earth

Rememorar e valorizar a cultura histórica emancipatória – “é perder tempo”. As lutas políticas por mudanças – da monarquia para a república ou da ditadura golpista de

1964 para a democracia, não devem permanecer na memória critica do povo. Na cidade de Rio Claro, existe numa praça pública central, o Obelisco da República e a árvore-símbolo da Liberdade, infelizmente, ambos em completo estado de abandono e sem quaisquer benfeitorias arquitetônicas (iluminação e paisagismo). Inculca-nos que a liberdade e a republica não são valores morais e éticos importantes para os rio-clarenses (figura 44).

A cidade é o caminho das catacumbas, onde tudo é destruído e soterrado para que seja desde logo esquecido. O guia a indicar o caminho das catacumbas são os "deserdados da sorte" (BENJAMIN, 1987, p. 146).

Figura 45 – Fotografia da Praça Siqueira Campos e placa comemorativa



Fonte: Google Earth

Outro descaso para com o patrimônio histórico rio-clarense é com a Praça Siqueira Campos. Siqueira, rio-clarense de nascimento, comandou o levante do Forte de Copacabana e foi também um dos lideres do movimento tenentista[136]. Na cidade do Rio de Janeiro, o ilustre rio-clarense é venerado com um busto defronte daquele Forte, sede do Museu Nacional do Exército. Contrapondo, na sua cidade natal, além de não ser reverenciado nas escolas públicas locais, a praça pública com uma pequena *"lapide"* alusiva ao Ten. Siqueira Campos, encontra-se abandonada. Ressaltamos que o modesto obelisco de Siqueira encontra-se sufocada por modernas tecnologias (videomonitoramento, semáforo, parquímetro e de *"orelhão"* de telefones). As *"valiosas marcas"* das multinacionais sufocam a memória do Ten. Siqueira Campos **(figuras 45 e 46)**.

[136] O movimento tenentista, de cunho nacionalista, propugnava a modernização do Brasil com o afastamento do poder político arcaico – representada pelas oligarquias rurais.

Figura 46 – Fotografia da Antiga Estação Ferroviária e da Praça Siqueira Campos



Fonte: Google Earth

Como opção de lazer – às vezes a única, nos bairros periféricos estão concentrados a grande maioria dos bares e similares. *"Quanto mais pobre o bairro, tanto maior o número de tabernas"* como também, *"nos quarteirões superpovoados, mesmo as crianças travam rapidamente conhecimento com o sexo"* (BENJAMIN, 1987, p.153-4). São naqueles bairros que registram a parcela maior de adolescentes grávidas, quer pela desinformação ou formação sexual ou até mesmo vítimas das violências sexuais.

Contrapondo ao espaço urbano "arcaico", a cidade apresenta bairros com maior inclusão digital que outros. No espaço/tempo das tecnologias digitais [137], o *flâneur* perambulou por meio de ferramentais tecnológicos rápidos e precisos por todos os recônditos da cidade de Rio Claro/SP, permitindo-lhe montar um mosaico de imagens digitais que interpretado dialeticamente revelou a sua *fisiognomia* como também decifrou as suas fantasmagorias.

A *flanerie* pelo espaço urbano rio-clarense também utilizou de imagens digitalizadas e fotográficas obtidas junto a softwares de busca (Google Maps e Google Earth), contudo, ressalto que o perambular foi realizado no espaço real como no espaço virtual.

O município possui extensa área territorial no qual estão localizados dois distritos rurais e uma floresta estadual, basicamente, de eucaliptos **(figura 47)**.

[137] Algumas imagens e a espacialização territorial do município de Rio Claro, com os recortes espaciais dos bairros, foram obtidas por meio do Google Earth.

Figura 47 – Fotografia aérea do município de Rio Claro



Fonte: Google Earth

A região central da cidade de Rio Claro **(figura 48)** foi o marco inicial dos primeiros assentamentos além de abrigar as antigas Oficinas da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, atualmente, em completo estado de deterioração. Se as oficinas ferroviárias foram marco do progresso, hoje representa a destruição, fazendo-nos crer que o progresso e a destruição são o verso e o anverso de uma mesma "moeda", consequentemente, o progresso não é contínuo.

Figura 48 – Fotografia aérea da região central da cidade de Rio Claro



Fonte: Google Earth

O entorno das Oficinas da Ferrovia é de completa deterioração ambiental: mato alto, composições ferroviárias sucateadas e prédios completamente deteriorados **(figura 49 e 50)**, facilitando as praticas delitivas (tráfico de entorpecentes, ocultação de produtos furtados,

roubados, prostituição, etc.). Se no passado foi um espaço do *"progresso"*, hoje se transformou no espaço do caos.

Figura 49 – Conjunto de fotografias do entorno da antiga Cia Paulista de Estradas de Ferro



Fonte: Google Earth

Figura 50 – Fotografia aérea de vagões ferroviários abandonados



Fonte: Google Earth

A destruição das oficinas da Cia. Paulista de Estrada de Ferro contaminou todo o seu entorno, com inúmeros imóveis abandonados e deteriorados **(figura 51)**, servindo apenas para especulações imobiliárias ou para abrigarem andarilhos, moradores de rua, drogados, etc.. Estigmatizado o local é visto com espaço do perigo e do crime.

Figura 51 – Conjunto de fotografias de imóveis abandonados na região central de Rio Claro



Fonte: Google Earth

O *flanerie* revelou que a fantasmagoria da região central da cidade de Rio Claro é também local de violência ambiental, inculcando uma simbologia que a destruição convém ao capital especulativo imobiliário, além de produzir espaços de violências e criminalidades.

Nas proximidades da região central, no contíguo bairro da Vila Paulista, está instalado o Shopping Center Rio Claro, no passado, abrigou uma indústria de tecelagem do Grupo Francisco Matarazzo, marco da industrialização brasileira. Por longos anos permaneceram aqueles prédios, como atualmente acontece com as *"Oficinas da Paulista"*, abandonados e deteriorados. Com a quebra do *"império das empresas Matarazzo"* os prédios são vendidos e transformados num *"templo do consumo"* regional. É o espaço em que estão concentradas as grandes marcas regional e global.

Como nas antigas *Passagens* parisienses, o Shopping Rio Claro **(figura 52)** reproduz, em escala miniaturizada, uma minicidade com lojas de mercadorias e de lazer. A fantasmagoria daquele local é a *fetichização* do rio-clarense pelos "produtos de consumo" de marcas globalizadas, inculcando-lhe a falsa impressão de que ele é um "ser universal", sem antever seu rebaixamento humano que o transformou num despersonalizado autômato.

Figura 52 – Fotografias do Shopping Rio Claro



Fonte: Google Earth

O entorno do Shopping é "tomado" pelos jovens e adolescentes, em sua maioria, empobrecidos. Reprimidos pelas organizações policiais quando descumprem a "convenção" informal imposta sobre a delimitação do uso daqueles espaços públicos.

Denominados de “manos” são vistos como grupos sociais perigosos e o espaço público se rende aos interesses do espaço privado da mercancia.

A *flâneur* desvenda os espaços públicos de exclusão. “Se o espectro literário da cidade for desdobrado pela inteligência lapidada e prismática, então, quanto mais nos aproximamos da periferia, a partir do centro, tanto mais estranhos parecerão os livros” (BENJAMIN, 1987, p. 196).

O processo de urbanização, para Benjamin, não é um processo de continuo construir. A sobrevivência do capitalismo exige uma estética do caos (destruição/construção) para que os antigas mercadorias urbanas deem espaço para o “novo”, como ocorreu no entorno do Jardim Pública **(figura 53)**, a substituição dos antigos casarios pelos “novos” prédios comerciais e financeiros. Com a destruição daqueles casarios foi sepultada grande parte da memória social dos rio-clarenses. O Theatro Phenix quem ouviu falar?

Figura 53 – Fotografia aérea do entorno do Jardim Público de Rio Claro



Fonte: Google Earth

Dean (1977) quando refletiu sobre a produção do espaço territorial da cidade de Rio Claro apresentou uma critica que rompeu com a falácia de que o processo histórico rio-clarense foi marcado pela linearidade do tempo. “Eles se transformaram com a falência da promessa do triunfo da razão, que guiaria a marcha da Historia” (KRAUSZ, 2011).

Figura 54 – Fotografia do Jardim Público de Rio Claro



Fonte: Google Earth

Nas duas últimas décadas, o interior do Jardim Público **(figura 54)** foi invadido pelo comércio ambulante, desnaturando sua finalidade de lazer para transformá-lo num novo espaço de consumo. A *fala urbana* audível é o da oferta de produtos, sufocando todas as outras falas e sons, até o gorjeio dos pássaros. De público o Jardim foi transformado em local privatista e privatizado, com apoio e omissões do poder público.

O *flâneur* ao caminhar até a *Praça da Liberdade* **(figura 55)**, próxima ao Jardim Público, deparou com a Igreja Matriz de São João Batista, padroeiro da cidade de Rio Claro/SP, foi reformada e "modernizada", embora mantidos os seus traços arquitetônicos originais.

Figura 55 – Fotografia aérea da Praça da Liberdade



Fonte: Google Earth

A modernização da Igreja Matriz de São João Batista **(figura 56)** acompanhou a tendência de incorporar tecnologias militarizadas, agregando gradis e monitoramentos. A justificativa apresentada foi a necessidade de se evitar saques de peças sacras e depredações ao prédio da igreja[138]. A fé católica dos rio-clarenses sucumbiu aos enclaves *fortificados, além do que se* ajoelhou para atender os interesses do merchandising com a construção de um grande luminoso de publicidade numa de suas extremidades, destoante da arquitetura.

Figura 56 – Fotografia da Igreja Matriz de São João Batista de Rio Claro



Fonte: Google Earth

No entorno da Praça da Liberdade estão localizados os poucos casarios urbanos remanescentes do século XIX, como a residência de D. Luísa Botão de 1890, que mais tarde foi ocupada pela sede da Escola Profissional (1920) e, atualmente, pelo Colégio Técnico Estadual "Professor Armando Bayeux da Silva". Encontramos naquele entorno a antiga residência do Dr. José Elias Pacheco Jordão e da Escola Puríssimo Coração de Maria, uma das primeiras escolas de formação de professores do Estado de São Paulo **(figura 57, 58, 59)**.

Figura 57 – Fotografia da Residência de D. Luísa Botão (1890)



Fonte: Google Earth

[138]Não constam registros atuais de saques ou depredações ocorridas na Igreja Matriz de São João Batista.

Figura 58 – Fotografia Residência do Dr. José Elias Pacheco Jordão (sec. XIX)



Fonte: Google Earth

Figura 59 – Fotografia da Residência que pertenceu à família do Dr. Ulysses S. Guimarães



Fonte: Google Earth

Numa das faces da Praça da Liberdade está localizado o *majestoso* prédio do Fórum da Comarca **(figura 60)**, com sua íngreme escadaria. Em plano elevado a Casa da Justiça, simbolicamente, impõe submissão aos seus "jurisdicionados" sem se preocupar com a acessibilidade dos deficientes físicos.

Figura 60 – Fotografia do Fórum de Rio Claro



Fonte: Google Earth

Estrategicamente, ao lado do Fórum, encontra-se instalado num modesto prédio, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Posto de Rio Claro. Contar é elementar para o controle das pessoas e da cidade. O Estado para sobreviver *politica e financeiramente* deve controlar e contar os seus *"jurisdicionados"*. A *"qualidade total de vida"* exige atividades sofisticadas de controle.

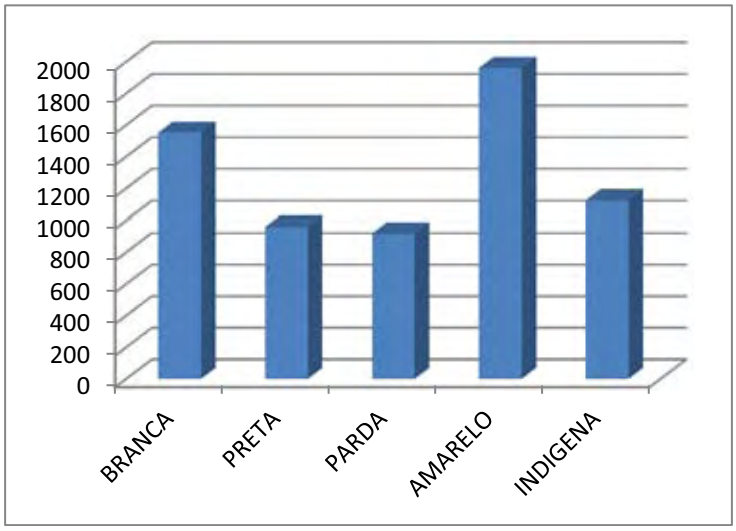
O espaço virtual da página eletrônica do Censo de 2010[139] informou que naquele ano a cidade de Rio Claro/SP já era habitada por 186.153 pessoas, sendo 181.720 residentes na zona urbana e outras 4.533 residentes rurais. A população do sexo feminino é a maioria com 51,3% (95.566 pessoas) e os homens representam 48,7% (90.687 pessoas) da população total.

Os rio-clarenses são distribuídos em 67.316 domicílios e destes 7.504 estão desocupados. A média de moradores em domicílios particulares ocupados é de 3,10 pessoas. O domicílio urbano corresponde a 97,6%, enquanto que o rural apenas 2,4%. O saneamento dos imóveis urbanos apresentou melhores condições que os rurais. Os domicílios urbanos apenas 0,6% possui saneamento semi-adequado, enquanto que somente 0,1% são inadequados (1.160 pessoas). Contrastando, os domicílios rurais possuem 41,7% saneamento semi-adequado e outros 26,3% são inadequados, perfazendo o total de 68% dos imóveis rurais com saneamento semi-adequados ou inadequados, comprometendo a qualidade de vida dos campesinos.

O *rendimento mensal per capita nominal* de 23,8% da população rural rio-clarense sobrevive com ½ salário mínimo. O *rendimento mensal domiciliar per capita nominal* do domiciliado urbano é de R$ 873,00, enquanto que no rural é de R$ 556,00. O trabalho rural, mais desgastante e rude, é depreciado em relação à remuneração do trabalhador urbano. Somente 2.894 pessoas da cor branca e 104 pessoas da cor parda recebem mais que 10 salários mínimos, enquanto que nenhuma pessoa da cor preta recebe aquele valor remuneratório. As pessoas da cor preta e parda são os que percebem em média os menores rendimentos nominais mensais **(figura 61)**. É a violência econômica que não valoriza as classes étnicas minoritárias.

[139]Os dados estatísticos apresentados neste subtítulo são compilados do Censo 2010 do IBGE.

Figura 61 – Gráfico de valor rendimento médio mensal por etnia em Rio Claro



Fonte: Censo IBGE, 2010

O rendimento mensal domiciliar médio *per capita* do rio-clarense também é discriminatório quando se trata de gênero, onde os homens percebem em média rendimento de R$ 1.659,00, enquanto que as mulheres aproximadamente 50% a menos, em média rendimento de R$ 1.120,00. Resta indagar, a cidade de Rio Claro prima pela justiça social?

No ano de 2011, o governo federal estipulou como linha oficial de extrema pobreza[140] no País, as pessoas com rendimento (*per capita*) mensal menor ou igual a R$ 70,00, conforme os critérios adotados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. No espaço urbano da cidade de Rio Claro o total de 0,6% da sua população vive em extrema pobreza, enquanto que no espaço rural salta para 1% do seu total (Censo 2010). Na população urbana vive em estado de pobreza o total de: 3,1% com ¼ do salário mínimo (R$ 127,50) e 13,9% com ½ salário mínimo (R$ 255,00). Na população rural a pobreza é mais acentuada: 6,1% vivem com ¼ do salário mínimo e 23,8% com ½ salário mínimo.

São 69.365 pessoas com rendimento de 1/8 até um (1) salário mínimo. Os programas públicos de inclusão social ("minha casa, minha vida", bolsa família, etc.) atendem famílias com renda *per capita* de até 3 (três) salários mínimos. Na faixa de 1 até 3 salários

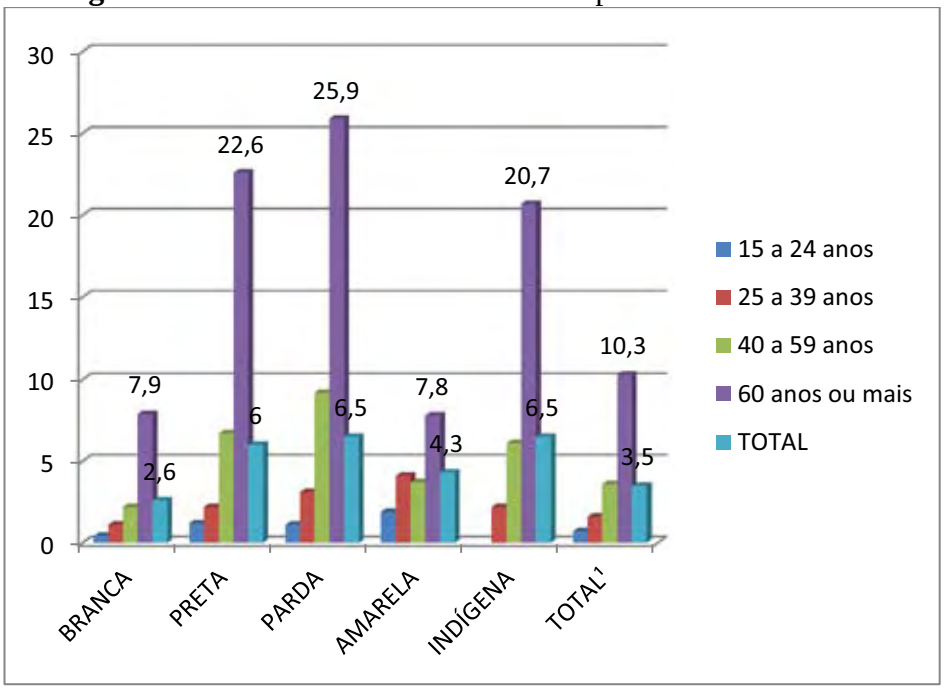
[140]Qualquer pessoa que tenha rendimento menor ou igual a R$ 70 será considerada extremamente pobre. Para calcular as pessoas sem rendimento que, de fato, se incluem na linha de miséria, o IBGE realizou um recorte que considerou os seguintes critérios: residência sem banheiro ou com uso exclusivo; sem ligação de rede geral de esgoto ou pluvial e sem fossa séptica; em área urbana sem ligação à rede geral de distribuição de água; em área rural sem ligação à rede geral de distribuição de água e sem poço ou nascente na propriedade; sem energia elétrica; com pelo menos um morador de 15 anos ou mais de idade analfabeto; com pelo menos três moradores de até 14 anos de idade; com pelo menos um morador de 65 anos ou mais de idade.

mínimos são acrescidos mais 85.141 pessoas. Portanto, com rendimento mensal domiciliar *per capita* nominal de 1/8 até 3 (três) salários mínimos perfazia o total de 154.506 pessoas, equivalente a mais de 82% do total da população rio-clarense. Conclusivamente, o rendimento médio do rio-clarense é baixo (na linha da pobreza) e a sua expressiva maioria percebem remuneração que não ultrapassando os 3 (três) salários mínimos, ressaltando o agravante que aproximadamente 36% da população ganha até 1 salário mínimo.

No oposto, os rio-clarenses que ganham entre 5 a 10 salários mínimos são uma reduzida minoria composta de 8.675 pessoas (4,65%) e, com mais de 10 salários mínimos são apenas 3.007 pessoas (1,6%). O cume da pirâmide - com rendimentos mensais de cinco (5) a mais de 10 salários mínimos, é composto por apenas 6,25% do total da população rio-clarense. São informações censitárias que comprovam a perversa concentração de renda na cidade de Rio Claro/SP, fazendo da injustiça social outra forma de violência urbana.

As pessoas vivendo em extrema pobreza ou pobreza são também as excluídas do processo educacional na cidade de Rio Claro/SP. No município encontramos ainda 3,5% de sua população, com mais de 15 anos, analfabetas (não sabem ler ou escrever), perfazendo o total de 5.173 pessoas. A exclusão educacional se acentua ainda mais nas etnias parda e preta **(figura 62)**.

Figura 62 – Porcentual de analfabetismo por etnia em Rio Claro



Fonte: Censo IBGE, 2010

Na população rio-clarense de cor branca apenas 2,6% são analfabetas, enquanto que está porcentagem praticamente triplica em relação as pessoas de cor preta (6%), semelhante aos pardos (6,5%). Na população rio-clarense com mais de 60 anos de idade, infelizmente, 10,3% são analfabetos, aumentado em relação a cor preta para atingir o total de 22,6% de analfabetos e 25,9% da cor parda. O ranço da escravidão ainda se faz presente de forma sutil. São demonstrações claras de que a população rio-clarense ainda não resgatou sua dívidas sociais com as etnias de cor preta e parda, desrespeitando o princípio isonômico de tratamento entre as pessoas (etnias).

Observa-se que ¼ da população rio-clarense é composta de família sem filhos, por inúmeros motivos, desde as dificuldades impostas pelo sistema produtivo capitalista ou o descrédito para com o futuro da humanidade – a melancolia[141].

Postulam por moradias o total de aproximadamente 14 mil pessoas, contrapondo são mais de 7,5 mil domicílios desocupados. Como a Administração Municipal trabalha com a questão relacionada a função social da propriedade urbana?

Outra violência urbana, na cidade de Rio Claro, é a falta de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiências físicas nos espaços públicos e privados. Num universo de 59.713 domicílios permanentes particulares (58.237 urbanos), sua grande maioria, num total de 57.058 domicílios (177.501 pessoas) sequer dispõe de uma singela rampa para cadeirante. É a cidade que acolhe somente aos "*perfeitos"*. Negar acessibilidade às pessoas com deficiências é outra forma de violência urbana.

Visualizou o *flâneur* a fantasmagoria de que a cidade Rio Claro é a morada dos "bem dotados fisicamente", enclausurando e segregando espacialmente as pessoas que não se locomovem com facilidade.

Nos bairros *periféricos* a acessibilidade às pessoas é dificultada ou negada, de outra maneira, visto que são 13.260 pessoas vivendo em domicílios sem calçadas e outras 7.903 pessoas sem qualquer tipo de pavimentação, convivendo com o pó ou com a lama **(figuras 63 e 64)**.

Dos domicílios urbanos permanentes existem 12.444 imóveis sem qualquer identificação do logradouro (37.171 pessoas). Como chegar nestes locais?

[141]Os domicílios recenseados em 2010 em Rio Claro, o *flâneur* constatou que em 66,6% apenas uma pessoa e responsável e em outros 33,4% mais de uma pessoa é responsável pelo domicílio. A cidade de Rio Claro é composta por 59.713 unidades domésticas, sendo que os homens são responsáveis por 36.961 e as mulheres são por outras 22.752 unidades familiares. Essas unidades domésticas 40.911 são nucleares e 10.049 são estendidas. As nucleares são compostas: 59,1% de casal com filho(s); 24,6% casal sem filho; 2,1% homem com filho(s) e 14,3% de mulher com filho(s).

Figura 63 – Fotografia do Bairro Novo Jardim Wenzel



Fonte: Google Earth

A aridez ambiental vem se acentuando nos domicílios rio-clarenses. O *flâneur* ao perambular pela cidade constatou que 10.591 domicílios (32.631 pessoas) não possui qualquer tipo de arborização, ou seja, é a violência contra a natureza. A cidade, a cada ano que passa se transforma na cidade de pedra, de fumaça e sem qualquer comprometimento com sua saúde ambiental e muito menos com o seu conforto térmico. São 5.393 pessoas convivendo com lixo acumulado nos logradouros, embora 180.520 pessoas sejam servidas pela coleta do lixo doméstico. Para o rio-clarense "não há tempo" ou vontade para cuidar ou *resgatar* a natureza.

Figura 64 – Fotografia do Bairro Jardim Progresso (ruas sem calçamento e pavimentação)



Fonte: Google Earth

O *flâneur rio-clarense* transita pelos "arrabaldes" da cidade e depara com terrenos baldios em que pessoas depositam lixo servindo de criadouros para ratos, baratas e aranhas, infestando as casas da própria região. "Iludem-se, achando que o lixo não é problema deles. As consequências são para todos. Começam com os gastos de recursos públicos para limpezas e operação de aterros. E terminam de forma mais grave, nos danos ambientais" [142].

Na questão do lixo, problema crônico de incivilidade do rio-clarense, o próprio poder público é um péssimo exemplo ao permitir que a empresa concessionária para execução da coleta do lixo urbano, contrariando a legislação de trânsito brasileira, amontoe o lixo coletado nos cruzamentos das vias públicas, colocando em grave risco a segurança viária. É o próprio poder público rio-clarense que permite ou tolera a infração das leis vigentes, além de estimular que o exemplo de incivilidade também seja seguido por seus próprios munícipes **(figura 65)**[143].

Figura 65 – Fotografia de deposição de lixo em local impróprio em Rio Claro



Fonte: do autor

Convive o lixo com o cotidiano rio-clarense quando deparamos até nas ruas da região central infestadas por dejetos de toda natureza que se mistura com as pessoas, comprovando-se o alto grau de incivilidade para com a coisa pública **(figura 66)**.

[142]Conforme matéria jornalística de 28/06/2012 veiculada no Jornal Cidade de Rio Claro.

[143]No primeiro semestre de 2012, a Prefeitura Municipal desencadeou uma ampla companha de educação ambiental para que os munícipes colocassem seus lixos no local certo (defronte suas casas) e na hora certa (no dia e na proximidade do horário da coleta de lixo). A campanha educativa ambiental foi intitulada *"Lixo na hora e local certo"*, porém, destoa à própria Administração Municipal ao permitir que a empresa coletora de lixo amontoe-os nos cruzamentos de trânsito e no horário que não seja da sua efetiva coleta. São atitudes contrárias que tumultuam o imaginário da comunidade, fazendo crer que a Administração Pública está em *poder* de sobrepor às leis e que o seu lugar e horário também é diferente de seus munícipes.

Figura 66 – Fotografia de lixo depositado irregularmente na região central de Rio Claro



Fonte: do autor

A educação ambiental não faz parte da cultura do rio-clarense. A violência contra o meio-ambiente já faz parte do seu cotidiano. As soluções para as questões da moradia urbana quase sempre foi pautada pela ilegalidade e o desrespeito aos patrimônios históricos e ambientais. Como exemplo, o bairro Orestes A. Giovanni[144] **(figura 67)** invadiu área ambiental de proteção permanente da Floresta Estadual "Edmundo Navarro de Andrade".

Figura 67 – Fotografia aérea do Bairro Orestes A. Giovanni



Fonte: Google Earth

[144] O Bairro Orestes A. Giovanni foi denominado pelos gestores municipais como "Pé-no-chão". Sua construção foi realizada durante a Administração Municipal de Nevoeiro Junior, que naquela ocasião estava recolhido ao cárcere, sendo-lhe permitido gerir a cidade naquelas condições de preso. O projeto "Pé-no-chão" consistiu na produção de casas pré-moldadas e em série, cabendo as famílias em sistema de mutirão a execução da obra. A produção das casas foi realizada na então fábrica de pré-moldados da Prefeitura Municipal de Rio Claro e a mão-de-obra ficou ao encargo dos presos recolhidos na Cadeia Pública de Rio Claro (remunerados e com remissão da pena). Objetivando diminuir custos a Prefeitura Municipal executou a obra em área pertencente à Floresta Estadual (situação que ainda não foi regularizada até 2012). Durante a execução das obras foram subtraídas 900 mil telhas e *tubulões* de esgotos, além da invasão da APP. Em decorrência daqueles ilícitos foi indeferido o registro da candidatura de Nevoeiro Junior para concorrer ao cargo de Prefeito Municipal no pleito de 2012, sendo incurso na Lei da Ficha Limpa.

Aquele loteamento clandestino foi realizado pelo próprio poder público municipal, para atender interesses e promessas eleitorais, destruindo ambientalmente parte da florestal estadual, sob a justificativa de se construir casas populares de interesse social **(figura 68)**.

Figura 68 – Fotografias do Bairro Orestes Armando Giovanni



Fonte: Google Earth

Ao perambular por aquele bairro o *flâneur rio-clarense* visualizou que o padrão construtivo daquele local seguiu a massificação dos enclaves fortificados, com muros altos e portões de grade ou chapa metálica, não permitindo qualquer interação do espaço interior com o exterior e vice-versa. As residências transformam-se em *casas-prisões* **(figura 69, 70)**. Em decorrência daquelas fortificações as ruas são fantasmagóricas e não mais recebem o perambular das pessoas que somente transitam com os seus veículos automotores para rapidamente adentram aquelas fortalezas. O resultado imediato foi o enfraquecimento das relações comunitárias para realçar a segregação, portanto, o individualismo.

Perambulando para o outro extremo da cidade, passando pelo Jardim Santa Eliza e Jardim Progresso, o *flâneur* visualizou naqueles conjuntos habitacionais a mesma fisiognomia, casas padronizadas com semelhantes fachadas fortificadas. A paisagem urbana residencial da cidade de Rio Claro é desoladora e o *flâneur* diante daquela solidão e flanando entre muros fica melancolicamente abatido.

Figura 69 - Fotografia do Bairro Jardim Santa Eliza



Fonte: Google Earth

Figura 70 – Fotografia do Bairro Jardim Progresso



Fonte: Google Earth

O *flâneur* perambula descompromissado pela urbe, agora pelos bairros das extremidades do município, constatando o total desrespeito com o peri-urbano e para com a natureza. No Jardim Conduta foi construído uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) próximo ao *"Projeto-pé-no-chão"*, este localizado na área de várzea do Ribeirão Claro, com constantes residências inundadas no período das chuvas **(figura 71)**. Naquele bairro também existe uma área de preservação permanente para proteção de um curso d'água (córrego), afluente do Ribeirão, no qual os moradores cultivam hortaliças **(figura 72)**. Também naquele bairro está localizado outro loteamento irregular, o *"Pé-no-chão do Conduta",* onde em suas ruas encontramos veículos abandonados e que se transformam em verdadeiros criadouros de insetos (inclusive, dengue) e peçonhentos.

A destruição e a poluição ambiental avançam sobre o Ribeirão Claro com as constantes descargas de poluentes escuros lançados por dois tanques de "tratamento" de uma industria química ou de proprio ETE. Os moradores do bairro Jardim Conduta e do "Pé-no-chão", são obrigados a conviver com a poluição ambiental, com os odores féticos dos rejeitos quiímicos e do esgoto urbano, que são os seus "vizinhos".

Figura 71 – Fotografia aérea do Bairro Jardim Conduta



Fonte: Google Earth

Figura 72 – Fotografia do Bairro Jardim Conduta

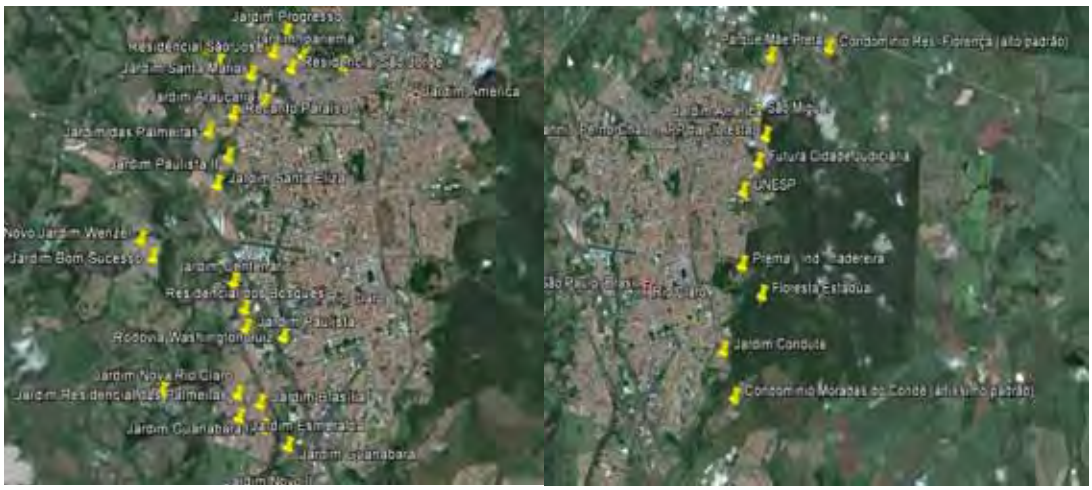


Fonte: Google Earth

As extremidades do espaço urbano rio-clarense **(figura 73)** apresentaram a *fisiognomia* na forma de um sinuoso cinturão composto por bairros periféricos e os seus imóveis são rústicos (sem reboques externos) com desdobramentos irregulares dos terrenos. As suas ruas e terrenos baldios são ocupados por entulhos e lixos espalhados, além de muita miséria (pessoas vivendo na linha da pobreza ou da extrema pobreza). Este cinturão se assemelha em muito a um hipergueto formado pelos seguintes *"jardins"*: Jardim Progresso, Jardim Santa Maria, Jardim Novo I e II, Jardim Wenzel, Jardim Bom Sucesso, Jardim Araucária, Jardim Guanabara, Jardim Esmeralda, Jardim Conduta, Jardim Brasília, Jardim Recanto Paraíso, etc.. É neste contexto de violência urbana excludente que os rio-clarenses são levados a acreditar que habitam o progresso, o bom sucesso, a santa, a esmeralda e até o paraíso...

São nestes bairros que acontecem a maior incidência de homicídios e da repressão ao tráfico de entorpecente, reforçando o estigma de que são locais que abrigam pessoas "perigosas" ou "criminosas".

Figura 73 – Fotografias aéreas da cidade de Rio Claro



Fonte: Google Earth

No hipergueto rio-clarense, fantasmagoricamente, deparamos com carros abandonados nas suas ruas e avenidas, com cortiços (pequenos terrenos com vários casebres paupérrimos), com sucatas, com entulhos e lixos que se misturam às pessoas, com a miséria, com o analfabetismo, etc.. São paisagens dantescas que se assemelham a moradia do famigerado Dite, o habitante do Inferno da "divina comédia" de Alighieri **(figura 74)**.

Figura 74 – Fotografia de bairro periférico de Rio Claro



Fonte: Google Earth

A estética da violência transita também pela região central e pelos bairros das *"classes média e alta",* como observou o *flâneur* quando ao deparar com pichações lançadas no patrimônio histórico da cidade de Rio Claro **(figura 75)**, nos *"orelhões"* de telefones destruídos e nas placas de trânsito danificadas **(figura 76)**. A *cultura* e a *barbárie* são faces opostas de uma mesma moeda, como Benjamin alertou.

Figura 75 – Fotografia de patrimônio histórico danificado (pichado)



Fonte: Google Earth

Figura 76 – Fotografias de patrimônios públicos danificados



Fonte: Google Earth

O *flâneur* perambula pelo entorno do Jardim Público e verificou que naquela paisagem sobressai o majestoso Edifício Padula (localizado na Rua 4 com esquina da Avenida 1), o primeiro condomínio vertical rio-clarense e que foi construído na década de 1960 **(figura 77)**. No ano de 1964 foi construído o segundo condomínio vertical, o Edifício Iracema, localizado no entorno da Praça da Liberdade. Na década de 1970, surgem outros três edifícios residenciais naquela região central: Pedro Kury, Apolo e Condor.

Figura 77 – Fotografia do Edifício Padula



Fonte: Google Earth

Os primeiros condomínios verticais construídos na cidade de Rio Claro "reproduzem, de um modo simplificado a estrutura de um sobrado colonial, isto é, com comércio no térreo e moradia nos demais andares" (VIEIRA, 2008, p. 90-3).

Na década de 1980, são edificados outros condomínios verticais, agora não restritos somente na região central (Trieste, Jatobá, Manhatam e o Parque Residencial das Américas), que vão do médio até o altíssimo padrão construtivo. Observados pelo *flâneur* – independente do padrão da sua construção, todos possuem semelhante estética fortificada, portanto, são condomínios na forma arquitetônica de enclaves fortificados **(figura 78)**.

Figura 78 – Fotografia do Condomínio Parque Residencial das Américas



Fonte: Google Earth

No ano de 1986, foi construído o primeiro condomínio horizontal de altíssimo padrão construtivo na urbe rio-clarense, denominado de Condomínio Jardim Europa **(figura 79)**, localizado na rodovia Fausto Santomauro (Estrada Rio Claro-Piracicaba). Este condomínio é cercado por muralhas, além de portaria, sistemas eletrônicos de vigilância e vigilância privada. Ironicamente, o *flâneur* revelou que aquele ícone histórico dos condomínios horizontais de "mansões" foi invadido por duas vezes por quadrilhas de assaltantes, promovendo o denominado *"arrastão".* As tecnologias construtivas e eletrônicas de vigilância sucumbiram aos criminosos.

Figura 79 – Fotografia aérea do Condomínio Jardim Europa



Fonte: Google Earth

Na década de 1980, foi construído outros condomínios horizontais de altíssimo padrão, preferencialmente, na região sul da urbe rio-clarense. Excepcionalmente, os Residenciais Florença e Águas Claras **(figura 80)**, estão situados na região nordeste, porem, isolados dos bairros humildes que os circundam, quer por meio de muros e cercas ilegais ou barreiras naturais e artificiais (curso d´água e rodovia).

Figura 80 – Fotografia aérea do Residencial Florença e Águas Claras (contíguos)



Fonte: Google Earth

A expansão de condomínios residência de alto e médio padrão construtivo, no período entre os anos 2000 a 2003, foi mais acelerado na cidade de Rio Claro/SP. Esta mudança urbanística ocorreu, primeiramente, na região sul e sudeste. Com aquela "requalificação" daquele espaço urbano houve a valorização dos terrenos e dos imóveis daqueles bairros. Concomitantemente, ocorreu a migração das classes socioeconômicas desfavorecidas para bairros mais distantes ou da periferia. Este processo expropriatório estimulou que naquelas distantes regiões fossem também construídos outros condomínios horizontais e verticais de médio e baixo padrão construtivo, atendendo os interesses imobiliários até com o expansionismo da malha urbana rio-clarense, incrementando os negócios e a especulação imobiliária.

No ano de 1992, no contexto daquele processo expropriatório, foi construído na cidade de Rio Claro/SP o primeiro condomínio vertical de apartamentos destinados às famílias de baixa renda, denominado de CDHU[145] - Santa Elisa **(figura 81)**, edificado numa

[145] Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo

“vala” (várzea de uma micro-bacia).

Figura 81 – Fotografia aérea do Jardim Santa Eliza e CDHU Santa Eliza



Fonte: Google Earth

Antecedendo os finais da obra do CDHU-Santa Elisa foram àqueles prédios de apartamentos invadidos por populares, diante da demora excessiva de suas destinações para as famílias inscritas naquele programa habitacional, exigindo a desocupação por meio de força policial. O resultado do processo de ocupação daquele condomínio vertical de apartamentos foi estigmatizado como local de “marginais” e “foragidos da justiça”. O padrão construtivo do CDHU-Santa Elisa é de baixíssima qualidade, assemelhando em muito com o projeto malufista denominado de “*Cingapura”,* da cidade de São Paulo, quando da reurbanização das favelas paulistanas **(figura 82)**, além de ser aquele complexo de prédios edificados em terreno com relevo irregular.

Figura 82 – Fotografias do CDHU Santa Elisa



Fonte: Google Earth

Outro aspecto que chama atenção no CDHU-Santa Elisa **(figura 83)** são as arquiteturas dos seus prédios, com escadas centrais semelhantes às existentes nas grandes penitenciárias. Nos filmes “norte-americanos” que trazem cenas gravadas nos interiores das

prisões, sempre visualizamos corredores estreitos que dão acesso às escadas centrais que levam aos seus pátios internos. São processos de "adestramento" dos excluídos, fazendo-os viver a semelhança das habitações coletivas de presos (presídios). Parodiando Georg Orwell, já não se sabe se é "casa" ou "casa-prisão" ou "prisão-casa" **(figura 84)**. Se algum morador – a título de hipótese – daquele condomínio for levado à prisão, dificilmente sentirá dificuldade de mobilidade ou estranhamento com sua arquitetura, condicionado a viver em espaços semelhantes.

Figura 83 – Fotografia do CDHU Santa Elisa



Fonte: Google Earth

Figura 84 – Fotografia Interior de Penitenciária Estadunidense



Fonte: fotosbarch

Perambulando pela cidade o *flâneur* deparou com outro condomínio destinado às pessoas de baixa renda, edificados em relevos irregulares. Suas casas são *arremessadas* para dentro de um "buraco" **(figura 85)**, obrigando seus moradores a conviver com o *"subsolo"* daquele espaço urbano rio-clarense. Está é uma cena fantasmagórica que se consolida em vários espaços urbanos ocupados por condomínios de baixo padrão construtivo.

Figura 85 – Fotografia de condomínio horizontal na cidade de Rio Claro



Fonte: do autor

A *flanerie* pela cidade de Rio Claro revelou que os *"novos"* empreendimentos imobiliários, independente do seu padrão construtivo, querem na forma condominial vertical ou horizontal, sem exceção, adotam as guaritas e as tecnologias destinadas a segurança (muros, cercas, câmeras, alarmes, etc.), transformando-os em enclaves fortificados **(figuras 86, 87)**, como interessante negócio lucrativo que explora o medo e o sentimento de insegurança. São "benfeitorias" que valorizam o imóvel/empreendimento.

Figura 86 – Fotografias de Condomínios horizontais da cidade de Rio Claro



Fonte: Google Earth

Figura 87 – Fotografias de condomínios horizontais e verticais em Rio Claro



Fonte: Google Earth

Este modelo de arquitetura *"militarizada"* condominial reproduziu no espaço urbano rio-clarense inúmeros espaços segmentados e compartimentalizados, transformando a (des)organização da cidade num *sistema de apartheid* com bairros periféricos que são verdadeiros hiperguetos, dificultando ou inviabilizando a convivência pluriétnica. O espaço urbano fragmentado transformou a cidade de Rio Claro/SP numa cidade fractal.

> Na cidade, a lógica capitalista realiza uma alienação do espaço vivido nos termos de sua aparência fetichista: o capital, nada mais que trabalho humano abstraído, tornado valor e inserido no circuito da reprodução ampliada, mercantiliza o espaço e o constitui como meio de reprodução, mesmo que este movimento se volte contra qualquer lógica de uso do espaço diferente daquela capitalista, como espaço como valor de troca – o capital, produzido, se volta contra o produtor. Mas, dialeticamente, a expansão do capital sobre o espaço, sobre a produção da cidade, traz consigo suas próprias contradições: a inviabilidade da reprodução da vida (seja na forma do desemprego, seja na forma da criminalidade, da saúde pública etc) é também inviabilidade de reprodução do capital: sem trabalhadores não há produção de valor (MORALES, 2008, p.12).

O *flâneur* verificou as sutilezas da exclusão sócio-espacial. Os moradores do

Condomínio Morada do Sol **(figura 88)**, com 84 casas (42 m² de área útil de construção) de padrão construtivo baixo, inicialmente, destinado às pessoas com renda familiar de 0 a 3 salários mínimos, foram descriminados pela companhia de energia-elétrica Elektro. No ano de 2002, por ocasião da entrega daqueles imóveis condominiais a Elektro não realizou as ligações de energia elétrica, alegando que diante da baixa renda daqueles moradores poderia não receber pelo serviço prestado. A proposta daquela concessionária foi que a Prefeitura Municipal assumisse a responsabilidade pela cobrança daquelas tarifas decorrentes das contas de luz (VIEIRA, 2008, p. 111). Seus condôminos foram alcunhados como potenciais "caloteiros", excluindo-os até daqueles serviços essenciais. É o cotidiano que se demonstra violento contra os excluídos.

Figura 88 – Fotografias do Condomínio Morada do Sol



Fonte: Google Earth

Ironicamente, a Elektro recusou o fornecimento de energia elétrica à "morada do sol" para que seus moradores não enxergassem as inúmeras injustiças que lhes submetem o cotidiano capitalista. Alienados pelo consumo de mercadorias, os condóminos da Morada do Sol, se curvaram à arquitetura militarizada e adotaram cercas e guarita. A Morado do Sol, anteriormente discriminado pelo serviço público, se transformou num gueto elitizado que produz a auto-segregação.

A *flanerie* por Rio Claro alcançou o Jardim Novo II/Terra Nova **(figura 89)**, pejorativamente, denominado de "Parque dos Monstros". A ocupação daquela terra nova decorreu da expansão territorial de Rio Claro que, expulsou (violência) a miséria para outros fantasmagóricos locais, sem infraestrutura básica ou de serviços públicos. Sua paisagem é de total desolação, com ruas empoeiradas e sem qualquer tipo de pavimentação. Local de

constantes ações policiais truculentas porque abriga pessoas "criminosas" [146]. O vereador Sérgio Desiderá, em projeto proposto no ano de 2009, na Câmara Municipal, propôs modificar a denominação daquele conjunto de moradias econômicas (leia-se diminutas casas), com a seguinte justificativa: "buscamos com este projeto resgatar a dignidade das famílias que moram neste local. Não podemos admitir, de forma alguma, que as residências sejam conhecidas como Parque dos Monstros".

Figura 89 – Fotografia do Bairro Jardim Novo II/Terra Nova



Fonte: Google Earth

Matéria jornalística postada no site do Guia Rio Claro, no dia 31 de agosto de 2009, descreveu o Bairro Terra Nova/Jardim Novo II, da seguinte forma:

> Em alguns locais, como no bairro Terra Nova, é impossível ter acesso a certas áreas por meio de automóvel devido ao barro formado pela chuva. Embora tenham sido instaladas guias, o asfalto ainda não chegou. A comerciante Rute Apolinário diz que a situação está insustentável. "As pessoas aqui estão sendo muito prejudicadas. Limpeza é algo que não dura e não dá para sair de casa sem se sujar. O ônibus ameaça não passar se as condições se agravarem", ressalta. Se no período de chuva as pessoas são expostas à lama, nos dias de sol a dificuldade maior é a poeira. Além de ser inimiga da limpeza doméstica, ela causa sérios problemas respiratórios, principalmente em crianças e idosos. "A minha rinite vive atacada por causa do pó", declara Rute. Da mesma forma, o operário Thiago Richer Costa Gomes reclama das condições de habitação. "O bairro tem uma infraestrutura tão precária que ninguém gosta muito de viver aqui. Apelidamos o local de "Parque dos Monstros", porque às vezes da medo – tirando a questão da violência que é outro ponto negativo", revela Gomes.

A melancolia dos moradores daquele bairro, diante do completo abandonado do poder público e da precariedade em que vivem, assimilou o apelido de "Parque dos Monstros". O crime substituiu a ausência do poder estatal com ações *"beneméritas"*. É a

[146]Não se devem generalizar os adjetivos qualificativos para classificar as pessoas – como criminosos. As ações policiais devem ser cautelosas e zelar pela dignidade humana e pelos direitos humanos. Recentes operações lograram êxito em efetuar a prisão de criminosos ligados ao PCC no Jardim Novo II, causando temor generalizado na comunidade rio-clarense. É necessário um policiamento de proximidade para garantir que os serviços públicos de qualidade cheguem aos moradores daquele bairro, evitando-se que ocorra a permanente ocupação daquele território por facções criminosas.

desesperança por um futuro melhor. É a revolta pelo abandono, pela miséria, pela omissão estatal, por respirar a poeira, por viverem empedernidos pela sujeira, por conviver e viver na lama. É a revolta que se mistura a violência. É a revolta...

Perambulando pelo Bairro Residencial das Flores, escutou o *flâneur* de sua moradora Antônia que tem ela medo da violência: "Por ser a última rua do bairro, há alguns marginais que passam por aqui, mas em geral é um lugar muito bom para se morar"[147]. A população já incorporou no seu cotidiano a convivência com os "marginais" e a marginalidade.

O *flâneur* revelou que as pessoas humildes e ávidas por habitação popular, somente terão acesso aos imóveis após burocrático expediente que comprovem suas capacidades econômico-financeiras para então jogar com a sorte – a contemplação em "sorteio". Atualmente, na cidade de Rio Claro/SP estão inscritos aproximadamente 7 (sete) mil pessoas/famílias inscritas[148] nos programas federais do *"Minha Casa, Minha Vida"* e do *"Pro Moradia"*, para um déficit habitacional de 14 mil imóveis.

Nos bairros das extremidades da cidade Rio Claro/SP é percebido claramente a expansão ilegal da cidade, quando os pequenos módulos de terrenos (125 m²) são ainda subdivididos, abrigando inúmeros casebres **(figura 90)**. São *"cortiços",* com novas roupagens. Construídos em alvenaria, sem revestimento de reboco, chão de cimentado caiado e, geralmente, num único cômodo abriga uma família. Imóveis edificados com as sobras de demolições de outros imóveis (foto), além do que os seus quintais são confrontantes com o campo (pastos, áreas de preservação permanente, voçorocas, etc.).

Figura 90 – Fotografia de bairros da periferia de Rio Claro marcados pela miséria



Fonte: Google Earth

São nessas extremidades da cidade – no peri-urbano - que encontramos as

[147] Vide: GUILHERME, V. ***A Rio Claro que existe longe do centro.*** Rio Claro: Jornal Cidade de Rio Claro, edição de 24 de junho de 2012.
[148]Matéria jornalística veiculada no Jornal Cidade de Rio Claro em 27 de maio de 2012.

pessoas que sobrevivem com renda *per capita* entre 1/8 a ½ salário minimo, via de regra, ocupando áreas de preservação permanente como as voçorocas, as várzeas de rio ou córrego, etc. Portanto, vivem em *"pocilgas"* que não lhes garante as mínima dignidade **(figura 91)**.

Figura 91 – Fotografia da Avenida "Marginal" do Bairro Bom Sucesso



Fonte: Google Earth

O peri-urbano rio-clarense não recebe qualquer tratamento urbanístico, sendo abrupta a transição entre a cidade e o campo. É nestas condições de precarização que os excluidos etnico-econômicos, na luta pela sobrevivência, desenvolvem a agricultura de subsistência como também a criação de animais **(figura 92)**.

Figura 92 – Fotografias das extremidades do espaço urbano rio-clarense



Fonte: Google Earth

Revelou as imagens ocultas que o espaço urbano rio-clarense se transformou

em mercadoria que necessita da exclusão sócio-espacial, acentuando as desigualdade e exacerbando a violência[149].

O *flâneur* desvendou ao visitar os condomínios residenciais de baixo padrão construtivos que são eles construídos nos espaços urbanos menos valorizados da cidade, geralmente, empurrados para locais distantes e com topografias irregulares. Atendem aos interesses imobiliários quando parcelam o solo em pequenos módulos e edificam, em série, inúmeras *"unidades habitacionais"* com materiais de baixa qualidade, auferindo excelente lucratividade. Habitados com pessoas que nunca viveram em condominios, oriundos de imoveis precarizados, encontram dificuldades naquele novo ambiente condominial e a convivência nem sempre é fácil com os seus vizinhos, resultando em violência/criminalidade.

Exemplo evidente da ausência de programas sociais no processo de ocupação das habitações de interesse social[150] citamos o Condomínio Residencial Quirino[151]. As famílias contempladas ocupararam aquele condomínio no início do ano de 2012 e, já no segundo semestre daquele ano, inúmeros moradores manifestaram o desejo em devolver os seus apartamentos com medo do tráfico e uso de entorpecentes que acontece naquele espaço condominial **(figura 93)**[152]. Interessante registrar que o Residencial Quirino, não fugindo a regra, adotou uma arquitetura *"militarizada"*, com sistema de proteção e guarita na portaria, porém, a violência e a criminalidade está localizada intra-muros.

Não há um processo de heterogenização de etnias e de grupos sociais no

---

[149]Em debate na sessão de audiência pública da Câmara Municipal de Rio Claro, do dia 25 de outubro de 2012, em público o edil Sérgio Carnevale declarou que apresentou um substitutivo ao Plano Diretor elaborado pelos proprietários de empreiteiras e construtoras rio-clarenses. O Jornal Cidade de Rio Claro, em matéria jornalística veiculada em 26 de outubro de 2012, portanto, um dia após a realização daquela audiência pública, com subtítulo estampou: *"Possíveis irregularidades foram apresentadas contra substitutivo encomendado ao Plano Diretor".* Claramente, demonstra que em Rio Claro os *"coronéis"* da construção civil ainda impõem aos *"seus políticos"* as normas sobre a terra. Segundo Carnevale, o projeto do Executivo "era confuso e redundante em vários aspectos" e por isso a Comissão resolveu "contratar" o advogado Paulo Roberto Demarchi para dar a redação final que, segundo Carnevale, levou em consideração as emendas enviadas à Câmara até o mês de agosto. Ao ser questionado do pagamento por este serviço, Carnevale afirmou em plenário que cinco ou sei construtoras se reuniram para cotizar esse custo e citou quatro delas: Construtora Geromel, Brumati, Basestaca e Construtora D´Urso. A afirmação encontra-se gravada pelo sistema de câmeras que registrou a audiência de ontem, conforme notícia - ***Construtoras "financiam" o Plano Diretor*** por Carlos Marques - publicada em 26. 10. 2012, em www.guiarioclaro.com.br

[150] As habitações de interesse social são aquelas destinadas às famílias com baixa renda familiar, geralmente, com rendimento *per capita* de zera a três salários mínimos.

[151]Os 144 apartamentos do Residencial Quirino ocupam nove torres de quatro andares. Cada unidade tem 43,92 metros quadrados de área construída. O conjunto é fechado, tem serviço de portaria e dispõe de toda a infraestrutura urbana, como luz, água, asfalto e rede de esgoto. As famílias beneficiadas se enquadram na faixa de renda que vai de zero a R$ 1.395,00. As prestações dos imóveis, que não comprometem mais de 10% da renda familiar, variam de R$ 54,00 a R$ 139,00. A denominação do residencial presta justa homenagem ao pároco Quirino, falecido na década passada, que desempenhou um grande trabalho de evangelização nas comunidades às quais serviu, notabilizando-se pelo grande espírito de liderança.

[152] Essas informações nos foram trazidas anonimamente por moradores daquele condomínio em decorrência da nossa função de Secretário Municipal de Segurança e Defesa Civil de Rio Claro/SP.

processo de ocupação do espaço urbano rio-clarense e a exclusão socio-espacial é estimulada pelo poder público municipal quando destinou um condomínio horizontal de imóveis de interesse social para as classe mais humilde dos funcionários públicos municipais. A cidade de Rio Claro retorna aos tempos das *"corporações de ofícios"* da Idade Média.

Figura 93 – Fotografias do Residencial Quirino



Fonte: Google Earth

O *flâneur* percebeu que a fantasmagoria da modernidade capitalista lançou tentáculos sobre a organização espacial das cidades fazendo com que o poder público se curvasse perante a indústria da construção civil e se afastasse completamente das políticas públicas de inclusão social e de integração dos diversos segmentos sociais.

Este processo excludente da organização sócio-espacial das cidades, imposto pela geopolítica da economia globalizada, moldaram os programas habitacionais brasileiros, principalmente o programa "Minha Casa, Minha Vida" – do governo federal. Este programa habitacional, instituído por um modelo jurídico e financeiro que transformou o Estado brasileiro num agente financeiro do "mercado", garantindo-lhe toda a infraestrutura para o desenvolvimento ("progresso") de mercadorias-signos[153] - a exemplo dos condomínios

[153] Os condomínios são mercadorias-signos de uma indústria da construção civil, com a tática de desqualificar os espaços públicos e sob a falsa ideia de *"privacidade e segurança",* impõe a produção em série de habitações, independentemente do padrão construtivo e da faixa de rendimento da pessoa, transformando-os em enclaves

verticais e horizontais. Ressaltamos que aquele programa habitacional brasileiro foi inserido no Plano de Aceleração do Desenvolvimento (PAC), criado no governo Lula e mantido pelo governo Dilma, cujo viés principal é o negócio imobiliário e o *fomento*, com recursos financeiros públicos, da indústria da construção civil. Secundariamente, os planos habitacionais visam garantir a moradia aos brasileiros.

Lamentavelmente, na cidade de Rio Claro/SP os condomínios habitacionais destinados às moradias de interesse social foram obrigados a seguir a mesma lógica capitalista com as imposições legais decorrentes, produzindo as *"unidades habitacionais"* (mercadorias) com baixo padrão construtivo e dotados de arquitetura militarizada, destinadas a auto-exclusão sócio-espacial (sob o viés da renda familiar *per capta*).

Contrapondo aquela realidade, a *flanerie* pelos bairros de *"*alto e altíssimo luxo" revelou que as "mansões" estão muito próximas umas das outras, "não havendo espaço livre entre elas, fazendo que a privacidade tão veiculada pelo marketing seja prejudicada" (VIEIRA, 2008, p. 118). A lógica do mercado imobiliário é a mesma para os condomínios, independentemente, do seu padrão construtivo. Está lógica é centrada na máxima ocupação do espaço territorial, permitindo a construção de maior quantidade possível de unidades habitacionais, aumentado a lucratividade do negócio em prejuízo da qualidade de vida dos seus moradores.

Na cidade de Rio Claro os moradores de condomínios de alto e altíssimo luxo escolheram habitá-los por motivados de segurança, enquanto que os de baixa renda afirmaram que a escolha decorreu em relação custo/benefício (VIEIRA, 2008, p. 139).

Constatou o *flâneur* a divisão da cidade de Rio Claro em quadrantes, com tática oportuna ao processo de segregação sócio-espacial. Na região norte, nordeste e sudoeste (separada pela rodovia Washington Luís) estão localizados a expressiva maioria dos condomínios horizontais e verticais destinados às classes com menores rendimentos financeiros e com baixa qualificação educacional e profissional. Na região sul e sudeste estão localizados os condomínios horizontais e verticais de alto e altíssimo padrão construtivo **(figura 94)**.

---

fortificados.

Figura 94 – Fotografia aérea da localização dos condomínios habitacionais de elevado padrão construtivo



Fonte: Google Earth

Circunvizinho a região central estão localizados os bairros da Saúde, Vila Santo Antônio e Cidade Jardim destinados a ocupação de uso misto, tanto para as residências como também para as atividades de comércio e prestação de serviços. São bairros com excelentes infraestruturas e com prestação de serviços públicos de boa qualidade. Seus moradores são oriundos das tradicionais famílias da cidade. No Bairro Cidade Jardim os seus moradores são da classe média ou alta.

Próximo à região central também está localizado o Bairro da Bela Vista e o Bairro Vista Bela, ambos com população fixa e flutuante. Seus moradores recebem a influência da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), com inúmeras "repúblicas estudantis" e eventuais tensões entre universitários e os moradores fixos daqueles bairros, com costumes e hábitos divergentes, a exemplo, das estridentes festas universitárias. A população flutuante daqueles bairros refletem diretamente nos seus elevados índices de criminalidade (furto e roubo), vitimando os moradores das "repúblicas estudantis".

O setor imobiliário expandiu os bairros *"nobres"* para os espaços urbanos que fossem dotados de algum tipo de anteparo, com as barreiras naturais ou artificiais, objetivando controlar e dificultar a circulação de pessoas de outros segmentos sociais naqueles locais. Estrategicamente, estes condomínios "nobres" localizados na zona sul e sudeste, estão segregados pelas seguintes barreiras artificiais: o aeroporto, a via ferroviária, a Rodovia Washington Luís e a Via de Acesso Presidente Kennedy **(figura 95)**.

Figura 95 – Fotografia aérea das barreiras artificiais no entorno de condomínios de elevado padrão construtivo



Fonte: Google Earth

No Bairro Cidade Jardim estão localizados os condomínios verticais de elevado e elevadíssimos padrões construtivos, a exemplo do Condomínio *Tilápias* (figura 96). Este condomínio é um enclave fortificado que dispõe de sofisticadas tecnologias de vigilância, inclusive, com corpo de vigilantes. O seu sofisticado aparato tecnológico de vigilância e sua arquitetura *"militarizada"* não impediu que por duas vezes fosse aquele condomínio invadido por quadrilhas especializadas em "arrastões".

Figura 96 – Fotografia do Condomínio Tilápias



Fonte: Google Earth

Na Rua João Polastri é que está localizada a maioria dos condomínios luxuosíssimos, dotados de forte aparato de segurança e verdadeiras arquiteturas militarizadas. Toda a parafernália tecnológica segregacionista não serviu, no ano de 2009, para evitar o homicídio da infante Gabriela, posteriormente, elevada a condição de *"mártir"*[154] e símbolo da luta por *"mais segurança pública"* **(figura 97)**.

Figura 97 – Fotografias de condomínios horizontais de alto padrão construtivo no Bairro Cidade Jardim em Rio Claro/SP



Fonte: Google Earth

Estes condomínios de alto e altíssimo padrão construtivo com as suas muralhas reproduzem fielmente as muralhas que circundam as penitenciárias de segurança máxima. Suas portarias estilizadas também são muito semelhantes a operacionalidade das portarias das penitenciárias. Em ambos, condomínio e penitenciária, encontramos as *"gaiolas de controle de veículos e pessoas"* **(figuras 98, 99)** [155].

[154] Naquela mesma época uma jovem mulher grávida foi morta por seu companheiro e que levou a morte do seu feto, não merecendo qualquer destaque da mídia rio-clarense. O movimento reivindicatório eclodiu em decorrência do óbito de uma criança moradora de um condomínio de alto padrão, não que o seu objetivo fosse meritório, enquanto que outros jovens e adolescentes são trucidados diariamente em outras localidades sem que se cobrassem dos governantes uma ação (basicamente repressiva) para conter a criminalidade.

[155] É o jargão utilizado no setor de segurança (públicas ou privada) para o controle de acesso de pessoas e veículos em locais com vigilância.

Figura 98 – Portaria de Condomínio em Rio Claro



Fonte: Google Earth

Figura 99 – Portaria da Penitenciária "Nelson Hungria" /MG



Fonte: do autor

A rotina dos condomínios passa a ser regrada e rotinizada aos moldes das "áreas de segurança máxima" **(figura 100)**.

Figura 100 – Fotografia de portarias de condomínios de Rio Claro



Fonte: Google Earth

Se as ostensivas tecnologias de segurança e suas sofisticações são fantasmagorias que representam a identidade dos seus moradores, o *flâneur* rememorou a arquitetura do período imperial brasileiro. O símbolo do poder era ostentado por meio dos seus telhados, motivo pelo qual as residências dos *"poderosos"* ostentavam *"a eira, a beira e a tribeira"*. Aos miseráveis era imputada a peja de que não tinham sequer *"eira"*.

Perambulando pelas vias públicas que dão acesso aos condomínios residenciais

de alto luxo da cidade de Rio Claro, o *flâneur* ficou estarrecido quando visualizou uma paisagem de muros, nada além de muros indevassáveis e com as suas tecnologias ameaçadoras que repulsa qualquer *invasor ou inimigo*. O espaço público se curvou aos desejos dos interesses privatistas dos condomínios, não permitindo que o ambiente público (ruas e avenidas) fosse acolhedor **(figura 101)**. As muralhas dos condomínios "fechados" são semelhantes as dos presídios **(figura 102)**.

Figura 101 – Fotografias da Rua João Polastri



Fonte: Google Earth

Figura 102 – Fotografia da Penitenciária "Estevão Pinto"/MG



Fonte: do autor

Residências e condomínios com alto padrão construtivo estão também localizados nos bairros Jardim São Paulo e Cidade Claret **(figura 103)**. A semelhança do que ocorre na região sul, estes dois bairros são isolados ou dificultados os seus acessos por meio das seguintes barreiras artificiais: a Rodovia Washington Luís, a Avenida Castelo Branco, a

Avenida Presidente Tancredo Neves, a Avenida 14, bem como pela barreira natural do Córrego Wenzel.

Figura 103 – Fotografia aérea dos Bairros Cidade Claret e Jardim São Paulo



Fonte: Google Earth

Seguindo a mesma estratégia utilizada pelos moradores do Bairro Cidade Jardim, nestes dois bairros, os condomínios horizontais e verticais de alto padrão construtivos acompanham a forma da arquitetura militarizada, com guaritas, portões, videomonitoramento, etc..

Figura 104 - Fotografia de Condomínios de alto padrão nos Bairros Cidade Claret e Jardim São Paulo



Fonte: Google Earth

O *flâneur* ficou estarrecido ao decifrar a fantasmagoria dos *"espaços militarizados"* existentes na cidade de Rio Claro/SP, com suas formas urbanísticas de auto-segregação e de segregação sócio-espacial. Sorrateiramente, o individualismo é enaltecido e os problemas de ordem coletiva são desprezados, salvo aqueles internos da família ou da sua residência. A gestão condominial é repassada às empresas especializadas, visto que os

condôminos não gostam de exercer aquela atividade ou qualquer outra função administrativa, salvo nas esporádicas assembleias ordinárias ou extraordinárias condominiais.

> Eles informam, com seus muros, que vivemos em uma sociedade que sabe consumir aquilo que não precisa, ela é individualista, egocêntrica e despreparada. Tais muros e guaritas nos informam ainda que, existem pessoas formadoras de opinião que não estão dispostas a buscar soluções duradouras para questões como violência e nenhuma outra que diga respeito ao local de uma esquecida identidade. Deixam-se alienar pelo sistema de acumulação vigente, que os mantêm tão produtivo, prósperos, e a cada dia que passa mais aterrorizado. Vivem no ambiente urbano, mas não querem saber das problemáticas inerentes do mesmo. Semelhantemente a esta postura, podermos comparar a suposta reação de um avestruz que em condição de perigo enfia a cabeça em um buraco. Em meio ao caos urbano, que cresce a cada dia, talvez a cabeça fique intacta dentro do buraco (VIEIRA, 2008, p. 144-145).

Resta-nos indagar: será que a cabeça permanecerá intacta dentro do buraco?

Defendemos a critica de que os enclaves fortificados são auto-excludentes e excludentes e decisivos para produzir nos seus habitantes sentimentos e desejos negativos, recalcando preconceitos, alienações, alucinações, suspeições, malquerenças, discriminações e outras formas de violências.

Finalmente, o *flâneur* sobrevoa o município rio-clarense e deparou com outra imagem dantesca, a exploração minerária (argila) que degrada o seu solo **(figura 105)**. A indústria cerâmica da região da cidade de Rio Claro se firmou como sendo o maior polo ceramista da América Latina e os *"senhores ceramistas"* [156] (outrora, os senhores de engenho, os barões do café, etc.) com as suas máquinas e tratores, impiedosamente, abrem as cavas para extração de argila e as abandona após seus esgotamentos **(figura 106)**. A *flanerie* aérea, aos desavisados leva-os a miragem de que estão alunissando nas crateras. Para o *flâneur* é o prenuncio de um mundo *lunático*: com crateras, deserto e desabitado, portanto, é uma violência "*lunática"* – que destrói a lucidez humana e que avilta a natureza.

[156]Se no passado a grande produção agrícola de Rio Claro importou mão-de-obra europeia e se estruturava em falsidades documentais para sonegar tributos (como a propriedade dos escravos), além da violência que se impunham no processo produtivo, atualmente, os *"senhores ceramistas"* reproduzem aquele sistema produtivo, desde a importação de mão-de-obra mineira (ou de outros estados) pagando-lhes aviltantes salários, até a sonegação de tributos e encargos trabalhistas, além da violência contra a natureza com suas atividades extrativistas (argilas). Existem termos de ajuste de condutas celebrados entre os ceramistas e o Ministério Público, além dos órgãos públicos ambientais de proteção ambiental, contudo, sem que fossem cumpridos.

Figura 105 – Fotografia área com localização de cavas de exploração minerária



Fonte: Google Earth

Figura 106 – Fotografias aéreas de cavas de exploração de argila em Rio Claro



Fonte: Google Earth

O *flâneur* fica chocado com as crateras minerárias existentes proximo ao núcleo urbano do Distrito de Ajapi, que lança milhões de particulas de risiduos sólidos no ambiente e que, inexoravelmente, afetam a qualidade de vida dos moradores distritais, com possibilidade real de contrairem silicose **(figura 107)**.

Figura 107 – Fotografia aérea de mineradora no distrito de Ajapi



Fonte: Google Earth

É a cidade que não queremos ver ou é a cidade que desejamos esconder?

O *flâneur* rio-clarense busca as outras leituras da cidade nas suas simbologias. A simbologia[157] da bandeira rio-clarense exalta o *"progresso"* da cidade *"fruto e graça"* das suas lideranças político-econômicas, restando ao povo um papel de mero coadjuvante. No discurso simbólico daquela bandeira, o *"progresso"* rio-clarense sempre foi linear e constante, sem que houvesse violências e retrocessos.

Oficialmente, o retângulo azul da bandeira rio-clarense simboliza a sensibilidade do seu povo, coeso e digno, como se fossem nas palavras do poeta rio-clarense Arthur Bilac a *"cidade azul dos sonhos ilibados onde os nossos ancestrais plantaram suas sementes que frutificaram em nós".*

Será que esta simbologia é correta?

A nossa montagem de citações dos nossos antepassados comprovaram que eles expropriaram terras, violentaram escravas, mataram os adversários, destruíram o meio ambiente, segregaram as etnias minoritárias, impuseram submissão às mulheres, falsificaram

[157] Ver site oficial da Prefeitura Municipal de Rio Claro - http://www.rioclaro.sp.gov.br/

títulos dominiais, praticaram tantos outros crimes como incivilidades... São estas as sementes que frutificam entre nós?

Os vencidos da história rio-clarense não são frutos da criminalidade, da destruição, do desrespeito, do ódio... As explicações sobre a bandeira rio-clarense faz parte de uma historiografia que aliena o rio-clarense com discursos simbólicos falsos.

O progresso rio-clarense, na critica benjaminiana, também não foi linear e muito menos constante. Com a quebra do café (1920), os seus barões se retiram para outras cidades e os seus negócios em Rio Claro declinaram. A queda do sistema capitalista de grandes lavouras o resultado foi o parcelamento do solo em módulos agrícolas de menor extensão territorial. A cidade que era próspera experimentou retrocessos em seu progresso.

Figura 108 – Bandeira da cidade de Rio Claro



Fonte: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro

O losango branco é “o espirito de paz que reina na conduta do seu povo” e do “trabalho fecundo e harmônico oriundo de todos os pontos da região, solidifica-se um só propósito de evolução e felicidade, uma felicidade organizada, uma felicidade consciente, sólida e duradoura”.

Qual é a paz que reina em Rio Claro?

A criminalidade exacerbada durante toda a sua história. A precarização da vida nos bairros “pobres”.

Existem paz e justiça social em Rio Claro?

Não é possível haver justiça e paz social numa cidade em que 36% da sua população sobrevive com até um (1) salário mínimo, enquanto que apenas 6% recebem remuneração de cinco (5) a mais de dez (10) salários mínimos. É a violência que se manifesta na forma de injusta social, a perversa concentração de rendas. Como pode subsistir a paz numa cidade em que 10% dos idosos são analfabetos, bem como 25% dos idosos negros são

também analfabetos. Existem paz e justiça numa cidade em que mais de cinco (5) mil pessoas convivem com o lixo acumulado nos logradouros de seus domicílios, levando-os a disputar o espaço com os ratos e os peçonhentos. Como então falar em paz, *"felicidade organizada"* e harmonia.

Figura 109 – Brasão de Armas da Cidade de Rio Claro



Fonte: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro/SP

O *flâneur* indaga: qual o significado oficial do Brasão de Armas de Rio Claro[158]?

A historiografia oficial descreve o Brasão como o *"pedestal"* em que assenta a tradição dos valores espirituais dos nossos ancestrais. Inculca-nos o dever de garantidor da independência do *progresso* rio-clarense. O *Barrete Frígio* simboliza a República e a Liberdade, como exaltação da luta do cidadão rio-clarense na defesa dos ideais liberais e republicanas. As cinco torres prata simboliza a cidade nobre e leal e o ouro a nobreza, caráter, poder, riqueza e sabedoria. A cor vermelha representa as vitórias e as conquistas dos rio-clarenses e o seu patriotismo. O leão em repouso significa o repouso do povo após as vitórias politicas e a liberdade conquistada. Finalizando, a divisa ***"QUIETA NON MOVERE"*** quer dizer: "não importune quem está tranquilo; não mexa com quem está quieto", ou, em outras palavras: "Cuidado, deixe este povo em paz".

[158]O Brasão de Armas de Rio Claro foi criado pelos professores Dr. Zulmiro Ferraz de Campos e Carlos Hadler. No dia 24 de fevereiro de 1932, foi transformado em lei municipal com a seguinte descrição: *"um escudo tendo por timbre a coroa mural de prata, e por suportes dois ramos de indaiá; em campo de goles, um leão dormente, de ouro, e no cantão dextro, de outro, um barrete frígio, de goles, e a divisa em fitão de goles, com letras de ouro* ***QUIETA NON MOVERE".***

Outro discurso sub-reptício oficial do Brasão rio-clarense é a beligerância contra o ataque do *"outro".* Se o leão está dormente e tranquilo não é prudente importuná-lo – "não mexa com quem está quieto", caso contrário, será atacado pelo "rei da selva" – representado pelo poder soberano do Município, cujo *"leão"* é o povo quando é necessário lutar ou morrer.

Está ideologia liberal levou centenas de rio-clarenses às lutas contra o regime imperial, sub-repticiamente, para ascensão ao poder político dos fazendeiros. Esta cultura beligerante cunhou a liderança do Ten. Siqueira Campos (rio-clarense) que lutou contra o Estado Novo. Contrapondo, durante a República Velha, movimentos conservadores contaram com a participação e o apoio dos rio-clarenses, como aconteceu com o Movimento Integralista. Durante o Golpe de Estado civil-militar de 1964, algumas vozes rio-clarenses levantaram-se contra aquele regime ditatorial e outros foram a favor. Portanto, a luta de classe e as disputas ideológicas estiveram presentes na história rio-clarense, inclusive, com levantes revolucionárias ou não.

Em síntese, o Brasão serve para exaltar - simbolicamente, que o rio-clarense está sempre em "alerta" para um iminente combate. Desconfiar do outro, ter medo do leão, ser um leão são simbologias inculcadas no subconsciente rio-clarense.

CONCLUSÃO

Se a realidade social se materializa no espaço num determinado momento histórico, consequentemente, a ação humana pode influenciar na modelagem espacial, com repercussões na paisagem.

A produção do espaço urbano como condição para a materialização dos fenômenos sociais da violência e da criminalidade não podem estes fenômenos ser estudadas como totalidades em si. Compreendê-los é tarefa que jamais se esgota, principalmente, quando inseridas num processo dialético que entrelaçam os conhecimentos da história, da demografia, da sociologia, da arquitetura, da geografia, da antropologia, etc.. "A violência, além de ser efeito, é também causa do aumento das tensões e desigualdades da cidade. Por um lado, ela incide e desqualifica áreas já desfavorecidas, principalmente as periferias" (ROLNIK, 2012, p. 68).

O espaço enquanto produto é condição da sociedade. Apropriado de diferentes maneiras ao longo do seu processo de desenvolvimento histórico-material produz as *fisiognomias urbanas*, com as feições da exclusão sócio-espacial, da expropriação da terra, da especulação imobiliária, da *"arquitetura militarizada"*, da desregulamentação da economia, da individualidade, da desvalorização e da desqualificação.

Flanar pelas diversas dimensões espaciais e temporais permitiu-nos compreender e refletir sobre as correlações da violência e da criminalidade com o espaço urbano. O poder/violência na produção e reprodução do espaço, muitas vezes, imperceptíveis, acabam limitando, bloqueando ou domesticando as relações sociais, consequentemente, "criam um espaço de visibilidade no qual o poder vê, sem ser visto" (RAFFESTIN, 1993, p. 39).

No sistema capitalista, o entrechoque entre os interesses de classes ou grupos sociais servem para moldar as relações sociais, cunhando as características e identidades das pessoas daquele território, fazendo com que "na territorialização do espaço, o espaço é tornado produto". Consequentemente, "as escalas sociais e espaciais representam uma territorialidade, que se manifesta no conjunto da produção, da troca e do consumo das coisas, e, portanto, cada território possui sua territorialidade única" (GALVÃO et al, 2009, p. 43).

Num primeiro momento, a produção do espaço territorial rio-clarense serviu

aos interesses do seu principal ator social - “os senhores da terra”. No decorrer da história, o “sistema territorial” foi sempre estruturado para atender os interesses e/ou “domesticar” os diversos segmentos, grupos ou classes sociais. Segundo Raffestin (1993, p. 151) as “tessituras, nós e redes que podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes”. Neste contexto, a produção do espaço geográfico é heterogênea e diferenciada em decorrência da participação diversificada dos homens. A sociedade de classes sociais exige que a produção espacial seja um contínuo processo de constituição (CARLOS, 1992).

Para Raffestin e Carlos encontramos em cada espaço diferenças de tempo, visto que o “desenvolvimento” não atinge instantaneamente a todos os lugares. No espaço urbano rio-clarense estas diferenças de tempo em que os bairros periféricos são arcaicos (agricultura de subsistência) enquanto que os bairros “nobres” estão no tempo da cibernética.

Compreender a produção do espaço urbano rio-clarense e as suas dinâmicas espaciais, com viés na criminalidade, obrigou-nos a confeccionar algumas bases cartográficas digitais que revelaram as aglomerações (nós) dos locais de crimes e de exclusão sócio-espacial. Revelou as bases cartográficas que a violência e a criminalidade são materializadas no espaço urbano num *“sistema territorial”,* com diferentes tessituras, nós e redes. Não ocorre homogeneidade na distribuição das diversas modalidades de crimes no espaço urbano rio-clarense, por exemplo, os crimes contra a vida seguem dinâmica espacial em direção aos bairros periféricos e os crimes contra o patrimônio em sentido inverso, com maior aglomeração e intensidade na região central.

Analisando o processo histórico sobre a expansão territorial do município de Rio Claro, sua matriz principal foi o sistema capitalista com o viés nas grandes lavouras. O processo expansionista do espaço urbano foi e é violento. A violência é reproduzida por inúmeras formas e maneiras, muitas vezes sutis, que vão da especulação imobiliária até as reformas *legais* impostas pelos Planos Diretores e as legislações municipais.

As estratégias expropriatórias do espaço urbano rio-clarense são sutis ou não, porém, seu paradigma é a expulsão dos pobres para os bairros periféricos. A segregação-espacial serve também para “controlar” os mais pobres e os “perigosos” nos distantes bairros periféricos, a exemplo do “Parque dos Monstros”, oficialmente *Jardim Terra Nova*. Aos pobres restou-lhes a inóspita *“terra nova”* reproduzindo o processo de expansão territorial da época dos *colonizadores,* expulsos para o interior do sertão.

Pejorativamente, os bairros segregados são quase sempre denominados de *“território da violência”*. Os territórios marcados pela exclusão sócio-espacial são os

territórios rio-clarenses dos homicídios e das prisões por tráfico de entorpecentes, consequentemente, é os locais preferencialmente *"escolhidos"* pela repressão policial.

O processo de inclusão/exclusão social produz normas de convivência entre as pessoas numa comunidade. Para Abranches (1994, p. 125-27) a quebra destas normas de convivência pode levar a eliminação da "barreira moral e legal entre pessoas honestas e bandidos, ela se torna uma fonte independente de reprodução das condições sociais e pessoais para a droga, a violência e o crime".

As complexas relações sociais e as inúmeras formas de violências institucionais são causas que repercutem diretamente nos processos anárquicos de produção do espaço urbano, além das anomias em que "o mandonismo característico das quadrilhas que tiranizam as periferias urbanas e as favelas, exercido fundamentalmente pela violência armada e pela intimidação física, sem qualquer resquício de legitimidade – é intrinsecamente criminoso" (ABRANCHES, 1994, p. 127), instituem territorialidades que atuam na forma espacial.

Este processo anárquico vem sendo reproduzido no espaço urbano rio-clarense, com as expansões territoriais que descumprem as exigências do regramento do parcelamento, ocupação e uso do solo urbano, como observamos no bairro *Terra Nova*, com graves anomias sociais impostas pelo crime organizado. Naquele território urbano, o tráfico de entorpecente instituiu uma territorialidade para servir aos seus interesses. São as "leituras ocultas" que os interesses histórico-políticos dos vencedores não desejam revelar.

Decifrar a "leitura oculta" da produção do espaço urbano rio-clarense exigiu que elaborássemos um aporte teórico-geográfico por meio da releitura das teorias benjaminianas, em especial, da sua dialética estruturada no trinômio: modernidade/metrópole/*fisiognomia*. A dialética benjaminiana e o seu método de montagem nos permitiu revelar as rugosidades[159] do espaço urbano rio-clarense.

O método benjaminiano da montagem de citações/imagens nos revelou a *fisiognomia* da cidade de Rio Claro/SP que adotou o paradigma da lógica e da arquitetura militarizada. As bases cartográficas digitais se constituíram numa "radiografia panorâmica" dos "espaços ocultos", decifrando as sua inúmeras tessituras, além de revelar as leituras ocultas da urbe rio-clarense.

A *fisiognomia* do espaço urbano rio-clarense reproduz um sistema de guetos, cujos bairros mais periféricos e os que estão nos seus entornos extremos são marcados por um

[159]Segundo a conceituação de Santos (1978), "as rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço".

processo de exclusão sócio-espacial, transformando-os num *hipergueto* composto por edificações de baixo padrão construtivo e os seus moradores vivem em estado pobreza ou miséria. Constatamos que as regras que organizam o espaço urbano rio-clarense se transformam em padrões de diferenciação social e de separação que são variáveis diante dos elementos culturais e históricos. Estas variáveis servem como "princípios" estruturantes da vida pública, além de indicar como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade (CALDEIRA, 2000, p. 211).

A flanerie pelo espaço urbano rio-clarense decifrou que a cidade adotou "o urbanismo militar contemporâneo que consiste na colonização crescente do espaço urbano e da vida cotidiana das cidades por uma racionalidade militar, vale dizer, por práticas e discursos que têm o centro a noção de guerra" *(MINHOTO, 2012).* Revelou também que até as unidades habitacionais dos bairros pobres da periferia, produzidas em série, são verdadeiras "fortalezas".

A paisagem urbana da cidade de Rio Claro/SP se transfigurou como espaço de consumo de mercadorias em que as moradias de interesse social servem primeiro aos interesses do lucrativo setor da construção civil e imobiliário, consequentemente "o espaço entre as pessoas não é mais político e sim da mercadoria" [160]. Neste processo de produção capitalista do espaço urbano a exclusão sócio-espacial é importante estratégia da produção/organização espacial que faz o uso da violência/poder para instituir/manter a des(organização) do espaço.

Consequentemente, a segurança e o embelezamento urbanístico são fundamentais como elemento de valorização imobiliária de um produto/mercadoria. Atendendo estes interesses do *mercado*, as organizações policiais são inseridas como importantes atores no processo de produção de espaço urbano. Na perspectiva benjaminiana, aquelas organizações transitam rapidamente da legalidade para a ilegalidade e vice-versa, com apoio dos demais setores estatais e da própria população, recalcando medos, rancores, ódios, inseguranças para ao final institucionalizar/manter "territórios inimigos", impondo fronteiras: "entre o cidadão e o *sub-cidadão*, o crime e o trabalho precário, o público e o privado, especialmente nas zonas urbanas de intersecção entre os enclaves fortificados do andar de cima e os enclaves – também muitas vezes fortificados – do andar de baixo" (MINHOTO, 2012)[161].

---

[160] Esta conclusão de que o espaço entre as pessoas deixou de ser político para restar somente à mercadoria foi elaborada por Silvana Pintaudi durante as nossas longas *"discussões"* acadêmicas, nestes últimos quatro anos.

[161]MINHOTO, L.D. ***A lógica do conflito urbano.*** São Paulo: Jornal O Estado de São Paulo, p. J3, edição de

> [...] algo que deixa raízes em nosso passado escravista e no "código do sertão" a ele associado, apresenta-se hoje como fenômeno mais complexo: ao mesmo tempo o laboratório e a ponta de lança de um novíssimo urbanismo militar, que se alimenta justamente da geografia de enclaves fortificados, da guerra securitária interna e da militarização das funções civis de segurança pública e tende a se disseminar por algumas das principais capitaisdo capitalismo global (MINHOTO, 2012).

Demonstrou o *flâneur* que a militarização das funções civis de segurança pública e o urbanismo militar são estratégias adotadas pelo capitalismo global. Na cidade de Rio Claro/SP foi esta estratégia percebida mais intensamente a partir dos anos de 1980, com a acentuada expansão territorial da cidade, optando-se pelas edificações seletivas por meio de condomínios verticais e horizontais – tantos do "andar de cima" como os "do andar de baixo".

Este processo fragmentou intensamente o espaço urbano rio-clarense produzindo imagens simbólicas de poder/violência que transformaram os bairros periféricos em verdadeiros *"territórios inimigos"*, fazendo crer que as suas populações são compostas maciçamente por marginais e criminosos, inculcando nas pessoas a desconfiança, a intolerância, a agressão e o sentimento coletivo de temor. O processo de segregação sócio-espacial vai se alastrando e "se combinando de modo particular às racionalidades próprias de outras esferas da vida social, como a econômica, a política, a jurídica e assim por diante" (MINHOTO, 2012).

Uma das consequências do processo de segregação sócio-espacial é a produção de retóricas (discursos ideológicos) de que o espaço urbano é um permanente cenário de guerra, acentuando a crença de que as organizações policiais – em determinadas ocasiões e situações, devem agir com força/violência "legal" para "combater" o crime, adotando-se "leis de emergência e mecanismos jurídicos de exceção, a 'gentrificação' do espaço público e a conversão de locais públicos e manifestações populares em praças de guerra" (MINHOTO, 2012) [162].

Este processo de militarizar o espaço urbano e os discursos totalitários somente retroalimenta a violência urbana, sem que efetivas políticas públicas multi-setoriais sejam adotadas na segurança pública, desde o planejamento dos espaços urbanos inclusivos, perpassando pela educação e saúde, culminando com as ações próprias de prevenção e repressão das organizações policiais.

14/10/2012.

[162] Se o processo de *gentrificação* tem por característica o *"enobrecimento"* do espaço público, não passou de estratégia utilizada no passado por Haussmman, na cidade de Paris, como também em cidades brasileiras com apelo *"sanitarista"*. O conteúdo do seu discurso é revitalizar áreas urbanas degradadas, porem, sempre trouxe de forma subliminar os interesses *ocultos* de privilegiar os interesses políticos e econômicos que favoreçam o capitalismo. Raramente, o processo de *gentrificação* é realizado nos bairros excluídos sócio-espacialmente, porém, quando acontece são imbricados de interesses ocultos da política e da economia.

Historicamente, o processo de urbanização da cidade de Rio Claro/SP sempre adotou a racionalidade militar, fazendo da *"guerra urbana"* e da *política habitacional* uma fantasmagoria que transformou o espaço urbano em rendoso negócio imobiliário, além de ampliar o espectro de negócios, dentre os quais: o desenvolvimento de novas tecnologias de controle, do automobilismo, do entretenimento com jogos bélicos, a formulação e a execução do planejamento urbano, etc.

> [...] trata-se de um processo histórico que parece se alimentar de uma homologia crescente entre estruturas sociais, arranjos institucionais e formas de consciência que tem em seu centro o amálgama entre guerra, política e negócio e, nessa medida, tende a inscrever a racionalidade militar no cotidiano das nossas cidades para muito além dos limites geográficos dos espaços nacionais (MINHOTO, 2012).

Flanar pelo espaço urbano rio-clarense permitiu-nos revelar sua *fisiognomia* – os enclaves fortificados que são ocupados por robôs *"domesticados".* Seu entorno é um hipergueto que também adotou as arquiteturas militarizadas, como forma de auto-segregação. É uma fantasmagórica silhueta urbana da barbárie imposta pela modernidade. É um aviso de iminente incêndio que necessita ser prevenido e evitado. Porém, mais do que controlar a criminalidade é fundamental ampliar a comunicação entre os indivíduos, repudiando todas as formas de estigmatizações, além da opção pela construção de espaços abertos comuns (BAUMAN, 2008).

O rosto *fisiognômico* dos imóveis urbanos rio-clarense tem a feição homogeneizada, com a moda das estações do ano, da arquitetura militarizada (enclaves fortificados). Suas fachadas são únicas: circundados por altos muros, portões indevassáveis e inúmeras tecnologias de segurança. Aniquilam os espaços dialógicos dos rio-clarenses e relegam a cultura da paz, principalmente, quando desqualificam o espaço público. O relacionamento interpessoal do rio-clarense é marcado pela "suspeita" ou que o outro é "perigoso", quando de outra classe ou grupo étnico-social. Adotam os rio-clarenses os discursos de "estado de exceção" para elaborar as políticas públicas de "enfrentamento ao crime".

Sobre a "estatística policial" as nossas considerações criticas transitaram desde os aspectos da ciência política até propriamente a estatística. Comprovamos que as estatísticas policiais não primam pelo mínimo rigor exigido cientificamente. Com os aportes teóricos benjaminianos desconstruímos a neutralidade das "estatísticas policiais" para realçar os seus interesses ideológicos. Neste contexto, a "estatística policial" da cidade de Rio Claro serviram ao menos para verificar *"o controle estatal"* sobre a sociedade e que a violência coloca em

risco o Estado Democrático de Direito que no Brasil se realizou apenas no campo formal[163].

A criminalidade na cidade de Rio Claro/SP é uma realidade gravíssima que contribui para a construção de inúmeras fronteiras internas ao território rio-clarense, contribuindo com o processo de segregação sócio-espacial, transformando-a numa cidade fractal. Em apenas três anos – de 2009 a 2011, foram registrados o total de 53.504 ocorrências policiais na cidade de Rio Claro/SP, com a prisão de 2.270 pessoas e na apreensão de 74 menores infratores. Chamamos a atenção para a subnotificação da criminalidade, visto que durante a I Conferência Municipal de Segurança Pública de Rio Claro, realizamos a pesquisa qualitativa que demonstrou que apenas 1/3 (um terço) das vitimas de crime fizeram a comunicação oficial às instituições policiais.

A América Latina é o local em que mais ocorrem homicídios no planeta. No ano de 2011, o Brasil registrou 41 mil homicídios, correspondendo a 112 pessoas mortas por dia, enquanto que no México foram 71 homicídios por dia.

Quais são as causas e circunstâncias de tantos homicídios?

"Mas há outros fatores menos evidentes e que não entendemos bem que influem sobre a sangrenta criminalidade latino-americana" (NAÍM, 2012). Esta pesquisa (tese) verificou de como a reprodução do espaço urbano se correlaciona com a criminalidade, portanto, estudou um *"dos fatores menos evidentes"*.

Na cidade de Rio Claro/SP, os homicídios apresentaram oscilações bruscas em suas quantidades nos últimos três decênios, ultrapassando, em alguns momentos, a média regional. Flanando pelos espaços urbanos rio-clarenses, o processo de segregação sócio-espacial comprovou que os locais de homicídios possui interface com a pobreza. A *fisiognomia* dos locais de homicídios são imóveis de baixo padrão construtivo ou terrenos baldios de bairros periféricos. Correlacionam com os locais de prisões por tráfico de entorpecentes.

Sobre os crimes de roubo a *"estatística policial"*, no período de 2007 a 2011, superou a média das cidades da sua região, da estadual e da nacional. O mesmo aconteceu com os crimes de furto/roubo de veículos que também superou a média estadual e nacional.

O roubo, na cidade de Rio Claro/SP, apresentou relação direta com as

[163] A democracia não passa de um fetiche político, visto que não passa de uma ilusão. Os últimos acontecimentos ocorridos no cenário internacional e nacional desconstroem a cada instante que a ordem política democrática seja honesta, visto que por natureza, são susceptíveis de corrupção decorrente de conchavos políticos e de *"caixas dois"*, além de coligações partidárias antagônicas, tudo para atender somente o *"poder"* político governante. Porém, ressaltamos que não existe outra melhor alternativa de regime político, como também os discursos totalitários elaborados com esta ênfase (corrupção e violência) não podem prosperar.

atividades econômicas e com as habitações de médio e elevado padrão construtivo, ou seja, o roubo tem por *fisiognomia espacial* os locais com atividade ou concentração de valores econômica. Os locais em que foram consumados, em sua maioria, adotaram as "arquiteturas militarizadas" que não serviram para obstaculizar aquela modalidade delitiva, visto que as vítimas foram subjugadas pelo elemento "surpresa".

A *fisiognomia* dos locais de furto/roubo de veículos apontou a preferencia pela região central e aos seus bairros limítrofes, além dos bairros próximos as rodovias e estradas. Está modalidade delitiva se prende a uma rede criminosa com "comando" em outras cidades.

Os crimes de entorpecentes, no período de 1993 a 2011, no espaço urbano rio-clarense sempre apresentou nível ascendente. Nestes três últimos anos, contrariando a tendência regional, apresentou declínio nas prisões em flagrante por tráfico de entorpecentes, afrontando a principal justificativa de são os traficantes os principais causadores do aumento substancial de homicídios no ano de 2011, segundo as organizações policiais estaduais.

As *"estatísticas policiais"* evidenciaram, na cidade de Rio Claro/SP, que a repressão ao tráfico de entorpecente não ultrapassou as "biqueiras". A *fisiognomia* dos locais daquela modalidade delitiva – na sua grande maioria, são imóveis de baixo padrão construtivo e localizados em "territórios marginalizados".

Resumidamente, a "estatística policial" apontou que cidade de Rio Claro/SP é uma cidade violenta se comparar as suas taxas anuais de homicídios, roubos e furto/roubo de veículos que superam a média regional, estadual e nacional.

Apresentamos alguns recortes sobre atos de incivilidades dos rio-clarenses que repercutem direta ou indiretamente sobre a criminalidade, em especial, a questão histórica do lixo urbano. No mesmo sentido, o desrespeito às normas de trânsito que resultam na média anual de três (3) mil acidentes. A quebra da normas de conduta é outra face da violência urbana.

Outro aspecto relevante desta pesquisa foi a confecção de bases cartográficas da especialização dos locais de crime violentos e que se transformaram em *"imagens dialéticas"*, permitindo-nos revelar as *fisiognomias e* as fantasmagóricas urbanas rio-clarenses.

Fazendo uso de montagens de recortes temporais e espaciais, de leituras de imagens dialéticas, construindo alegorias, transitando de maneira *"labiríntica"* por inúmeras disciplinas, revelamos a *fisiognomia* e as *fantasmagorias* dos espaços urbanos rio-clarenses que, avançaram também para desvelar as inúmeras *faces* da barbárie da modernidade.

Alertamos que a linguística de uma base cartográfica não são retratos acabados

de um único instante temporal de uma determinada espacialidade e, com os aportes teóricos benjaminianos, demonstramos as suas interpretações são relevantes para interpretar "sistemas de relações espaciais complexas".

As bases cartográficas revelaram outras "escritas confusas" ou "figuras obscuras" do espaço urbano rio-clarense, como exemplo, os efeitos das barreiras naturais e artificiais no processo de segregação sócio-espacial. Consequentemente, refletir dialeticamente as imagens que afloram das bases cartográficas, na critica lacostiana, leva-nos a uma visão da totalidade da "estratégia de conjunto" da (des)organização espacial com as suas "diversas operações táticas".

As imagens ofertadas pelas bases cartográficas são apenas referenciais de uma amostragem significativa, distante de representar a realidade e a totalidade dos fenômenos sociais do crime, visto que no período compreendido entre os anos de 2007 a 2011, referenciamos somente 3.647 locais dos crimes de roubo, furto/roubo de veículos e homicídio. No mesmo período, as instituições policiais registraram o total de 10.316 crimes daquelas modalidades. Se ampliarmos a série histórica para um período de dez anos (2002 a 2011), a polícia judiciaria rio-clarense registrou o total de 17.825 crimes daquelas modalidades delitivas, seria quase impossível sobrar algum espaço na base cartográfica digital da cidade de Rio Claro/SP que não fosse "cravejado" com um local de crime. A *"fisiognomia fantasmagórica"* seria de um borrão de tinta que a encobriria totalmente.

Num breve recorte temporal, foi também demonstrado que as Unidades Produtivas Agrícolas do município de Rio Claro/SP foram furtadas e roubas em maior proporção que os imóveis urbanos, motivado pelo *"novo rural"* que agregou sofisticadas tecnologias nas atividades agrícolas, além de acrescer valores naquelas propriedades.

Alegoricamente, construímos o conceito de "cidades constelares de criminalidade" para acrescentar na reflexão critica sobre a criminalidade e a violência as questões: das dinâmicas espaciais e das redes sociais em que são consumados aqueles fenômenos; da leitura da paisagem dos locais de incidência criminal; para compreender a territorialidade dos grupos existentes nos espaços urbanos e as suas correlações com a criminalidade, etc..

As formas do constelar da criminalidade num determinado espaço urbano e num determinado lapso temporal são representadas em bases cartográficas, com seus incontáveis "pontos quentes" (luminosos) dos locais de crime, adquirem a forma alegórica dos conjuntos de estrelas – as constelações (constelares). Estas cartografias se transformam numa "radiografia panorâmica" que nos permite adentrar as suas entranhas, muito além das

superficialidades, para compreende os fenômenos sociais e as suas correlações com o espaço geográfico. Os *hotspots* dos crimes são imagens dialéticas que revelam "as figuras ocultas" ou a "escrita secreta" da criminalidade.

Conceituamos a *cidade constelar de criminalidade* como sendo os espaços urbanos com incidência de crime que superam a média regional ou nacional ou internacional, distribuídos por todo ou em grande parte do seu espaço urbano, capaz de modificar a sua paisagem, além de produzir reflexos negativos à qualidade de vida dos seus habitantes. Portanto, a *cidade constelar de crime* é uma cidade violenta (em seu aspecto negativo) e o crime em profusão acontece a todo instante, passando a se constituir num elemento do seu cotidiano, transformando a paisagem urbana para uma *fisiognomia* da *racionalidade da guerra* em que predominam as arquiteturas fortificadas por todo o seu território, acentuando o processo de segregação sócio-espacial, recrudescendo ainda mais o sentimento de insegurança e medo, com reflexos diretos na saúde pública com o aumento do atendimento de pessoas nos serviços de saúde mental.

No espaço urbano da *cidade constelar de criminalidade* são privilegiadas as *geografias securitárias* que acentua nos seus diversos territórios a forte diferenciação social e cultural, porém, a riqueza e a exclusão se acotovelam e institui/mantem novas formas legais e ilegais de governança, sob o viés preferencial da segurança, objetivando o controle social num espaço composto por multidiversidades. Este é um processo de *globalização negativa* que oferece a proteção na forma de não liberdade.

A realidade e o imaginário coletivo do rio-clarense evidenciaram algumas situações e sentimentos, a saber: os bairros são inseguros; a cidade é violenta; o crime está próximo de suas residências; são potenciais vítimas de crime; convivem com pessoas armadas; evitam passar por alguns lugares da cidade; as praças e ruas são inseguras; o recrudescimento das leis e suas penas são ainda a melhor forma de se *"combater"* o crime; a maior parcela da população já sofreu algum tipo de violência ou foi vítima de crime; a criminalidade faz parte do seu cotidiano, portanto, fazem parte de uma *"fobópole"*.

Pesquisa realizada junto a Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro demonstrou que significativa parcela da população está doente psiquicamente e que a cada ano evolui a quantidade de pessoas com sofrimento mental ou psíquico. O medo e o sentimento de insegurança são uma poderosa *fantasmagoria* a serviço da indústria farmacêutica, transformando-as em mercadorias - "remédios".

Revelamos que a morbidade no espaço urbano rio-clarense si relacionam, majoritariamente, com as causas externas de morbidade e mortalidade e com as doenças

relacionadas ao aparelho circulatório, em especial, os enfartos do miocárdio ou acidentes vasculares celebrais, provenientes do estresse e do *modus vivendi* imposto pela sociedade capitalista. São estas as principais vilã da morbidade do rio-clarense. Portanto, na adolescência e juventude a principal *causa mortis* do rio-clarense são as causas externas, ou seja, os homicídios, acidentes de trânsito, acidentes de trabalho e suicídios.

No aspecto histórico, o "processo civilizatório" da cidade de Rio Claro/SP recebeu forte influência do sistema capitalista de grande lavoura que repercutiu diretamente no seu processo de expansão territorial. No período de 1820 a 1920, a região da cidade de Rio Claro foi marcada por um período de extrema beligerância e violência. "A taxa de crime de morte no interior de São Paulo em 1835 foi de 32 por mil, e no distrito que incluía Rio Claro alcançou, naquele ano, o número espantoso de 176 por mil" (DEAN, 1977, p. 36). As fraudes foi fundante da ocupação territorial e da cultura rio-clarense. A primeira sesmaria doada a José Ignácio Ribeiro Ferreira, na região de Rio Claro/SP, aconteceu por meios fraudulentamente. Este processo violento e fraudulento, muitas vezes sutis, da produção do espaço rio-clarense se enraizou até os tempos atuais. Se outrora, a escravidão era mantida com muita violência, bem como inúmeras formas de fraudes foram materializadas para obter títulos dominiais dos escravos, atualmente, o expediente da fraude é consumado quando títulos dominiais são forjados para legalizar empreendimentos imobiliários ou até para fraudar as delimitações das áreas de proteção ambiental.

> A reprodução do espaço enquanto produto social é produto histórico e, ao mesmo tempo, realidade presente e imediata. Este se realiza no cotidiano social e apenas como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar, num momento específico – revelando a dimensão do lugar como espaço-tempo da prática socioespacial (CARLOS, 2011a, p. 68).

Decifrou Benjamin que a cidade contemporânea é espaço de experiência sensorial e intelectual da Modernidade. É possível fazer a leitura de *"uma cidade como escrita"*, seus símbolos (sinais, letreiros, monumentos, cartazes, outdoors, etc.). O flanar no espaço urbano demonstrou que a cidade não é somente o espaço geográfico, mas também a sua história.

A nossa contribuição foi apresentar a releitura dos aportes teóricos de Walter Benjamin no contexto atual do pensamento geográfico brasileiro, ou seja, apresentamos a "geografização" de suas teorias. A produção/reprodução dos espaços urbanos, no final do século XIX e início do século XX, diante das transformações econômicas promovidas pela produção em série e de excedentes de mercadorias, exigiu sofisticados mecanismos para expô-las em grandes espaços aos consumidores e que estes pudessem

perambular entre elas.

As transformações espaciais urbanas impostas pelo sistema produtivo de excedentes exigem constantes destruições/construções no espaço urbano. Para escoar a produção de excedentes a cidade passou a ser estruturada como um sistema integrado em que a noção de fixidez foi substituída pela noção de fluidez, portanto, tudo se desmancha perante o capitalismo. Os espaços fluidos, para Benjamin, se reproduzem assentados na estética do caos em que a destruição/construção faz parte do processo da urbanização capitalista.

Na economia globalizada a destruição é um prazer estético de primeira ordem, segundo Benjamin (1994). A fluidez não permite que os objetos sejam únicos, sem exceção, qualquer objeto pode ser reproduzido na sociedade pós-industrial – quer no espaço real ou virtual. O capitalismo impõe as desregulamentações espaciais para transformar o espaço urbano em mera mercadoria, substituível por "novos espaços".

É neste contexto que Benjamin revelou a *fisiognomia* da cidade moderna como sendo o espaço de corporificação da Modernidade. O capitalismo contemporâneo produz o *phantasmas-ágora* em que a política se confunde com a economia para que nada mais escape as determinações do mercado. Revelou também que o militarismo tem uma compulsão pelo uso generalizado da violência como meio de garantir os interesses do Estado. Como já dito, o Estado atualmente não passa de um mero agente do "mercado", portanto, é neste contexto que a cidade de Rio Claro/SP *"optou" por um "urbanismo militarizado".*

O amago da critica benjaminiana sobre a violência recai na ambiguidade semântica da palavra alemã *"gewalt",* cujo significado serve tanto para violência como para poder. Benjamin comprovou que violência/poder são da mesma essência e natureza. Portanto, se o poder/violência serve para instituir/manter o Direito e este é a representação ideológica não só do Estado como também de grupo ou classe de pessoas, a referida critica ampliou sua aplicação para outras disciplinas da ciência, como a Geografia, considerando que o espaço urbano, os territórios e as territorialidades são também instituídos ou mantidos por meio de poder/violência e pelos discursos ideológicos – as legislações.

Em seu ensaio *Nápoles*, em coautoria com Asja Lacis, apresentou a leitura da "legalidade das imagens" daquela cidade europeia, permitindo-lhe antever o esboço de um retrato de miséria e crime, com a sua camorra, composta por criminosos que evitavam frequentar os bairros ocupados pela polícia e as suas estruturas criminosas se assentavam nas periferias, como ocorre atualmente em quase todas as cidades brasileiras.

O método benjaminiano propõe que para decifrar e compreender "as imagens ocultas" de uma cidade é necessário se perder no seu espaço urbano para que se possa então

encontrar os seus verdadeiros significados. A critica benjaminiana decifrou que na cidade o poder é imperceptível, porém, é a violência que dita às decisões e as ordens.

Propôs Benjamin que a cidade enquanto espaço não compreendido ou perdido no tempo deve ser estudado como morfologias urbanas, motivo pelo qual retornamos ao passado histórico da cidade de Rio Claro/SP com a finalidade precípua de compreendermos as entranhas de suas fantasmagorias, das suas contradições e dos sonhos oníricos impostos pelo progresso. A nossa releitura da história da produção do espaço urbano objetivou contribuir par com o despertar dos hipnotizados, provocando-lhes um *choque* que lhes permitam iniciar um processo de tomada de consciência como ato inicial de uma "revolução" que interrompa a moderna barbárie.

O método benjaminiano nos permitiu que do pequeno recorte de um bairro rio-clarense fizéssemos a leitura da totalidade da cidade, desvelando sua face "oculta". O espaço urbano rio-clarense se apresenta como um local catastrófico e marcado pela barbárie, portanto, é a cidade horripilante em que a história da *"modernidade"* se traduz pela "máscara" da criminalidade.

Para Benjamin, o espaço urbano é o local de uniformidade e de isolamento, consequentemente, o local de estrangeiros em os vizinhos sequer se conhece. É também espaço de fluidez que exige destruição/construção, corrupção, deterioração, degradação, fragilidade de valores, etc. A cidade se fragiliza e a *fisiognomia* da sua multidão é composta por rostos deprimidos e melancólicos.

Com os aportes teóricos benjaminianos foi possível revelar que o espaço urbano rio-clarense é também espaço da violência, da criminalidade, da doença psíquica, da exclusão sócio-ambiental, etc.. O espaço urbano é condição para suas materializações o que leva a se transformar também em mercadoria – a fantasmagoria.

> Em síntese, as relações sociais ocorrem num lugar determinado sem o qual não se concretizam, num tempo fixado ou determinado que marcaria a duração da ação. Essa prática realiza-se no plano do lugar e expõe a realização da vida humana nos atos da vida cotidiana, enquanto modo de apropriação que se realiza através das formas e personalidades da apropriação e uso dos espaços-tempos no interior da vida cotidiana. [...] Por esse motivo, significa afirmar que os acessos aos lugares condicionantes do uso encontram-se submetidos à forma mercantil da mercadoria, enquanto seu acesso se define no mercado, posto que o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível, uma vez que o desenvolvimento do capitalismo transforma todos os bens e produtos em mercadoria (CARLOS, 2011b, p. 59).

A crítica da violência elaborada por Benjamin contribui para delimitar o objeto de estudo da *geografia da violência*, visto que poder/violência são instituinte/mantenedor dos

espaços urbanos, com seus territórios e territorialidades. A *geografia da violência* interpreta a paisagem dos locais de violência e criminalidade, a *leitura* das territorialidades dos grupos existentes nos espaços urbanos marcados pela violência e criminalidade, a espacialidade dos locais de violência e crime e suas correlações com os demais fenômenos sociais, em especial, o medo e o sentimento de insegurança, além de suas implicações geopolíticas.

O recorte espacial circunscrito ao espaço urbano rio-clarense serviu para construirmos um arcabouço teórico-sistêmico geográfico que nos permitiu estruturar uma reflexão critica capaz de apontar se uma cidade é violenta ou não. Este processo reflexivo é complexo o que nos demandou construir um aporte científico que adotasse alguns critérios mínimos, a saber: a) analisar e elaborar releitura do *"processo civilizatório"* da cidade, em especial, do seu processo de produção do espaço urbano e de sua expansão territorial; b) decifrar o processo de urbanização, perpassando pela sua paisagem, a forma arquitetônica dos imóveis e dos seus bairros, além dos processos de segregação sócio-espacial; c) a leitura dos espaços simbólicos compostos pelos inúmeros discursos ideológicos, desde suas legislações, seu processo histórico, seus monumentos, suas placas, outdoors, etc.; d) a interpretação dialética das imagens do espaço urbano, principalmente, a cartografia da espacialidade do crime e da violência; e) refletir e planejar com olhares multidisciplinaridade o espaço; f) adotar metodologia e método científico no processo analítico-reflexivo do espaço.

Somente após este caminhar por diversas disciplinas, num processo analítico-sistêmico, é que o geografo poderá apontar com elementos científicos se uma cidade é ou não violenta, abandonando, definitivamente, as colocações despidas de um rigor científico ou interpretações restritivas, fazendo crer que a violência e a criminalidade são fenômenos sociais que podem ser analisados isoladamente.

O *"flâneur"* decifrou no conjunto de imagens dialéticas (estatísticas, mapas, fotografias, noticias jornalísticas, etc.) de que quanto mais partido é o espaço urbano rio-clarense, mais violenta fica a cidade, inclusive, com o aumento da criminalidade. A estigmatização sócio-espacial (pobreza, cor de pele, falta de emprego, drogadição, etc.) contribuiu para a exacerbação da violência entre os habitantes citadinos, fato também observado na cidade de Rio Claro. Está fragmentação do espaço urbano produz inúmeros territórios com características próprias e excludentes, favorecendo a criminalidade e ao mesmo tempo promove o enfraquecimento da sociedade.

Segundo Gomes (2005) a criminalidade é multiforme e crescente, penetrando na estrutura social por meio das inúmeras oportunidades existentes no espaço urbano, desde os espaços ocupados de forma irregular (como invasões) como também os espaços murados

(condomínios fechados). São formas espaciais que promovem o afastamento entre territórios e que aprofundam o processo de segregação sócio-espacial.

Flanando pela cidade de Rio Claro percebemos que ela está partida, "cravada por muros visíveis e invisíveis que a esgarçam em guetos e fortalezas, sitiando-a e transformando seus espaços públicos em praças de guerra" *(ROLNIK, 2012, p.10).* A exclusão territorial na cidade de Rio Claro produziu uma cidade dualizada que se expressa na imagem centro/periferia, confirmando a reflexão de Rolnik (2012, p. 76-7) de que os padrões de territorialização da exclusão/inclusão social transformam a cidade em mosaico, cujo resultado é a "fragmentação sócio-territorial da cidade, que compartimentaliza os espaços, promovendo uma vida urbana confinada em geografias controladas, protegidas ou vulneráveis, de alta e baixa renda". "A cidade fractal é assim uma anticidade".

> *As fronteiras internas, que agora assumiram a materialidade física dos muros, grades e guaritas, sitiaram a cidade e confinaram os cidadãos a uma vida apenas entre familiares e iguais. A cidade fractal é assim uma anticidade, que se debate para estabelecer bases de novos padrões de urbanidade, fundados na negação da Fpotencia. [...] fantasmática aparece ameaçadora nas telas dos circuitos fechados da vigilância privada, utilizados para controlar os acessos de indesejados e evitar possíveis roubos e ataques exteriores, fazendo de cada fragmento urbano uma fortaleza, sitiada peal violência objetiva e subjetiva (ROLNIK, 2012, p. 77).*

A cidade é das mais antigas invenções humanas e em permanente estado de reinvenção, assegurando-lhe uma perenidade. Flanar pelo espaço urbano rio-clarense e decifrar sua paisagem permitiu-nos constatar que os primeiros assentamentos com poucas pessoas se transformou numa cidade e, recentemente, foi reinventada como uma *"cidade fractal"* com os seus inúmeros guetos e fortalezas, cuja multidão perambula melancolicamente por suas ruas e avenidas.

A presente tese é também um "aviso de incêndio" que clama pela necessidade de corrigir os rumos da cidade de Rio Claro, principalmente, rompendo com a *racionalidade da guerra* e do *urbanismo militarizado.* A cidade fractal rio-clarense é injusta socialmente ao permitir concentração de renda que impõe a pobreza a considerável parcela da sua população.

Seu planejamento urbano não pode se restringir tão somente ao seu zoneamento espacial "funcionalista", acreditando ser suficiente para garantir o "desenvolvimento sustentável". O espaço urbano rio-clarense deve privilegiar os espaços inclusivos e não estimular a construção de condomínios fechados, independente do seu padrão construtivo. A quebra paradigmática para adotar os princípios éticos assentados na coletividade, na cordialidade, na civilidade, na urbanidade, na coesão e do respeito ao outro como destinatário de direitos e garantias fundamentais, repercutirá de forma positiva na

qualidade de vida do rio-clarense. O condomínio fechado é uma privatização do espaço e, no espaço urbano rio-clarense, os últimos empreendimentos imobiliários (residenciais, comerciais, empresariais e industriais) optaram preferencialmente pelos enclaves fortificados. É uma cidade "privatista" e "privatizada".

Constamos no conjunto de imagens dialéticas desta pesquisa que o incremento da construção de condomínios, a partir dos anos de 1990 na cidade de Rio Claro, coincidiu com o aumento acentuado da violência e criminalidade no seu espaço urbano. Consequentemente, os processos de integração sócio-espacial são políticas públicas fundamentais para a redução da violência e da criminalidade. Defendemos que todo empreendimento habitacional de alto padrão construtivo deveria compulsoriamente produzir habitação de interesse social no seu interior ou entorno, garantindo, assim, a sociabilização das diversas classes sociais.

A cidade de Rio Claro está sendo equivocadamente planejada quando se privilegia os interesses imobiliários e as administrações públicas se curvam ao processo urbano excludente, expulsando os "pobres" para distantes periferias e os transformam em "perigosos". A alternativa é qualificar o espaço da região central e dos seus bairros limítrofes para abrigar sustentável densidade habitacional com diversas classes sociais.

Atualmente, as cidades devem ser planejadas levando em consideração um limite de densidade populacional circunscrito num determinado espaço, evitando-se expansionismos desnecessários que, inevitavelmente, encarecem a gestão pública, quer com infraestrutura (água, esgoto, iluminação, etc.) ou com serviços públicos (creches, escolas, postos de saúde, etc.).

Refletir e planejar sobre a melhoria da qualidade de vida na cidade perpassa também pelas questões da segurança pública. A "sustentabilidade ambiental" do espaço urbano depende que seja ele plural, oferecendo "espaços públicos mais generosos e qualificados e zonas em que se misturem residências, serviços e comércio, será uma cidade mais segura" (SALLES, 2012, p. J6). É justamente o que não vem sendo planejado ou feito no espaço urbano rio-clarense.

Dialogar com o espaço urbano rio-clarense é como compor "uma tapeçaria sonora, visual e tátil, vislumbrando a diversidade idiossincrática de seus habitantes, sua arquitetura, seu códigos cotidianos. Conversar com tudo isso é abraçar o caos e se emocionar com o estranhamento" (CANTON, 2009, p. 22-3).

Perambulando pelo espaço urbano rio-clarense percebemos que o mesmo é produto, condição e meio das relações sociais que se estabelecem entre os homens para

apropriar da natureza. A apropriação se realiza através do trabalho, moldado pelo sistema de produção capitalista.

Flanar pela cidade de Rio Claro/SP e reler as imagens e citações – num mosaico dialético, nos permitiu examinar a sua morfologia, decifrar suas sociabilidades e mobilidades, revelar as sócio-espacialidades da segregação, as suas mitologias e simbologias, a interpretar suas escritas ocultas, para ao final, compreender que a sua *fisiognomia* tem a face da *barbárie contemporânea* e que a violência e a criminalidade se transformaram numa fantasmagoria que transita entre a mercadoria e a realidade do cotidiano rio-clarense.

REFERENCIAS BIOBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. **Prefácio**. In: LIMA, R. S. ***Entre Palavras e Números: violência, democracia e segurança pública no Brasil.*** São Paulo: Alameda 2011.

ARENDT, H. ***Sobre a violência*****.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

AUGUSTO, E. ***Avanço da criminalidade aumenta clima de insegurança.*** Rio Claro: Jornal Cidade de Rio Claro, 28/11/2011.

BAPTISTA, L.A. ***A solidão e a inercia dos discursos psicológicos.***In: As cidades dos sábios: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades. São Paulo: Summus, 1999, p. 33-44.

BARREIRA, C. ***Trilhos e atalhos do poder. Conflitos sociais no sertão*****.** Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

BATELLA, W.B.; DINIZ, A.M.A.; TEIXEIRA, A.P. ***Explorando os determinantes da geografia do crime nas cidades médias mineiras.*** Belo Horizonte: Revista de Biologia e Ciência da Terra, vol. 8, n. 1, 1º semestre de 2008.

BAUMAN, Z. ***Comunidade: a busca por segurança no mundo atual***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.
_____ ***Medo líquido.*** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BECKER, B.K. ***O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo.*** In: BECKER, B.K.; HAESBAERT, R.C.; SILVEIRA, C. (Orgs.) Abordagens políticas da espacialidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BENITES, A. e JOZINO, J. ***São Paulo supera Rio em índice de roubos*****.** São Paulo: Jornal Agora, edição de 03/04/2012.
_____ ***Governo contesta ranking de assaltos no Estado.*** Vitória: Jornal Gazeta, edição de 04/04/2012.

BENJAMIN, W. ***Crítica da Violência. Crítica do Poder.*** In: Documento de Cultura, Documento de Barbárie. Trad. e Org. de Willi Bolle. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1986.
_____ ***Escritos sobre mito e linguagem.*** Trad. Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Ed. 34; Duas Cidades, 2011, pp. 121-156.
_____ ***Magia e técnica, arte e política***. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1987.
_____ ***O anjo da história.*** Trad. de João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2008, pp. 49-71.
_____ ***A modernidade e os modernos.*** Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 2000.
_____***Origem do Drama Barroco Alemão***, trad. e pref. Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1984.
_____ ***Sobre o Conceito da História.*** In: O Anjo da História. Trad. João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.
_____***A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica,*** *in* Obras escolhidas: mágica e técnica, arte e política. v.1. São Paulo: Brasiliense, 1994.
_____***Crítica da violência – crítica do poder*****.** In: Documentos de cultura, documentos de barbárie. São Paulo: Cultrix, 1986.

_____***Gesammelte Schriften*** (Frankfurt, Suhrkamp, 1980) v. III, p. 180-1.
_____ ***O Conceito de crítica de arte no Romantismo alemão***. São Paulo: 3ª ed., Ed. Iluminuras, 2002.
_____***Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura.*** Trad. Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense (Obras escolhidas, Vol. I), 1994.
_____***Passagens.*** BOLLE, Willi; MATOS, Olgária (Org.). Trad. Irene Aron; Cleonice Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
_____***Charles Baudeleire um lírico no auge do capitalismo.*** José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista (trad.). 3ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense (Obras Escolhidas; v. 3), 1989.
_____***Das Passagen-Werk.***Frankfurt: Ed. Sulvkamp, ed. Rolf Tidermann, 1982.
_____***Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos.*** Trad. de Willi Bolle. São Paulo: Edusp/Cultrix, 1995, pp. 160-75).
_____*Obras escolhidas III:* ***Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*****.** 3a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
_____***Origem do Drama Barroco Alemão.*** Sérgio Paulo Rouanet (org.). São Paulo: Brasiliense, 1984.
_____***Panorama Imperial.*** São Paulo: *Rua de Mão-Única****,*** Ed. Brasiliense, 5ª ed. (3ª reimpressão, janeiro, 2000), 1995.
_____**Parigi Capitale del XIX Secolo.** Torino: Ed. Einaudi, 1986.
_____***Sobre a Crítica do Poder como Violência.*** In: O Anjo da História. Trad. João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.
_____***Sobre o conceito da História*** in Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da Cultura (Obras Escolhidas; v. 1); trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 7ª ed., 1994 (10ª reimpressão, 1996).
_____***A modernidade e os modernos***. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1975;

BLANCHOT, M. ***O Espaço Literário*****.** Trad. port. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1987.

BODY-GENDROT, S. ***Les Villes. La Fin de la Violence.*** Paris: PUF, 2001.

BOLLE, W. ***Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin.*** 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.
_____***Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história";*** trad. de Wanda Nogueira Caldeira Branr. São Paulo: Boitempo, 2005.

BONATO, T. ***Construindo a Paisagem da América Portuguesa.*** In: Região: espaço, linguagem e poder. Org. Jean Rodrigues Sales, Liliane Freitag, Milton Stanczyk Filho. São Paulo: Alameda, 2010.

BRUSANTIN, B.M. ***Anauê paulista : um estudo sobre a prática política da primeira 'cidade integralista' do Estado de São Paulo (1932–1943).***Campinas: UNICAMP, dissertação mestrado, 2004.

CALDEIRA, T.P.R. ***Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.*** Trad. de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2ª ed., 2003.

CÂMARA, H. ***Mil Razões para Viver.*** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CAMPOS, M.T.A. ***Feitos e Efeitos da Ditadura Civil-Militar de Rio Claro.*** Rio Claro: Revista Arquivo Público e Histórico, n. 7, junho de 2011.

CANTON, K. ***Espaço e Lugar.*** São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2009.

CARLOS, A. F. A. ***(Re)produção do espaço urbano.*** São Paulo: Edusp, 1994.
_____Apresentação. In: **Novos caminhos da geografia.** Ana Fani Alessandri Carlos (org.). 5ª ed., 2ª impressão. São Paulo: Contexto, 2010.
_____ ***A produção do espaço urbano.*** São Paulo: Contexto 2001a.
_____ ***A condição espacial.*** São Paulo: Contexto, 2011b.

CARNEIRO, J.G.V. ***Os discursos jurídicos brasileiros do poder. Uma reflexão frankfurtiana da segurança pública.*** Piracicaba: UNIMEP, Dissertação Mestrado, 2006.

CARNEIRO, J.G.V.; GOVONE, J.S; CARNEIRO, M.C.V.S.; COELHO, A.C.S. ***Estudo da Distribuição das Mortes Violentas em Rio Claro-SP.*** In: 46a. Reunião Anual da RBRAS / 9o. SEAGRO - Simpósio de Estatística Aplicada a Experimentação Agronômica, 2001, Piracicaba. Anais da 46ª Reunião Anual de Região Brasileira da Sociedade Internacional de Biometria e 9º Simpósio de Estatística Aplicada a Experimentação Agronômica, 2001. v. 1. p. 447-450.

CARNEIRO, J.G.V.; LOMBARDO, M.A.; CARNEIRO, M.C.V. ***Georreferenciamento e Inteligência Policial - construindo políticas públicas de segurança.*** In: VII SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNESP, 2007, RIO CLARO. Anais do VII Seminário de Pós-Graduação em Geografia Unesp/Rio Claro, 2007.

CARNEIRO, J.G.V., CARNEIRO, M.C.V.S. ***Criminalidade no campo: a relação campo/cidade. O estudo de caso do município de Rio Claro/SP.*** I Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e X Seminário de Pós-Graduação em Geografia. Rio Claro: UNESP, 05 a 07/outubro/2010.

CARNEIRO, J.G.V.; CARNEIRO, M.C.V.S.; COELHO, A.C.S.; GOVONE, J.S. ***Estudo Estatístico das Mortes Violentas na Cidade de Rio Claro - SP***. In: SBMAC-DINCON 1o. Congresso de Dinâmica, Controle e Aplicações, 2002, São José do Rio Preto. Anais do 1o. Congresso de Dinâmica, Controle e Aplicações, 2002. v. 1. p. 999-1004.

CHAUI, Marilena. ***Sobre o medo.*** In: NOVAES, Adauto (Org.). Sentidos da Paixão. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

CHESNAIS, J.-C. ***Histoire de la Violence en Occident de 1800 à nos Jours.*** Paris: Laffont, 1981.
_____ ***Histoire de la Violence: l'Homicide et le Suicide à Travers les Âges.*** Paris: Revue Internationale des Sciences Sociales, Mai, nº 132, 1992.

CORRÊA, F.B. ***A busca por segurança: imaginário do medo e geografia urbana.*** Rio de Janeiro: UERJ -Revista Contemporânea, ed. 14, V. 8, n. 1, 2010.

CORREA, R. L. ***O Espaço Urbano*****.** São Paulo: Ática Ed., 2002.

DEAN, W. ***Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920.*** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 205 p..

DELUMEAU, J. ***História do medo no ocidente: 1300 - 1800.*** São Paulo: Companhia das Letras,1999.

DINIZ, A. M. A. ***A Geografia do Medo, reflexões sobre o sentimento de insegurança em Belo Horizonte.*** O Alferes, Belo Horizonte, v. 18, p. 119-133, 2003.

Druck, S.; Carvalho, M.S.; Câmara, G.; Monteiro, A.V.M. (eds) "Análise Espacial de Dados Geográficos". Brasília, EMBRAPA, 2004 (ISBN: 85-7383-260-6).

DURHAM, E. R, ***A Sociedade vista da periferia.*** In.: KOWARICK, L (Org.). As lutas sociais e a cidade. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

EAGLENTON, T. ***O rabino marxista: Walter Benjamin.*** In: A ideologia da estética. Trad. Mauro Sá Rego Costa. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ENGELS, F. ***A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*****.** Tradução: Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.

FELIX, S.A. ***A Geografia do Crime Urbana: aspecto teórico e o caso de Marília-SP.*** Rio Claro: UNESP, 1996 (tese de doutorado).
_____***Geografia do Crime: Interdisciplinaridade e Relevâncias.*** Marília: Marília-Unesp Publicações, 2002, 149p.

FERREIRA, A.B.H. ***Minidicionário da Língua Portuguesa***. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1ª ed., 11ª imp., 1999.

FOUCAULT, M. ***Discipline and Punish: The Birth of the Prision.*** Nova York: Pantheon Books, 1977.

FRANCO, M.S.C. ***Homens livres na ordem escravocrata***. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

GAETA, A.C. ***Walter Benjamin e a leitura da cidade moderna.*** In Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades, Vol. III, nº XII, Rio de Janeiro, 2005

GALVÃO, A.R.G.; FRANÇA, F.M.; BRAGA, L.C. ***O território e a territorialidade: contribuições de Claude Raffestin.*** In: Leituras do conceito de território e de processos espaciais. Marcos Aurélio Saquet, Edson Belo Clemente de Souza (org.) – 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. ***Geografia da conflitualidade do campo brasileiro*****.** In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (orgs). História social do campesinato no Brasil – lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. Tomo V. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GOMES, C. A. C. ***Espaço urbano e criminalidade: uma breve visão do problema.*** *Revista de*

Desenvolvimento Econômico, Salvador, v. 7, n. 11, p. 57-67, jan.2005.

GONÇALVES, C.W.P. ***Contribuição ao Estudo da Geografia da Violência no Campo Brasileiro.*** In. Panorama da Geografia Brasileira, v. 2. Organizado por José Borzacchiello da Silva, Luiz Cruz Lima e Denise Elias. São Paulo: Annablume, 2006.

GOVONE, J.S; PIÃO, A.C.S.; SIQUEIRA, T.L.L.; NOURANI, F.; CARNEIRO, M.C.V. S.; CARNEIRO, J.G.V. ***Sistema de Apoio à Decisão para Monitoramento de Eventos de Mortes Violentas.*** In: 51ª REUNIÃO ANUAL DA REGIÃO BRASILEIRA DA SOCIEDADE INTERNACIONAL DE BIOMETRIA (51ªRBRAS), 2006, Botucatu. Programas e Resumos da 51ª RBRAS, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. ***O novo rural brasileiro***. 2ªed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 1ª edição 1999)
_____ Prefácio, *in:* BALSADI, O. V. (2002). ***Mudanças rurais e o emprego no estado de São Paulo nos anos 90***. São Paulo: Annablume, 156p, 2002.

GUILHERME, V. ***A Rio Claro que existe longe do centro.*** Rio Claro: Jornal Cidade de Rio Claro, edição de 24 de junho de 2012.

GUIMARÃES, S.P.; TORRES; A.R.R.; CAMPOS, P.H.F. ***Sistemas de representação e mediação simbólica da violência na escola.*** Escola e Cultura Contemporânea, v. 1, n. 2, p. 187-194, 2004.

HABERMAS, J. ***Consciência Moral e Agir Comunicativo.*** Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1989.

HOBSBAWM, E. ***A Era do Capital.*** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

JAKOBS, G. ***Imputação Objetiva no Direito Penal.*** 2ª ed., trad. André Luís Callegari. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

JANZ, R.P. ***Expérience mythique et expérience historique au XIX ^{e} Siècle.*** In *Walter Benjamin et Paris.* Paris: Éditions du Cerf, 1986.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Tradução de Otto Erich W. Mass. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KAWAMOTO, M.T. ***Análise de Técnicas de Distribuição Espacial com Padrões Pontuais e Aplicação de Dados de Acidentes de Trânsito e a Dados de Dengue de Rio Claro - SP.*** Botucatu: (dissertação mestrado), IBB/UNESP, 2012.

KAYSER, B. (1990) ***La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental***. Paris: Armand Colin, 1990.

KELLER, E.C.S. ***Notícia Geográfica de Rio Claro.*** In: *Rio Claro 1964.* Rio Claro: Ed. Conselho Municipal de Turismo e Cultura, 1964.

KONDER, L. ***O que é dialética.*** São Paulo: Brasiliense, 1981.

KRAUSZ, L.S. ***Messianismo em um mundo destroçado.*** São Paulo: Jornal Estado de São Paulo (Sabático, p. S3), ed. 29 de outubro de 2011.

LACOSTE, Y. ***A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.*** Trad. Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 1988.

LAPOLA, M. ***Dops: arquivos revelam mais de 400 rio-clarenses fichados.*** Rio Claro: Jornal Cidade de Rio Claro, 04 de março de 2012.
_____***Segurança é apontada como principal problema de Rio Claro.*** Rio Claro: Jornal Cidade de Rio Claro, 31/10/2011.

LAVATER, J.C. ***Physiognomische Fragmente zur Beförderung der Menschenkenntnißund Menschenliebe***. Leipzig, Winterthur, 1775-1778.

LEAL, J.M.P. ***O sentimento de insegurança na discursividade sobre o crime.*** Porto Alegre: Sociologia. Ano 12, n. 23, p. 394-427,jan./abr. 2010.

LEFEBVRE, H. ***O direito à cidade***. 3. ed. Tradução de Rubens E. Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

LÖWY, M. ***A filosofia da história de Walter Benjamin***. In: Estudos Avançados, São Paulo: nº 45, 2002.
_____***Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista.*** São Paulo: Cortez, 1985.
_____***Barbárie e modernidade no século XX.*** In: BENSAID, D.; LOWY, M. *Marxismo, modernidade e utopia.* São Paulo: Ed. Xamã, 2000, pp.46-57.

MANFRIN, A L P; ANJOS, K F; CARNEIRO, J.G.V.; PIÃO, A.C.S.; CARNEIRO, M.C.V. S.; GOVONE, J.S. ***Tabelas de Vida para Vítimas de Mortes Violentas (Acidentes, Homicídios, Suicídios), Dados de 2001 e 2002, na Cidade de Rio Claro, SP.*** In: 49ª Reunião Anual da Região Brasileira da Sociedade Internacional de Biometria, 2004, Uberlândia. Anais da 49ª Reunião Anual da Região Brasileira da Sociedade Internacional de Biometria, 2004.

MANNHEIM, K. ***Ideologia e Utopia.*** Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

MARTINS, A. F. ***Angelus Novus e o Anjo da História: Narrativa fílmicas e uma certa estética da destruição*****.** Transversalidade nas Artes Visuais. Salvador: Anais do 18º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 2009, p. 3032-42.

MARTINS, J.S. ***Expropriação e violência: a questão política no campo.*** São Paulo: Hucitec, 1980.
_____***Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.*** Petrópolis: Vozes, 1981
_____***A militarização da questão agrária no Brasil (Terra e poder: o problema da terra na crise política).*** Petrópolis: Vozes, 1984

MATOS, O.C.F. ***Benjaminianas: cultura capitalista e fetichismo contemporâneo.*** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MELGAÇO, L.M. ***A Geografia do Atrito. Dialética espacial e violência em Campinas-SP.***

São Paulo: USP-Departamento de Geografia, 2005.

MERQUIOR, J. G. ***Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin. Ensaio Crítico sobre a Escola Neohegeliana de Frankfurt.*** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Biblioteca Tempo Brasileiro – 15, 1969, op. cit. p. 106.

MICELI, R.; ROCCATO, M.; ROSATO, R. ***Fear of crime in Italy: spread and determinants.*** Environment and Behavior, v. 36, n. 6, p. 776-789, 2004.

MINHOTO, L.D. ***A lógica do conflito urbano.*** São Paulo: Jornal O Estado de São Paulo, p. J3, edição de 14/10/2012.

MONDARDO, M. L. ***A relação campo-cidade no município de Francisco Beltrão – Paraná – Brasil.*** Agrária, São Paulo, n. 5, pp. 65-86, 2006.

MORALES, F.A. ***A polis como cidade: entre a hermenêutica e a dialética.*** Revista Ágora, Vitória, n.8, 2008, p.1-15.

NAIM, M. ***Uma tragédia e uma esperança.*** São Paulo: Folha de São Paulo, Mundo, p. A22, 14/dezembro/2012.

NASCIMENTO, A. ***O negro revoltado.*** São Paulo: Ed. GRD, 1968.

OLIVEIRA, A.U. ***A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro.*** . In: Novos caminhos da geografia. Ana Fani Alessandri Carlos (org.). 5ª ed., 2ª impressão. São Paulo: Contexto, 2010.

PALHARES, T.H.P. ***Benjamin: experiência e vivência.*** Revista Mente, Celebro & Filosofia, ed. 7, São Paulo: Ed. Duetto, 2009, p. 76-82.

PASTANA, D.R. ***Cultura do Medo e democracia: um paradoxo brasileiro.*** Londrina: Revista Medições, v. 10, n. 2, p. 183-198, jul./dez. 2005.

PEET, R. ***Inequality and poverty: a marzist geographic theory.*** Annals of the Association of American Geographers. Washington DC, Estados Unidos, v. 65, n. 4, p. 564-75, 1975.

PENTEADO, O.M. ***Rio Claro 130 Anos.*** V. I, 1ª ed. Rio Claro, SP: Ed. Divisa/Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, 2010.

PEREIRA JUNIOR, N.L.E.A.; SILVA, J.F.; MARON, J. ***Cidades e Sentimento de Insegurança: violência urbana ou insegurança urbana?*** In: Um Toque de Qualidade. Eficiência e Qualidade na Gestão da Defesa Social. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Defesa Social, 2010.

PEROSA, E. ***A violência no campo e a luta pela posse de terra no vale do Ribeira, São Paulo.*** Reforma Agrária, 22, 1, jan./abril 1992.

PETTI, N. ***Gente da minha cidade (Rio Claro).*** São Paulo: Ed. Planimpress, 1972.

PIÃO, A.C. S.; GOVONE, J.S.; CARNEIRO, M.C.V.S.; NOURANI, F.; CARNEIRO,

J.G.V.; SIQUEIRA, T.L.L. ***Sistema de Apoio à Decisão para Monitoramento de Eventos de Mortes Violentas.*** In: 30 Anos do Curso de Bacharelado em Estatística da UFSCAR, 2006, São Carlos, 2006.

PIÃO, A.C.S.; GOVONE, J.S.; CARNEIRO, M.C.V.S.; NOURANI, F.; CARNEIRO, J.G.V.; CORREIA, V.H.O ; PETRONI, V.H. O.; BUICIOLI, P. ***Proposta de Sistema Computacional de apoio à coleta, registro e análise de dados de mortes violentas em municípios de médio porte, como ferramenta de apoio a políticas de controle social.*** In: I Congresso de Estatística e Investigação Operacional de G aliza e Norte de Portugal, VII Congresso Galego de Estatística e Investigación de Operacións, 2005, Guimarães. Actas do I CONGRESSO DE ESTATÍSTICA E INVESTIGAÇÃO OPERACIONAL DA GALIZIA E NORTE DE PORTUGAL E VII CONGRESSO GALEGO DE ESTATÍSTICA E INVESTIGACIÓN DE OPERACIÓNS, 2005.

PICINATTO, A.C.; SPIER, G; LIMA, I.V.; GERMANI, R.D. ***Território na abordagem geográfica de Bertha Becker.*** In: Leituras do conceito de território e de processos espaciais. Marcos Aurélio Saquet, Edson Belo Clemente de Souza (org.) – 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PINASSI, M.O.; PORTO, M.Y. ***A desintegração das ideias pelas razões do crime.*** Reforma Agrária, 22, 1, jan./abril 1992.

PLEIN, I.T.T.; FARIAS, F.R.; PLEIN, C.; MONDARDO, M.L. ***Território e Territorialidade na perspectiva de Robert David Sack.*** In: Leituras do conceito de território e de processos espaciais. Marcos Aurélio Saquet, Edson Belo Clemente de Souza (org.) – 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PORTO, Maria do Rosário Silveira; TEIXEIRA, Maria Cecília Sanches. ***Violência, insegurança e imaginário do medo.*** Cadernos CEDES, Campinas, v.19, n. 47, dez. 1998.

RAFFESTIN, C. ***Por uma geografia do poder.*** São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. ***Antropogeographie, Die Geographie Verbreitung desMenschen***(Zweiter Teil). Stuttgart: J. Engelhorn, 1891.
_____ ***Antropogeographie/Grundzüge der Anwendung der Erdkunde auf die Geschichte.*** Stuttgart: J. Engelhorn, 1909.
_____ ***Geografia Dell'Uomo.*** Turim: Fratelli Bocca. 596 p, 1914; *Las Razas Humanas* (Vol. I). Barcelona: Montaner y Simon, 1888;
_____ ***Über Naturschilderung.*** München und Berlin: R. Oldenbourg, 1906.

ROLINK, R. ***São Paulo.*** 3ª. ed. - São Paulo: Publifolha, 2012.

ROUANET, S.P. **É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? História material em Walter Benjamin – "Trabalho das Passagens".** São Paulo: Revista USP n. 15, Gráfica CCS (Coordenadoria de Comunicação Social – Divisão Gráfica), set./nov. 1992.

SACK, R.D. ***Human territoreality: its theory and history.*** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SALGADO, M. ***Alegorias da Modernidade: uma leitura de Walter Benjamin.*** São Paulo:

Revista Filosofia: conhecimento prático, n. 37, 2012.

SALLES, M. ***Encruzilhada metropolitana.*** São Paulo: in *Aliás*, Jornal o Estado de São Paulo, 30/set./2012.

SALLES, F.T. ***Geografia da Violência.*** Belo Horizonte: Itatiaia, 1957.

SAMPAIO, R.A. ***Da noção de violência urbana à compreensão da violência no processo de urbanização: apontamentos para uma inversão analítica a partir da Geografia Urbana.*** São Paulo: (dissertação mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2011.

SANTOS, J.V.T. ***Violência no Campo: o dilaceramento da cidadania.*** Reforma Agrária, 22, 1, jan./abril 1992.
_____ ***A violência como dispositivo de excesso de poder.*** Sociedade e Estado, Vol. X, 2, jul-dez.1995.

SANTOS, M. ***A natureza do espaço: razão e emoção.*** 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
_____***Técnica, Espaço e Tempo.*** São Paulo: Hucitec, 1998.
_____***Por uma Geografia Nova.*** São Paulo: Edusp, 1ª ed., 2002, 288p.

SAQUET, M.A. ***O tempo, o espaço e o território.*** In: SOUZA, A.J.; SOUZA, E.B.C; MAGNOMI, L. (org.). Território, paisagem, região – em busca da identidade. Cascavel (PR): Edunioeste, 2000.

SCHAMA, S. ***Paisagem e memória.*** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHLESENER, Anita Helena. Conferência proferida no curso de extensão sobre ***A Escola de Frankfurt no Direito.*** Curitiba: Faculdade de Direito da UFPR, em 16/07/1997.

SELIGMANN-SILVA, M. ***Obra de Walter Benjamin é essencial para pensar "século de catástrofes".*** Caderno Cultura, Jornal Estado de São Paulo, edição de 30-06-2010.
_____***Quando a Teoria reencontra o campo visual Passagens de Walter Benjamin.*** São Paulo: Concinnitas, ano 8, v. 2, n. 11, dezembro 2007

SILVA, A. F. da. ***A relação cidade-campo: como analisá-la?*** Natal: Imagem, 1998.

SILVA, A.C.B. et all. ***Rio Claro, uma história viva.*** Piracicaba: Ed. Degaspari, 2004.

SILVA, E. ***Frota de veículos cresce 79,78% e salta para 125.337 em dez anos.*** Rio Claro: Jornal Cidade de Rio Claro, edição de 27/07/2011.

SILVA, R.Z.; PIÃO, A.C.S.; CARNEIRO, M.C.V.S.; GOVONE, J.S.; NOURANI, F.; CARNEIRO, J.G.V. ***Implantação de um Sistema de Informação Geográfica e padronização de dados estatísticos para o estudo de mortes violentas em Rio Claro***. In: XVIII Congresso de Iniciação Científica da UNESP, 2006, Bauru. Resumos do XVIII Congresso de Iniciação Científica da UNESP, 2006.

SOUSA, M.T.R. ***O efeito barreira e os problemas de acessibilidade: a Marginal Tietê como obstáculo à área centra l da cidade de São Paulo.*** Estudos Geográficos, Rio Claro, 6(2): 93 -

103, 2008 (ISSN 1678—698X).

SOUZA, M.L. ***FOBÓPOLE: o medo generalizado e a militarização da questão urbana.*** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SZABO, D. ***Science et Crime.*** Paris: VRIN, 1986.

TAGUIEFF, P.A. ***La Force du Préjugé. Essai sur le Racisme.*** Paris: Gallimard/Éditions La Découverte, 1987.

VIEIRA, W. ***Condomínios Residenciais: segregação, auto-segregação e segregação imposta no município de Rio Claro (SP).*** Rio Claro: (dissertação de mestrado) IGCE/UNESP, 2008.

WACQUANT, L. ***As prisões da miséria.*** Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
_____***Que é gueto? Construindo um conceito sociológico.*** Curitiba: Revista Sociologia Política, **23**, p. 155-164, nov. 2004.

WOLKMER, A. C. ***Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico.*** São Paulo: 3ª ed., Saraiva, 2001. *op. cit.*, p.2.

ZALUAR, A. ***Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil.***In. SCHWARCZ, Lilia Mortiz (Org.). História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. v.4.

ANEXO I - Da metodologia

Como foi confeccionada a cartografia rio-clarense do crime? Qual o seu grau de confiabilidade?

Como já discutido anteriormente, os dados estatísticos e as informações utilizadas nas confecções da cartografia rio-clarense foram obtidas em repartições públicas locais. É uma *radiografia panorâmica* oficial que representa a ideologia estatal brasileira.

Embora tenha um conteúdo de oficialidade, a quantidade de dados e informações coletadas representa uma amostra significativa dos fenômenos sociais que acontecem na cidade de Rio Claro, servindo como importante referencial às reflexões critica sobre a violência urbana local, como já dito anteriormente, *"mostrando-a, como uma encenação num palco, sob iluminações diferentes"* .

A etapa inicial da coleta de dados sobre criminalidade foi verificar e localizar os Livros de Registros de Boletins de Ocorrência (B.O.) dos três Distritos Policiais do município de Rio Claro, sendo que alguns extraviaram, porém sem comprometer a amplitude da amostra.

De posse dos referidos livros foi iniciado a coleta das informações criminais referentes aos crimes de roubo, roubo de veículos e homicídios (culposo e doloso)[164].

No transcorrer da coleta de informações (dados) deparamos com a dificuldade de que muitos dados eram incongruentes, exigindo que fossem auditados e completados por meio do cruzamento de informações existentes nos diversos registros policiais, como exemplo, os Livros de Registro de Inquéritos Policiais daqueles distritos policiais, especialmente, os dados referentes aos crimes de homicídios.

No decorrer da pesquisa eclodiu a necessidade de coletar dados sobre os crimes de tráfico de entorpecentes com a finalidade de verificar a sua correlação com os demais crimes violentos (roubo e homicídios), levando a uma nova frente de coleta junto aos Livros

[164]Desde o processo de coleta de dados junto às diversas unidades de polícia judiciária da cidade de Rio Claro, recuperando e localizando livros de registros e, consequente revisão, demandou quase um ano. Posteriormente, foi necessário a confecção de tabelas "excel" e referenciar nas coordenadas geográficas as informações coletadas e finalizando com a elaboração dos mapas e suas finais correções demandaram outros oito meses de pesquisa. A confecção dos mapas sobre a criminalidade no espaço urbano de Rio Claro somente foi possível graças ao apoio de nossos estagiários e da assessoria do geógrafo Jorge Gustavo Falcão. Nossa experiência profissional sobre a sistemática das Delegacias de Polícia Civil e a nossa função publica foram decisivas nas coletas das informações, evitando-se evasivas ou delongas. Consigamos que a Polícia Civil de Rio Claro facilitou o desenvolvimento da presente pesquisa e sempre recebemos o apoio e o acolhimento de seus funcionários (policiais civis).

de Registros de Inquéritos Policiais da Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes de Rio Claro – DISE.

Concomitantemente, foi coletado na Secretaria Municipal de Ação Social de Rio Claro dados sobre renda *per capita* de famílias miseráveis e pobres, com a finalidade de elaborar um mapa de estudo de avaliação das etapas do processo de expansão sobre a distribuição de renda das famílias e por bairros do município de Rio Claro, com base nas informações constantes no Cadastro Único Municipal de Assistência Social.

Todos os dados coletados foram tabulados por meio do Software Excel (Microsoft Office) que geraram tabelas, referente à série histórica compreendida entre os anos de 2007 a 2011, desconsiderando-se os períodos que não constavam dos registros oficiais acessados ou dos livros de registros que não foram exibidos pela Polícia Civil, embora fossem poucos os registros não apresentados.

Confeccionadas as tabelas em Excel de todos os dados coletados sobre os locais de crime – foram todos referenciados nas coordenadas geográficas com as áreas existentes no mapa do município e, ato contínuo, armazenados num banco de dados. Essas tabelas geradas no Excel foram essenciais para a confecção dos mapas, já que as mesmas precisavam ser exportadas para os outros softwares destinados a relacionar os pontos de coordenadas das ocorrências armazenadas no banco de dados com a base cartográfica do município.

A etapa seguinte foi elaborar oito tabelas gerais que subdivididas resultou em outras novas três tabelas finais com os pontos temáticos indicados nos mapas gráficos. As tabelas finais referem-se, respectivamente: Índices de Criminalidade Violenta, Tráfico de Entorpecentes, Avaliação por Etapas do Processo da Expansão dos índices numéricos de distribuição de famílias incluídas em programas sociais por bairros em Rio Claro.

A tabela sobre índices de criminalidade violenta foram subdividida por legendas e por levantamento de pontos de coordenadas de cada B.O ou registro, indicando os índices de homicídios e roubos, priorizando as seguintes ocorrências: Roubo e Roubo de Veículo; Homicídio Doloso e Culposo.

O crime tipificado como sendo tráfico de entorpecente resultou numa outra tabela específica sobre esses eventos com a finalidade de correlacioná-los com os outros ilícitos penais (homicídios e roubos).

As tabelas geradas para os Índices de Criminalidade Violenta (Roubos e Homicídios) resultaram num total de 4320 endereços que foram transformados em pontos georreferenciados e, destes, foram eliminados 673 endereços para execução/localização de

pontos nos mapas em decorrência das seguintes circunstâncias: duplicidade de registros (repetição dos registros em mais de um distrito policial) ou Boletim de Ocorrência (B.O.) de mesmo número cadastrado, portanto, repetições de informações sobre os locais dos eventos de crime.

Após auditar os dados coletados, gerou uma tabela final sobre crimes violentos com 3647 pontos (endereços) para coordenadas e, finalizando foi necessário na ultima análise ainda descartar outros cinco (5) pontos (endereços) por falta de dados completos acerca dos seus endereços. Dos endereços coletados e auditados foi verificado que 92 pontos eram referentes às ocorrências de homicídio doloso e culposo, e os outros 3550 pontos de ocorrências de roubo e roubo de veículo. Estes pontos totalizados resultaram na base de informações para gerar os mapas que foram denominados de Mapas de Distribuição Espacial de Eventos (Roubos e Homicídios).

A tabela referente ao Tráfico de Entorpecentes gerou um total de 468 endereços. Em média, um total de 105 destes endereços foi desprezado na pontuação dos mapas por falta de dados completos para as coordenadas.

No tocante a tabela de Avaliação por Etapas do Processo de Expansão, indicando os índices numéricos de distribuição de famílias em programas sociais e de sua renda por bairros em Rio Claro, foi considerado o total de 111 bairros cadastrados, subdividindo o total de famílias cadastradas no mês de Maio do ano de 2010, e nos meses de Março e Julho de 2011. Ressalta-se que atualmente o município de Rio Claro conta com cento e quarenta e oito (148) bairros.

Na fase de elaboração dos mapas foram utilizados três *softwares* distintos: o gvSIG[165], software gratuito para realização de estudos e mapas(Sistema de Informação Geográfica – SIG); o TerraView[166], também software gratuito, utilizado para a realização de mapas e estudos de coordenadas, gerando inclusive mapas de KERNEL[167]; e o último

---

[165] **gvSIG** é um programa computacional para Sistema de Informações Geográficas (SIG) que dispõe de funções para aquisição, armazenamento, gerenciamento, manipulação, processamento, exibição e publicação de dados e informações geográficas, além de ser um software livre de SIG de fonte aberta, desenvolvido pela *Conselleria d'Infraestructures i Transports (CIT)* da Comunidade de Valência, com o apoio da União Europeia.

[166] **TerraView** é um aplicativo construído sobre a biblioteca de geoprocessamento TerraLib que manipula dados vetoriais (pontos, linhas e polígonos) e matriciais (grades e imagens), ambos armazenados em SGBD relacionais ou geo-relacionais de mercado, incluindo ACCESS, PostgreSQL, MySQL, Oracle, SQLServer e Firebird.

[167] **A técnica Kernel** consiste de um método estatístico muito utilizado nos dias atuais em variáveis pontuais espacialmente distribuídas para se estimar a ocorrência dos eventos em certa região delimitada. Aplica-se a variáveis climáticas, epidemiológicas, sociais, criminais, geológicas, ecológicas, etc. Estima a densidade de ocorrência do evento, em cada ponto da região, com base na frequência de ocorrência do mesmo na vizinhança do ponto. Para sua aplicação, as ocorrências devem estar georreferenciadas. Os dois parâmetros básicos da função Kernel são: um raio de influência, que define a vizinhança do ponto a ser interpolado e controla o

software, o AutoCad 2007[168] (AutoDesk), que nesta pesquisa foi utilizado para finalização dos desenhos gráficos e ajustes dos mapas nas pranchas de folhas em formatos A4 (210 x 297 mm) e A3 (297 x 420 mm).

Os mapas foram elaborados em duas etapas distintas. Na primeira, com o levantamento dos dados de Livros de Registro de B.O e de Inquérito Policial foi gerado um banco de dados com um total de oito tabelas, as quais possibilitaram a elaboração de um total de 80 arquivos de mapas.

Dentre todos aqueles mapas, quarenta (40) foram elaborados para os estudos do modelo de Kernel, destinados a análise de concentração, por tipo criminal, no espaço urbano rio-clarense. Os outros quarenta (40), se dividiram entre modelos de SIG e, respectivamente, sua finalização gráfica com pranchas formatadas nos softwares de AutoCad e PDF.

A elaboração gráfica dos mapas necessitou de:

a) SIG, com o auxílio do software GVSIG, foi utilizado o banco de dados das tabelas e os mapas do perímetro urbano da cidade (demarcação de linhas divisórias do arruamento e dos limites de bairros). Os mapas elaborados demonstram os pontos de crimes nas ruas e as áreas de concentração de crimes nos bairros. Esses mapas permitem além de verificar a concentração dos crimes também observar a formação de corredores de crimes na cidade (a dinâmica do crime);

b) kernel, realizados com o software TerraView, são mapas que demonstram as áreas de maior concentração dos crimes registrados, utilizando como base o banco de dados e o arruamento do município.Este programa gera um raio de auto-ajuste nos quadrantes dos mapas. Desta forma as áreas críticas são demarcadas pela concentração de pontos registrados nas ocorrências.

Após a elaboração das tabelas e mapas, os arquivos gráficos foram subdivididos em duas etapas: alguns dos mapas são destinados às análises dos territórios com incidência criminal, considerando os períodos anuais, enquanto que a outra parte dos mapas elaborados foi utilizada para o estudo e a análise espacial da incidência geral dos crimes durante uma série histórica (período compreendido entre os anos de 2007 a 2011)[169].

A confecção de todos os mapas foi relevante no estudo da espacialidade da

---

'alisamento' da superfície gerada, e uma função de estimação, com propriedades de suavização do fenômeno, conforme consta em Druck, S.; Carvalho, M.S.; Câmara, G.; Monteiro, A.V.M. (eds) "Análise Espacial de Dados Geográficos". Brasília, EMBRAPA, 2004 (ISBN: 85-7383-260-6).

[168]**AutoCAD** é um *software* do tipo CAD — *computer aided design* ou *desenho auxiliado por computador* - criado e comercializado pelaAutodesk, Inc. desde 1982.

[169]Nas tabelas Excel existe poucos dados referentes ao ano de 2006 e que foram desprezados quando da análise cartográfica.

criminalidade na cidade de Rio Claro, porém dos 80 arquivos gráficos gerados, apenas 24 mapas foram finalizados em pranchas e destes foram selecionados os mapas que compõem o acervo desta pesquisa (tese).

Os mapas de acidentalidade no trânsito da cidade de Rio Claro foram elaborados por Kawamoto (2012) e constam de sua dissertação de mestrado. Kawamoto coletou um conjunto de dados sobre acidentes de trânsitos ocorridos somente no perímetro urbano rio-clarense e que foram notificados a Policia Militar, no período entre janeiro de 2009 a setembro de 2010. As ocorrências policiais notificadas a Policia Militar também foram inseridas no Anuário de Acidentalidade de Trânsito elaborado pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Sistema Viário de Rio Claro. Foram localizados 4544 ocorrências de acidentes de trânsito, sendo que 1871 eventos com vítima e outros 2673 eventos sem vítimas. Kawamoto (2012) elaborou as tabelas e os mapas referenciados dos locais dos acidentes de trânsito.

Foram utilizados nesta pesquisa alguns mapas elaborados por outros pesquisadores, especificamente, sobre a expansão territorial da cidade de Rio Claro e do perímetro urbano, este último pertence ao projeto de lei do Plano Diretor em trâmite na Poder Legislativo rio-clarense.

Observação Técnica:

Concluído todo o processo de elaboração gráfica dos mapas de criminalidade foi realizada uma revisão detalhadas dos mapeamentos. Daquela auditoria foi verificada uma incompatibilidade de dados somente nos registros policiais dos homicídios dolosos ocorridos no ano de 2011 no município de Rio Claro. Os pontos indicados nas tabelas e nos mapas não condiziam ao número de registros divulgados pela Estatística Policial anual da Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo.

A Polícia Civil da cidade de Rio Claro não havia informado que naquele ano, diante do aumento expressivo de homicídios, criou um setor de homicídios junto a Delegacia de Investigações Gerais (DIG). Constatamos a precariedade das integrações de informações sobre estatísticas policiais nas unidades de policiais civis existentes em Rio Claro, o que não deve ser diferente em outras cidades. Esta discrepância somente foi constatada e suas correções realizadas em decorrência da nossa experiência policial que conhece os meandros das atividades policiais e suas estruturas organizacionais.

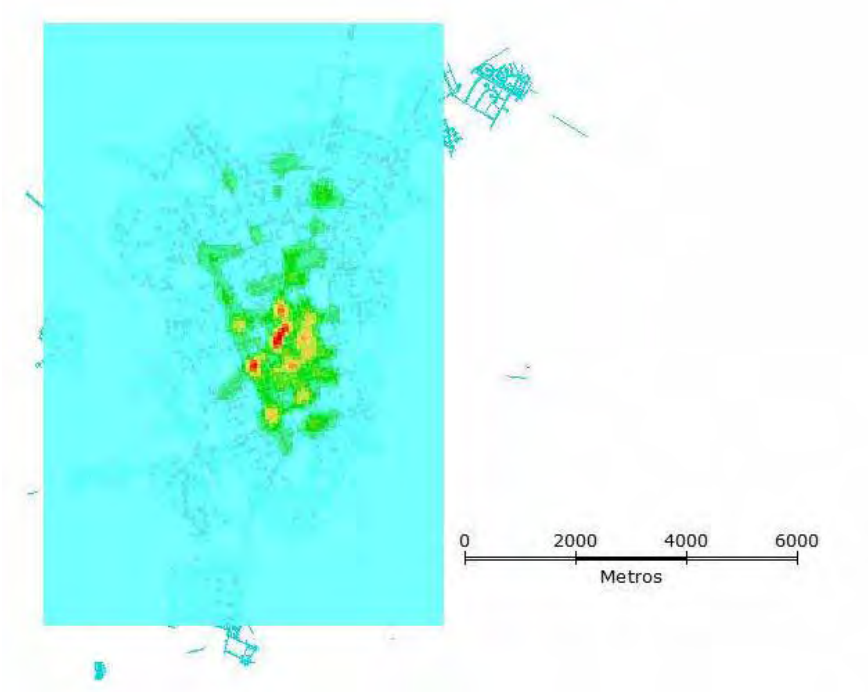
Para as correções necessárias optamos por consultar os registros policiais existentes no Livro de Registros de Inquéritos Policiais da DIG e cruzando com as informações constantes das Planilhas de Estatística de Índices de Crimes Registrados (mensais) elaboradas pela Delegacia Seccional de Polícia de Rio Claro.

Saneado a coleta de dados sobre homicídios, referente ao ano de 2011, foi necessário elaborar uma nova tabela Excel acrescentando os pontos (locais de crimes) dos registros policiais da DISE e, novamente foi procedida os seus georreferenciamentos nos mapas específicos de homicídios e nos relacionados a todos os crimes ocorridos em Rio Claro (Mapas SIG/PDF e KERNEL/CAD).

Na presente pesquisa foram coletados dados referentes a crimes que resultaram em 9.317 ocorrências policiais sobre: homicídio (doloso), roubo e roubo de veículos, tráfico de entorpecentes e acidentes de trânsito (com ou sem vítima). Excluídos os dados em duplicidade ou aqueles incompletos (impossibilitando identificar suas coordenadas geográficas) restou o total de 8.539 pontos (locais de eventos), referente aos anos de 2007 a 2011, e que foram notificados a policia estadual.

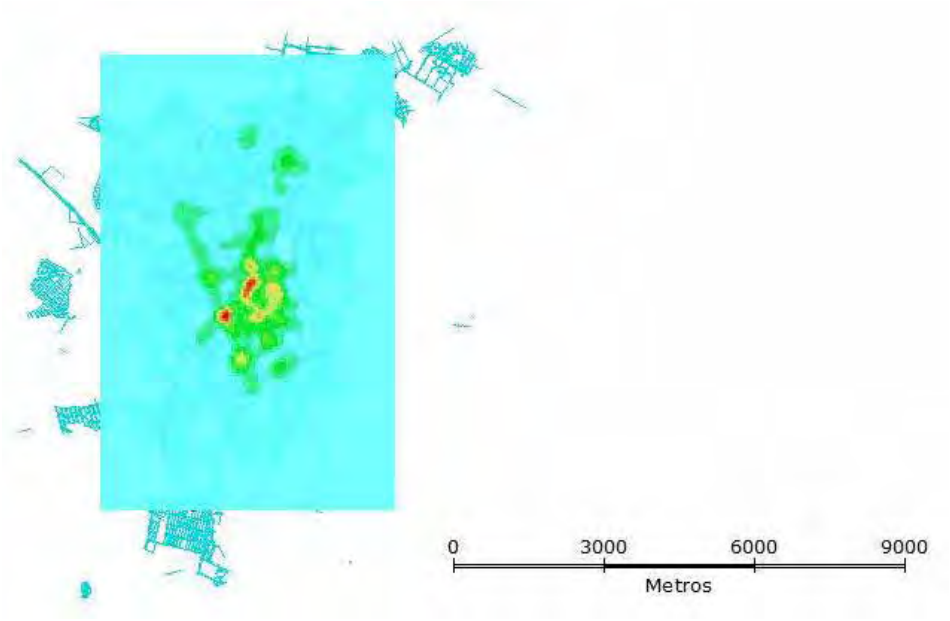
Como exemplo da aplicação do método Kernel, apresentamos o estudo referente a Avenida Visconde do Rio Claro na análise da dinâmica espacial dos acidentes de trânsito com ou sem vítimas.

O método kernel realçou que a gravidade dos acidentes de trânsito, no ano de 2009, seu ponto mais critico foi Avenida Visconde do Rio Claro e a suas adjacências.



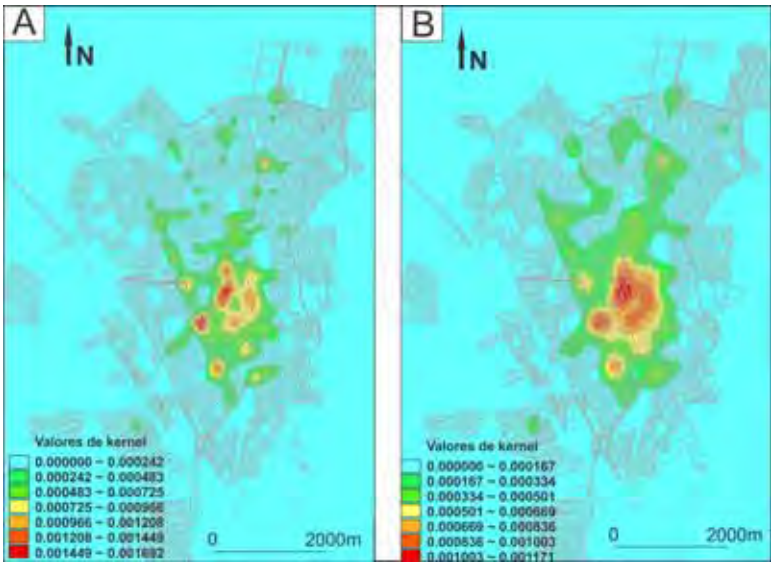
Mapa acidentalidade 2009 de Rio Claro. Elaborado por Silvio José Govone.

O método Kernel também apontou que no ano de 2010 aquela avenida continuou sendo o local mais critico de eventos daquela natureza (acidente de trânsito).



Mapa acidentalidade 2010 de Rio Claro. Elaborado porSilvio José Govone

O método kernel tem por característica analítica a possibilidade de se verificar os pontos críticos ao diminuir o raio de influência de um espaço, possibilitando, assim, aumentar a precisão para detectar a concentração dos eventos para indicar a região com maior incidência do fenômeno que está sendo analisado. Como exemplo, utilizamos dois raios de influência - um de 250 m e o outro de 375 m, para estimar (agrupamento de locais de maior incidência do fenômeno estudado) os locais mais críticos de acidentes de trânsito na cidade de Rio Claro. Ao ampliar o raio surgem outros locais no centro da cidade como críticos em acidentes de trânsito e, quando é diminuído o raio de influência fica restrito a Avenida Visconde do Rio Claro e as vias públicas próximas ao seu entorno, com os seus locais mais vulneráveis.



Estimação kernel quártico aplicado aos dados de acidentes de trânsito.
A) raio de influência = 250m. B) raio de influência = 375m
Mapa elaborado por Marcia Tiemi Kawamoto

O método Karnel apresentou o recorte espacial da Avenida Visconde do Rio Claro e do seu entorno, apontando os locais com maior incidência de acidentes de trânsito: o cruzamento da Rua 14 e adjacência e nos cruzamentos da Rua 9 até a Rua 5 e suas adjacências.



Estimação kernel quártico aplicado aos dados de acidentes de trânsito,
destacando a Avenida Visconde do Rio Claro. Mapa elaborado por Marcia Tiemi Kawamoto.